

**Prospecto de Distribuição Pública de Quotas Sênior da 2ª Série (o “Prospecto”) do
BANCOOB FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS**

CNPJ/MF nº 08.165.234/0001-09

ISIN nº BRBCOBT027

Classificação de Risco Preliminar para as Quotas Sênior da 2ª Série: Standard & Poor's: “brA+”

O BANCOOB Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros (o “Fundo”) é regido pelas disposições de seu regulamento, pela Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores (a “Instrução CVM”) e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo regular de vigência até 01 de abril de 2026. O regulamento do Fundo foi registrado no 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, sob o nº 1054950, em 13 de julho de 2006 e alterado pelos Instrumentos Particulares de Primeira, Segunda, Terceira, Quarta, Quinta, Sexta, Sétima, Oitava, Nona, Décima, Décima Primeira e Décima Segunda alterações, registradas sob os nºs 1055211, 1064200, 1068701, 1072891, 1080126, 1085373, 1097450, 1103905, 1106045, 1111615, 1111780 e 1113680, respectivamente, todos perante o mesmo 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro (o “Regulamento”).

O Fundo poderá emitir 01 (uma) classe de quotas sênior (as “Quotas Sênior”), as quais poderão ser divididas em Séries distintas, a serem distribuídas em 1 (uma) ou mais Distribuições. O Fundo poderá emitir, em qualquer Distribuição, 01 (uma) classe de quotas subordinadas (as “Quotas Subordinadas”) em número indeterminado. As Datas de Amortização, o valor das Amortizações Programadas e as condições de remuneração de cada Série de Quotas Sênior, serão definidas no respectivo Suplemento da Série “n”.

O Fundo ofertou na 1ª Distribuição, 4.000 (quatro mil) Quotas Sênior da 1ª Série, no valor unitário de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), perfazendo o montante de até R\$ 100.000.000,00, tendo sido subscritas e integralizadas 587 Quotas Seniores da 1ª série e canceladas 3.413 Quotas Seniores da 1ª série, tendo em vista o encerramento do prazo para distribuição das mesmas.

O Fundo está ofertando na 2ª Distribuição, até 4.000 (quatro mil) Quotas Sênior da 2ª Série, no valor unitário de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), perfazendo o montante de até

R\$100.000.000,00
(cem milhões de reais)

As informações referentes à remuneração, à amortização e ao resgate das Quotas Sênior da 2ª Série estão definidas no Regulamento e em seu respectivo Suplemento, registrado em 27 de novembro de 2007 sob o nº 1097674 e alterado pelos Instrumentos Particulares de Primeiro e Segundo Aditamento ao Suplemento da 2ª Série de Quotas Sênior, registrados em 29 de fevereiro de 2008 e 23 de junho de 2008 sob os nºs 1104342 e 1112210, respectivamente, todos perante o 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro (“Suplemento da 2ª Série de Quotas Sênior”), que integram este Prospecto como o Anexo I e II, respectivamente.

O Fundo é administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91 (a “Administradora”).

A distribuição das Quotas Sênior da 2ª Série foi registrada na CVM em 08 de maio de 2008 sob o nº CVM/SRE/RFD/2008/023.

Protocolo CVM datado de 27/11/2007 e complementado em 24/01/2008, 18/02/2008, 25/02/2008, 04/03/2008, 26/03/2008 e 18/04/2008, e protocolo de modificação da oferta datado de 23/06/2008.

Somente poderão participar do Fundo, na qualidade de Quotistas, Investidores Qualificados.

As Quotas Sênior deverão ser registradas para colocação na CETIP e para negociação na CETIP, Somafix e BovespaFix, cabendo à Administradora e, na hipótese de negociação de Quotas, exclusivamente aos intermediários, assegurar que a aquisição de Quotas somente seja feita por Investidores Qualificados.

Classificação ANBID: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.

“O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS
INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO EMISSOR, BEM COMO SOBRE AS
QUOTAS A SEREM DISTRIBUÍDAS.”

“OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO FATORES DE RISCO, NAS PÁGINAS 80 À 84”

Somente Investidores Qualificados, conforme definidos neste Prospecto e na regulamentação pertinente, podem adquirir cotas do Fundo.



Prospecto de acordo
com o Código de Auto-
Regulação da ANBID
para os Fundos de
Investimentos

“Este prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para Fundos de Investimento, bem como das normas emanadas do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda de cotas deste Fundo não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários e da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, de sua Instituição Administradora e demais instituições prestadoras de serviços”.

Veja outros avisos importantes na página 6 deste prospecto.

Cedente



Administradora e Distribuidora

OLIVEIRA TRUST

Gestor de Ativos



Custodiante



Auditoria do Fundo



Agência Classificadora de Risco



A data deste Prospecto Definitivo é 16 de julho de 2008

Índice

Avisos - ANBID.....	6
Veracidade das Informações	7
Glossário.....	8
Glossário.....	8
Características Básicas da Distribuição das Quotas Sênior da 2ª série no Curso do Programa de Securitização	21
Sumário	22
O Fundo e seu Público-Alvo	22
Fatores de Risco	24
A Administradora.....	24
Outros Serviços	25
Obrigações do Custodiante.....	25
O Gestor	27
Agente Cobrador Bancário.....	27
Serviços de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplentes	28
Custódia Física dos Documentos Comprobatórios.....	28
Condições de Distribuição.....	29
Regime de Colocação das Quotas Sênior da 2ª Série	29
Cronograma de Etapas da Oferta.....	29
Início e Encerramento da Distribuição	29
Distribuição, Subscrição e Integralização das Cotas	31
Remuneração da Administradora e Encargos do Fundo	33
Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira.....	34
Política de Utilização de Instrumentos Derivativos.....	35
Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo	35
Custódia dos Outros Ativos e dos Documentos Comprobatórios de Titularidade do Fundo	36
Valores Mínimos Aplicáveis ao Fundo	36
Preço de Emissão de Quotas	36
Amortização de Quotas Sênior e de Quotas Subordinadas	37
Gerenciamento de Riscos	38
Operações com partes relacionadas e Conflito de Interesses	38
Tributação	40
Critérios de Divulgação de Informações aos Quotistas	40
Marco Regulatório Das Operações de Crédito Consignado	41
Legislação Federal.....	41
Leis Estaduais e Municipais	43
Convênios e Atos que Formalizam a Concessão de Benefícios e a Consignação em Folha de Pagamento	44
Disposições Gerais dos Contratos de Financiamento.....	46
a) Nas Operações de Crédito Consignado	46
b) Nas Operações de Financiamento	46
Política para aquisição e de Concessão de Crédito e Procedimentos de Cobrança	47
Política de Aquisição ou Concessão de Créditos.....	47
Política de Cobrança.....	49
Características Básicas do Programa de Securitização.....	51
Resumo da Estrutura	51
Desenhos Esquemáticos	52
a) Desenho Esquemático de Operações de Financiamento	52
b) Desenho Esquemático de Operações de Crédito Consignado	53
Procedimento de Oferta de Direitos Creditórios e de Formalização da Cessão	55
Critérios de Elegibilidade	56

Pré-pagamento, Refinanciamento e Renegociação dos Direitos Creditórios	57
Simulação do impacto do Pré-pagamento no fluxo de caixa do Fundo.....	61
Procedimentos de Registro	62
Inexistência de Coobrigação	63
Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis	63
Opção de Compra.....	65
Condições Resolutivas da Cessão	65
Eventos de Revisão	65
Eventos de Resilição	67
Eventos de Avaliação.....	67
Eventos de Amortização Antecipada.....	68
Razão de Garantia, Índice de Liquidez, Alocação de Investimento Mínima e Giro de Carteira.....	69
Reenquadramento da Razão de Garantia e do Índice de Liquidez	69
Amortização Compulsória para Fins de Reenquadramento de Índices	70
Procedimentos de Dação em Pagamento.....	70
Negócios Restritos.....	71
Ordem de Aplicação dos Recursos.....	72
As Quotas	73
Características das Quotas Sênior	73
Características das Quotas Subordinadas	75
Amortização de Quotas e Reserva de Amortização	76
Registro e Negociação das Quotas	77
Características da 1ª Série de Quotas Sênior.....	78
Características da 2ª Série de Quotas Sênior.....	80
Fatores de Risco	82
Introdução	82
Fatores Associados ao Investimento no Fundo	82
Fatores Associados aos Direitos Creditórios.....	85
Utilização dos Recursos	86
O SICOOB	87
Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob.....	87
Introdução	87
Estrutura de Capital e Controladores.....	88
Administração	88
Autorização Societária	89
Experiência Profissional e Formação Acadêmica dos Diretores e Administradores do BANCOOB	90
Acordo de Acionistas	91
Estratégia.....	91
Inadimplência.....	91
Colaboradores e Política de Recursos Humanos	91
Investimentos Relevantes	92
Operações com Partes Relacionadas	93
Fontes de Captação de Recursos	93
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos	94
Sistema de <i>Back-up</i>	94
Ambiente Regulatório	94
Pendências Judiciais e Administrativas Relevantes	94
Classificação de Risco do BANCOOB - FitchRatings.....	94
Administradora.....	95
Custodiante.....	96
Gestor	97
Empresa de Auditoria.....	97
Agência Classificadora de Risco	97

Anexos.....	99
Anexo I – Regulamento do Fundo	100
Anexo II – Suplemento da 2ª Série de Quotas Sênior	101
Anexo III - Súmula da Agência de Classificação de Risco	102
Anexo IV - Modelo de Formação do Preço de Aquisição de Direitos Creditórios para o Bancoob Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros	103
Anexo V - Demonstrações Financeiras do BANCOOB – 31 de dezembro de 2007.....	109
Anexo VI - Demonstrações Financeiras do Fundo, informações periódicas e relatório da Administradora..	110

AVISOS - ANBID

Este fundo de investimento utiliza estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para seus quotistas.

O investimento do fundo de investimento de que trata este prospecto apresenta riscos para o investidor. Ainda que a Instituição Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor.

O fundo de investimento de que trata este prospecto não conta com garantia do Bancoob, da Instituição Administradora do Fundo, do Custodiante, do Gestor, de suas pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura.

As informações contidas neste prospecto estão em consonância com o Regulamento, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção para as cláusulas e disposições relativas ao objeto e à política de investimento do Fundo, bem como às disposições do prospecto que tratam dos fatores de risco a que o Fundo está exposto.

Este fundo busca manter uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias, o que pode levar a uma maior oscilação no valor da cota se comparada à de fundos similares com prazo inferior.

O tratamento tributário aplicável ao investidor deste fundo depende do período de aplicação do investidor bem como da manutenção de uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias. Alterações nestas características podem levar a um aumento do Imposto de Renda incidente sobre a rentabilidade auferida pelo investidor.

VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES

A Administradora é responsável pela consistência, qualidade, veracidade e suficiência das informações encaminhadas à CVM por ocasião do registro do Fundo e fornecidas ao mercado durante o prazo de distribuição das Quotas.

Neste sentido, a Administradora tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (i) as informações prestadas neste Prospecto são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; (ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas, que venham a integrar o presente Prospecto, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (iii) o presente Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes.

A Administradora, que também atua como distribuidora, declara que este Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Quotas ofertadas, do Fundo, de suas atividades e quaisquer outras informações relevantes, bem como que este Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes, nos termos do §5º do artigo 56 da Instrução CVM nº 400/03.

O Bancoob declara que as informações contidas neste Prospecto, referentes às suas atividades e situações econômico-financeiras são verdadeiras, consistentes e corretas.

O registro não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade das Quotas a serem distribuídas e é concedido segundo critérios formais de legalidade.

Maiores Informações sobre o Fundo ou sobre a Oferta poderão ser obtidas junto à Administradora ou na CVM.

GLOSSÁRIO

Para fins deste Prospecto, as definições contidas nesta Seção, no singular ou no plural, salvo se outro significado lhes for expressamente atribuído, têm o seguinte significado:

Definições referentes ao Programa de Securitização

Administradora	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Agência Classificadora de Risco da 1ª Série de Quotas Seniores	Significa a Austin Rating Ltda.
Agência de Classificadora de Risco da 2ª Série de Quotas Seniores	Significa a Standard & Poor's.
Agentes	Quaisquer acionistas, administradores, empregados, prestadores de serviços, prepostos ou mandatários de qualquer Pessoa que tenham sido expressamente autorizados a atuar em nome da referida Pessoa
Agente Cobrador	Empresa que vier a ser contratada pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, para fins de cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, observados os Procedimentos de Cobrança. O BANCOOB assumiu, a partir da data de constituição do Fundo, a prestação de tais serviços, na forma ajustada no Convênio de Cobrança
Agente Escriturador	Banco do Brasil S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, na SBS, quadra 1, bloco G, Edifício sede III , inscrito no CNPJ/MF sob nº 00.000.000/0001-91
Alocação de Investimento Mínima	Razão entre o valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e o Patrimônio Líquido, apurada diariamente pela Administradora. A Alocação de Investimento Mínima deverá ser igual ou superior a 0,5 (cinco décimos) ou 50% (cinquenta por cento)
Amortização Programada de Quotas Subordinadas	Tem o significado que lhe é atribuído no inciso II do Capítulo Treze do Regulamento
Anexo	Significa os anexos ao presente Prospecto, cujos termos são parte integrante e complementar deste instrumento, para todos os fins e efeitos de direito
Aprovação Consensual	A aprovação de matéria posta em discussão na Assembléia Geral, tanto pela maioria dos titulares de Quotas Sênior quanto pela maioria dos titulares de Quotas Subordinadas presentes à respectiva Assembléia Geral, nesse último caso apenas em relação às matérias nas quais os titulares de Quotas Subordinadas possuam direito de voto, de

	acordo com o disposto no inciso XVII do Capítulo Dezenove do Regulamento, votando em separado os titulares de cada classe de Quotas
Assembléia Geral	Assembléias gerais, ordinárias e extraordinárias, de Quotistas do Fundo realizadas nos termos do Regulamento
Associados	Pessoas físicas e/ou jurídicas associadas às Cooperativas Singulares participantes do SICOOB - Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil que é constituído por Cooperativas Centrais e suas Cooperativas Singulares filiadas que operam com o BANCOOB
Aviso de Desenquadramento	Documento preparado pela Administradora e por esta enviado ao BANCOOB, por meio do qual o Fundo solicita que o BANCOOB informe como pretende, se for o caso, proceder ao reenquadramento do Fundo a certos índices e parâmetros específicos definidos no Regulamento
BANCOOB	Banco Cooperativo do Brasil S/A - BANCOOB
Base de Dados do Fundo	Base de dados, atualizada diariamente pelo Custodiante, contendo as informações dos bens e direitos creditórios integrantes do ativo do Fundo
Boleto de Cobrança	Documento emitido pelo Agente Cobrador, nos termos do Anexo III do Regulamento, nas hipóteses em que a cobrança deva ser feita mediante emissão de boleto bancário, o qual deverá conter as seguintes mensagens, em destaque, no campo apropriado: “Direito de Crédito passível de cessão a terceiros – Pagável somente em Banco”
Capítulo	Cada um dos capítulos do Regulamento
CDI <i>spot</i>	Taxa DI- <i>over</i> , média, extra grupo, divulgado pela CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação, válida por 1 (um) dia útil (<i>overnight</i>), expressa na forma percentual, em base anual (252 dias úteis), referente ao dia útil imediatamente anterior
CDB	Certificado de Depósito Bancário
Circulação	Número de Quotas devidamente subscritas e integralizadas, nos termos do Regulamento, e não integralmente amortizadas, referente a cada classe de Quotas em cada ocasião ou evento a que se faça referência no Regulamento
Circulação Especial	Número de Quotas Sênior devidamente subscritas e integralizadas, nos termos do Regulamento, e não integralmente amortizadas ou resgatadas e as Quotas Sênior a serem subscritas e integralizadas, referente a cada Classe de Quotas Sênior em cada ocasião ou evento a que se faça referência no Regulamento

Cliente	significa a pessoa física ou jurídica cliente do BANCOOB que com ele contrate uma operação de mútuo ou empréstimo
CNPJ/MF	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda
COLED	Colegiado da Diretoria do BANCOOB
Condições Resolutivas da Cessão	Hipóteses em que considerar-se-á resolvida a cessão de qualquer dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo pelo BANCOOB
Conta Corrente do Cedente	Conta corrente de titularidade do Cedente, identificada em cada Termo de Cessão, na qual o Custodiante, por conta e ordem do Fundo, efetua o pagamento do Preço de Aquisição
Conta Corrente de Cobrança	Conta corrente do Fundo mantida junto ao Agente Cobrador, na qual serão creditados os recursos decorrentes do pagamento de Direitos Creditórios
Conta Corrente do Fundo	Conta corrente aberta em nome do Fundo, na agência 1769-8 do Custodiante
Contrato de Cessão	Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças, celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo e o BANCOOB
Contrato de Coordenação	Contrato de Coordenação, em Regime de Melhores Esforços de Colocação de Quotas Sênior da 2ª Série do BANCOOB Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros, celebrado entre a Administradora e o BANCOOB
Contrato de Custódia	Contrato de Prestação de Serviços de Controladoria, Custódia Qualificada, Escrituração de Quotas e Liquidação Financeira, celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, o Custodiante, o BANCOOB e o Gestor, e seu Primeiro Termo Aditivo
Contrato de Financiamento	Instrumento de contrato celebrado entre a Cooperativa Singular Habilitada e o Associado representativo de uma Operação de Financiamento ou o instrumento de contrato celebrado entre o BANCOOB ou a Cooperativa Singular Habilitada e o Mutuário representativo de uma Operação de Crédito Consignado, mediante o qual são originados Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo. Nas Operações de Financiamento o Contrato de Financiamento poderá representado por uma Cédula de Crédito Bancário emitida pelo Associado devedor em favor da respectiva Cooperativa Singular Habilitada.

Contrato de Gestão	Contrato de Gestão celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo e o Gestor, com a interveniência do BANCOOB
Controle	Tem o significado estabelecido no artigo 116 da Lei 6.404/76 e/ou significa o poder detido pelo acionista ou quotista que detenha 50% mais uma ação ou quota do capital votante de uma determinada Pessoa
Convênio	Instrumento de contrato ou convênio celebrado entre o BANCOOB, ou uma Cooperativa Singular Habilitada e uma Entidade, mediante o qual foram instituídas as regras de realização de empréstimos com pagamento por consignação em folha de pagamento com Mutuários vinculados àquela respectiva Entidade
Convênio de Cobrança	Convênio de Prestação de Serviços de Cobrança Bancária celebrado entre a Administradora por conta e ordem do Fundo e o BANCOOB, com a interveniência do Banco do Brasil
Cooperativas Singulares	Significa as cooperativas de crédito que constituem a base do SICOOB. A distribuição dos produtos e serviços gerados pelo sistema e todos os contatos das entidades ligadas ao cooperativismo de crédito com seus associados são realizados a partir delas. São regulamentadas pelo CMN - Conselho Monetário Nacional - através da Resolução nº 3321, de 30 de setembro de 2005, cabendo ao Banco Central do Brasil autorizar seu funcionamento e fiscalizar suas atividades
Cooperativas Singulares Habilitadas	Significam as Cooperativas Singulares que forem consideradas pela Administradora, pelo BANCOOB e pelo Gestor como aptas a cederem Direitos Creditórios ao BANCOOB, nos termos do Regulamento e do Contrato de Cessão
Cooperativas Centrais	significa as cooperativas de crédito de segundo grau cujo seu quadro de associados é formado, exclusivamente, por Cooperativas Singulares, na forma da Lei nº 5764/71
COSIF	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional editado pelo Bacen
CPF/MF	Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda
Critérios de Elegibilidade	Critérios para aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo definidos no Regulamento
Custodiante	Banco do Brasil S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, na SBS, quadra 1, bloco G, Edifício sede III , inscrito no CNPJ/MF sob nº 00.000.000/0001-91

CVM	Comissão de Valores Mobiliários – CVM
Data de Amortização	Data em que o Fundo efetua a Amortização Integral e/ou a Amortização Programada de Quotas Sênior, observado o disposto no respectivo Suplemento da Série “n”, sendo que o Fundo não poderá emitir Quotas Sênior com Data de Amortização posterior a 01 de fevereiro de 2026
Data de Amortização de Quotas Subordinadas	Data em que o Fundo promove a Amortização Programada de Quotas Subordinadas
Data de Aquisição	Data em que o Fundo efetua o pagamento ao Cedente dos recursos referentes aos Direitos Creditórios Elegíveis adquiridos na mesma data
Data de Emissão	Data em que os recursos decorrentes da integralização de Quotas de determinada Série, em moeda corrente nacional e/ou por meio da cessão de Direitos Creditórios, são colocados pelos investidores à disposição do Fundo, nos termos do Regulamento, a qual deverá ser, necessariamente, um “dia útil”
Data de Oferta	Data em que o BANCOOB envia o Layout para o Custodiante, nos termos do Contrato de Cessão, contendo as características dos Direitos Creditórios que pretende ceder ao Fundo
Direito Creditório	Direito creditório originado em uma Operação de Financiamento ou em uma Operação de Crédito Consignado, expresso em moeda corrente nacional, representados por Contratos de Financiamento
Direito Creditório Adimplente	Direito Creditório integrante da carteira do Fundo que não seja um Direito Creditório Inadimplente
Direito Creditório com Garantia	Direito Creditório que possua como garantia a cessão fiduciária ou penhor de outros direitos creditórios, no percentual mínimo de 130% (cento e trinta por cento) do valor contratado e cujo valor máximo não exceda a 0,5% (cinco décimos por cento) do Patrimônio Líquido Ajustado do Fundo
Direito Creditório de Capital de Giro	Direito Creditório oriundo de Operações de Financiamento sem outorga de garantias reais ao credor cuja finalidade dos recursos seja o fomento de pessoas jurídicas
Direito Creditório Elegível	Direito Creditório que atenda, nas Datas de Aquisição, aos Critérios de Elegibilidade
Direito Creditório Inadimplente	Direito Creditório de titularidade do Fundo, vencido ou a vencer, cujo respectivo Mutuário encontre-se inadimplente, integral ou parcialmente, no cumprimento de suas obrigações pecuniárias referentes a qualquer Direito Creditório de titularidade do Fundo, por prazo

superior a 15 dias

Diretor Designado	Diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a esse relativas
Distribuição	Cada distribuição de Quotas do Fundo, sendo cada distribuição sujeita aos procedimentos de protocolo definidos na Instrução CVM
Documentos Comprobatórios	O Contrato de Financiamento e demais documentos necessários à realização de uma Operação de Financiamento ou de uma Operação de Crédito Consignado
Documentos da Securitização	O Regulamento, o Contrato de Cessão, o Convênio de Cobrança, o Contrato de Custódia, os Termos de Cessão, os Termos de Cessão e Integralização de Quotas Subordinadas, e o Prospecto, em conjunto ou isoladamente
Empresa de Auditoria	PricewaterhouseCoopers, situada na SCS-Quadra 6 – Edifício Bandeirantes 4º andar, CEP 70300-968, Brasília - DF
Entidade	Qualquer Pessoa de direito público federal, estadual ou municipal e/ou entidades abertas de previdência complementar e sociedades seguradoras que tenha celebrado Convênio com o BANCOOB ou com Cooperativa Singular Habilitada, ou, conforme o caso, cuja contratação de operações de financiamento com os Mutuários vinculados e/ou associados à respectiva Entidade tenha sido expressamente aprovada na forma da legislação aplicável, devidamente perfilada na Lista de Convênios
Evento de Amortização Antecipada	Evento definido no Regulamento, cuja ocorrência poderá dar causa à adoção dos procedimentos de amortização antecipada de Quotas
Evento de Avaliação	Evento definido no Regulamento, cuja ocorrência poderá dar causa à adoção dos procedimentos de reavaliação sobre a continuidade do Programa de Securitização
Evento de Resilição	Evento definido no Contrato de Cessão, cuja ocorrência poderá dar causa à adoção dos procedimentos de amortização antecipada de Quotas do Fundo, previstos no Regulamento
Evento de Revisão	Evento definido no Contrato de Cessão, cuja ocorrência poderá dar causa à adoção dos procedimentos de reavaliação sobre a continuidade do Programa de Securitização
Estruturador	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores

Mobiliários S.A.

Giro da Carteira ou GC

Prazo médio de todos os Direitos Creditórios de Capital de Giro de titularidade do Fundo, apurado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$GC = \frac{\left(\sum_{d=1}^n VN_d \times N_d \right) + (VND \times ND)}{(VNt + VND) \times 30}$$

onde:

GC é o giro da carteira de Direitos Creditórios de Capital de Giro do Fundo, em número inteiro de dias, obtido pelo arredondamento do resultado da fórmula;

VNd é o valor nominal de cada Direito Creditório de Capital de Giro de titularidade do Fundo na Data de apuração de GC, exceto aquelas que, na Data de apuração de GC, estejam vencidas e não pagas;

Nd é o número de dias compreendidos entre a Data de apuração do GC e a data de vencimento, inclusive, do respectivo Direito Creditório de Capital de Giro;

VND é o valor nominal do Direito Creditório de Capital de Giro a ser adquirido;

ND é o número de dias compreendidos entre a Data de apuração de GC e a data de vencimento, inclusive, do Direito Creditório de Capital de Giro a ser adquirido; e

VNt é o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios de Capital de Giro de titularidade do Fundo na Data de apuração de GC, exceto aqueles que, na Data de apuração de GC, estejam vencidos e não pagos.

Gestor

BANCOOB ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS LTDA., com sede no SCS Quadra 06 Bloco A nº. 50 Sala 208 parte A – Ed. Sofia – Brasília – DF, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.397.614/0001-06, autorizada a funcionar pela Comissão de Valores Mobiliários, nos termos do Ato Declaratório nº. 8402 de 21/07/2005, contratado para prestar serviços de gestão de ativos ao Fundo nos termos do Contrato de Gestão

IGP-M

Índice Geral de Preços do Mercado calculado pela Fundação Getúlio Vargas

Índice de Liquidez	Significa o valor apurado diariamente pela Administradora, com base nas informações e dados fornecidos pelo Custodiante, para cada evento de Amortização Programada e/ou Amortização Integral de cada Série de Quotas Sênior em Circulação, mediante a aplicação da expressão prevista no item 62 do Anexo I do Regulamento
Instituições Autorizadas	União de Bancos Brasileiros S.A. - Unibanco, Banco Bradesco S.A., Banco Itaú S.A., Banco Itaú BBA S.A., Banco Santander Brasil S.A., BANCOOB, Banco do Brasil S.A., Banco Citibank S.A. ou outras instituições de primeira linha que venham a ser aprovadas pelos titulares da maioria das Quotas Sênior, reunidos em Assembléia Geral, sendo que, neste caso, a maioria dos titulares de Quotas Subordinadas, presentes na referida Assembléia Geral, terá o direito de vetar a inclusão da instituição escolhida pelos titulares de Quotas Sênior
Instrução CVM	Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores
Investidor Qualificado	Pessoa definida na Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e suas alterações posteriores
Layout	Arquivo enviado, por meio eletrônico, pelo Cedente ao Custodiante, diretamente ou por intermédio da Administradora, nos termos do inciso II do Capítulo Seis e de acordo com o modelo definido no Anexo IV, ambos do Regulamento
Lista de Convênios	Relação de Grupos de Entidades contida no Anexo XIII do Regulamento
MACRE	Manual da Política de Crédito do Bancoob
Montante Mínimo	Tem o significado que lhe é atribuído na alínea “c” do inciso I do Capítulo Treze do Regulamento
Mutuário	Nas Operações de Financiamento, o Associado que seja devedor de Direito Creditório cedido ao Fundo; e nas Operações de Crédito Consignado a pessoa física tomadora do empréstimo junto ao BANCOOB e/ou à Cooperativa Singular Habilitada, devedora do Direito Creditório cedido ao Fundo
Negócios Restritos	Tem o significado que lhe é atribuído no inciso I da Cláusula Dezessete do Contrato de Cessão
Operações de Crédito Consignado	Tem o significado que lhe é atribuído na alínea “a” do inciso II, do Capítulo Quatro do Regulamento
Operação de Crédito Pessoal	Operação de Financiamento cujo mutuário seja uma pessoa física ou natural

Operações de Financiamento	Operações de crédito, empréstimo ou financiamento, com ou sem garantias, de curto, médio ou longo prazo, decorrentes de financiamento de veículos ou de empréstimo pessoal, realizadas entre uma Cooperativa Singular Habilitada e qualquer de seus Associados
Outros Ativos	Ativos financeiros, modalidades operacionais, integrantes da carteira do Fundo, excluindo-se Direitos Creditórios, conforme previsto no Regulamento, os quais devem possuir classificação de risco (<i>rating</i>) igual ou superior à classificação de risco atribuída às Quotas Sênior da 2ª Série do Fundo
PA	Percentual de amortização do valor de cada Quota Sênior de cada Série, se houver, apurado nas respectivas Datas de Amortização, observado o disposto no Suplemento da respectiva Série “n”
Patrimônio Líquido	Patrimônio líquido do Fundo, apurado na forma do Regulamento
Patrimônio Líquido Ajustado	significa o Patrimônio Líquido do Fundo acrescido do somatório do valor de todas as Quotas Sênior a serem subscritas que estejam em processo de distribuição pública e/ou privada no momento da apuração do Patrimônio Líquido Ajustado
Período de Vigência	Tem o significado atribuído no inciso I do Capítulo Dois do Regulamento
Pessoa	Pessoas naturais, pessoas jurídicas ou grupos não personificados, de direito público ou privado, incluindo qualquer entidade da administração pública, federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, incluindo qualquer modalidade de condomínio
Pessoa Autorizada	Qualquer Pessoa que tenha sido expressamente autorizada e legitimada a atuar, passar ordens, instruções e contratar em nome de outra Pessoa
Potencial de Cessão	Valor das disponibilidades, em moeda corrente nacional, de titularidade do Fundo não comprometidas com o pagamento de exigibilidades do Fundo, disponível para a aquisição de Direitos Creditórios do BANCOOB, definido diariamente pela Administradora
Política de Concessão de Crédito	Política de concessão de crédito definida no Anexo V do Regulamento
Pré-pagamento	Significa o pagamento do Direito Creditório, pelo respectivo Mutuário, em data anterior à data de seu respectivo vencimento
Preço de Aquisição	Valor presente (a) dos Direitos Creditórios Elegíveis pago pelo Fundo ao Cedente, em moeda corrente nacional,

	conforme indicado em cada Termo de Cessão, ou (b) dos Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo pelo Cedente em contrapartida à integralização de Quotas Subordinadas, conforme indicado em cada Termo de Cessão e Integralização de Quotas Subordinadas
Procedimentos de Cobrança	Procedimentos de cobrança dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, definidos em anexo próprio do Regulamento, sob responsabilidade do Agente Cobrador
Procedimento de Cobrança Ordinário	Procedimento descrito no inciso II do Capítulo Seis do Regulamento
Procuração Irrevogável	Procuração outorgada pelo BANCOOB à Administradora, por instrumento público, para assegurar o cumprimento de certas obrigações definidas no Contrato de Cessão
Programa de Securitização	Mecanismos e procedimentos definidos nos Documentos da Securitização, por meio dos quais o Cedente cede Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, captando recursos para suas atividades
Prospecto	Este Prospecto do Fundo
Quotas	Quotas Sênior ou Quotas Subordinadas emitidas pelo Fundo em qualquer Distribuição
Quota Sênior	Quota emitida pelo Fundo, nos termos do Regulamento, que não se subordina às Quotas Subordinadas para efeito de amortização ou resgate, inclusive na hipótese de amortização ou liquidação antecipada do Fundo
Quota Subordinada	Quota emitida pelo Fundo, nos termos do Regulamento, que se subordina às Quotas Sênior para efeito de amortização ou resgate, inclusive na hipótese de amortização ou liquidação antecipada do Fundo
Quotistas	Significa, em conjunto ou isoladamente, os titulares de Quotas
Razão de Garantia	Razão entre (i) o somatório do valor atualizado das Quotas Sênior, deduzido do valor dos Outros Ativos, e (ii) o valor do Patrimônio Líquido, deduzido do valor dos Outros Ativos, apurado diariamente pela Administradora. A Razão de Garantia deverá ser equivalente a, no máximo, 0,77 (setenta e sete centésimos).
Regulamento	O Regulamento do Fundo
Refinanciamento	Significa o pagamento antecipado dos Direitos Creditórios de determinado Mutuário, antes da sua respectiva data de vencimento, com recursos provenientes de nova operação de financiamento concedida pela respectiva Cooperativa Singular Habilitada ou pelo BANCOOB

Renegociação	Significa a alteração nas condições de pagamento do respectivo Contrato de Financiamento (mudança de prazo, alteração na taxa de financiamento ou garantias), sem que ocorra o pagamento antecipado dos Direitos Creditórios.
Reserva de Amortização	Reserva pagamento, onde deverão ser segregados Outros Ativos, destinada exclusivamente ao pagamento dos montantes referentes às parcelas de amortizações e ao resgate de cada Série de Quota Sênior
Reserva de Caixa	Equivalente a 0,50% (cinquenta centésimos por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo (“ <u>Reserva de Caixa</u> ”), cujo valor a Administradora deverá segregar na contabilidade do Fundo e manter aplicado em Outros Ativos, ou em moeda corrente nacional. A Reserva de Caixa destinar-se-á exclusivamente ao pagamento dos montantes referentes às despesas e encargos do Fundo, incluindo-se a Taxa de Administração, conforme inciso II do Capítulo Vinte e Quatro do Regulamento
Seção	Seções deste Prospecto
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
Série	Qualquer série de Quotas Sênior emitida pelo Fundo, nos termos do Regulamento
<i>Sobretaxa</i>	Percentual da variação da Taxa DI definida para cada uma das Séries de Quotas Sênior no respectivo Suplemento
Suplemento	Documento preparado na forma de anexo específico do Regulamento, contendo as condições de remuneração e de pagamento de cada Série
Taxa de Administração	Tem o significado que lhe é atribuído no inciso XI do Capítulo Sete do Regulamento
Taxa de Desconto	Taxa de desconto, informada pela Administradora ao Custodiante, por meio dos sistemas eletrônicos colocados à disposição para tanto, utilizada na determinação do Preço de Aquisição, nos termos do Regulamento
Taxa Mínima de Desconto	Taxa equivalente a 140% da Taxa DI, calculada e apurada na forma do Contrato de Cessão

Taxa DI	Tem o significado que lhe é atribuído no item “i” da alínea “b” do inciso III do Capítulo Onze do Regulamento
TED	Transferência Eletrônica Disponível
Termo de Adesão ao Regulamento	Documento preparado sob a forma do Anexo VIII do Regulamento, firmado pelos Quotistas evidenciando sua adesão aos termos do Regulamento
Termo de Cessão	Documento preparado pela Administradora na forma do Anexo IX do Regulamento
Termo de Cessão Consolidado	Termo de cessão consolidado, preparado na forma do Contrato de Cessão, o qual deverá ser lavrado, quinzenalmente, por meio de instrumento público perante Tabelião de Notas da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro
Termo de Cessão e Integralização de Quotas Subordinadas	Documento preparado pela Administradora na forma do Anexo X do Regulamento
Valor Referencial	Tem o significado que lhe é atribuído no inciso I do Capítulo Vinte e Sete do Regulamento

Pessoas e Instituições

ANBID	Associação Nacional de Bancos de Investimento
Administradora	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Bacen	Banco Central do Brasil
BANCOOB	BANCOOB - BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S/A, instituição financeira com sede em Brasília, Distrito Federal, SCS Quadra 6, Bloco A, nº 50, Ed. Sofia, 4º andar, inscrito no CNPJ sob o n.º 02.038.232/0001-64
BM&F	Bolsa de Mercadorias & Futuros
Bovespafix	Mercado de Títulos de Dívida Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo
Cedente	O BANCOOB, enquanto cedente de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo
CETIP	Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
Distribuidora	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A

Serasa	Serasa S.A., empresa especializada em análises e informações para decisões de crédito e apoio a negócios
Somafix	Mercado de Balcão Organizado de Renda Fixa administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo S.A. – BVSP
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DA DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS SÊNIOR DA 2ª SÉRIE NO CURSO DO PROGRAMA DE SECURITIZAÇÃO

Emissor:	BANCOOB Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros
Cedente:	BANCOOB - BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S/A, instituição financeira com sede em Brasília, Distrito Federal, SCS Quadra 6, Bloco A, nº 50, Ed. Sofia, 4º andar, inscrito no CNPJ sob o n.º 02.038.232/0001-64
Classe de Quotas:	2 (duas) classes, sendo: 1 classe de Quotas Sênior, as quais podem ser divididas em Séries, a serem distribuídas em uma ou mais Distribuições 1 classe de Quotas Subordinadas
Preço Unitário das Quotas Sênior da 2ª Série:	R\$25.000,00 na 1ª Data de Emissão de Quotas Sênior da 2ª Série
Preço Unitário das Quotas Subordinadas:	R\$25.000,00 na 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas
Número de Quotas Sênior da 2ª Série a serem distribuídas no curso da 2ª Distribuição:	O Fundo está ofertando na 2ª Distribuição até 4.000 (quatro mil) Quotas Sênior da 2ª Série, no valor unitário de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), perfazendo o montante de até R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais)
Administradora:	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, sociedade por ações, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91
Custodiante:	Banco do Brasil S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, na SBS, quadra 1, bloco G, Edifício sede III, inscrito no CNPJ/MF sob nº 00.000.000/0001-91, ou seu sucessor
Empresa de Auditoria do Fundo	PriceWaterhouse Coopers
Agência de Classificação de Risco:	Standard & Poor's

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento e com o Suplemento da 2ª Série de Quotas Sênior, porém não o substitui. Possíveis adquirentes das Quotas devem ler cuidadosamente este Prospecto e o Regulamento com especial atenção às disposições relativas ao objeto e às políticas de investimento do Fundo, procedimentos e prazos de amortização e resgate de Quotas, bem como a descrição dos fatores de risco a que este está exposto.

Maiores informações e esclarecimentos sobre as Quotas Seniores da 2ª Série. objeto de distribuição e sobre o Fundo poderão ser obtidas com a Administradora.

SUMÁRIO

Este sumário foi elaborado com base nas informações constantes do presente Prospecto.

O Fundo e seu Público-Alvo

O Fundo foi constituído em 13 de julho de 2006, sob a forma de condomínio fechado, com prazo de vigência regular até 01 de abril de 2026. O Regulamento encontra-se registrado sob o nº 1054950, em 13 de julho de 2006, e seus Instrumentos Particulares de Primeira, Segunda, Terceira, Quarta, Quinta, Sexta, Sétima, Oitava, Nona e Décima e Décima Primeira alterações, registrados sob os nºs 1055211, 1064200, 1068701, 1072891, 1080126, 1085373, 1097450, 1103905, 1106045 e 1111780 respectivamente, todos perante o 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Estado do Rio de Janeiro. O Fundo é regido pelas disposições de seu Regulamento, pela Instrução CVM e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Os documentos referidos no § 1º do artigo 8º da Instrução CVM foram protocolados na CVM em 27 de novembro de 2007, e complementado em 24 de janeiro de 2008, 18 de fevereiro de 2008, 25 de fevereiro de 2008 e 04 de março de 2008. Os documentos de modificação da oferta foram protocolados na CVM em 23/06/2008.

O Fundo iniciou suas atividades em 10 de novembro de 2006.

O Fundo tem por objeto precípua adquirir Direitos Creditórios. A cessão dos Direitos Creditórios do BANCOOB ao Fundo será realizada nos termos do Contrato de Cessão e do Regulamento, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra ou coobrigação do BANCOOB ou de qualquer outra Pessoa. O BANCOOB, suas Pessoas controladoras, sociedades por estas direta ou indiretamente controladas, a estas coligadas ou outras sociedades sob controle comum não respondem pelo pagamento dos Direitos Creditórios e pela solvência dos Mutuários. O BANCOOB é apenas responsável pela existência, liquidez e correta formalização dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos do Regulamento e do Contrato de Cessão.

Em 30 de maio de 2008, o Fundo possuía em circulação 234 (duzentas e trinta e quatro) Quotas Subordinadas e 587 (quinhentas e oitenta e sete) Quotas Seniores da 1ª Série. Abaixo, segue quadro resumido do Fundo em 30 de maio de 2008:

Cotas do Fundo

Bancoob Subordinada (30/05/2008)	
ee	6.937.616,92
Qtde de Cotas Integralizadas	234,00000000
Valor da Cota	29.647,93555600
Data de início (dd/mm/aaaa)	10/11/2006

Rentabilidade	Indexador	Último Mês (ABR/08)	Últimos 12 meses	Acumulado desde 10/11/2006
	Cota	1,327197%	16,960861%	18,591742%
	CDI	0,896313%	11,283930%	18,670167%
	Cota / CDI	148%		

Bancoob Senior (30/05/2008)	
Patrimônio Líquido (Bancoob Senior)	11.687.558,95
Qtde de Cotas Integralizadas	587,00000000
Valor da Cota	19.910,66260600
Data de início (dd/mm/aaaa)	17/11/2006
Próxima Amortização em 02/06/2008, ver tabela	PA = 4,17%
Rating	Austin (AA-) 31/03/2008

Rentabilidade	Indexador	Último Mês (ABR/08)	Últimos 12 meses	Acumulado desde 17/11/2006
	Cota	0,968345%	12,239605%	20,042828%
	CDI	0,896313%	11,283930%	18,429764%
108% do CDI	Cota / CDI	108%		

PL Total do Fundo (30/05/2008)	
18.625.175,87	

[Patrimônio Líquido Médio](#) nos termos do art. 50, inciso IV, da Instrução CVM 356.

Obs: a rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros; e os investimentos em fundos não são garantidos pelo administrador ou pelo Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

Composição da Carteira

	R\$	Base	% Ref.	Referência	
				Mín	Máx
Outros Ativos	1.474.455,47	PL	7,92	-	-
Caixa/Bancos	25.942,54	PL	0,14	-	-
Títulos Privados	0,00	PL	0,00	-	-
Títulos Públicos	0,00	PL	0,00	-	-
Over (Compromissadas)	1.448.512,93	PL	7,78	-	-
Swap	0,00	PL	0,00	-	-
Total Recebíveis	17.149.459,87	PL	92,08	-	-
V.P. Recebíveis a vencer	17.149.459,87	PL	92,08	-	-
Recebíveis em atraso	0,00	PL	0,00	-	-
[x] 01 até 30 dias	0,00	PL	0,00	-	-
[x] 31 até 60 dias	0,00	PL	0,00	-	-
[x] 61 até 90 dias	0,00	PL	0,00	-	-
[x] mais de 90 dias	0,00	PL	0,00	-	-
PDD	0,00	PL	0,00	-	-
Contas a pagar/receber	1.260,53	PL	0,01	-	-
PL Total	18.625.175,87	PL	100,00	-	-

Índices / Limites

	Resultado	Referência	
		Mín	Máx
Razão de Garantia	59,55	-	80,00
Alocação de Investimento	92,08	50,00	-
Índice de Liquidez (Sênior 1)	2,05	1,00	-

Vide Seções “Procedimento de Oferta de Direitos Creditórios e de Formalização da Cessão”, com referência aos procedimentos de constituição dos Direitos Creditórios e de sua cessão ao Fundo.

O Fundo emitirá Quotas Sênior da 2ª Série para captar recursos, em moeda corrente nacional, necessários à aquisição dos Direitos Creditórios e dos demais ativos integrantes de sua carteira.

As Quotas Subordinadas poderão ser integralizadas em moeda corrente nacional ou por meio da cessão pelo BANCOOB de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo.

Somente Investidores Qualificados poderão ser subscritores ou adquirentes de Quotas, nos termos dos normativos da CVM.

Fatores de Risco

Aplicação no Fundo apresenta riscos para os Quotistas. Antes de tomar uma decisão de investimento, potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações contidas neste Prospecto e avaliar os fatores de risco aqui descritos que refletem as especificidades do Programa de Securitização. Em decorrência dos riscos inerentes à sua própria natureza, poderá ocorrer atraso, por tempo indeterminado, na restituição aos Quotistas do capital investido ou eventual perda do valor de principal de suas aplicações.

Vide Regulamento, Capítulo Dez – “Fatores de Risco” e Seção “Fatores de Risco”.

A Administradora

O Fundo é administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A., sociedade por ações, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91.

A Administradora tem por função precípua praticar todos os atos de gestão ordinária do Fundo nos termos da Instrução CVM e do Regulamento, de modo a manter sua boa ordem legal, operacional e administrativa. Os deveres e as obrigações da Administradora encontram-se definidos no Regulamento.

Vide Regulamento, Capítulo Sete – “Da Administradora”.

Outros Serviços

Auditoria:	PricewaterhouseCoopers SCS-Quadra 6 – Edifício Bandeirantes 4º andar 70300-968 Brasília - DF
Classificação de Risco:	Standard & Poor's: Avenida Eng. Luis Carlos Berrini, nº 1253, 10º andar Cep: 04571-000 São Paulo – SP
Custódia:	Banco do Brasil S.A., Distrito Federal, na SBS, quadra 1, bloco G, Edifício sede III. Brasília CEP 70306-902
Agente Cobrador Bancário:	BANCOOB Banco Cooperativo do Brasil S.A. SCS Quadra 6, Bloco A, nº 50, Ed. Sofia, 4º andar Brasília – DF CEP 70306-902
Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplentes:	BANCOOB Banco Cooperativo do Brasil S.A. SCS Quadra 6, Bloco A, nº 50, Ed. Sofia, 4º andar Brasília – DF CEP 70306-902
Custódia Física dos Documentos Comprobatórios:	BANCOOB Banco Cooperativo do Brasil S.A. SCS Quadra 6, Bloco A, nº 50, Ed. Sofia, 4º andar Brasília – DF - CEP 70306-902 e Cooperativas Singulares Habilitadas, observado o disposto no Contrato de Cessão
Distribuidora:	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A. Avenida das Américas 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown - Rio de Janeiro – RJ CEP 22640-100
Gestor:	Bancoob Administração e Gestão de Recursos Ltda CNPJ/MF nº 07.397.614/0001-06 SCS Quadra 06 Bloco A nº. 50 Sala 208 parte A – Ed. Sofia - Brasília – DF - CEP 70306-902

Obrigações do Custodiante

O Banco do Brasil S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, na SBS, quadra 1, bloco G, Edifício sede III , inscrito no CNPJ/MF sob nº 00.000.000/0001-91, é a instituição custodiante do Fundo.

Entre outras atribuições definidas na Instrução, no Regulamento e no Contrato de Custódia, compete ao Custodiante:

- verificar que os Direitos Creditórios a serem cedidos pelo BANCOOB ao Fundo atendem aos Critérios de Elegibilidade;
- zelar pela boa ordem, operacionalizar e executar todos os procedimentos e rotinas definidos nos Documentos de Securitização que sejam de sua exclusiva responsabilidade;

- c) receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios, sendo que a metodologia e os resultados obtidos deverão ser colocados à disposição da Administradora e dos órgãos reguladores;
- d) movimentar as Contas do Fundo, observadas as instruções passadas pela Administradora;
- e) receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural, ou constituir como fiéis depositários o BANCOOB e as respectivas Cooperativas Singulares Habilitadas, dos documentos abaixo relacionados, diretamente ou por meio de seus Agentes, mantendo em arquivo físico ou eletrônico a documentação negocial e fiscal relativa a cada operação realizada pelo Fundo, pelo prazo necessário ao atendimento da auditoria por parte da Administradora:
 - i) extratos das Contas do Fundo e comprovantes de pagamento de valores creditados pelo Custodiante na Conta Corrente do BANCOOB;
 - ii) cópia dos termos de cessão formalizando a cessão de Direitos Creditórios do BANCOOB para o Fundo e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos sob sua responsabilidade, definidos nos Documentos da Securitização;
 - iii) Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo que lhe tenham sido encaminhados pelo BANCOOB ou por seus Agentes;
 - iv) documentos comprobatórios referentes aos Outros Ativos; e
 - v) registros eletrônicos da Base de Dados do Fundo, relatórios preparados nos termos do Contrato de Custódia e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos nos Documentos da Securitização que sejam de sua responsabilidade.
- f) receber, diretamente ou por meio de seus Agentes, os valores relativos aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, transferidos, a qualquer título, pelo BANCOOB ou por seus Agentes para a Conta Corrente do Fundo;
- g) receber, diretamente ou por meio de seus Agentes, quaisquer rendimentos ou valores relacionados aos Outros Ativos, sendo que todas as verbas recebidas deverão ser exclusivamente creditadas, após a sua conciliação e trânsito em contas intermediárias de titularidade do Fundo, na Conta Corrente do Fundo, sendo expressamente vedado o crédito destes valores em qualquer outra conta corrente;
- h) efetuar a liquidação financeira relativa à aquisição de Direitos Creditórios, observadas as instruções passadas pela Administradora e os procedimentos definidos no Regulamento e no Contrato de Cessão;
- i) colocar à disposição da Administradora o fluxo financeiro do Fundo com registro dos respectivos lançamentos, em base diária, de forma que o mesmo possa cumprir pontualmente suas obrigações financeiras e contratuais; e
- j) somente acatar ordens assinadas pelo Diretor Designado ou por pessoa(s) autorizada(s) da Administradora, desde que as mesmas estejam de acordo com o previstos no Regulamento.

Os deveres e obrigações do Custodiante encontram-se definidos no Regulamento e no Contrato de Custódia.

Vide Regulamento, Capítulo Dezoito – “Do Custodiante”.

O Gestor

Nos termos do Contrato de Gestão, o BANCOOB ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS LTDA., com sede no SCS Quadra 06 Bloco A nº. 50 Sala 208 parte A – Ed. Sofia – Brasília – DF, inscrito no CNPJ sob o nº. 07.397.614/0001-06, autorizada a funcionar pela Comissão de Valores Mobiliários, nos termos do Ato Declaratório nº. 8402 de 21/07/2005, foi contratado para prestar os seguintes serviços de gestão de ativos ao Fundo nos termos do Contrato de Gestão:

- (i) a análise de títulos e valores mobiliários que o Fundo tenha a intenção de adquirir;
- (ii) a compra e venda, por conta do Fundo, de títulos, valores mobiliários e a realização de operações de swap, sempre respeitando os critérios estabelecidos no Regulamento do Fundo;
- (iii) o acompanhamento do processo de habilitação das Cooperativas Singulares à condição de Cooperativas Singulares Habilitadas;
- (iv) a análise e aprovação, de forma preliminar, dos lotes de Direitos Creditórios ofertados pelo BANCOOB; e
- (v) a definição do preço de aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo, observados os limites dispostos no Regulamento e no Contrato de Cessão.

Os deveres e obrigações do Gestor encontram-se definidos no Regulamento e no Contrato de Gestão.

Vide Regulamento, Capítulo Nove – “Do Gestor”.

Agente Cobrador Bancário

Nos termos do Convênio de Cobrança, o BANCOOB, na qualidade de prestador de serviços contratado pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, é responsável pelos serviços bancários de recebimento, conciliação e transferência de valores referentes aos Direitos Creditórios cedidos pelo BANCOOB ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão. Entre outras atribuições, o BANCOOB, na qualidade de mandatário e agente cobrador do Fundo, deverá identificar e segregar em seus sistemas de gerenciamento interno, por meio de rotinas e procedimentos pré-estabelecidos e passíveis de verificação independente pela Empresa de Auditoria, quais dos recursos creditados pelas Entidades, no caso de Operações de Crédito Consignado, são de titularidade do Fundo e quais Direitos Creditórios foram devidamente pagos com as verbas recebidas. No prazo máximo de até 3 dias úteis, contado do recebimento pelo BANCOOB das respectivas verbas, o BANCOOB deverá transferir os valores de titularidade do Fundo para a Conta Corrente do Fundo, não podendo as mesmas serem depositadas em qualquer outra conta corrente.

Nas Operações de Financiamento, o BANCOOB atuando como Agente Cobrador promoverá o seguinte procedimento de cobrança dos Direitos Creditórios:

- a) Os Direitos Creditórios serão pagos pelos Mutuários mediante Débito processado em Conta-Corrente do Mutuário mantida junto à respectiva Cooperativa Singular Habilitada na qual se originou o Direito Creditório, e crédito na Conta Corrente de Cobrança, do valor devido pelo Mutuário ao Fundo na respectiva data de vencimento do Direito Creditório, sendo tal procedimento operacionalizado pela respectiva Cooperativa Singular Habilitada por conta e ordem do Agente Cobrador;
- b) Até o dia útil subsequente a data de recebimento de recursos na Conta Corrente de Cobrança, o Agente Cobrador efetuará a transferência de recursos para a Conta Corrente do Fundo mantida junto ao Custodiante; e

- c) A tentativa de débito em conta-corrente do Mutuário será repetida nos 34 (trinta e quatro) dias subseqüentes, até que seja efetivado o pagamento, sendo que após o eventual insucesso de tais tentativas será iniciado o procedimento de cobrança de inadimplência composto pelas fases de cobrança amigável e pré-jurídica, conduzidas pelo Agente Cobrador, e judicial conduzida pelos escritórios de advocacia contratados pelo Agente Cobrador por conta e ordem do Fundo, na forma dos Procedimentos de Cobrança que constitui Anexo VI do Regulamento.

Serviços de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplentes

O BANCOOB, direta ou indiretamente, é responsável pela realização de todos os procedimentos de cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplentes de titularidade do Fundo, inclusive por meio da contratação de serviços terceirizados de cobrança. Os deveres e as obrigações do BANCOOB, na qualidade de Agente Cobrador, encontram-se definidos no Convênio de Cobrança e nos Procedimentos de Cobrança do Fundo que constitui Anexo VI ao Regulamento.

Vide Seção “Política de Concessão de Crédito aos Mutuários e Procedimentos de Cobrança” deste Prospecto.

Custódia Física dos Documentos Comprobatórios

Nos termos do Contrato de Custódia, do Contrato de Custódia Física e dos respectivos Contratos de Cessão de Direitos Creditórios celebrados entre o BANCOOB e as Cooperativas Singulares Habilitadas, o BANCOOB e, no caso de Direitos Creditórios decorrentes de Operações de Financiamento, as respectivas Cooperativas Singulares Habilitadas, por conta e ordem do Custodiante, serão responsáveis pela custódia física e guarda dos Documentos Comprobatórios, relativos aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo.

CONDIÇÕES DE DISTRIBUIÇÃO

Regime de Colocação das Quotas Sênior da 2ª Série

- A Distribuidora fará a colocação, sob o regime de melhores esforços, de até 4.000 (quatro mil) Quotas Sênior da 2ª Série.
- *Garantia de Liquidez:* A Distribuidora não celebrará contrato de garantia de liquidez tendo por objeto as Quotas, nem será constituído fundo de sustentação.
- *Adesão Contratual:* A Distribuidora poderá convidar a participar da distribuição, outras instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários que celebrarem contratos de coordenação com a mesma.
- *Remuneração:* Não será devida remuneração adicional à Administradora pelo exercício das funções de Distribuidora.

Cronograma de Etapas da Oferta

Encontra-se abaixo cronograma indicativo das etapas da distribuição:

Ordem dos Eventos	Eventos	Data ⁽¹⁾
1.	Protocolo do pedido de registro na CVM	27/11/2007
2.	Disponibilização do Prospecto Definitivo	18/04/2008
3.	Data de registro na CVM	08/05/2008
4.	Publicação do anúncio de início	04/07/2008
7.	Liquidação Financeira	05/07/2008
8.	Data máxima para publicação do anúncio de encerramento da oferta pública	04/01/2009

(1) Todas as datas previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério da Administradora.

Na hipótese de modificação significativa das condições da Oferta, os investidores que já tiverem aderido à oferta terão que confirmar seu interesse em manter a sua aceitação no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da comunicação da Administradora. A manutenção da aceitação será presumida em caso de silêncio.

Início e Encerramento da Distribuição

A colocação e subscrição das Quotas Sênior da 2ª Série somente terá início após: (i) o registro da distribuição das Quotas Sênior da 2ª Série na CVM; (ii) a disponibilização do prospecto definitivo; e (iii) a publicação do anúncio de início de distribuição das Quotas Sênior da 2ª Série.

A colocação das Quotas Sênior da 2ª Série deverá ser efetuada na CETIP, no prazo máximo de 180 dias a contar da data em que for publicado o anúncio de início da distribuição. Após a colocação da totalidade das Quotas Sênior da 2ª Série ou o término do prazo de colocação, aquele que ocorrer antes,

a distribuição será encerrada, quando deverá ser publicado anúncio de encerramento da oferta. A CVM, em virtude de solicitação fundamentada pela Administradora e a seu exclusivo critério, poderá prorrogar o prazo de 180 dias, por período, no máximo, igual.

Na subscrição de Quotas Sênior da 2ª Série, caso os recursos entregues pelo investidor sejam disponibilizados à Administradora até às 15:00hs, será utilizado o valor da Quota Sênior da 2ª Série em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos; caso os recursos entregues pelo investidor sejam disponibilizados à Administradora após 15:00hs, será utilizado o valor da Quota Sênior da 2ª Série no dia útil subsequente ao da efetiva disponibilidade de recursos.

Divulgação de Anúncios Relacionados à Distribuição

Todos os avisos, atos e decisões decorrentes desta distribuição que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos investidores, serão publicados no jornal Valor Econômico.

Manifestação de Aceitação ou de Revogação da Aceitação

A aceitação dos investidores deverá se dar de acordo com os procedimentos da CETIP. A revogação da aceitação pelo investidor, por sua vez, somente poderá ocorrer nas hipóteses expressamente previstas na Instrução nº 400, de 29 de dezembro de 2003, da CVM, e deverá se dar mediante carta protocolada na sede do Distribuidor até o quinto dia útil posterior à publicação do aviso ou após ser informando sobre a suspensão da Oferta.

Modificação, Suspensão, Cancelamento e Prorrogação da Oferta

A presente Oferta poderá ter seus termos modificados, conforme previstos pela Instrução nº 400, de 29 de dezembro de 2003, da CVM. Tendo sido deferida a modificação, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento da Administradora, prorrogar o prazo da oferta por até 90 dias.

Qualquer modificação da presente oferta deverá ser divulgada imediatamente mediante publicação de aviso ao menos na forma prevista no item “*Divulgação de Anúncios Relacionados à Distribuição*” acima. Adicionalmente, o Distribuidor deverá se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da oferta, de que o manifestante está ciente de que a oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Os investidores que já tiverem aderido à oferta deverão ser diretamente comunicados pelo Distribuidor a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter a aceitação, presumida a manutenção em caso de silêncio.

A presente oferta poderá ser suspensa ou cancelada pela CVM, a qualquer tempo, caso esteja se processando em condições diversas das constantes na legislação aplicável ou no registro concedido pela CVM ou caso seja considerada ilegal ou fraudulenta, ainda que obtido o respectivo registro.

A Administradora deverá dar conhecimento da suspensão ou do cancelamento aos investidores que já tenham aceitado a oferta mediante publicação de aviso na forma prevista no item “*Divulgação de Anúncios Relacionados à Distribuição*” acima, facultando-lhes, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar sua aceitação na forma e nos prazos previstos no item “*Manifestação de Aceitação ou de Revogação da Aceitação*” deste capítulo.

Devolução e Reembolso aos Investidores

Observado o disposto no parágrafo subsequente, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Quotas Sênior da 2ª Série subscritas: (i) todos os investidores que já tenham aceitado a oferta, na hipótese de seu cancelamento; e (ii) os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão. Para a restituição referida acima, serão utilizados os procedimentos adotados pela CETIP. A restituição dos valores devidos aos investidores deverá ocorrer em até 5 dias úteis contados da publicação do aviso ao mercado informando sobre a suspensão ou cancelamento da oferta, e que deverá conter o procedimento de restituição.

Caso a presente oferta não seja finalizada, por qualquer motivo, os recursos eventualmente depositados por investidores com relação às Quotas deverão ser devolvidos aos respectivos depositantes, ficando, porém, estabelecido que esses recursos serão devolvidos aos investidores sem adição de juros ou correção monetária. O aqui disposto se aplica, também, se for o caso, aos investidores que condicionarem sua adesão à distribuição quando da assinatura dos respectivos boletins de subscrição, caso essa condição não seja satisfeita quando do encerramento da distribuição.

Distribuição, Subscrição e Integralização das Cotas

Os investidores interessados em adquirir Quotas Sênior da 2ª Série devem contatar o Distribuidor, por telefone ou mediante correspondência, indicando a quantidade de Quotas Sênior da 2ª Série que pretendem adquirir.

No ato de subscrição das Quotas Sênior da 2ª Série, o investidor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Distribuidor; e (ii) receberá exemplar deste Prospecto e cópia do Regulamento, declarando, por meio da assinatura de termo de adesão, estar ciente (a) das disposições contidas no Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da carteira do Fundo e à Taxa de Administração; e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e neste Prospecto.

A integralização de Quotas Sênior da 2ª Série poderá ser efetuada por meio de depósito em conta corrente do Fundo, TED, por meio de sistema operacionalizado pela CETIP, ou pela transferência de recursos entre contas mantidas na mesma instituição financeira em que o Fundo mantiver conta corrente.

As Quotas Sênior da 2ª Série serão registradas para colocação na CETIP e para negociação na CETIP, Somafix e BovespaFix, cabendo à Administradora e, na hipótese de negociação de Quotas, exclusivamente aos intermediários, assegurar que a aquisição de Quotas somente seja feita por Investidores Qualificados.

Os custos da distribuição das Quotas Sênior da 2ª Série serão integralmente suportados pelo Bancoob.

Demonstrativo do Custo de Distribuição Pública das Quotas Sênior da 2ª Série

Demonstrativo do Custo da Distribuição da 2ª Série	
Custo com Agência de Classificação de Risco	R\$ 57.600,00
Despesas decorrentes do Registro:	R\$ 101.739,50
Outras Despesas na estruturação (estimadas):	R\$ 40.000,00
Total	R\$ 199.339,50

Custo Unitário de Distribuição

A tabela a seguir apresenta o custo unitário de distribuição das Quotas Sênior da 2ª Série:

Custo Unitário de Distribuição (*)	
Custo Total da Distribuição	R\$ 199.339,50
Número de Quotas Sênior emitidas na 2ª Série	4.000
Custo de Distribuição por Quota	R\$49,83
Custo Percentual Unitário	0,1993395%

(*) Considerando-se a distribuição da totalidade de Quotas Sênior da 2ª Série

REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA E ENCARGOS DO FUNDO

Taxa de Administração:	<p>Remuneração mensal equivalente ao maior valor entre (i) 13.800,00 (treze mil e oitocentos reais) atualizados monetariamente na forma do inciso XIII, Capítulo Sete, do Regulamento ou (ii) o valor correspondente a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo até o montante de R\$ 50 milhões acrescido do valor correspondente a 0,17% (dezessete centésimos por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo que exceder ao montante de R\$ 50 milhões até o montante de R\$ 100 milhões, acrescido de 0,15% (quinze centésimos por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo que exceder ao montante de R\$ 100 milhões, apurado mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos), incidente sobre o Patrimônio Líquido apurado no último dia útil de cada mês. As 12 (doze) primeiras Taxas de Administração terão, excepcionalmente, um valor fixo equivalente a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) por mês. A partir da 13ª (décima terceira) Taxa de Administração, inclusive, o valor da Taxa de Administração será apurada na forma dos itens (i) e (ii) acima.</p> <p>O valor da taxa de administração apurado na forma do item acima será ainda acrescido: (i) de uma taxa mensal equivalente a 1/12 (um doze avos) da taxa anual de 0,5% (cinco décimos por cento) incidente sobre o valor do Patrimônio Líquido, a ser destinada ao Gestor (em conjunto “Taxa de Administração”). O pagamento da Taxa de Administração ocorrerá no último dia útil de cada mês, a partir do mês em que ocorrer a primeira integralização de Quotas.</p> <p>Os tributos incidentes sobre as remunerações descritas acima (ISS, PIS, COFINS e IR na fonte e outros que porventura venham a incidir) serão a ela acrescidos nas alíquotas vigentes nas respectivas datas de pagamento.</p> <p>A Taxa de Administração será atualizada a cada período de 12 (doze) meses contado de 01 de junho de 2006 ou, na menor periodicidade admitida em lei, pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo.</p> <p>Será paga diretamente pelo Fundo à Oliveira Trust Servicer S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.150.453/0001-2, 50% (cinquenta por cento) da parcela da taxa de administração devida, após serem deduzidos os valores devidos aos demais terceiros contratados, na forma do artigo 56, §2º da Instrução nº 356/01, da CVM, nas mesmas datas de pagamento da taxa de administração, sem quaisquer custos adicionais para o Fundo. Tal valor será deduzido da taxa de administração devida.</p>
Taxa de Ingresso:	Não há.
Taxa de Saída:	Não há.
Taxa de performance:	Não há.
Encargos do Fundo:	<ol style="list-style-type: none">1. taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;2. despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;3. despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos condôminos;4. honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras, das contas do Fundo, da análise de sua situação e da atuação da Administradora;5. emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;6. honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;7. quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral;

8.	taxas de custódia de ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo o registro dos competentes instrumentos jurídicos;
9.	contribuição devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação; e
10.	despesas com a contratação de agência de classificação de risco.

Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira

As aplicações do Fundo estarão sujeitas aos requisitos de composição e diversificação estabelecidos pelas normas regulamentares em vigor, sempre observados os termos e as condições do Regulamento.

Os Direitos Creditórios considerados Direitos Creditórios Elegíveis para fins de cessão ao Fundo, nos termos da seção “*Crítérios de Elegibilidade*” deste Prospecto deverão atender aos Critérios Elegibilidade previstos acima, bem como deverão:

- a) ser originados (i) de operações de empréstimo ou financiamento realizadas por uma das Cooperativas Singulares Habilitadas com seus respectivos Associados, ou pelo BANCOOB com associados de Cooperativas Singulares Habilitadas ou com seus Clientes, observado o disposto no item XVI do Capítulo Quatro do Regulamento (“Operações de Financiamento”) ou (ii) de operações de mútuo, com pagamento na modalidade de consignação em folha de pagamento, realizadas pelo BANCOOB ou por uma Cooperativa Singular Habilitada com Mutuário vinculado a uma Entidade perfilada na Lista de Convênios (“Operações de Crédito Consignado”);
- b) atender as regras contidas na Política de Aquisição de Direitos Creditórios do BANCOOB, cuja cópia constitui Anexo V do Regulamento, e cuja versão atualizada será mantida junto à Administradora; e
- c) ser exclusivamente de titularidade do BANCOOB na data de sua aquisição pelo Fundo.

Caberá ao BANCOOB verificar e atestar, em cada data de cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão, o atendimento ao disposto nas alíneas “a” a “c” acima.

O Fundo poderá manter ou aplicar seu Patrimônio Líquido de acordo com a tabela a seguir.

Composição da Carteira e Percentual Máximo em Relação ao Patrimônio Líquido	Mínimo	Máximo
a) Direitos Creditórios	50%	100%
b) títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen	0%	50%
c) em cédulas ou certificados de cédulas de crédito bancário com co-obrigação de qualquer das Instituições Autorizadas	0%	50%
d) em fundo(s) de investimento de renda fixa de perfil conservador, com liquidez diária, que tenha(m) seu patrimônio representado por títulos ou ativos de renda fixa, pré ou pós-fixados, de emissão ou co-obrigação de Pessoa que seja considerada, nos termos dos normativos das instituições reguladoras, como de baixo risco de crédito e que sejam administrados por qualquer das Instituições Autorizadas.	0%	50%

A parcela do Patrimônio Líquido não aplicado em Direitos Creditórios deverá, seguindo as orientações previamente definidas pelo Gestor, ser alocada obrigatoriamente nos ativos descritos nas alíneas “b” a “d”, que possuam classificação de risco (*rating*) igual ou superior à classificação de risco atribuída às Quotas Sênior da 2ª Série do Fundo.

É vedado ao Fundo realizar operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo. É expressamente vedada a aquisição pelo Fundo de ativos de renda variável.

Os Direitos Creditórios oriundos de Operações Financeiras representadas por operações de mútuo ou empréstimo realizadas pelo BANCOOB com associados de Cooperativas Singulares Habilitadas ou com seus Clientes, somente poderão ser cedidas pelo BANCOOB ao Fundo, caso a análise pela Agência de Classificação de Risco do modelo de operação pretendida não ocasione a redução da classificação de risco das Quotas Sênior do Fundo.

Exclusivamente no caso de Direitos Creditórios oriundos de Operações de Crédito Consignado realizadas pelo BANCOOB, o limite do empréstimo será personalizado, calculado com base na margem consignável. Conforme disposto na alínea “b” do item I da Cláusula I do Contrato de Cessão, o BANCOOB comprovará se o respectivo Mutuário possui margem consignável disponível para contrair o financiamento.

Os Direitos Creditórios oriundos de Operações de Crédito Consignado realizadas por uma Cooperativa Singular Habilitada serão adquiridos pelo Fundo sem que tenha havido prévia confirmação da margem consignável da folha de pagamento dos respectivos Mutuários. Sendo assim, somente serão adquiridos pelo Fundo Direitos Creditórios oriundos de Operações de Crédito Consignado realizadas por uma Cooperativa Singular Habilitada, cujo respectivo Mutuário já tenha efetuado o pagamento ao BANCOOB ou à Cooperativa Singular Habilitada de, no mínimo, 1 (uma) prestação relativa ao respectivo Contrato de Financiamento.

Política de Utilização de Instrumentos Derivativos

O Fundo poderá realizar operações em mercados de derivativos, com o objetivo de proteger posições detidas no mercado à vista, até o limite dessas. As operações com instrumentos derivativos realizadas pelo Fundo visam proteger parcela dos ativos de titularidade do Fundo das flutuações da taxa de juros, não garantindo, entretanto, proteção total ou garantia de rentabilidade às Quotas.

As operações do Fundo com derivativos devem ser sempre realizadas em mercados organizados, administrados por bolsas de mercadorias e de futuros, devidamente constituídas, exclusivamente na modalidade “com garantia”, sendo expressamente vedada a realização de operações de venda de opções de compra a descoberto e alavancadas, a qualquer título.

Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo

Com exceção dos Direitos Creditórios, os Outros Ativos deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, observadas as regras e os procedimentos definidos pelo Custodiante e aceitos pelo Bacen e pela CVM, aplicáveis aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.

Os rendimentos auferidos com os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, inclusive o ágio ou deságio apurado na sua aquisição, devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

As perdas e provisões com os Direitos Creditórios e Outros Ativos serão reconhecidas no resultado do período, observadas, conforme o caso, as regras e os procedimentos definidos no COSIF e os termos e condições do Regulamento. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas passará a constituir o novo valor do respectivo ativo, admitindo-se a reversão das perdas, desde que por

motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada ao custo de aquisição, acrescida dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Custódia dos Outros Ativos e dos Documentos Comprobatórios de Titularidade do Fundo

Os Outros Ativos deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, observadas as regras e os procedimentos definidos pelo Custodiante e aceitos pelo Bacen e pela CVM, aplicáveis aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.

Até a amortização ou resgate integral das Quotas Sênior em Circulação, o Cedente, neste ato, aceita sua nomeação, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do artigo 627 e seguintes do Código Civil brasileiro, na figura de seus representantes legais que assinam o presente Contrato, como fiel depositário:

- a) dos Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo nos termos deste Termo de Cessão, até sua efetiva entrega ao Custodiante; e
- b) de quaisquer valores por este acolhidos nos termos do Convênio de Cobrança referentes aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, até sua efetiva transferência para a Conta Corrente do Fundo.

A cessão de qualquer dos Direitos Creditórios será considerada resolvida de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação ao Cedente e sem qualquer custo para o Fundo (as “Condições Resolutivas da Cessão”), caso:

- a) o pagamento de qualquer Direito Creditório seja recusado pelo respectivo Mutuário por alegação de vícios, defeitos, inexistência de lastro ou qualquer outro motivo justificado;
- b) o Cedente não se encontre na posse e/ou deixe de entregar ao Custodiante ou seu Agente os Documentos Comprobatórios; ou
- c) o Direito Creditório seja reclamado por terceiro a quem, antes da respectiva aquisição pelo Fundo, haja sido transferido, dado em garantia ou onerado sob qualquer forma.

Sem prejuízo da resolução da cessão, o Cedente, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas contado da data em que tomar conhecimento do evento, deverá comunicar o Custodiante, com cópia para a Administradora, por meio eletrônico, da ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão.

Vide Seção “Sumário – Custódia Física dos Documentos Comprobatórios” deste Prospecto.

Valores Mínimos Aplicáveis ao Fundo

Aplicação Inicial	R\$ 25.000,00
-------------------	---------------

Preço de Emissão de Quotas

As Quotas do Fundo serão escriturais, sendo mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, não sendo resgatáveis, exceto na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, sendo admitida, ainda, sua amortização, total ou parcial, nos termos estabelecidos no Regulamento.

Quando de seu ingresso no Fundo, cada Quotista deverá assinar boletim de subscrição e o Termo de Adesão ao Regulamento e indicar um representante responsável pelo recebimento das comunicações a

serem enviadas pela Administradora ou pelo Agente Escriturador, nos termos do Regulamento, fornecendo os competentes dados cadastrais, incluindo endereço completo e, caso disponível, endereço eletrônico (e-mail). Caberá a cada Quotista informar ao Agente Escriturador e à Administradora a alteração de seus dados cadastrais.

A integralização, a amortização e o resgate de Quotas do Fundo podem ser efetuados por meio de TED ou outro mecanismo de transferência de recursos.

Vide Seções “As Quotas – Características das Quotas Sênior” e “As Quotas – Características das Quotas Subordinadas”.

Amortização de Quotas Sênior e de Quotas Subordinadas

Vide Seção “As Quotas – Amortização de Quotas”.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

A administração e a gestão do Fundo orientam-se pela transparência, competência e cumprimento do Regulamento e da legislação vigente.

A política de investimento do Fundo, bem como o nível desejável de exposição a risco, definidos no Regulamento, são determinados em comitê do qual participam os diretores da Administradora.

A Administradora privilegia, como forma de controle de riscos, decisões tomadas pelo comitê acima referido, o qual traça os parâmetros de atuação do Fundo acompanhando as exposições a riscos, mediante a avaliação das condições dos mercados financeiro e de capitais e a análise criteriosa dos diversos setores da economia brasileira.

Os riscos a que está exposto o Fundo, dentre os quais, exemplificativamente, os descritos na Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto, e o cumprimento da política de investimento do Fundo, descrita no Regulamento, são monitorados por área de gerenciamento de risco e de *compliance* completamente separada da área de gestão. A área de gerenciamento de risco utiliza modelo de controle de risco de mercado, visando a estabelecer o nível máximo de exposição a risco.

A utilização dos mecanismos de controle de riscos aqui descritos não elimina a possibilidade de perdas pelos Quotistas. As aplicações efetuadas pelo Fundo de que trata este Prospecto apresentam riscos para os Quotistas. Ainda que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para seus investidores.

Vide Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto.

OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E CONFLITO DE INTERESSES

A Administradora, o Custodiante, o Gestor, o Cedente, suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum mantêm relações comerciais entre si, conforme descrito abaixo:

O Gestor pertence ao grupo societário do Cedente, e atuará, por conta e ordem do Fundo, na seleção dos Direitos Creditórios a serem ofertados ao Fundo. Desta forma, o Gestor, ao definir a Taxa de Desconto, pode optar pela adoção de taxa mínima de desconto, reduzindo assim a remuneração dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo. Tal risco é mitigado pela existência da taxa mínima de desconto determinada nos termos do Contrato de Cessão e pela atuação da Administradora.

Ademais, a Administradora presta serviços de administração do **Grupo Brasil Fundo de Investimento em Direitos Creditórios do Segmento Industrial**, onde Custodiante também presta os serviços de custódia, controladoria e escrituração de quotas conforme abaixo:

O **Grupo Brasil Fundo de Investimento em Direitos Creditórios do Segmento Industrial**, fundo de investimento em direitos creditórios inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.870.653/0001-70, com prazo de duração de 240 meses, contados a partir da data de encerramento da distribuição das Cotas Seniores da 1ª Série, que ocorreu em 5 de março de 2007 ou de 1 ano contado da ocorrência de qualquer Evento

de Liquidação Antecipada, o que ocorrer antes, onde a Administradora, na qualidade de instituição administradora, faz *jus* a uma remuneração mensal equivalente ao maior valor entre (i) R\$15.000,00 (quinze mil reais) ou (ii) o valor correspondente a 1/12 (um doze avos) da taxa anual de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) incidente sobre o valor do PL do Fundo, acrescida: (i) do valor dos tributos incidentes sobre pagamentos da espécie, a saber: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), Imposto de Renda Retido na Fonte e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a taxa de administração; (ii) de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) mensais, a serem repassados ao custodiante, referentes aos serviços de controladoria de ativo e passivo do fundo; e (iii) do valor cobrado mensalmente pelo custodiante, referente aos serviços prestados de custódia dos direitos creditórios e de títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do fundo, de controle de cotas escriturais e de liquidação financeira das operações do fundo, sendo este valor atualizado monetariamente a cada período de 12 meses, contado de 1º de janeiro de 2006 ou, na menor periodicidade admitida em lei, pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo; e o Custodiante faz *jus* a uma remuneração mensal equivalente à parcela da taxa de administração descrita nos subitens (ii) e (iii) acima, a título de controladoria de ativo e passivo do fundo e custódia dos direitos creditórios e de títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do fundo, de controle de cotas escriturais e de liquidação financeira das operações do fundo.

Ainda, a Administradora irá prestar serviços de administração de um fundo de investimento em direitos creditórios em fase de estruturação, no qual o Custodiante também prestará os serviços de custódia, controladoria e escrituração de quotas.

Ademais, até a data do presente Prospecto, a Administradora não presta nenhum serviço ou mantém qualquer relacionamento comercial com o Cedente além daqueles descritos neste Prospecto.

Não existem outros conflitos de interesses entre os envolvidos nos processos de originação, distribuição, custódia, gestão e administração do Fundo.

Tributação

Até a data de preparação deste Prospecto, os rendimentos e ganhos líquidos auferidos pelas carteiras dos fundos de investimento são isentos do imposto de renda e não sofrem a incidência da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e do Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS. Os rendimentos e ganhos de capital auferidos nas transações com os ativos componentes das carteiras dos fundos de investimento implicam, tão-somente, na valorização da totalidade das quotas dos fundos, sem efeitos tributários diretos.

Sobre os rendimentos e ganhos auferidos pelos Quotistas incide o IR-Fonte. Para os rendimentos auferidos a partir de 01 de janeiro de 2005, as alíquotas são regressivas em razão da classificação do fundo como de longo prazo (carteira com prazo médio superior a 365 dias – excluídos para esse propósito os Direitos Creditórios) ou de curto prazo (carteira com prazo médio igual ou inferior a 365 dias – excluídos para esse propósito os Direitos Creditórios), e após a definição da classificação do Fundo segundo este critério, a alíquota varia, ainda, de acordo com o prazo de permanência da aplicação do investidor, conforme abaixo descrito:

(i) Fundo de longo prazo:

22,5% - prazo da aplicação de até 180 dias;
20,0% - prazo da aplicação de 181 dias até 360 dias;
17,5% - prazo da aplicação de 361 dias até 720 dias; e
15,0% - prazo da aplicação acima de 720 dias.

(ii) Fundo de curto prazo:

22,5% - prazo da aplicação de até 180 dias; e
20,0% - prazo da aplicação acima de 180 dias.

Os prazos referidos acima são considerados a partir da data da aplicação.

Semestralmente, no último dia útil dos meses de maio e novembro de cada ano, é realizada pelo administrador do fundo a retenção do IR-Fonte (come-cotas), em valor equivalente a 20% (relativos a fundos de curto prazo) ou 15% (rendimentos relativos a fundos de longo prazo). Por ocasião do resgate das quotas é aplicada alíquota complementar, dependendo do prazo de aplicação, adotando-se a escala de alíquotas apresentada acima. Em face de o Fundo ser constituído sobre a forma de condomínio fechado, existe uma dúvida pertinente a aplicação do regime de retenção semestral de IR-Fonte (come-cotas), uma vez que a legislação vigente não é suficientemente clara neste sentido. Assim, até que haja definição sobre a necessidade de retenção semestral, a Administradora não adotará tal procedimento de retenção, o qual poderá ser eventualmente alterado caso fato ou ato superveniente determine a aplicação deste procedimento sobre o Fundo.

Na hipótese de alienação de quotas do Fundo em bolsa de valores, sobre o valor da alienação, incidirá IR-Fonte à alíquota de 0,005%, neste caso sendo responsável pelo recolhimento a instituição intermediadora que receber a ordem de alienação do Quotista. Por fim, há incidência de IOF sobre as quotas quando a amortização ou resgate ocorrer em prazo inferior a 30 dias da data da aplicação.

Critérios de Divulgação de Informações aos Quotistas

Salvo quando outro meio de comunicação com os Quotistas seja expressamente previsto no Regulamento, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos, de qualquer forma, relacionados aos interesses dos Quotistas, deverão ser ampla e imediatamente divulgados, às expensas do Fundo, por

meio (a) de anúncio publicado, na forma de aviso, no jornal “Valor Econômico”, edição nacional, cientificado aos Quotistas nos termos da Instrução CVM, e (b) de *e-mail* enviado ao representante do Quotista indicado na forma do Regulamento. As publicações aqui referidas deverão ser mantidas à disposição dos condôminos na sede da Administradora.

A Administradora deverá proceder à determinação e colocar à disposição dos Quotistas, em seu *website* (www.oliveiratrust.com.br), em base diária, (i) o valor de cada Quota; (ii) a rentabilidade do Fundo e o comportamento da carteira de Direitos Creditórios, dos ativos financeiros e das demais modalidades operacionais integrantes da carteira do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e realizado, com base nos dados relativos ao último dia útil do mês imediatamente anterior; e (iii) os índices e parâmetros do Fundo previstos no Regulamento.

A Administradora deverá divulgar em seu *website*, no prazo de 15 dias contado do término dos períodos encerrados em 31 de dezembro, 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro, além de manter disponíveis em sua sede e nas instituições que coloquem Quotas do Fundo, informações sobre o valor do Patrimônio Líquido, sobre o valor das Quotas, sobre a rentabilidade acumulada no respectivo trimestre e no ano civil a que se referirem e os relatórios preparados pela Agência de Classificação de Risco. A divulgação das informações acima referidas poderá ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódico de ampla veiculação.

A Administradora deverá manter atualizado trimestralmente com a Agência de Classificação de Risco listagem contendo o endereço eletrônico (*e-mail*) dos Quotistas do Fundo.

A Administradora deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição dos Quotistas que as solicitarem, observados os seguintes prazos máximos:

- de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, no caso de demonstrações financeiras anuais.

As demonstrações financeiras, acompanhadas da respectiva análise da Administradora, bem como as demais informações periódicas do Fundo, disponíveis na data deste Prospecto encontram-se no Anexo VI.

MARCO REGULATÓRIO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONSIGNADO

A análise da legislação sobre consignação em folha de pagamento limita-se às normas relativas ao funcionalismo público ativo e inativo Federal, bem como dos Estados e Municípios conveniados com o BANCOOB na data de preparação deste Prospecto. O resumo abaixo não tem por finalidade oferecer qualquer tipo de aconselhamento jurídico para potenciais investidores do Fundo ou qualquer outra Pessoa. Potenciais investidores devem buscar orientação legal específica e independente antes de decidirem por efetuar aplicações de recursos no Fundo.

Legislação Federal

Introdução

A consignação em folha de pagamento dos servidores públicos ativos e inativos surgiu com a Lei nº 6.445, de 4 de outubro de 1977, regulamentada pelos Decretos nºs 86.600, de 17 de novembro de 1981, e 90.641, de 10 de dezembro de 1984, o qual altera o art. 4º do Decreto nº 86.600, de 17 de novembro de 1981.

Em 1990, a Lei nº 8.112 de 11 de dezembro, estabeleceu o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Federais e derogou os dispositivos da Lei nº 6.445, de 4 de outubro de 1977, estabelecendo nova regra para a consignação em folha de pagamento a favor de terceiros.

“art. 45. Salvo por imposição legal, ou mandado judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento.

Parágrafo único. Mediante autorização do servidor, poderá haver consignação em folha de pagamento a favor de terceiros, a critério da administração e com reposição de custos, na forma definida em regulamento.” (Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990).

A norma em vigor, que regulamenta o mencionado artigo 45 da Lei nº 8.112/1990, foi estabelecida pelo Poder Executivo Federal por meio do Decreto nº 4.961, de 20 de janeiro de 2004, que regula as consignações em folha de pagamento (desconto) dos servidores públicos civis, dos aposentados e pensionistas de todos os órgãos da Administração direta, indireta e fundacional do Poder Executivo da União.

O Decreto nº 4.961/2004 determina as regras a serem observadas pelos mencionados órgãos da administração, na elaboração da folha de pagamento, relativamente às consignações compulsórias e facultativas.

O citado Decreto prevê como consignação compulsória a contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público; contribuição para a Previdência Social; pensão alimentícia; imposto sobre rendimento do trabalho; reposição e indenização ao erário; custeio parcial do benefício e auxílios concedidos pela administração federal direta, autárquica e fundacional; decisão judicial ou administrativa; mensalidade e contribuição em favor de entidades sindicais; taxa de ocupação de imóvel funcional em favor de órgãos da administração direta, autárquica e fundacional; contribuição para planos de saúde de entidade fechada de previdência complementar, constituídos na forma da legislação aplicável à matéria, ao qual o servidor esteja vinculado na qualidade de participante; amortização de financiamentos de imóveis contraídos junto a instituições financeiras ou cooperativas habitacionais constituídas por servidores públicos; operações de crédito destinadas à população de baixa renda e outros descontos compulsórios instituídos em lei.

Consignação compulsória é o desconto incidente sobre a remuneração do servidor, efetuado por força de lei ou mandado judicial. Consignação facultativa é o desconto incidente sobre a remuneração do servidor, mediante sua autorização prévia e formal, e anuência da administração..

Critério dos Descontos

O valor mínimo para descontos decorrentes de consignação facultativa é de 1% do valor do menor vencimento básico pago no âmbito da administração federal direta, autárquica e fundacional (art. 10 do Decreto nº 4.961/2004), sendo que o órgão central do SIPEC poderá estabelecer percentual superior ao mínimo.

A soma mensal das consignações facultativas de cada servidor não pode exceder ao valor equivalente a 30% da soma dos vencimentos com os adicionais de caráter individual e demais vantagens, nestas compreendidas as relativas à natureza ou ao local de trabalho e a vantagem pessoal.

Não será permitido o desconto de consignações facultativas até o limite de 30%, quando a soma destas com as compulsórias exceder a 70% da remuneração do servidor (art. 12, §1º do Decreto nº 4.961/2004).

Conforme disposto no parágrafo 2º do art. 12 do Decreto nº 4.961/2004, caso a soma das consignações compulsórias e facultativas exceda ao limite definido de 30%, serão suspensas, até que as consignações facultativas fiquem dentro daquele limite.

A consignação em folha de pagamento não implica co-responsabilidade dos órgãos e das entidades da administração federal direta, autárquica e fundacional por dívidas ou compromissos de natureza pecuniária, assumidos pelo servidor junto ao consignatário (art. 14 do Decreto nº 4.961/2004).

Casos de Cancelamento da Consignação Facultativa

A consignação facultativa pode ser cancelada (art. 16): (i) por interesse da administração; (ii) por interesse do consignatário, expresso ou por meio de solicitação formal encaminhada ao órgão central do SIPEC; ou (iii) a pedido do servidor consignado, mediante requerimento endereçado à consignatária. Neste caso, o prazo para a consignatária cancelar a consignação é de 30 dias, ressalvados os casos de financiamentos, quando este prazo fica estendido até a quitação do débito do servidor. Por fim, o inciso II, do art. 17, do Decreto nº 4.961/2004 dispõe que: “a consignação relativa à amortização de empréstimo somente pode ser cancelada com a aquiescência do servidor e da consignatária.”

Leis Estaduais e Municipais

As consignações em folha de pagamento dos servidores estaduais e municipais são autorizadas em leis ou decretos regionais específicos. Tais normas autorizam instituições a atuarem como entidades consignatárias, responsáveis pela concessão de benefícios, incluindo, entre outros, financiamentos.

Regra geral, estas normas dispõem sobre o limite mínimo e máximo para as consignações facultativas para cada servidor público e sobre os procedimentos para instituições cadastrarem-se como entidades consignatárias.

É também característica destes diplomas legais tratarem do cancelamento das consignações facultativas. Via de regra, estas consignações podem ser canceladas por interesse da administração, da entidade consignatária, expresso por meio de solicitação formal encaminhada ao órgão competente, ou a pedido do servidor público, mediante requerimento endereçado ao órgão competente e mediante anuência prévia das partes contratantes (i.e., BANCOOB). Em caso de cancelamento da consignação facultativa, a cessação de desconto geralmente é prevista para ocorrer no mês seguinte ao que foi formalizado o pleito.

A relação entre a entidade pública responsável pela consignação e o consignatário (i.e., instituição financeira) é formalizada, na maioria dos casos, por meio da celebração de convênios específicos. Em outros casos, tal relação é formalizada por meio de autorização expressa (i.e., diploma ou certificado de entidade consignatária) emitida pela entidade pública. Nesta hipótese, os direitos, deveres e as obrigações das partes encontram-se definidos nos diplomas legais que autorizam a consignação. Regra geral, os convênios podem ser rescindidos a qualquer momento, mediante notificação e prazo específico para a cessação de seus efeitos. Em determinadas situações, a rescisão do convênio poderá implicar na cessação das consignações (desconto em folha).

Vide Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto.

CONVÊNIOS E ATOS QUE FORMALIZAM A CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS E A CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO

Encontram-se abaixo relacionados quadros resumos contendo as principais características dos Convênios e dos atos normativos que regulam a concessão de benefícios e a consignação em folha de pagamento firmados pelo BANCOOB com os Mutuários.

As informações contidas na tabela abaixo consolidam os principais termos e condições dos Convênios e da legislação aplicável que regulam a concessão de benefícios e a consignação em folha de pagamento pelo BANCOOB.

Entidade / u.f.	Data limite de pagamento ao BANCOOB	Vigência e rescisão	Público Alvo
CECM SERVIDORES PODER JUDICIÁRIO FEDERAL MINISTÉRIO PÚBLICO UNIÃO - COPERJUS - COOPERATIVA Nº 4246	D-3 uteis	Prazo indeterminado, renovações automáticas	Associados da Cooperativa Singular ou terceiros interessados que com ela mantenham relacionamento
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO	Até o dia 28 de cada mês	Vencido dia 08/09/05 com prorrogação tácita das partes	Servidores do TRT-23ª Região, que sejam Associados da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Judiciário Federal e Ministério Público da União do Estado de Mato Grosso - COPERJUS - Cooperativa n. 4246-5
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO	Até o dia 08 de cada mês	Válido até dia 18/08/09	Servidores do TER-MT que sejam associados da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Judiciário Federal e Ministério Público da União do Estado de Mato Grosso - COPERJUS - Cooperativa n. 4246-5
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU EM MATO GROSSO	Entre os dias 26 e 29 de cada mês	Válido até 19/08/09	Servidores da Justiça Federal de 1º Grau em MT que sejam associados da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Judiciário Federal e Ministério Público da União do Estado de Mato Grosso - COPERJUS - Cooperativa n. 4246-5
CECM DOS SERVIDORES PODER EXECUTIVO FED. MUN. JOÃO PESSOA LTDA - CREDISERV	D-3 uteis	Prazo indeterminado, renovações automáticas	Associados da Cooperativa Singular ou terceiros interessados que com ela mantenham relacionamento

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO - MT	Até o 5º dia de cada mês	Válido até 03/08/05, prorrogado tacitamente	Servidores Públicos da Secretaria de Estado de Administração - MT
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DA POLÍCIA MILITAR E DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MATO GROSSO - CREDIMIL	Até o dia 10 de cada mês	Prazo indeterminado, renovações automáticas	Associados da Cooperativa Singular ou terceiros interessados que com ela mantenham relacionamento
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUI	Dia 28 de cada mês	Válido até 08/07/09	Servidores do TJ - PI - que sejam associados da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Magistrados e Servidores do Poder Judiciário, Órgãos Jurídicos Estaduais e Federais da Grande Teresina - JURISCRED
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MÚTUO DOS MAGISTRADOS E SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO E ÓRGÃOS JURÍDICOS ESTADUAIS E FEDERAIS NA GRANDE TERESINA - JURISCRED	Até o dia 28 de cada mês	Prazo indeterminado, renovações automáticas	Associados da Cooperativa Singular ou terceiros interessados que com ela mantenham relacionamento
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CREDILÉGIS	Até o dia 10 de cada mês	Prazo indeterminado, renovações automáticas	Associados da Cooperativa Singular ou terceiros interessados que com ela mantenham relacionamento
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO	Até o dia 30 de cada mês	Válido até 29/04/09	Servidores da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso
FUNDO DE ASSISTÊNCIA PARLAMENTAR - FAP	Até o dia 30 de cada mês	Válido até 31/05/09	Servidores do Fundo de Assistência Parlamentar - FAP

DISPOSIÇÕES GERAIS DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTO

a) Nas Operações de Crédito Consignado

Encontram-se abaixo relacionadas as cláusulas comuns aos Contratos de Financiamento firmados entre o BANCOOB ou a Cooperativa Singular Habilitada e os Mutuários. Foram analisados os instrumentos “padrão”, isto é, as minutas “modelo” utilizadas pelo banco. Alguns dos itens foram reproduzidos literalmente.

Através da celebração dos Contratos de Financiamento, o BANCOOB ou a Cooperativa Singular Habilitada concede a cada Mutuário empréstimo em dinheiro no valor, prazo, juros e condições consignados no corpo do próprio contrato ou em Termo de Adesão independente, conforme o caso.

Os pagamentos das prestações pelo Mutuário são consignados mensalmente na folha de pagamento do Mutuário e repassados ao BANCOOB ou à Cooperativa Singular Habilitada, conforme o caso, pela respectiva Entidade.

O BANCOOB ou a Cooperativa Singular Habilitada poderão considerar antecipadamente vencido o respectivo Contrato de Financiamento, tornando-se imediatamente exigível o pagamento de todos os valores devidos pelo Mutuário ao BANCOOB, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses: (i) desligamento, aposentadoria, demissão ou exoneração do Mutuário, ou qualquer outra forma de extinção da relação/vínculo empregatício existente entre Mutuário e a Entidade; (ii) toda e qualquer forma de suspensão dos pagamentos de retribuição pecuniária/salário devidos pela Entidade ao Mutuário, ainda que temporária; e (iii) se o Mutuário deixar de pagar a prestação nos termos acima definidos ou deixar de cumprir qualquer obrigação prevista no Contrato de Financiamento.

Na hipótese de atraso no pagamento ou vencimento antecipado, incidirão sobre os valores devidos juros moratórios à taxa de 12% ao ano, comissão de permanência na forma da regulamentação do Bacen (nunca inferior aos encargos contratuais) e multa à razão de 2% sobre os valores em atraso.

Os Contratos de Financiamento obrigam as partes e seus sucessores a qualquer título.

b) Nas Operações de Financiamento

O BANCOOB irá adquirir Direitos Creditórios Elegíveis de determinadas Cooperativas Singulares Habilitadas, que tiverem preenchido e atendido os requisitos mínimos necessários para tanto, nos termos do Regulamento e do Contrato de Cessão.

Outrossim, apesar da enorme diversidade existente entre os modelos de Contratos de Financiamento utilizados pelas Cooperativas Singulares integrantes do SICOOB, foi disponibilizado ao Estruturador minuta de Contratos de Financiamento utilizados por cerca de 10 (dez) Cooperativas Singulares que manifestaram interesse em efetuar a cessão de Direitos Creditórios ao Fundo.

Entretanto, verificou-se a impossibilidade no momento de proceder a padronização de tais instrumentos, em virtude da heterogeneidade do sistema cooperativo brasileiro.

Assim, foram instituídos requisitos mínimos para aceitação de Direitos Creditórios, cuja verificação dar-se-á previamente à cessão pelo Gestor, e posteriormente, a cada intervalo de 6 (seis) meses, por intermédio de auditoria extraordinária cujo escopo encontra-se descrito no na alínea aa, do inciso IV, do Capítulo Sete do Regulamento.

É requisito para cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, que o Contrato de Financiamento não estabeleça a impossibilidade, ou qualquer restrição, à cessão dos Direitos a quaisquer terceiros, bem como seu teor atenda aos requisitos de formalização de um título executivo extrajudicial nos termos do inciso II do artigo 585 do Código de Processo Civil.

POLÍTICA PARA AQUISIÇÃO E DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E PROCEDIMENTOS DE COBRANÇA

O resumo da política de concessão de crédito aos Mutuários e dos procedimentos de cobrança abaixo apresentados destacam os principais elementos considerados relevantes para o entendimento do Programa de Securitização, não representando uma descrição exhaustiva de todas as atividades e rotinas realizadas pelo BANCOOB. É importante ressaltar que o BANCOOB continuará a realizar as rotinas abaixo descritas também com relação aos financiamentos de sua titularidade não cedidos ao Fundo, sendo que certos procedimentos poderão não ser relevantes para o Fundo e o Programa de Securitização.

No curso do Programa de Securitização, as rotinas de análise e aprovação para aquisição ou concessão de crédito serão de responsabilidade do BANCOOB.

Política de Aquisição ou Concessão de Créditos

1. Para que o Bancoob adquira direitos creditórios de cooperativas singulares, devem ser observadas as seguintes condições:

1.1. Das Cooperativas Singulares:

- ✓ Estar classificada no modelo do Bancoob nos níveis “AA”, “A”, “B”;
- ✓ Fazer parte do Fundo Garantidor do Sicoob;
- ✓ Ter analisada sua carteira de crédito, registrada no módulo “Empréstimos” do Sisbr, conforme definido no Anexo XV do Regulamento, que deverá apresentar inadimplência, conforme descrito no subitem 1.1.4 abaixo, de no máximo 5% no período;
- ✓ A inadimplência será calculada pela seguinte fórmula:

TPA/TPV

em que:

IIn = Índice de Inadimplência;

TPA = total de parcelas em aberto, com mais de 30 dias de atraso, dentre as cobradas nos últimos 36 meses, inclusive considerando as que foram baixadas para prejuízo;

TPV = total de parcelas cobradas nos últimos 36 meses.

- ✓ A observância dos critérios acima, verificada pela Sucor/Geris, conforme definido no Anexo XV do Regulamento, tornará as cooperativas habilitadas à cessão de direitos creditórios ao Bancoob. Casos excepcionais serão objeto de avaliação do Comac e deliberação do Coled, conforme definidos no Anexo XV do Regulamento.

1.2. Dos Direitos Creditórios:

- 1.2.1. os contratos cedidos devem apresentar taxa de juros prefixada não inferior a 140% do CDI na data da cessão;
- 1.2.2. o prazo de vencimento das parcelas relativas ao Direito Creditório cedido deve ser superior a 10 (dez) dias e igual ou inferior a 72 (setenta e dois) meses contado da data de vencimento da 1ª parcela do respectivo contrato e desde que, considerada *pro forma* a cessão pretendida, o Fundo atenda ao Índice de Liquidez. Não será admitida a aquisição de Direitos Creditórios cuja data de vencimento seja posterior ao término do Período de Vigência do Fundo;
- 1.2.3. o somatório dos direitos creditórios adquiridos pelo Bancoob, por mutuário, não poderá exceder a 5% (Cinco por cento) do Patrimônio de Referência do Banco;
- 1.2.4. o somatório do valor nominal dos direitos creditórios adquiridos pelo Bancoob, por mutuário, não poderá exceder R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), quando se tratar de operação de crédito pessoal; e
- 1.2.5. em novas cessões, os respectivos mutuários, na data da cessão, não poderão apresentar parcelas inadimplentes, ou em atraso, relativas aos contratos já cedidos.

1.3. Do Limite por Cooperativa Singular:

- 1.3.1. O limite de venda de direitos creditórios por Cooperativa Singular será atribuído, conforme tabela abaixo:

Classificação de risco de Crédito	Índice de Alavancagem sobre o PR _B
AA	1,5
A	1,0
B	0,5

- 1.3.2. A fórmula de cálculo para o estabelecimento do limite é dada por:

$$LR = PR_B * IA$$

em que:

LR – Limite para Adquirir Recebíveis

PR_B – Patrimônio de Referência das singulares deduzidos os ajustes contábeis informados nas súmulas de auditorias repassadas pelo Sicoob Brasil

IA – Índice de Alavancagem sobre o PR_B

1.4. Da Extrapolação do Limite:

- 1.4.1. Caso o limite descrito acima seja excedido, o Banco deverá interromper a compra de novos direitos creditórios, enquanto a Cooperativa Singular não se enquadrar no limite concedido.

1.5. Do Tratamento da Inadimplência:

- 1.5.1. Será admitido percentual de inadimplência máximo de 3% da carteira cedida ao Banco;
- 1.5.2. Os contratos que apresentarem inadimplência serão objeto de análise do Bancoob (Sucre/Geaco, conforme definido no Anexo XV do Regulamento) para verificação da existência de motivos que venham a possibilitar a resolução da cessão, conforme estabelecido no Contrato de Cessão, firmado entre a cooperativa e o Banco.
- 1.5.3. Caso a inadimplência da carteira cedida extrapole o percentual máximo de 2%, serão suspensas novas aquisições. Outras medidas poderão ser adotadas mediante deliberação do Coled.

1.6. Da Precificação (Apreçamento):

- 1.6.1. O ágio pago pelo Bancoob em relação ao valor presente da carteira de recebíveis adquirida será definido em função do índice de inadimplência, da taxa de juros originalmente contratada na operação, e do prazo dos contratos cedidos.
 - a) Para efeito de cálculo da precificação da cessão, o índice de inadimplência será considerado:
 - nos primeiros 360 dias, contados da data da primeira cessão: histórico da carteira total de empréstimos da cooperativa, conforme disposto no subitem 1.1.4 deste capítulo, ou a inadimplência da carteira cedida, o que for maior;
 - a partir de 360 dias da primeira cessão, índice de inadimplência da carteira total cedida ao Banco;
 - b) A inadimplência da carteira cedida será calculada pela razão entre o total de parcelas em aberto, com mais de 30 dias de atraso, e o total de parcelas cobradas, observado o período de 36 meses;
 - c) Caso alguma parcela apresente atraso superior a 60 dias, as demais parcelas do contrato respectivo, ainda que vincendas, deverão ser consideradas “em atraso” para efeito do cálculo da inadimplência.

1.7. Reclassificação do Risco:

- 1.7.1. As cooperativas serão reavaliadas de acordo com o item I da Seção 5 do Capítulo 9 – Revisão das Classificações, Item 1 do MACRE, conforme definido no Anexo XV do Regulamento. As cooperativas que obtiverem alteração na classificação de risco, em virtude da reavaliação, terão seus limites imediatamente recalculados, inclusive com a suspensão dos mesmos, se for o caso.

Política de Cobrança

A Política de Cobrança dos Direitos Creditórios deve ser segregada em duas fases: COBRANÇA ORDINÁRIA e COBRANÇA DE DIREITOS CREDITÓRIOS INADIMPLENTES.

A **Cobrança Ordinária** será efetuada da seguinte forma:

- a) Nas Operações de Crédito Consignado

Por meio dos procedimentos definidos no Convênio de Cobrança, o BANCOOB ou a Cooperativa Singular Habilitada, conforme o caso, na qualidade de mandatário e agente cobrador do Fundo, deverá transferir os valores relativos aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo para a

Conta Corrente do Fundo mantida junto ao Custodiante, no prazo de até 3 (três) dias úteis contado do recebimento das respectivas verbas pagas pelas Entidades.

b) Nas Operações de Financiamento

A cobrança bancária do direito creditório consiste no procedimento realizado pela Cooperativa Singular Habilitada, por conta e ordem do BANCOOB e do Fundo, de débito do valor referente ao Direito Creditório, na respectiva data de vencimento, na conta corrente do Mutuário mantida junto à respectiva Cooperativa Singular Habilitada.

Será utilizado o sistema SISBR (*Sistema centralizador que integra todas as informações e dados do SICOOB*), módulo de Conta-corrente

A tentativa de débito em conta-corrente do Mutuário será repetida em dias úteis, nos 34 dias subseqüentes, até que seja efetivado o pagamento.

Após tentativas realizadas em dias úteis, no período de 35 dias corridos, será iniciado o procedimento de cobrança de inadimplência composto pelas fases de cobrança amigável e pré-jurídica, conduzidas pelo BANCOOB, e judicial sendo conduzida pelos escritórios de advocacia contratados pelo BANCOOB por conta e ordem do Fundo.

Outrossim, a **Cobrança de Direitos Creditórios Inadimplentes** será promovida pelo BANCOOB, na qualidade de mandatário e agente cobrador do Fundo, efetuará a cobrança dos Direitos Creditórios não pagos mediante procedimentos de cobrança amigável, inicialmente, e no caso de seu insucesso mediante a adoção de cobrança judicial, na forma prevista na Política de Cobrança anexa ao Regulamento do Fundo.

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO PROGRAMA DE SECURITIZAÇÃO

O resumo da estrutura do Programa de Securitização abaixo apresentado possui apenas a finalidade de oferecer uma visão global do Programa de Securitização, sendo que certos termos e condições, principalmente do Regulamento e do Contrato de Cessão, foram simplificados. Nenhuma decisão de investir nas Quotas deverá ser tomada baseada somente nas informações desta Seção. O resumo aqui apresentado deve ser cuidadosamente analisado tomando-se em consideração todas as informações contidas neste Prospecto. Os termos utilizados nesta Seção que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no glossário deste Prospecto ou no Regulamento.

Resumo da Estrutura

O Fundo tem como objetivo proporcionar a seus Quotistas, observados os termos e as condições do Regulamento, a valorização de suas Quotas mediante a aquisição pelo Fundo de Direitos Creditórios e de Outros Ativos. Os procedimentos para aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo, incluindo os Critérios de Elegibilidade, encontram-se definidos no Regulamento e no Contrato de Cessão. *Vide Seção “Características Básicas do Programa de Securitização – Procedimento de Oferta de Direitos Creditórios e de Formalização da Cessão” deste Prospecto.*

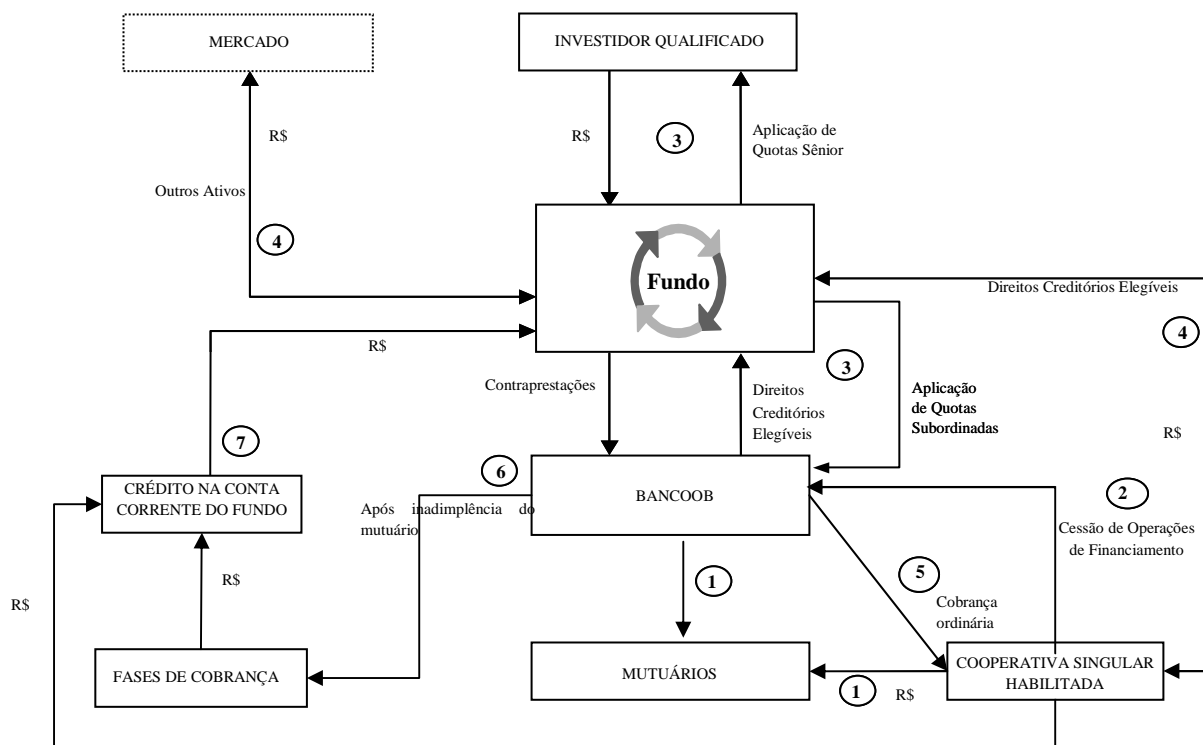
O Fundo adquirirá, em caráter continuado, Direitos Creditórios do BANCOOB utilizando-se dos recursos provenientes da integralização de Quotas e da liquidação dos ativos de sua titularidade pelas respectivas contrapartes.

A Administradora, por conta e ordem do Fundo, somente poderá adquirir Direitos Creditórios do Cedente, desde que, computada, *pro forma*, a aquisição dos respectivos Direitos Creditórios, o Fundo atenda à Reserva de Amortização e à Reserva de Caixa.

Desenhos Esquemáticos

Os Direitos Creditórios ofertados ao Fundo e que porventura vierem a ser por ele adquiridos serão originados de Operações de Financiamento ou de Operações de Crédito Consignado.

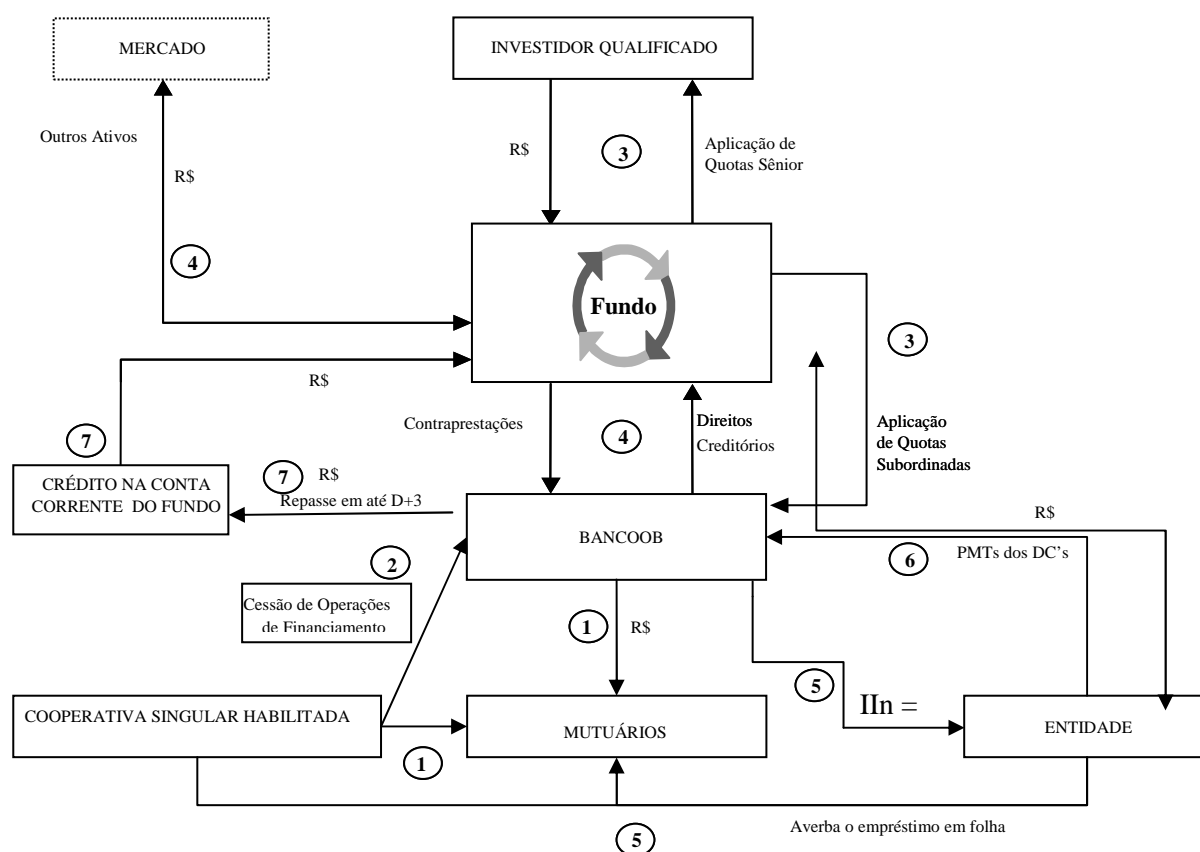
a) Desenho Esquemático de Operações de Financiamento



1. As Cooperativas Singulares Habilitadas ou o BANCOOB concedem empréstimos aos Mutuários, nos termos dos Contratos de Financiamento.
2. Os Direitos Creditórios oriundos de Operações de Financiamento realizadas por uma Cooperativa Singular Habilitada, que atendam às regras contidas na “Política de Aquisição de Direitos Creditórios” prevista no Anexo V do Regulamento, são cedidos ao BANCOOB. O BANCOOB ao adquirir os Direitos Creditórios ofertados pelas Cooperativas Singulares Habilitadas, verifica seu atendimento às regras e critérios de elegibilidade do Fundo mediante utilização de seus sistemas internos. Ato contínuo, o BANCOOB oferta os referidos Direitos Creditórios ao Fundo, que por meio dos sistemas do Custodiante, verifica, por sua vez, a regularidade e atendimento dos Direitos Creditórios ofertados aos Critérios de Elegibilidade. *Para melhor entendimento, sugerimos a leitura do Anexo IV deste Prospecto – “Modelo de Formação do Preço de Aquisição de Direitos Creditórios para o Bancoob Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros”.*
3. O Fundo capta os recursos necessários para a aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, a serem pagos em moeda corrente nacional, mediante a integralização de Quotas Sênior por Investidores Qualificados. Concomitantemente, o BANCOOB subscreve e integraliza Quotas Subordinadas em moeda corrente nacional ou por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo.

4. O Fundo adquire Direitos Creditórios Elegíveis e Outros Ativos utilizando-se das verbas recebidas em “3” acima e, no curso do Programa de Securitização, dos recursos provenientes do recebimento de valores decorrentes do pagamento de ativos de sua titularidade.
5. O BANCOOB, na qualidade de banco cobrador, efetuará a cobrança bancária do Direito Creditório que consiste no procedimento de Cobrança Ordinária, por conta e ordem do Fundo, de débito do valor referente ao Direito Creditório, na respectiva data de vencimento, na conta corrente do Mutuário mantida junto à respectiva Cooperativa Singular Habilitada.
6. Após 35 tentativas, será iniciado o procedimento de cobrança de inadimplência composto pelas fases de cobrança amigável e pré-jurídica, conduzidas pelo BANCOOB, e judicial sendo conduzida pelos escritórios de advocacia contratados pelo BANCOOB por conta e ordem do Fundo.
7. Os recursos decorrentes dos pagamentos dos Direitos Creditórios serão creditados na conta corrente do Fundo mantida junto ao Custodiante, no mesmo dia do seu pagamento pelo Mutuário.

b) Desenho Esquemático de Operações de Crédito Consignado



1. As Cooperativas Singulares Habilitadas ou o BANCOOB concedem empréstimos aos Mutuários, com pagamento na modalidade de consignação em folha de pagamento, nos termos dos Contratos de Financiamento, obedecendo as regras instituídas nos Convênios celebrados com as Entidades.

2. Os Direitos Creditórios oriundos de Operações de Crédito Consignado realizadas por uma Cooperativa Singular Habilitada, que atendam às regras contidas na “Política de Aquisição de Direitos Creditórios” prevista no Anexo V do Regulamento, são cedidos ao BANCOOB. O BANCOOB ao adquirir os Direitos Creditórios oriundos de Operações de Crédito Consignado ofertados pelas Cooperativas Singulares Habilitadas, verifica seu atendimento às regras e critérios de elegibilidade do Fundo mediante utilização de seus sistemas internos. Ato contínuo, o BANCOOB oferta os referidos Direitos Creditórios ao Fundo, que por meio dos sistemas do Custodiante, verifica, por sua vez, a regularidade e atendimento dos Direitos Creditórios ofertados aos Critérios de Elegibilidade. *Para melhor entendimento, sugerimos a leitura do Anexo IV deste Prospecto – “Modelo de Formação do Preço de Aquisição de Direitos Creditórios para o Bancoob Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros”.*
3. O Fundo capta os recursos necessários para a aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, a serem pagos em moeda corrente nacional, mediante a integralização de Quotas Sênior por Investidores Qualificados. Concomitantemente, o BANCOOB subscreve e integraliza Quotas Subordinadas em moeda corrente nacional ou por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo.
4. O Fundo adquire Direitos Creditórios Elegíveis e Outros Ativos utilizando-se das verbas recebidas em “3” acima e, no curso do Programa de Securitização, dos recursos provenientes do recebimento de valores decorrentes do pagamento de ativos de sua titularidade.
5. A Entidade, a qual o respectivo Mutuário encontra-se vinculado, realiza as consignações nas folhas de pagamento do Mutuário.
6. As verbas decorrentes da consignação (desconto em folha de pagamento) são diretamente repassadas ao BANCOOB ou a Cooperativa Singular Habilitada, conforme o caso, pelas Entidades responsáveis pela consignação.
7. Após a realização dos procedimentos definidos no Convênio de Cobrança, o BANCOOB ou a Cooperativa Singular Habilitada, conforme o caso, repassa ao Fundo, no prazo de até D+3, os valores creditados pelas Entidades nos termos do item “6” acima, por meio do crédito das respectivas verbas na Conta Corrente do Fundo.

O Fundo até a presente não adquiriu Direitos Creditórios decorrentes de Operações de Crédito Consignado, ressalte-se outrossim, que o BANCOOB e as Cooperativas Singulares Habilitadas não se utilizam da estratégia de emissão de cartões de crédito, cartões de financiamento ou qualquer outra modalidade de cartão em nome dos Mutuários, seja com ou sem a autorização do respectivo Mutuário.

O Fundo somente poderá emitir qualquer Série de Quotas Sênior, em qualquer Distribuição, desde que, computada, *pro forma*, a integralização, total ou parcial, da respectiva Série e a cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis a serem adquiridos com os recursos, em moeda corrente nacional, captados por meio de sua integralização, o mesmo atenda, concomitantemente, aos índices e parâmetros definidos no Regulamento, referente tanto à Série de Quotas Sênior em processo de subscrição e integralização quanto a todas as demais Séries em Circulação e o Suplemento referente à nova Série “n” tenha sido registrado nos termos do Regulamento.

O BANCOOB não se encontra obrigado a ceder Direitos Creditórios ao Fundo indefinidamente, tendo a prerrogativa de, a seu exclusivo critério, interromper os procedimentos de cessão e resilir unilateralmente o Contrato de Cessão. A ocorrência de tal evento poderá dar causa a um Evento de Amortização Antecipada e, conseqüentemente, à amortização antecipada das Quotas.

Cada cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, é realizada pelo BANCOOB em contrapartida do pagamento pelo Fundo do preço de aquisição em moeda corrente nacional ou Quotas Subordinadas, nos termos do Regulamento.

Procedimento de Oferta de Direitos Creditórios e de Formalização da Cessão

A Administradora, por conta e ordem do Fundo, somente poderá adquirir Direitos Creditórios Elegíveis do BANCOOB, observados os procedimentos definidos no Regulamento e no Contrato de Cessão, desde que, computada, *pro forma*, a aquisição dos respectivos Direitos Creditórios (a) em moeda corrente nacional e/ou (b) por meio da emissão de Quotas Subordinadas, o mesmo atenda, cumulativamente, aos índices e parâmetros dispostos no Regulamento, observados os prazos para regularização definidos no Regulamento na hipótese de desenquadramento de quaisquer dos limites e parâmetros acima referidos.

Uma vez celebrados os Contratos de Financiamento e, assim, constituídos os Direitos Creditórios, o BANCOOB poderá ofertá-los ao Fundo, ou adquiri-los de determinada Cooperativa Singular Habilitada no caso de Operações de Financiamento para posterior oferta de cessão ao Fundo. O BANCOOB colocará à disposição do Custodiante, por conta e ordem do Fundo, por meio eletrônico, o Layout contendo as características dos Direitos Creditórios que o mesmo está disposto a ceder ao Fundo, devidamente individualizados por Entidade. O envio do Layout ao Fundo caracteriza a oferta de cessão dos Direitos Creditórios pelo BANCOOB ao Fundo.

Após o recebimento do Layout e verificação de quais Direitos Creditórios ali identificados atendem aos Critérios de Elegibilidade, o Custodiante colocará à disposição do BANCOOB, por meio eletrônico, relatório contendo a relação dos Direitos Creditórios Elegíveis, individualmente identificados, no mínimo, pelas informações definidas no anexo ao Termo de Cessão e o respectivo Preço de Aquisição. O somatório do Preço de Aquisição, a ser pago pelo Fundo em moeda corrente nacional, não poderá ser superior ao Potencial de Cessão apurado na Data de Oferta.

Quando da escolha dos Direitos Creditórios Elegíveis constantes do(s) Layout(s) enviado(s) em cada Data de Oferta, o Custodiante partirá sempre do Contrato de Financiamento em que o último Direito Creditório vincendo seja mais próximo à respectiva Data de Oferta.

Caso o somatório do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios seja superior ao Potencial de Cessão aplicável na ocasião, o Custodiante deverá excluir todos Direitos Creditórios referentes ao mesmo Contrato de Financiamento, partindo sempre do último Contrato de Financiamento escolhido, até que o Preço de Aquisição constante do relatório enviado ao BANCOOB atinja valor igual ou imediatamente inferior ao respectivo Potencial de Cessão.

Após ter acesso à relação de Direitos Creditórios Elegíveis, o BANCOOB enviará à Administradora, por meio de fac-símile, 1 via de Termo de Cessão, devidamente assinada por Pessoa(s) Autorizada(s) do BANCOOB.

A cessão de Direitos Creditórios do BANCOOB ao Fundo será considerada perfeita e acabada quando do recebimento pela Administradora do Termo de Cessão, via fac-símile, na forma acima descrita, e do pagamento do Preço de Aquisição ao BANCOOB, sendo facultado ao Fundo o direito de arrependimento na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Revisão ou Evento de Resilição anteriormente ao pagamento do Preço de Aquisição.

O BANCOOB e o Fundo poderão celebrar cessões parciais de Direitos Creditórios referentes ao mesmo Contrato de Financiamento.

Os Direitos Creditórios constantes do(s) Layout(s), que não sejam por qualquer motivo adquiridos pelo Fundo, poderão ser re-ofertados em data posterior, devendo, neste caso, ser objeto de novo procedimento de verificação de atendimento aos Critérios de Elegibilidade e de formalização da cessão, nos termos do Contrato de Cessão e do Regulamento.

Critérios de Elegibilidade

Serão considerados Direitos Creditórios Elegíveis os Direitos Creditórios, cujas informações foram transmitidas pelo BANCOOB ao Custodiante, por meio eletrônico ou magnético, de acordo com os procedimentos definidos no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia, e que atendam, cumulativamente, na Data de Aquisição, aos seguintes Critérios de Elegibilidade:

- a) o prazo de vencimento das parcelas relativas ao Direito Creditório cedido deve ser superior a 10 (dez) dias e igual ou inferior a 72 (setenta e dois) meses contado da data de vencimento da 1ª parcela do respectivo contrato, que deverá vencer sempre no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias da Data de Aquisição, desde que, considerada *pro forma* a cessão pretendida, o Fundo atenda ao Índice de Liquidez. Não será admitida a aquisição de Direitos Creditórios cuja data de vencimento seja posterior ao término do Período de Vigência;
- b) considerada, *pro forma*, a cessão pretendida, o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, devidos pelo respectivo Mutuário, não é superior a 1% (um por cento) do valor do Patrimônio Líquido Ajustado na ocasião, admitindo-se que: (i) para até 3 (três) Mutuários, que o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo devidos pelo respectivo Mutuário não exceda 2% (dois por cento) do valor do Patrimônio Líquido Ajustado na ocasião, (ii) para até outros 3 (três) Mutuários, o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo devidos pelo respectivo Mutuário não exceda 3% (três por cento) do valor do Patrimônio Líquido Ajustado na ocasião, e (iii) para qualquer Mutuário, devedor de Direitos Creditórios com Garantia desde que o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo devidos pelo respectivo Mutuário não exceda a: (a) 5,0% (cinco por cento) do valor do Patrimônio Líquido Ajustado na ocasião para os 5 (cinco) Mutuários com maior volume de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo; e a (b) 4% (quatro por cento) do valor do Patrimônio Líquido Ajustado na ocasião para os demais Mutuários, sem prejuízo do limite de 20% (vinte por cento) de seu Patrimônio Líquido por mutuário, conforme previsto no Art. 40-A da Instrução CVM nº 356/01;
- c) o respectivo Mutuário não se encontra inadimplente, ou em atraso, no cumprimento de qualquer obrigação com o Fundo;
- d) considerada, *pro forma*, a cessão pretendida, o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, devidos pelo respectivo Mutuário, não é superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), quando se originar de Operação de Crédito Pessoal;
- e) Considerada, *pro forma*, a cessão pretendida, o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios de Capital de Giro de titularidade do Fundo, não é superior a 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido Ajustado;
- f) Considerada, *pro forma*, a cessão pretendida, o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios com Garantia de titularidade do Fundo, não é superior a 80% (oitenta por cento) do Patrimônio Líquido Ajustado;
- g) o BANCOOB tenha declarado no respectivo Termo de Cessão que os Direitos Creditórios cedidos atendem aos requisitos previstos no inciso III do Capítulo Quatro do Regulamento; e
- h) o Direito Creditório, caso seja oriundo de uma Operação de Crédito Consignado, esteja vinculado a um dos Convênios previstos na Lista de Convênios.

Verificação dos Critérios de Elegibilidade

O Custodiante será responsável pela verificação do atendimento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade e pela operacionalização de todas as rotinas e procedimentos necessários à aquisição pelo Fundo dos Direitos Creditórios Elegíveis, nos termos do Contrato de Cessão e do Regulamento, que sejam de sua estrita responsabilidade.

Desde que observados os termos do Contrato de Cessão e do Regulamento, a verificação do enquadramento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade realizada pelo Custodiante será definitiva. A perda, por qualquer motivo, após a cessão ao Fundo, da condição de Direito Creditório Elegível, não dará ao Fundo qualquer pretensão ou direito de regresso contra o BANCOOB, suas Pessoas controladoras, sociedades por estas direta ou indiretamente controladas, a estas coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

Caso seja alterado o cronograma de pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, a Administradora deverá imediatamente verificar o atendimento das novas condições de pagamento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade, bem como recalcular o Índice de Liquidez, de forma a verificar a ocorrência de descasamento do cronograma de amortização e resgate das Quotas. Caso o Fundo deixe de atender ao Índice de Liquidez com referência a qualquer Série em Circulação em 2 (duas) Datas de Verificação consecutivas ou 4 (quatro) Datas de Verificação alternadas, durante o período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior à data de apuração do Índice de Liquidez estará configurado um Evento de Amortização Antecipada nos termos da alínea “b” do inciso IV do Capítulo Quatorze do Regulamento.

Os Direitos Creditórios considerados Direitos Creditórios Elegíveis para fins de cessão ao Fundo deverão atender aos Critérios Elegibilidade previstos acima, bem como deverão:

- a) ser originados (i) de operações de empréstimo ou financiamento realizadas por uma das Cooperativas Singulares Habilitadas com seus respectivos Associados, ou pelo BANCOOB com associados de Cooperativas Singulares Habilitadas ou com seus Clientes, observado o disposto no item XVI do Capítulo Quatro (“Operações de Financiamento”) ou (ii) de operações de mútuo, com pagamento na modalidade de consignação em folha de pagamento, realizadas pelo BANCOOB ou por uma Cooperativa Singular Habilitada com Mutuário vinculado a uma Entidade perfilada na Lista de Convênios (“Operações de Crédito Consignado”);
- b) atender as regras contidas na Política de Aquisição de Direitos Creditórios do BANCOOB, cuja cópia constitui Anexo V do Regulamento, e cuja versão atualizada será mantida junto à Administradora; e
- c) ser exclusivamente de titularidade do BANCOOB na data de sua aquisição pelo Fundo.

Caberá ao BANCOOB verificar e atestar, em cada data de cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão, o atendimento ao disposto nas alíneas “a” a “c” acima.

Pré-pagamento, Refinanciamento e Renegociação dos Direitos Creditórios

Após cedidos ao Fundo, os Direitos Creditórios poderão ser pagos antecipadamente pelos respectivos Mutuários, com o conseqüente abatimento (desconto) dos encargos (juros) das parcelas vincendas, calculado tal abatimento pelo prazo a decorrer entre a data de efetivo pagamento antecipado do Direito Creditório e a data de seu respectivo vencimento.

Os Direitos Creditórios vencidos e não pagos ficarão sujeitos às regras instituídas na Política de Cobrança e sua eventual renegociação ou refinanciamento fica à cargo do Gestor, entretanto estritamente sujeita às regras previstas na Política de Cobrança. Não são cobradas taxas de liquidação antecipada pelo Gestor ou pelo Fundo.

Eventuais mudanças no cronograma de pagamento dos Direitos Creditórios somente poderão ser efetuadas se, além de atenderem a Política de Cobrança, a alteração não ocasione o desenquadramento do Índice de Liquidez.

Desde o início de suas atividades o Fundo recebeu 134 (cento e trinta e quatro) pagamentos referentes a amortização parcial ou total de Direitos Creditórios, que totalizaram R\$ 16,3 MM, destes, 64 (sessenta e quatro) pagamentos, que totalizaram R\$ 11,1 MM (48% do número de pagamentos efetuados e 68% do volume total pago), se referiram à pagamentos antecipados ou pré-pagamentos.

Não ocorreram renegociações ou refinanciamentos de Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, desde o início de suas atividades, sendo que tais operações são permitidas desde que as respectivas mudanças ocorridas nas condições de pagamento dos Direitos Creditórios não ocasionem o desenquadramento do Índice de Liquidez do Fundo. Na ocorrência de renegociações ou refinanciamentos de Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, caberá ao Cedente verificar a correta formalização dos respectivos instrumentos jurídicos, bem como atestar a autenticidade dos mesmos, outrossim, caberá ao Administrador autorizar o Custodiante a realização de tais operações em nome do Fundo.

Estatística (pré-pagamento, perdas e inadimplimento) de Desempenho dos Direitos Creditórios passíveis de Cessão ao Fundo

Tabela 1 - Performance por Safra								
Mês	Safra com Vencimento até Março de 2008	Parcelas Liquidadas					Parcelas Não Liquidadas até Março de 2008 (b)	(a) + (b)
		Pagamentos Pontuais*	Atraso entre 6 e 30 dias	Atraso entre 31 e 90 dias	Atraso entre 91 e 180 dias	Atraso Acima de 180 dias (a)		
jul/02	612.455,20	90,74%	2,17%	1,85%	0,00%	5,25%	0,00%	5,25%
ago/02	3.379.438,35	92,86%	0,32%	0,00%	0,00%	6,82%	0,00%	6,82%
set/02	5.199.411,01	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
out/02	222.549,56	78,85%	21,15%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
nov/02	3.548.062,05	67,93%	32,07%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
dez/02	3.620.625,41	67,93%	18,40%	13,68%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
jan/03	41.383.790,97	90,92%	9,08%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
fev/03	548.263,64	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
mar/03	4.212.314,61	90,05%	9,95%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
abr/03	8.473.280,48	98,97%	0,83%	0,20%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
mai/03	14.174.299,52	94,69%	5,23%	0,03%	0,04%	0,00%	0,00%	0,00%
jun/03	28.570.234,01	90,60%	7,33%	1,55%	0,52%	0,00%	0,00%	0,00%
jul/03	37.200.182,78	95,83%	3,05%	0,22%	0,13%	0,76%	0,00%	0,76%
ago/03	14.334.371,56	88,60%	8,85%	1,02%	0,21%	1,32%	0,00%	1,32%
set/03	25.176.330,40	87,59%	10,70%	1,01%	0,18%	0,53%	0,00%	0,53%
out/03	50.863.859,90	89,27%	7,61%	2,30%	0,60%	0,23%	0,00%	0,23%
nov/03	27.873.361,47	86,39%	10,96%	1,78%	0,26%	0,61%	0,00%	0,61%
dez/03	52.032.932,35	84,99%	10,78%	2,86%	0,49%	0,88%	0,00%	0,88%
jan/04	23.235.953,09	83,69%	11,53%	1,84%	1,16%	1,78%	0,00%	1,78%
fev/04	53.428.684,83	80,52%	6,04%	12,54%	0,17%	0,72%	0,00%	0,72%
mar/04	26.553.310,78	81,73%	14,76%	1,90%	0,20%	1,41%	0,00%	1,41%
abr/04	97.102.824,48	89,52%	8,16%	2,16%	0,13%	0,03%	0,00%	0,03%
mai/04	41.480.132,41	83,39%	12,36%	3,55%	0,55%	0,15%	0,00%	0,15%
jun/04	38.339.062,31	82,32%	13,21%	1,08%	3,23%	0,16%	0,00%	0,16%
jul/04	165.948.203,29	95,91%	3,86%	0,19%	0,02%	0,02%	0,00%	0,02%
ago/04	29.813.574,95	82,03%	13,88%	3,62%	0,34%	0,13%	0,00%	0,13%
set/04	29.827.368,82	77,68%	19,55%	2,28%	0,13%	0,37%	0,00%	0,37%
out/04	34.146.514,58	84,54%	11,73%	3,27%	0,34%	0,12%	0,00%	0,12%
nov/04	46.512.993,33	86,20%	12,09%	1,20%	0,49%	0,01%	0,00%	0,01%
dez/04	58.350.398,49	77,40%	11,07%	10,95%	0,21%	0,36%	0,00%	0,36%
jan/05	31.821.440,62	67,25%	17,42%	9,07%	2,84%	3,43%	0,00%	3,43%
fev/05	25.631.480,74	81,39%	14,74%	2,06%	1,33%	0,48%	0,00%	0,48%
mar/05	31.950.722,07	80,17%	12,93%	4,82%	1,73%	0,35%	0,00%	0,35%
abr/05	35.881.756,76	85,94%	11,38%	1,89%	0,31%	0,47%	0,00%	0,47%
mai/05	38.942.533,94	71,43%	25,87%	1,23%	0,12%	1,35%	0,00%	1,35%
jun/05	46.475.902,52	74,87%	15,77%	5,78%	1,35%	2,23%	0,00%	2,23%
jul/05	51.927.191,76	87,90%	7,34%	2,23%	1,74%	0,79%	0,00%	0,79%
ago/05	49.224.953,25	85,46%	9,87%	1,02%	2,86%	0,78%	0,00%	0,78%
set/05	44.515.223,49	63,41%	34,29%	1,47%	0,53%	0,31%	0,00%	0,31%
out/05	78.114.973,09	80,51%	17,46%	0,80%	0,87%	0,35%	0,00%	0,35%
nov/05	45.954.639,31	69,96%	25,32%	3,29%	0,41%	1,02%	0,00%	1,02%
dez/05	63.415.146,50	77,15%	19,58%	2,18%	0,52%	0,57%	0,00%	0,57%
jan/06	108.702.859,03	93,82%	4,77%	0,85%	0,25%	0,32%	0,00%	0,32%

fev/06	52.517.943,47	75,35%	22,10%	1,21%	0,62%	0,72%	0,00%	0,72%
mar/06	50.899.584,26	81,09%	15,61%	2,52%	0,10%	0,68%	0,00%	0,68%
abr/06	84.586.465,46	94,50%	4,55%	0,64%	0,07%	0,23%	0,00%	0,23%
mai/06	36.214.636,80	80,88%	16,45%	2,11%	0,27%	0,28%	0,00%	0,28%
jun/06	38.923.931,71	80,17%	15,25%	2,72%	0,87%	1,00%	0,00%	1,00%
jul/06	101.797.677,94	96,24%	2,82%	0,47%	0,09%	0,39%	0,00%	0,39%
ago/06	42.160.313,84	88,54%	9,19%	1,25%	0,80%	0,22%	0,00%	0,22%
set/06	40.511.811,20	86,02%	13,15%	0,71%	0,06%	0,07%	0,00%	0,07%
out/06	75.172.904,00	90,47%	6,30%	0,58%	2,27%	0,38%	0,00%	0,38%
nov/06	46.412.564,51	80,69%	17,17%	1,75%	0,09%	0,30%	0,00%	0,30%
dez/06	51.020.247,78	83,91%	15,25%	0,77%	0,02%	0,05%	0,00%	0,05%
jan/07	56.464.704,51	88,84%	9,27%	1,18%	0,69%	0,02%	0,00%	0,02%
fev/07	49.187.882,92	84,50%	14,88%	0,44%	0,00%	0,18%	0,00%	0,18%
mar/07	50.388.769,94	90,98%	8,58%	0,43%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
abr/07	37.013.939,83	81,35%	16,76%	1,69%	0,20%	0,01%	0,00%	0,01%
mai/07	41.660.882,03	86,00%	13,09%	0,73%	0,18%	0,00%	0,00%	0,00%
jun/07	36.428.485,13	83,36%	14,74%	1,47%	0,36%	0,07%	0,00%	0,07%
jul/07	42.443.401,38	86,33%	13,21%	0,47%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
ago/07	57.467.174,09	84,89%	12,16%	2,93%	0,03%	0,00%	0,00%	0,00%
set/07	38.590.591,82	90,88%	8,00%	1,01%	0,10%	0,00%	0,00%	0,00%
out/07	44.004.441,45	87,78%	10,46%	1,75%	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%
nov/07	34.907.718,32	81,72%	17,71%	0,57%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
dez/07	37.998.813,52	86,43%	13,57%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
jan/08	16.824.973,32	95,43%	4,57%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
fev/08	7.341.390,17	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
mar/08	40.131,91	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Total								
Geral	2.789.704.989,02	85,55%	11,57%	1,97%	0,50%	0,41%	0,00%	0,41%
Média		85,32%	11,71%	1,96%	0,45%	0,56%	0,00%	0,56%
Desvio								
Padrão		8,24%	7,13%	2,71%	0,72%	1,13%	0,00%	1,13%
Mínimo		63,41%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Máximo		100,00%	34,29%	13,68%	3,23%	6,82%	0,00%	6,82%

- Efetuados com até cinco dias de atraso

Tabela 2 - Performance por Fluxo de Vencimentos								
Mês	Fluxo Mensal de Vencimentos	Pagamentos Pontuais	Atraso entre 6 e 30 dias	Atraso entre 31 e 90 dias	Atraso entre 91 e 180 dias	Atraso Acima de 180 dias (a)	Parcelas Não Liquidadas até Março de 2008(b)	(a) + (b)
jul/02	66.507,26	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
ago/02	1.070.348,33	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
set/02	220.802,35	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
out/02	405.364,20	97,36%	2,64%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
nov/02	2.290.381,49	99,55%	0,45%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
dez/02	3.937.300,59	46,50%	41,30%	12,20%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
jan/03	176.006,70	63,42%	36,58%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
fev/03	2.797.439,88	83,31%	16,16%	0,52%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
mar/03	3.761.692,19	11,00%	89,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
abr/03	473.623,96	79,86%	20,14%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
mai/03	14.591.070,94	99,92%	0,08%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
jun/03	8.080.581,26	90,88%	9,12%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
jul/03	43.876.908,97	98,92%	0,95%	0,06%	0,00%	0,07%	0,00%	0,07%
ago/03	9.231.710,13	73,24%	20,84%	1,90%	1,53%	2,50%	0,00%	2,50%
set/03	20.341.566,49	94,35%	4,60%	1,04%	0,00%	0,01%	0,00%	0,01%
out/03	26.413.500,25	92,80%	5,34%	0,93%	0,19%	0,74%	0,00%	0,74%
nov/03	17.204.291,58	81,48%	14,61%	1,18%	0,49%	2,24%	0,00%	2,24%
dez/03	27.058.665,52	86,86%	11,83%	1,15%	0,09%	0,06%	0,00%	0,06%
jan/04	21.085.825,11	78,67%	12,74%	6,10%	1,42%	1,08%	0,00%	1,08%
fev/04	35.432.444,56	87,12%	11,31%	1,15%	0,21%	0,21%	0,00%	0,21%
mar/04	30.264.474,61	64,97%	10,47%	22,50%	0,89%	1,17%	0,00%	1,17%
abr/04	65.784.654,77	93,15%	5,05%	0,66%	0,34%	0,81%	0,00%	0,81%
mai/04	30.946.666,36	81,63%	15,32%	2,53%	0,27%	0,24%	0,00%	0,24%
jun/04	39.706.595,47	75,81%	19,44%	4,67%	0,00%	0,08%	0,00%	0,08%
jul/04	56.241.927,50	84,67%	10,39%	2,59%	2,25%	0,11%	0,00%	0,11%
ago/04	36.389.331,70	83,50%	12,27%	3,07%	0,49%	0,67%	0,00%	0,67%
set/04	26.265.883,90	86,24%	11,56%	1,62%	0,49%	0,09%	0,00%	0,09%
out/04	31.899.416,89	77,16%	21,41%	1,13%	0,14%	0,16%	0,00%	0,16%
nov/04	41.027.057,88	82,37%	13,55%	3,80%	0,16%	0,11%	0,00%	0,11%
dez/04	49.571.457,56	88,20%	10,63%	0,98%	0,05%	0,14%	0,00%	0,14%
jan/05	41.947.778,91	84,37%	12,88%	2,21%	0,49%	0,05%	0,00%	0,05%
fev/05	33.802.720,47	59,90%	18,33%	18,97%	2,62%	0,18%	0,00%	0,18%
mar/05	34.202.279,45	75,39%	13,78%	6,96%	0,38%	3,50%	0,00%	3,50%
abr/05	26.893.068,22	78,23%	15,37%	4,23%	1,25%	0,92%	0,00%	0,92%
mai/05	36.055.316,19	84,92%	11,52%	2,29%	0,95%	0,31%	0,00%	0,31%
jun/05	44.466.673,97	75,46%	23,38%	0,98%	0,12%	0,06%	0,00%	0,06%
jul/05	40.278.526,63	83,29%	10,43%	4,91%	0,15%	1,22%	0,00%	1,22%
ago/05	71.885.073,63	92,23%	5,88%	1,34%	0,29%	0,26%	0,00%	0,26%
set/05	52.485.697,71	82,23%	12,33%	1,95%	1,48%	2,01%	0,00%	2,01%
out/05	50.403.354,06	69,90%	26,27%	1,59%	1,26%	0,98%	0,00%	0,98%
nov/05	53.923.908,43	73,45%	23,14%	1,14%	1,71%	0,56%	0,00%	0,56%
dez/05	48.354.319,73	69,89%	25,68%	2,32%	1,56%	0,56%	0,00%	0,56%
jan/06	218.708.058,69	93,70%	5,82%	0,24%	0,07%	0,17%	0,00%	0,17%
fev/06	42.255.738,42	81,06%	13,67%	4,16%	0,39%	0,72%	0,00%	0,72%
mar/06	50.127.176,16	74,69%	22,57%	1,20%	1,10%	0,43%	0,00%	0,43%
abr/06	89.934.883,66	91,26%	6,49%	1,82%	0,17%	0,26%	0,00%	0,26%
mai/06	46.089.290,31	79,53%	14,76%	3,18%	1,83%	0,71%	0,00%	0,71%
jun/06	40.709.294,59	84,86%	13,17%	0,54%	0,18%	1,24%	0,00%	1,24%
jul/06	86.941.120,11	93,99%	4,92%	0,65%	0,12%	0,32%	0,00%	0,32%
ago/06	38.805.242,14	82,62%	14,08%	2,29%	0,21%	0,80%	0,00%	0,80%
set/06	34.251.202,96	82,04%	12,90%	2,13%	1,01%	1,92%	0,00%	1,92%
out/06	76.742.121,04	93,80%	5,01%	0,98%	0,02%	0,19%	0,00%	0,19%
nov/06	40.630.440,10	88,50%	10,73%	0,56%	0,07%	0,15%	0,00%	0,15%
dez/06	48.650.425,08	87,37%	10,33%	0,94%	0,96%	0,40%	0,00%	0,40%
jan/07	83.144.585,32	94,93%	4,02%	0,68%	0,05%	0,32%	0,00%	0,32%
fev/07	51.788.269,84	83,08%	15,04%	1,67%	0,13%	0,08%	0,00%	0,08%
mar/07	43.821.389,58	87,09%	12,13%	0,56%	0,15%	0,07%	0,00%	0,07%
abr/07	57.203.429,78	82,63%	16,38%	0,94%	0,03%	0,03%	0,00%	0,03%
mai/07	50.478.348,88	90,48%	8,52%	0,63%	0,02%	0,34%	0,00%	0,34%
jun/07	38.990.294,68	82,39%	11,80%	1,49%	4,27%	0,05%	0,00%	0,05%
jul/07	43.543.166,16	82,76%	15,36%	0,90%	0,94%	0,04%	0,00%	0,04%
ago/07	84.280.463,31	90,64%	8,63%	0,41%	0,26%	0,05%	0,00%	0,05%
set/07	45.419.744,34	86,51%	12,14%	1,09%	0,26%	0,00%	0,00%	0,00%
out/07	46.483.496,18	85,89%	13,00%	1,00%	0,11%	0,00%	0,00%	0,00%

nov/07	71.667.504,25	90,66%	8,37%	0,89%	0,07%	0,00%	0,00%	0,00%
dez/07	48.471.411,21	88,90%	9,60%	1,50%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
jan/08	56.898.419,81	84,96%	12,21%	2,83%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
fev/08	61.676.174,84	86,31%	13,64%	0,05%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
mar/08	10.681.081,78	99,84%	0,16%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Total geral	2.789.704.989,02	85,55%	11,57%	1,97%	0,50%	0,41%	0,00%	0,41%
Média		83,52%	13,37%	2,20%	0,49%	0,43%	0,00%	0,43%
Desvio Padrão		13,40%	12,13%	3,78%	0,77%	0,68%	0,00%	0,68%
Mínimo		11,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Máximo		100,00%	89,00%	22,50%	4,27%	3,50%	0,00%	3,50%

Simulação do impacto do Pré-pagamento no fluxo de caixa do Fundo:

Considerando os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo em 03 de março de 2008, a Administradora efetuou uma simulação do impacto do pré-pagamento da totalidade dos Direitos Creditórios.

Caso todos os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo fossem pagos antecipadamente, com desconto de seus valores nas taxas dos seus respectivos Contratos, haveria uma perda para o Fundo de R\$ 20.658,81 equivalente a 0,43% do valor total atual das Quotas Subordinadas, e desta forma, considerado desprezível.

DATA DE PRÉ PAGAMENTO	VALOR PRESENTE DOS DIREITOS CREDITÓRIOS DESCONTADOS NA TAXA DE AQUISIÇÃO	VALOR PRESENTE DOS DIREITOS CREDITÓRIOS DESCONTADOS NA TAXA DO CONTRATO	DESÁGIO	PERDA DO FUNDO NO PRÉ-PAGAMENTO	VALOR DAS COTAS SUBORDINADAS NA DATA DE PRÉ-PAGAMENTO
4-mar-08	R\$ 13.916.630,83	R\$ 13.895.972,02	0,148%	R\$20.658,81	R\$4.755.747,26

Procedimentos de Registro

Durante o período de 30 dias contado da 1ª Data de Emissão de Quotas, a Administradora deverá providenciar, diretamente ou por meio de seus Agentes, o registro dos Termos de Cessão em cartórios de Registro de Títulos e Documentos dos domicílios do BANCOOB e da Administradora, até 10º dia útil imediatamente posterior à cada Data de Aquisição.

Após o 30º dia contado da 1ª Data de Emissão de Quotas, a Administradora deverá providenciar, quinzenalmente, diretamente ou por meio de seus Agentes, a lavratura, por instrumento público perante Tabelião de Notas da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, de Termo de Cessão Consolidado, acompanhado de todos os demonstrativos anexos aos Termos de Cessão, observados os períodos para a realização deste procedimento definidos no Regulamento. A Administradora poderá firmar os Termos de Cessão Consolidados, por conta e ordem do BANCOOB, utilizando-se dos poderes outorgados na Procuração Irrevogável.

Inexistência de Coobrigação

A cessão de Direitos Creditórios ao Fundo será realizada sem direito de regresso contra ou coobrigação do BANCOOB ou de qualquer outra Pessoa. O BANCOOB, suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não respondem pelo pagamento dos Direitos Creditórios e pela solvência dos Mutuários. O BANCOOB é apenas responsável pela existência, liquidez e correta formalização dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos do Regulamento e do Contrato de Cessão.

As Cooperativas Singulares Habilitadas originadoras de Direitos Creditórios Elegíveis efetuarão a cessão de Direitos Creditórios ao BANCOOB que, por sua vez, efetuará a cessão ao Fundo, sem direito de regresso contra ou coobrigação da mesma ou de qualquer outra Pessoa. As respectivas Cooperativas Singulares Habilitadas, suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não respondem pelo pagamento dos Direitos Creditórios e pela solvência dos Mutuários. As Cooperativas Singulares Habilitadas são apenas responsáveis pela existência, liquidez e correta formalização dos Direitos Creditórios cedidos ao BANCOOB, nos termos do respectivo Contrato de Cessão.

Não há a habitualidade do BANCOOB, único Cedente de Direitos Creditórios, promover o saneamento do Fundo, não tendo sido realizado, até a presente data, qualquer ação pelo BANCOOB que possa ser configurada como tal. Sendo assim, desde que esgotados todos os meios e procedimentos necessários ao recebimento e à cobrança de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, observados os termos e as condições do Regulamento e da Instrução CVM, a Administradora poderá celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação, de transferência, de desconstituição, de substituição ou de liberação de quaisquer garantias, no todo ou em parte, relacionados aos referidos Direitos Creditórios Inadimplentes.

Neste caso, o preço de alienação dos Direitos Creditórios Inadimplentes não poderá sob pena de responsabilização da Administradora por eventuais danos ou prejuízos causados ao Fundo, ser inferior ao seu respectivo valor contábil, exceto quando autorizado no Regulamento ou pelos Quotistas reunidos em Assembléia.

Sem prejuízo da opção de compra do BANCOOB, prevista na seção “Opção de Compra” abaixo, caso a Administradora deseje alienar quaisquer dos Direitos Creditórios relativos a Contratos de Financiamento Inadimplentes de titularidade do Fundo para qualquer terceiro, o BANCOOB terá o direito de primeira recusa.

Outrossim, não ocorreram acordos, transações, alienações, transferências, desconstituições, substituições ou liberação de quaisquer garantias, no todo ou em parte, relacionados aos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, desde o início de suas atividades, seja com o BANCOOB ou com quaisquer terceiros.

Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis

Pela aquisição de cada Direito Creditório Elegível, será pago pelo Fundo ao BANCOOB, em moeda corrente nacional e/ou em contrapartida à integralização de Quotas Subordinadas, conforme indicado em cada Termo de Cessão, Preço de Aquisição, apurado de acordo com a seguinte expressão:

I.

- a. Para contratos originalmente calculados com juros compostos:

$$PADC = \frac{DC}{\left[(1+TD)^{\frac{N}{252}} \right]},$$

onde:

- PADC = Preço de Aquisição de cada Direito Creditório.
- DC = valor nominal de cada Direito Creditório.
- TD = Taxa de Desconto, expressa na forma decimal ao ano. Exemplo: para uma taxa de 20% ao ano, TD = 0,20.
- N = número de dias úteis entre a data de vencimento do Direito Creditório e a Data de Aquisição, incluindo-se na contagem o 1º dia e excluindo-se o último dia do respectivo período.

b. Para contratos originalmente calculados com juros simples:

$$PADC = \frac{VDC}{\left(1+TD_s \times \left(\frac{N}{252} \right) \right)},$$

onde:

- PADC = Preço de Aquisição de cada Direito Creditório (para cada parcela).
- VDC = valor nominal de cada Direito Creditório (para cada parcela).
- TD_s = Taxa de Desconto Simples, expressa na forma decimal ao ano. (Exemplo: para uma taxa de 20% ao ano, TD = 0,20).
- N = número de dias úteis entre a data de vencimento do Direito Creditório e a Data de Aquisição, incluindo-se na contagem o 1º dia e excluindo-se o último dia do respectivo período.

Após o recebimento do Termo de Cessão do BANCOOB, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, efetuará o pagamento do Preço de Aquisição, em moeda corrente nacional, exclusivamente por meio de crédito das verbas devidas na Conta Corrente do BANCOOB e/ou lançará o respectivo número de Quotas Subordinadas na conta de depósito de titularidade do BANCOOB.

A definição do Preço de Aquisição de cada operação de compra será feita utilizando-se o “Modelo de Formação do Preço de Aquisição de Direitos Creditórios para o FIDC Bancoob” anexo ao Contrato de Cessão e cuja cópia integra o Regulamento do Fundo como Anexo.

Para fins de exemplo, em caso de cessão de Direitos Creditórios ao Fundo em 26 de março de 2008, a Taxa de Desconto seria equivalente a 15,87% (quinze inteiros e oitenta e sete centésimos por cento),

considerando a Taxa DI-over de fechamento de 25 de março de 2008 equivalente a 11,10% (onze inteiros e dez centésimos por cento).

Opção de Compra

Nos termos do Contrato de Cessão, o BANCOOB poderá adquirir do Fundo Direitos Creditórios relativos a Contratos de Financiamento Inadimplentes, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, desde que, considerada, *pro-forma*, a cessão pretendida, o Fundo atenda à Razão de Garantia, ao Índice de Liquidez e à Alocação de Investimento Mínima e não estejam sendo implementados os procedimentos resultantes da ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada. Caso o BANCOOB exerça a opção de compra a que se refere este inciso, o mesmo deverá comunicar sua intenção à Administradora, por meio eletrônico, identificar quais Direitos Creditórios Inadimplentes deseja adquirir e indicar o nome e a qualificação do cessionário dos respectivos créditos. O preço de aquisição dos Direitos Creditórios Inadimplentes, para efeito do exercício da opção de compra acima referida, será equivalente ao valor de mercado, se houver, ao valor contábil dos respectivos Direitos Creditórios, sendo que, em nenhuma hipótese este poderá ser inferior a 0 (zero).

Condições Resolutivas da Cessão

Considerar-se-á resolvida a cessão de todos os Direitos Creditórios referentes a cada Contrato de Financiamento, inclusive na hipótese de a respectiva cessão ter sido realizada em contrapartida à subscrição e integralização de Quotas Subordinadas, operada de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação ao BANCOOB e sem qualquer ônus ou custo para o Fundo, nas seguintes hipóteses (as “Condições Resolutivas da Cessão”):

- a) caso o pagamento de qualquer Direito Creditório seja recusado pelo respectivo Mutuário por alegação de vícios, defeitos ou inexistência de lastro; ou
- b) caso qualquer Direito Creditório seja reclamado por terceiros comprovadamente titulares de ônus, gravames ou encargos constituídos previamente à aquisição dos mesmos pelo Fundo; ou
- c) caso seja verificado, a qualquer tempo, pelo BANCOOB, pela Administradora e/ou pelo Custodiante a existência de vícios, defeitos ou inexistência de lastro em Direitos Creditórios, originados em data anterior à respectiva Data de Aquisição.

O BANCOOB estará obrigado a restituir ao Fundo, exclusivamente em moeda corrente nacional, no 3º dia útil imediatamente posterior à ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão, o preço de aquisição dos Direitos Creditórios cuja cessão tiver sido resolvida, nos termos do Contrato de Cessão, apurado na forma do inciso I da Cláusula Sete, atualizado *pro-rata temporis* desde a respectiva Data de Aquisição até a data de restituição dos valores devidos, considerando-se a Taxa de Desconto utilizada na determinação do Preço de Aquisição. Neste caso, os valores pagos ao Fundo em razão da resolução da cessão não poderão ser superiores ao valor nominal de todos os Direitos Creditórios referentes ao Contrato de Financiamento correspondente, vencidos e não pagos ou vincendos.

Eventos de Revisão

Conforme definidos no Contrato de Cessão, são considerados Eventos de Revisão quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) qualquer evento que implique em modificação do Controle do BANCOOB, em relação ao que prevalecia à época da celebração do Contrato de Cessão;
- b) caso qualquer dos Convênios ou das autorizações específicas permitindo a consignação em pagamento sejam, por qualquer motivo, rescindidos ou suspensos e tal fato possa comprometer negativamente a boa ordem financeira, legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Quotas Sênior;
- c) caso se verifique a inobservância por qualquer das Cooperativas Singulares Habilitadas de quaisquer obrigações por elas assumidas nos respectivos Contrato de Cessão de Direitos Creditórios ao BANCOOB;
- d) caso se verifique falha, erro ou incorreção em quaisquer das declarações prestadas pelo BANCOOB no inciso I da Cláusula Quatro do Contrato de Cessão, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Programa de Securitização e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Quotas Sênior;
- e) existência de evidências de que o BANCOOB tenha oferecido ao Fundo Direitos Creditórios em desacordo com os disposto nas alíneas “g” a “m” do inciso I da Cláusula Quatro do Contrato de Cessão;
- f) criação de novos impostos, taxas ou contribuições, elevação das alíquotas já existentes ou modificação de suas bases de cálculo, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Programa de Securitização e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Quotas Sênior;
- g) existência de indícios de que o BANCOOB, qualquer de suas Pessoas controladas e/ou controladoras diretas se encontre inadimplente no cumprimento de qualquer operação de natureza financeira em que qualquer das Pessoas acima referidas seja parte e/ou tenha sido declarado o vencimento antecipado de qualquer dos negócios acima referidos, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ou o equivalente em outras moedas, excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;
- h) existência de indícios de que tenham sido apresentados para protesto ou que tenham sido protestados títulos emitidos pelo BANCOOB ou sacados contra o BANCOOB, suas Pessoas controladas e/ou controladoras diretas, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ou o equivalente em outras moedas, excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;
- i) caso seja ajuizada contra o BANCOOB, suas Pessoas controladoras diretas ou controladas qualquer ação ou conjunto de ações de execução para pagamento de quantia certa, incluindo as execuções fiscais, cujo valor seja superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais);
- j) caso ocorra a concessão de qualquer Medida Cautelar, incluindo a Medida Cautelar Fiscal de que trata a Lei Federal nº 8.397/92, que imponha restrição à alienação de ativos de titularidade do BANCOOB;
- k) caso o BANCOOB deixe de cumprir as disposições referentes aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado definidos pelas normas do Bacen e do Conselho Monetário Nacional – CMN; ou
- l) descumprimento pelo BANCOOB de qualquer de suas obrigações estabelecidas no Contrato de Cessão e nos demais Documentos da Securitização, que não seja um Evento de Revisão

ou um Evento de Resilição, desde que tal descumprimento não seja devidamente regularizado ou justificado dentro do prazo de 4 (quatro) dias úteis contado do envio, pela Administradora, de notificação, por escrito, informando da ocorrência do respectivo evento.

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão, o Fundo adotará os procedimentos aplicáveis na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação definidos no Regulamento.

Eventos de Resilição

Conforme definidos no Contrato de Cessão, são considerados Eventos de Resilição, quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) decretação de intervenção, liquidação extrajudicial ou regime especial de administração temporário do BANCOOB;
- b) protocolo de pedido de falência do BANCOOB ou liquidação de qualquer de suas sociedades controladoras diretas ou de sua autofalência;
- c) realização de qualquer Negócio Restrito sem a expressa autorização prévia, por escrito, da Administradora; ou
- d) caso o BANCOOB venha a resilir o Contrato de Cessão nos termos do inciso II da Cláusula Treze.

Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Resilição, o Fundo adotará os procedimentos definidos no Regulamento aplicáveis aos Eventos de Amortização Antecipada.

Eventos de Avaliação

Conforme definidos no Regulamento, são considerados Eventos de Avaliação quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) inobservância pela Administradora de seus deveres e suas obrigações previstos no Regulamento e nos demais Documentos da Securitização, que não seja um Evento de Amortização Antecipada;
- b) inobservância pelo Custodiante de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento e no Contrato de Custódia, que não seja um Evento de Amortização Antecipada, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado do recebimento da referida notificação;
- c) aquisição pelo Fundo de Direitos Creditórios em desacordo com os Critérios de Elegibilidade;
- d) rebaixamento da classificação de risco inicial de qualquer Série em mais de 3 (três) níveis, considerando-se a tabela de classificação da respectiva Agência de Classificação de Risco, hipótese em que a Administradora deverá adotar os procedimentos previstos no inciso II do Capítulo Quatorze do Regulamento, sem prejuízo da possibilidade dos Quotistas, reunidos em Assembléia Geral, transformarem o Evento de Avaliação em um Evento de Amortização Antecipada, nos termos da alínea “d” do inciso IV do mesmo Capítulo Quatorze;
- e) caso o Fundo deixe de atender a Reserva de Amortização e tal evento não seja sanado em até 05 (cinco) dias úteis;

- f) caso o Fundo deixe de atender à Reserva de Caixa e tal evento não seja sanado em até 07 (sete) dias úteis ou não tenham sido iniciados os procedimentos de re-enquadramento definidos neste Regulamento, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data em que se verificar o desenquadramento;
- g) realização de qualquer procedimento, ato ou negócio em desacordo com os termos e condições do Regulamento;
- h) resilição do Contrato de Custódia ou renúncia do Custodiante, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos ali definidos;
- i) caso o CDI *spot* seja maior ou igual a 130% do CDI *spot* do dia útil imediatamente anterior;
- j) amortização de Quotas Subordinadas em desacordo com os procedimentos definidos no Regulamento;
- k) caso existam evidências de que quaisquer Direitos Creditórios tenham sido onerados, gravados ou sujeitos a qualquer encargo, constituídos previamente à sua aquisição pelo Fundo;
- l) caso os titulares das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas não consigam determinar um novo índice de atualização para as Quotas Sênior, na hipótese definida no inciso VIII do Capítulo Onze do Regulamento; ou
- m) ocorrência de um Evento de Revisão assim identificado no Contrato de Cessão.

Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, os quais são considerados fatos relevantes para efeito de comunicação aos Quotistas, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, suspenderá imediatamente o pagamento da amortização de Quotas ainda em aberto e a aquisição, a qualquer título, de Direitos Creditórios do Cedente. No prazo de até 2 dias úteis contado da ocorrência do Evento de Avaliação, a Administradora deverá convocar uma Assembléia Geral para que seja avaliado o grau de comprometimento do Programa de Securitização. Caso o respectivo Evento de Avaliação não seja integralmente sanado até a data de realização da referida Assembléia Geral e a maioria dos titulares das Quotas Sênior em Circulação decidam que o Evento de Avaliação constitui um Evento de Amortização Antecipada, serão adotados os procedimentos definidos nos incisos V e seguintes do Capítulo Quatorze do Regulamento, incluindo a convocação de nova Assembléia Geral.

Vide Regulamento – Capítulo Quatorze – “Dos Eventos de Avaliação e dos Eventos de Amortização Antecipada”.

Eventos de Amortização Antecipada

Conforme definidos no Regulamento, são considerados Eventos de Amortização Antecipada quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) caso o Fundo deixe de atender ao disposto no inciso IX do Capítulo Doze do Regulamento por mais de (i) 15 (quinze) dias úteis consecutivos ou (ii) 30 (trinta) dias alternados durante o período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior à data de apuração dos respectivos índices;
- b) caso o Fundo deixe de atender ao Índice de Liquidez com referência a qualquer Série em Circulação em 2 (duas) Datas de Verificação consecutivas ou 4 (quatro) Datas de Verificação alternadas, durante o período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior à data de apuração do Índice de Liquidez;

- c) caso ocorra a rescisão do Contrato de Cessão; e
- d) caso seja deliberado em Assembléia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Amortização Antecipada.

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Amortização Antecipada, independente de qualquer procedimento adicional, a Administradora deverá (a) notificar os Quotistas, (b) suspender imediatamente a amortização de Quotas ainda em aberto e a aquisição, a qualquer título, de novos Direitos Creditórios do BANCOOB e (c) convocar uma Assembléia Geral para que os titulares das Quotas Sênior deliberem sobre os procedimentos que serão adotados pelos Quotistas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, sendo assegurado, no caso de decisão assemblear pela interrupção dos procedimentos de amortização antecipada do Fundo, a amortização antecipada integral das Quotas Sênior devidas pelos Quotistas dissidentes. A Administradora poderá, a seu exclusivo critério, de forma a preservar os direitos, interesses e prerrogativas dos titulares das Quotas Sênior, promover a amortização compulsória, proporcional, simultaneamente e em igualdade de condições, de todas as Séries em Circulação, devidamente atualizadas na forma da alínea “b” do inciso III do Capítulo Onze do Regulamento, observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos empregados na amortização de Quotas, definidos no Capítulo Treze do Regulamento, independentemente da realização da Assembléia Geral acima referida.

Os procedimentos referidos acima somente deverão ser descontinuados pela Administradora após a amortização compulsória integral das Quotas Sênior, quando o Fundo poderá promover a amortização compulsória das Quotas Subordinadas.

Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, a Administradora deverá aplicar e manter os Outros Ativos de titularidade do Fundo exclusivamente em moeda corrente nacional e/ou em títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen.

Após a conclusão dos procedimentos acima definidos, a Administradora poderá proceder ao resgate de Quotas por meio dos procedimentos de dação em pagamento definida no Regulamento.

Vide Regulamento – Capítulo Quatorze – “Dos Eventos de Avaliação e dos Eventos de Amortização Antecipada”.

Razão de Garantia, Índice de Liquidez, Alocação de Investimento Mínima e Giro de Carteita

Enquanto existirem Quotas Sênior em Circulação, o Índice de Liquidez referente a cada Série em Circulação deverá ser igual ou superior a 1 (um), a Razão de Garantia deverá ser equivalente a, no máximo, 0,77 (setenta e sete centésimos), a Alocação de Investimento Mínima deverá ser, no mínimo, equivalente a 0,50 (cinquenta centésimos) e o GC deverá ser igual ou inferior a 18 (dezoito) meses, todos apurados diariamente pela Administradora.

Reenquadramento da Razão de Garantia e do Índice de Liquidez

A Administradora deverá enviar ao BANCOOB, por meio eletrônico, no dia em que seja verificado que o Fundo deixou de atender à Razão de Garantia, à Alocação de Investimento Mínima e/ou ao Índice de Liquidez, observado o disposto no Regulamento, Aviso de Desenquadramento, o qual deverá ser respondido pelo BANCOOB à Administradora impreterivelmente até o 2º (segundo) dia útil subsequente à data de seu recebimento. Quando do envio da resposta ao Aviso de Desenquadramento, o BANCOOB, a seu exclusivo critério, deverá informar à Administradora:

- a) se a competente integralização de Quotas Subordinadas será realizada em moeda corrente nacional e/ou em Direitos Creditórios Elegíveis, observado o disposto no

Contrato de Cessão, devendo, conforme o caso, enviar, concomitantemente, novo Layout ao Custodiante; ou

- b) sua intenção em reenquadrar o Fundo aos parâmetros definidos no Regulamento para a Razão de Garantia e/ou Alocação de Investimento Mínima, por meio da Amortização não Programada de Quotas Sênior em Circulação. Quando do envio de sua resposta ao Aviso de Desenquadramento, o BANCOOB deverá indicar o valor da Amortização não Programada, a ser implementada pela Administradora, e o novo valor do Patrimônio Líquido em que o BANCOOB reenquadrará o Fundo aos parâmetros definidos no inciso IX do Capítulo Doze do Regulamento.

Na hipótese da alínea “a” acima, a integralização das Quotas Subordinadas será realizada em moeda corrente nacional e/ou por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, de forma que, considerada, *pro forma*, a integralização pretendida, o Fundo atenda, concomitantemente, aos parâmetros definidos no inciso IX do Capítulo Doze do Regulamento.

Na hipótese da alínea “b” acima, a Administradora dará início aos procedimentos estabelecidos nos incisos VI e VII do Capítulo Treze do Regulamento, com vista à Amortização não Programada.

Caso o BANCOOB deixe de responder o Aviso de Desenquadramento e/ou, conforme o caso, não efetue a integralização de Quotas Subordinadas nos termos da alínea “a” supra, serão iniciados os procedimentos definidos no inciso II e seguintes do Capítulo Quatorze do Regulamento.

Vide Regulamento, Capítulo Vinte e Oito – “Do Reenquadramento da Razão de Garantia, da Alocação de Investimento Mínima e do Índice de Liquidez”.

Amortização Compulsória para Fins de Reenquadramento de Índices

Para o reenquadramento de índices do Fundo, a Administradora, a seu exclusivo critério, poderá proceder à amortização compulsória antecipada, total ou parcial, de todas as Séries de Quotas Sênior em Circulação, proporcionalmente e em igualdade de condições, por seu valor atualizado nos termos do Regulamento, de forma que, computada, *pro-forma*, a amortização pretendida, o Fundo atenda, concomitantemente, aos parâmetros de enquadramento definidos no Regulamento.

Caso o Fundo deixe de atender à Alocação de Investimento Mínima, a Administradora deverá promover a amortização compulsória, total ou parcial, de Quotas, de forma que, computada, *pro-forma*, a amortização pretendida, o Fundo atenda à Alocação de Investimento Mínima e aos demais índices referidos no Regulamento.

Quando da realização de amortizações de Quotas para reenquadramento de índices do Fundo, deverão ser observados pela Administradora, no que forem aplicáveis, os procedimentos ordinários de amortização de Quotas Sênior nas Datas de Amortização, definidos no Regulamento. A Administradora deverá informar imediatamente aos representantes de cada um dos titulares das Quotas, indicados nos termos do Regulamento, mediante correspondência com aviso de recebimento, a ocorrência e natureza do evento e o valor total das amortizações, incluindo o valor das Quotas detidas pelo respectivo investidor que será amortizado.

Vide Regulamento, Capítulo Treze – “Da Amortização das Quotas”.

Procedimentos de Dação em Pagamento

Ao término do prazo referido no inciso I do Capítulo Dois do Regulamento ou na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, nos termos do Regulamento, a Administradora, a seu exclusivo

critério, promoverá o resgate integral das Séries de Quotas Sênior em Circulação, mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo, sempre até o limite da diferença positiva entre o valor de cada Quota Sênior, apurado *pro-forma*, observado o disposto no item “i” da alínea “b” do inciso III do Capítulo Onze do Regulamento, e o somatório das verbas efetivamente pagas à respectiva Quota até a data de apuração de seu valor nos termos deste inciso (o “Valor Referencial”). Após a conclusão do resgate das Quotas Sênior, o Fundo deverá promover o resgate das Quotas Subordinadas, por meio da dação em pagamento do eventual saldo de ativos remanescente em sua carteira. As cessões de crédito realizadas nos termos deste inciso deverão observar ao menos o valor contábil dos respectivos Direitos Creditórios.

Antes da realização dos procedimentos descritos no parágrafo anterior, a Administradora deverá promover procedimento de avaliação independente, objetivando determinar o valor de liquidação dos ativos integrantes da carteira do Fundo. Posteriormente, a Administradora deverá convocar uma Assembléia Geral com a finalidade de informar o resultado do processo de avaliação e proceder à eleição, pelos titulares das Quotas, de um administrador para o condomínio civil referido no parágrafo abaixo.

Para fins do disposto acima, os Direitos Creditórios dados em dação pelo Fundo aos titulares das Quotas Sênior e, conforme o caso, das Quotas Subordinadas, serão compulsoriamente mantidos em condomínio, nos termos do Capítulo VI, do Título III, do Subtítulo II do Livro II do Código Civil brasileiro. O quinhão de cada Quotista será equivalente ao valor dos créditos a este efetivamente atribuídos. Os termos e as condições da convenção de condomínio conterão avença assegurando aos condôminos, originalmente titulares das Quotas Sênior, o direito de preferência no recebimento de quaisquer verbas decorrentes da cobrança dos créditos mantidos em condomínio.

Caso os titulares das Quotas não procedam à eleição do administrador do condomínio civil, essa função será atribuída ao titular de Quotas Sênior que detenha, direta ou indiretamente, o maior quinhão.

O Custodiante fará a guarda dos Documentos Comprobatórios relativos aos ativos de titularidade do condomínio civil pelo prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, contado de sua constituição. Ao término do prazo acima referido, o administrador do condomínio civil indicará à Administradora a hora e o local para a entrega dos referidos documentos. Expirado este prazo ou caso os titulares das Quotas Sênior, por qualquer motivo, não venham a constituir o condomínio civil referido do parágrafo acima e/ou a eleger o seu respectivo administrador, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contado da data de realização da respectiva Assembléia Geral, a Administradora e o Custodiante poderão promover a consignação dos Direitos Creditórios detidos pelo Fundo e dos respectivos Documentos Comprobatórios, na forma do Artigo 334 do Código Civil brasileiro.

Os pagamentos de valores aos Quotistas nos termos deste Capítulo deverão também observar a ordem de aplicação de recursos definida no Capítulo Vinte e Quatro, do Regulamento.

Negócios Restritos

Tomando-se em consideração as razões aduzidas no “Considerando (D)” do Contrato de Cessão, o BANCOOB obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, até a amortização e/ou o resgate integral das Quotas Sênior, na figura de seus representantes legais que comparecem neste Contrato, a não:

- a) rescindir quaisquer dos Convênios ou Contratos de Cessão de Direitos Creditórios ao BANCOOB sob os quais tenham sido contratados ou adquiridos os Direitos Creditórios cedidos pelo BANCOOB ao Fundo e/ou solicitar o cancelamento ou suspensão do certificado de entidade consignatária, conforme o caso;

- b) realizar qualquer ato ou procedimento que implique no crédito por qualquer das Entidades das verbas relativas aos Contratos de Financiamento cujos respectivos Direitos Creditórios tenham sido cedidos ao Fundo, em contas correntes outras que não as respectivas Contas Correntes do BANCOOB ou do Fundo, incluindo o fechamento ou obstrução, a qualquer título, das referidas contas correntes;
- c) pedir ou autorizar o cancelamento da consignação em pagamento (desconto em folha de pagamento) relativa aos Contratos de Financiamento cujos respectivos Direitos Creditórios sejam de titularidade do Fundo;
- d) alterar os termos dos Contratos de Financiamento e/ou dos Termo de Adesão, direta ou indiretamente, sem a expressa autorização prévia, por escrito, da Administradora; e
- e) distratar ou descumprir qualquer dos Contratos de Cessão de Direitos Creditórios ao BANCOOB celebrados com as Cooperativas Singulares Habilitadas (os “Negócios Restritos”).

Ordem de Aplicação dos Recursos

A partir da 1ª data de integralização de Quotas e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Quotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:

- a) no pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos do Regulamento e da legislação aplicável;
- b) na constituição ou enquadramento da Reserva de Amortização e da Reserva de Caixa;
- c) no repasse aos titulares das Quotas Sênior das verbas adiantadas ao Fundo na forma do Capítulo Vinte e Seis do Regulamento, devidamente atualizadas *pro rata temporis*, utilizando-se o mesmo critério de atualização aplicado às Quotas Sênior com maior *Spread* ou Sobretaxa;
- d) no pagamento dos valores devidos aos titulares das Quotas Sênior a título de amortização, total ou parcial, de suas respectivas Quotas Sênior, observados os procedimentos definidos no Regulamento;
- e) no pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades;
- f) no pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis; e
- g) na amortização compulsória de Quotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições do Regulamento.

No curso ordinário do Programa de Securitização e, observada a ordem de aplicação de recursos definida neste Capítulo e a política de investimento constante do Capítulo Quatro, a Administradora deverá segregar na contabilidade do Fundo e manter aplicado em Outros Ativos, ou em moeda corrente nacional, o equivalente a 0,50% (cinquenta centésimos por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo (“Reserva de Caixa”). A Reserva de Caixa destinar-se-á exclusivamente ao pagamento dos montantes referentes às despesas e encargos do Fundo, incluindo-se a Taxa de Administração.

Na hipótese de a Reserva de Caixa deixar de atender ao percentual previsto no item II acima, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios e destinar todos os recursos do Fundo, em moeda corrente nacional, para a recomposição da Reserva de Caixa.

AS QUOTAS

Encontra-se abaixo uma descrição não exaustiva das principais características das Quotas a serem emitidas no curso do Programa de Securitização. Eventuais investidores deverão consultar e analisar cuidadosamente as demais Seções deste Prospecto e os Capítulos do Regulamento antes de decidir por adquirir Quotas.

O Fundo poderá emitir 1 classe de Quotas Sênior, as quais poderão ser divididas em Séries distintas, a serem distribuídas em uma ou mais Distribuições. As Datas de Amortização, o valor das Amortizações Programadas e/ou das Amortizações Integrais e as condições de remuneração de cada Série de Quotas Sênior serão definidas no Suplemento da Série “n”. Ademais, o Fundo poderá emitir, em uma ou mais Distribuições, uma série da classe de Quotas Subordinadas, em número indeterminado.

Características das Quotas Sênior

Cada Quota Sênior confere a seus titulares as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:

- a) tem o preço unitário de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) na 1ª Data de Emissão da respectiva Série;
- b) a partir da 1ª Data de Emissão da respectiva Série “n”, terá seu valor unitário, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização e, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, calculado todo dia útil pela Administradora, sendo que o mesmo será equivalente ao menor dos seguintes valores:
 - i) o valor apurado de acordo com a seguinte expressão, observado o disposto no item “2” do respectivo Suplemento da Série “n”:

$$VQSn_T = VQSn_{T-1} \times \left\{ \left[\left(\frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \left(\frac{Sobretaxa}{100} \right) + 1 \right\},$$

onde:

$VQSn_T$	valor de cada Quota Sênior da Série “n” para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização e, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, calculado para a data “T”.
$VQSn_{T-1}$	valor de cada Quota Sênior da Série “n” para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização e, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, calculado no dia útil anterior à data “T”. No caso do cálculo no dia útil seguinte à 1ª Data de Emissão, $VQSn_{T-1}$ é igual a R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
DI_{T-1}	Taxa DI-over, média, extra-grupo, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), expressa na forma percentual, em base anual

(252 dias úteis), referente ao dia útil anterior à data “T” (a “Taxa DI”).
Exemplo: Se Taxa DI *over* do dia útil anterior for 16,50%, então $DI_{T-1} = 16,50$.

Sobretaxa_n percentual aplicado sobre a Taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais, a ser utilizado exclusivamente na hipótese do valor das Quotas Sênior da Série “n”. Exemplo: Se a Sobretaxa definida no Suplemento for 110%, então $Sobretaxa_n = 110$.

ou, com referência a todas as Séries de Quotas Sênior em Circulação.

ii) o valor apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$VQS_{nT} = \frac{(NQS_{nT} \times R\$ 25.000,00 - VAI_n) + PL_T \times Rat_{nT}}{NQS_{nT}}$$

VQS_{nT} valor de cada Quota Sênior da Série “n” para efeito de cálculo de seu valor de amortização, calculado para a data “T”.

PL_T PL_T = Patrimônio Líquido – Valor Investido,
sendo que, se PL_T menor que zero, então PL_T igual a zero (0).

onde: Valor Investido = $[(NQS_{at} + NQS_{bt} + \dots + NQS_{zt}) \times R\$ 25.000,00]$

NQS_{nT} número de Quotas Sênior da Série “n” em Circulação na data “T”. Sendo NQS_{aT} o número de Quotas Sênior da 1ª Série ou Série “a” em Circulação, e, assim, sucessivamente, apurado diariamente pela Administradora na data de apuração do VQS_{nT} .

VAI_n valor apurado para a Série “n” de Quotas Sênior, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$VAI = \frac{(\text{Valor Investido} - \text{Patrimônio Líquido}) \times NQS_{nT}}{(NQS_{at} + NQS_{bt} + \dots + NQS_{zt})}$$

sendo que se VAI menor ou igual a 0 (zero), então $VAI = 0$ (zero).

Rat_{Nt} significa o percentual de rateio apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$Rat_{nT} = \frac{VRE_{nT} \times NQS_{nT}}{(VRE_{aT} \times NQS_{aT}) + (VRE_{bT} \times NQS_{bT}) + \dots + (VRE_{zT} \times NQS_{zT})}$$

onde:

VRE_n valor que excede ao valor nominal de cada Quota Sênior da Série “n” apurado pela aplicação da seguinte expressão:

$$VRE_{nT} = VQSDIn_T - R\$ 25.000,00, \text{ sendo que:}$$

VQSDI_{nt} é o valor de cada Quota Sênior da Série “n”, para efeito de cálculo de seu valor de amortização, nas hipóteses definidas no Regulamento, calculado para a data “T”, apurado na forma da alínea “i” ou “ii” acima, observado o definido no respectivo Suplemento da Série “n”.

- a) nos termos do Capítulo Vinte e Seis do Regulamento, os titulares das Quotas Sênior poderão ser solicitados a contribuir com recursos para o Fundo, na proporção de seus créditos, por meio da integralização de Série de Quotas Sênior específica, para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas;
- b) pode ser objeto de amortização compulsória na hipótese de reenquadramento da Razão de Garantia, do Índice de Liquidez e/ou da Alocação de Investimento Mínima aos parâmetros definidos no inciso IX do Capítulo Doze do Regulamento e/ou de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, sendo que, neste caso, não haverá qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre as Séries de Quotas Sênior em Circulação;
- c) tem o direito de votar com referência a todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que cada Quota Sênior legitimará o seu titular a participar com 1 (um) voto; e
- d) tem prioridade em relação às Quotas Subordinadas na hipótese de sua amortização ou de seu resgate, observado o disposto no Regulamento.

Vide Regulamento – Capítulo Onze – “Das Quotas” e Capítulo Vinte e Seis

Características das Quotas Subordinadas

- I. Cada Quota Subordinada confere a seus titulares as seguintes vantagens, direitos e obrigações:
 - a) subordina-se às Quotas Sênior para efeito de amortização ou resgate, observados os termos do Regulamento;
 - b) tem um preço unitário de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) na 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas;
 - c) a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas, o valor unitário de cada Quota Subordinada, apurado diariamente pela Administradora, será equivalente ao valor do Patrimônio Líquido, subtraído do somatório do valor atualizado das Quotas Sênior em Circulação e da Reserva de Amortização e da Reserva de Caixa, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em Circulação na respectiva data de apuração;
 - d) pode ser objeto de amortização compulsória na hipótese de reenquadramento da Razão de Garantia, do Índice de Liquidez e/ou da Alocação de Investimento Mínima aos parâmetros definidos no inciso IX do Capítulo Doze do Regulamento e/ou de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, sendo que, não haverá qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre as Quotas Subordinadas em Circulação;
 - e) terá o direito de vetar (i) a inclusão de nova instituição financeira na qualidade de Instituição Autorizada, nos termos do inciso I do Capítulo Oito do Regulamento, (ii) a adoção do índice

escolhido pelos titulares das Quotas Sênior para a determinação do valor das Quotas Sênior e (iii) a alteração dos dispositivos do Regulamento perfilados no inciso XV do Capítulo Dezenove; e

- f) terá o direito de votar a aprovação de alterações e modificações aos Documentos da Securitização e a substituição da Administradora e do Custodiante, nos termos das alíneas “i” e “j” do inciso I do Capítulo Dezenove.
- II. Nas hipóteses das alíneas “e” e “f” acima, cada Quota Subordinada legitimará o seu titular a participar com 1 (um) voto, sendo expressamente excluído o direito de voto para esta classe de Quotas, enquanto existirem Quotas Sênior em Circulação, com referência a qualquer outra matéria.

Vide Regulamento – Capítulo Onze – “Das Quotas”.

Amortização de Quotas e Reserva de Amortização

- I. A Administradora deverá manter Reserva de Amortização, por conta e ordem do Fundo, desde a 1ª Data de Emissão até a última Data de Amortização, onde deverão ser segregados e mantidos destacados na contabilidade do Fundo, Outros Ativos que não constituam Direitos Creditórios, incluindo recursos em moeda corrente nacional. A Reserva de Amortização destinar-se-á exclusivamente ao pagamento dos montantes referentes às parcelas de amortizações e de resgate de cada Série de Quota Sênior.
- II. A Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá segregar Outros Ativos na Reserva de Amortização, observando que:
 - a) até o 60º (sexagésimo) dia anterior a cada Data de Amortização de cada Série, o valor de resgate e/ou alienação dos Outros Ativos segregados na Reserva de Amortização, projetado até tal Data de Amortização, deverá ser equivalente a 40% (quarenta por cento) do somatório do valor total da parcela das Quotas Sênior a ser amortizado na respectiva Data de Amortização;
 - b) até o 30º (trigésimo) dia anterior a cada Data de Amortização de cada Série, o valor de resgate e/ou alienação dos Outros Ativos segregados na Reserva de Amortização, projetado até tal Data de Amortização, deverá ser equivalente a 80% (oitenta por cento) do somatório do valor total da parcela das Quotas Sênior a ser amortizado na respectiva Data de Amortização; e
 - c) até o 10º (décimo) dia anterior a cada Data de Amortização de cada Série, o valor de resgate e/ou alienação dos Outros Ativos segregados na Reserva de Amortização, projetado até tal Data de Amortização, deverá ser equivalente a 100% (cem por cento) do somatório do valor total da parcela das Quotas Sênior a ser amortizado na respectiva Data de Amortização.
- III. Na hipótese de a Reserva de Amortização deixar de atender ao limite de enquadramento descrito no inciso II acima, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios e destinar todos os recursos do Fundo, em moeda corrente nacional, para a recomposição da Reserva de Amortização. A Administradora somente interromperá tal procedimento quando, conforme o caso, o valor de saque, resgate e/ou alienação dos Outros Ativos segregados na Reserva de Amortização, livres de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, seja equivalente ao somatório do valor total da parcela das Quotas Sênior a ser amortizado na respectiva Data de Amortização.

- IV. O Fundo deverá promover a amortização total das Quotas Subordinadas em Circulação em 01 de abril de 2026, entretanto, sem prejuízo do disposto no inciso V abaixo, a data de amortização total deverá ser antecipada pela Administradora exclusivamente na hipótese do Fundo deixar de manter Quotas Seniores em Circulação por período superior a 360 (trezentos e sessenta) dias consecutivos (a “Amortização Programada de Quotas Subordinadas”). A unanimidade dos titulares de Quotas Subordinadas em Circulação poderá solicitar à Administradora, por escrito, até o 5ª dia útil imediatamente anterior a cada Data de Amortização de Quotas Subordinadas a não realização da referida amortização.
- V. Desde que atendida a Razão de Garantia, *pro-forma* o pagamento pretendido, o Fundo deverá efetuar, no 5º (quinto) dia útil após cada Data de Amortização de Quotas Senior, a amortização mensal das Quotas Subordinadas (a “Amortização das Quotas Subordinadas”), de acordo com a seguinte fórmula:

$$AMT_{Sub} = \frac{SVQ_{Sub} - (PL \times 23\%)}{NQ_{Sub}}$$

onde:

<i>AMT Sub</i>	Valor da Amortização das Quotas Subordinadas, apurado para cada Quota Subordinada em Circulação
<i>SVQSub</i>	Somatório do valor de todas as Quotas Subordinadas em Circulação na data no dia útil anterior à data de pagamento de <i>AMT Sub</i>
<i>PL</i>	Patrimônio Líquido no dia útil anterior à data de pagamento de <i>AMT Sub</i>
<i>NQSub</i>	Número de Quotas Subordinadas em Circulação na data de Amortização

- IV. Caso o Fundo deixe de atender à Alocação de Investimento Mínima, a Administradora deverá promover a amortização compulsória de Quotas Sênior, observados os procedimentos descritos no inciso II acima, de forma que, computada, *pro-forma*, a amortização pretendida, o Fundo atenda à Alocação de Investimento Mínima.
- V. A Administradora deverá comunicar aos titulares das Quotas, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, sobre o valor das verbas a serem a estes transferidas a título de amortização compulsória das referidas Quotas.
- VI. Os titulares das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas não poderão, sob nenhuma hipótese, exigir do Fundo o pagamento da amortização compulsória ou do resgate de suas respectivas Quotas, em termos outros que não os expressamente previstos no Regulamento.

Vide Regulamento, Capítulo Treze – “Da Amortização de Quotas”.

Registro e Negociação das Quotas

As Quotas colocadas junto ao público deverão ser registradas para colocação na CETIP e para negociação, no mercado secundário, na CETIP, Somafix e BovespaFix. Os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos incorridos na negociação e transferência de suas Quotas.

Caberá exclusivamente aos eventuais intermediários assegurar que os investidores que venham a adquirir as Quotas encontram-se habilitados, nos termos da legislação aplicável, a investir recursos em quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.

Na hipótese de negociação de Quotas, deverá ser verificado pelo intermediário que o novo investidor encontra-se habilitado a aplicar recursos nesta modalidade de investimento.

Vide Regulamento, Capítulo Dezesesseis– “Do Registro das Quotas”.

CARACTERÍSTICAS DA 1ª SÉRIE DE QUOTAS SÊNIOR

No curso da 1ª Distribuição o Fundo ofertou 4.000 Quotas Sênior da 1ª Série, no valor unitário de R\$25.000,00, tendo sido subscritas e integralizadas 587 Quotas Seniores da 1ª série e canceladas 3.413 Quotas Seniores da 1ª série, tendo em vista o encerramento do prazo para distribuição das mesmas.

O valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate de cada Quota Sênior da 1ª Série, é calculado observado critério de atualização definido na alínea “a” do inciso III do Capítulo Onze do Regulamento, e observado o disposto na seguinte Tabela:

<i>Sobretaxa_n</i>	108%
------------------------------	------

Desde que o Patrimônio Líquido assim o permita e o Fundo conte com recursos, em moeda corrente nacional, suficientes na ocasião, será promovida mensalmente no dia 1º de cada mês (a “Data de Amortização”).

Desde 01 de novembro de 2007, inclusive, a amortização de parcela do valor de cada Quotas Sênior da 1ª Série (a “Amortização Programada”), é equivalente ao valor apurado de acordo com fórmula abaixo. A última Amortização Programada deverá ocorrer no dia 01 de outubro de 2009, quando o Fundo deverá promover a amortização integral da respectiva Quota:

$$VAP_n = VQSn_T - VAEn + (PA \times VQSA_n),$$

onde:

VAP_n	valor da Amortização Programada referente a cada Quota Sênior da 1ª Série na Data de Amortização “n”.
VQSn_T	valor unitário de cada Quota Sênior da 1ª Série, para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, de cada Quota Sênior da 1ª Série, calculado de acordo com o critério de atualização definido na alínea “a” do inciso III do Capítulo Onze do Regulamento, na data de apuração de <i>VAP_n</i> .
VQSA_n	valor unitário de cada Quota Sênior da 1ª Série, para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, de cada Quota Sênior da 1ª Série, calculado de acordo com o critério de atualização definido na alínea “a” do inciso III do Capítulo Onze do Regulamento, em 01 de outubro de 2007.

VAEn

somatório dos valores efetivamente pagos a título de amortização de cada Quota Sênior da 1ª Série, anteriormente à Data de Amortização “n” apurado pela aplicação da seguinte fórmula:

$$VAE = VQSA_n \times (1 - SPA)$$

Sendo que:

SPA é o somatório dos percentuais de amortização (*PA*) das Quotas Sênior da 1ª Série efetivamente ocorridas até o dia útil anterior à data de apuração de VAPn.

PA

percentual de amortização do preço unitário de cada Quota Sênior da 1ª Série, se houver, apurado nas respectivas datas das Amortizações Programadas, conforme a seguinte tabela:

DATA DE AMORTIZAÇÃO	PA
1-nov-07	4,17%
1-dez-07	4,17%
1-jan-08	4,17%
1-fev-08	4,17%
1-mar-08	4,17%
1-abr-08	4,17%
1-mai-08	4,17%
1-jun-08	4,17%
1-jul-08	4,17%
1-ago-08	4,17%
1-set-08	4,17%
1-out-08	4,17%
1-nov-08	4,17%
1-dez-08	4,17%
1-jan-09	4,17%
1-fev-09	4,17%
1-mar-09	4,17%
1-abr-09	4,17%
1-mai-09	4,17%
1-jun-09	4,17%
1-jul-09	4,17%
1-ago-09	4,17%
1-set-09	4,17%
1-out-09	4,09%

Todas as amortizações das Quotas Sênior da 1ª Série previstas até 30 de maio de 2008 foram integralmente pagas nas datas previstas, de forma que nesta data o Fundo contava com 587 Quotas Sênior da 1ª Série em Circulação, no valor unitário de R\$ 19.910,66260600, perfazendo o montante total de R\$ 11.687.558,95. Esse saldo remanescente será amortizado em 17 parcelas mensais e sucessivas, de modo que a última amortização deverá ocorrer em outubro de 2009, na forma do Suplemento da 1ª Série de Quotas Sênior.

CARACTERÍSTICAS DA 2ª SÉRIE DE QUOTAS SÊNIOR

O valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate de cada Quota Sênior da 2ª Série, é calculado observado critério de atualização definido na alínea “a” do inciso III do Capítulo Onze do Regulamento, e observado o disposto na seguinte Tabela:

<i>Sobretaxa_n</i>	108%
------------------------------	------

Desde que o Patrimônio Líquido assim o permita e o Fundo conte com recursos, em moeda corrente nacional, suficientes na ocasião, será promovida mensalmente no dia 1º de cada mês (a “Data de Amortização”), a partir de 01 de agosto de 2009, inclusive, a amortização de parcela do valor de cada Quota Sênior da 2ª Série (a “Amortização Programada”), a qual será equivalente ao valor apurado de acordo com fórmula abaixo. A última Amortização Programada deverá ocorrer no dia 01 de julho de 2011, quando o Fundo deverá promover a amortização integral da respectiva Quota:

$$VAP_n = VQSnT - VAEn + (PA \times VQSA_n),$$

onde:

VAP_n valor da Amortização Programada referente a cada Quota Sênior da 2ª Série na Data de Amortização “n”.

VQSn_T valor unitário de cada Quota Sênior da 2ª Série, para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, de cada Quota Sênior da 2ª Série, calculado de acordo com o critério de atualização definido na alínea “a” do inciso III do Capítulo Onze do Regulamento, na data de apuração de *VAP_n*.

VQSA_n valor unitário de cada Quota Sênior da 2ª Série, para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, de cada Quota Sênior da 2ª Série, calculado de acordo com o critério de atualização definido na alínea “a” do inciso III do Capítulo Onze do Regulamento, em 01 de julho de 2009.

VAE_n somatório dos valores efetivamente pagos a título de amortização de cada Quota Sênior da 2ª Série, anteriormente à Data de Amortização “n” apurado pela aplicação da seguinte fórmula:

$$VAE = VQSA_n \times (1 - SPA)$$

Sendo que:

SPA é o somatório dos percentuais de amortização (*PA*) das Quotas Sênior da 2ª Série efetivamente ocorridas até o dia útil anterior à data de apuração de VAP_n.

PA

percentual de amortização do preço unitário de cada Quota Sênior da 2ª Série, se houver, apurado nas respectivas datas das Amortizações Programadas, conforme a seguinte tabela:

DATA DE AMORTIZAÇÃO	PA
1-ago-09	4,17%
1-set-09	4,17%
1-out-09	4,17%
1-nov-09	4,17%
1-dez-09	4,17%
1-jan-10	4,17%
1-fev-10	4,17%
1-mar-10	4,17%
1-abr-10	4,17%
1-mai-10	4,17%
1-jun-10	4,17%
1-jul-10	4,17%
1-ago-10	4,17%
1-set-10	4,17%
1-out-10	4,17%
1-nov-10	4,17%
1-dez-10	4,17%
1-jan-11	4,17%
1-fev-11	4,17%
1-mar-11	4,17%
1-abr-11	4,17%
1-mai-11	4,17%
1-jun-11	4,17%
1-jul-11	4,09%

FATORES DE RISCO

Antes de tomar uma decisão de investimento, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis neste Prospecto e avaliar os fatores de risco a seguir descritos. Em decorrência dos riscos inerentes à sua própria natureza, incluindo, entre outros, os fatores de risco aqui descritos, poderá ocorrer, entre outros, perda ou atraso, por tempo indeterminado, da restituição aos Quotistas do capital investido ou eventual perda do valor de principal de suas aplicações.

Introdução

Os Direitos Creditórios e os Outros Ativos, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado ou a riscos de crédito das contrapartes, que poderão gerar perdas até o montante das operações contratadas e não liquidadas, não podendo a Administradora, o Gestor, o Custodiante ou qualquer de suas respectivas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, em hipótese alguma, ser responsabilizados, pela solvência de qualquer Pessoa, incluindo o Cedente e Mutuários, por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, pela inexistência de um mercado secundário para os Direitos Creditórios e Outros Ativos ou por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização compulsória de suas respectivas Quotas, nos termos do Regulamento.

Fatores Associados ao Investimento no Fundo

I. Quanto aos riscos associados ao investimento no Fundo, destacam-se:

- a) **Amortização e Resgate Condicionado.** As principais fontes de recursos do Fundo para efetuar a amortização e resgate de suas Quotas decorrem da liquidação dos Direitos Creditórios pelos Mutuários e dos Outros Ativos pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento destes recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outros valores para efetuar a amortização e resgate, em moeda corrente nacional, de suas Quotas.
- b) **Amortização e Resgate de Quotas na Medida da Liquidação dos Ativos Integrantes da Carteira do Fundo e da Inexistência de Mercado Secundário para os Direitos Creditórios.** O Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Outros Ativos e aos mercados em que os mesmos são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Administradora aliená-los. Em decorrência do risco acima identificado e considerando-se que o Fundo somente procederá à amortização e resgate das Quotas na medida em que os Direitos Creditórios ou os Outros Ativos sejam devidamente liquidados pelas respectivas contrapartes e que as verbas recebidas sejam depositadas na Conta Corrente do Fundo, tanto a Administradora quanto o Custodiante encontram-se impossibilitados de determinar o intervalo de tempo necessário para a amortização e resgate integral das Quotas. O valor de amortização e resgate das Quotas Sênior continuará a ser atualizado até a data de seu efetivo pagamento, sempre até o limite do Patrimônio Líquido, não sendo devido pelo Fundo ou por qualquer Pessoa, todavia, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza, caso o referido evento prolongue-se por prazo indeterminado.
- c) **Fatores Macroeconômicos Relevantes.** Variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e

influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas, poderão resultar em alongamento, por prazo indeterminado, do período de amortização compulsória das Quotas. Ademais, em decorrência dos riscos inerentes à sua própria natureza, incluindo, entre outros, os fatores de risco descritos nesta Seção, poderá ocorrer perda pelos Quotistas do valor de principal de suas aplicações. Não será devido pelo Fundo ou por qualquer Pessoa, incluindo a Administradora, qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza, caso a amortização compulsória das Quotas prolongue-se por prazo indeterminado ou caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante de tal evento, observado o disposto no Capítulo Vinte e Sete do Regulamento.

- d) **Da Inexistência de Rendimento Predeterminado.** O preço de integralização das Quotas Sênior será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos na alínea “b” do inciso III do Capítulo Onze do Regulamento. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido do Fundo, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Sênior na hipótese de amortização e resgate de suas respectivas Quotas e não representa nem deverá ser considerada, sob nenhuma hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, da Administradora, do Custodiante ou do Cedente e de suas respectivas Pessoas controladoras, das sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estas coligadas ou de outras sociedades sob controle comum em assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Sênior não farão jus, em nenhuma circunstância, quando da amortização compulsória de suas aplicações, a uma remuneração superior ao valor de suas Quotas, devidamente atualizadas, nos termos da alínea “b” do inciso III do Capítulo Onze do Regulamento, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para esta classe de Quotas.
- e) **Descasamentos de Taxas e de Fluxo de Caixa do Fundo e Operações com Instrumentos Derivativos.** O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras precipuamente em Direitos Creditórios e, também, em outras modalidades financeiras de renda fixa que deverão compor sua carteira de ativos. Considerando-se que o valor das Quotas Sênior será definido considerando-se a variação da Taxa DI, a qual é divulgada diariamente, nos termos da alínea “b” do inciso III do Capítulo Onze do Regulamento, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização dos ativos integrantes da carteira do Fundo e das Quotas Sênior. A Administradora, o Custodiante e quaisquer de suas respectivas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estas coligadas ou outras sociedades sob controle comum não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Quotistas, inclusive pela eventual perda do valor de principal de suas aplicações, em razão de descasamentos, de qualquer ordem, sofridos pelo Fundo. A Administradora não se encontra obrigada a manter a carteira do Fundo protegida, total ou parcialmente, contra o risco de descasamento entre o valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo e o valor das Quotas Sênior, por meio da contratação de operações com instrumentos derivativos.
- f) **Riscos relativos aos Convênios celebrados entre o BANCOOB e as Entidades.** O desconto em folha de pagamento das prestações devidas pelos Mutuários em razão da celebração de Contratos de Financiamento é viabilizado por Convênios celebrados entre o BANCOOB e as respectivas Entidades. O Convênio pode ser interrompido pela alteração das normas autorizadoras de sua manutenção ou em razão de sua rescisão. Essas normas podem ser alteradas, por exemplo, por futuros administradores públicos eleitos (i.e., prefeitos, governadores). Se, por qualquer motivo, qualquer dos Convênios vier a ser rescindido ou qualquer das respectivas consignações em pagamento vier a ser interrompida ou suspensa, a sistemática de cobrança dos Direitos Creditórios (desconto em folha de pagamento) poderá ser negativamente afetada, podendo levar à necessidade de adoção de nova sistemática de cobrança direta, pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, dos

créditos dos Mutuários cujos respectivos Direitos Creditórios sejam de titularidade do Fundo, a qual poderá ser ineficiente ou apresentar elevados custos de transação.

- g) **Modificação das características dos Direitos Creditórios por decisão judicial.** Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo são oriundos de empréstimos, financiamentos e/ou de operações de mútuo, que podem eventualmente ter suas condições questionadas em Juízo pelos respectivos Mutuários ou por terceiros. Não pode ser afastada a possibilidade de os Mutuários ou terceiros interessados lograrem êxito nas demandas ajuizadas. Nessa hipótese, os Direitos Creditórios podem ter seus valores reduzidos ou até serem anulados em decisão judicial, o que afetaria negativamente o patrimônio do Fundo.
- h) **Repasse do Consignante** – Os Direitos Creditórios decorrentes de Operações de Crédito Consignado são pagos por meio de consignação em folha realizada pela instituição consignante a que o Mutuário é vinculado. Caso, por qualquer razão, a instituição consignante atrase ou não pague os vencimentos dos Mutuários, o Fundo não receberá os recursos decorrentes dos Direitos Creditórios. Além disso, enquanto a instituição consignante não voltar a pagar adequadamente os vencimentos ou benefícios aos Mutuários, sua capacidade de saldar os débitos também ficará prejudicada, o que poderá impactar negativamente o patrimônio e a rentabilidade do Fundo.
- i) **Falhas do Agente Cobrador** – A cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplentes depende da atuação diligente do BANCOOB e de eventuais agentes cobradores subcontratados. Cabe-lhes aferir o correto recebimento dos recursos e verificar a inadimplência. Assim, qualquer falha de procedimento do BANCOOB e de agentes subcontratados poderá acarretar em menor recebimento dos recursos devidos pelos Mutuários. Isto levaria a queda da rentabilidade do Fundo, ou até a perda patrimonial.
- j) **Risco de liquidação antecipada pelos Mutuários dos Direitos Creditórios.** Os Mutuários podem, a qualquer tempo, proceder ao pagamento antecipado de suas obrigações contratadas. Este evento poderá prejudicar o atendimento, pelo Fundo, de seus objetivos e/ou afetar sua capacidade de atender aos índices, parâmetros e indicadores definidos no Regulamento.
- k) **Invalidade ou Ineficácia da Cessão de Direitos Creditórios.** Com relação ao BANCOOB ou às Cooperativas Singulares Habilitadas, enquanto cedentes, a cessão de Direitos Creditórios poderia ser invalidada ou tornada ineficaz, impactando negativamente o patrimônio do Fundo, caso fosse realizada em:
 - a. fraude contra credores, inclusive da massa, se no momento da cessão a Cedente estivesse insolvente ou se com eles passasse ao estado de insolvência;
 - b. fraude de execução, caso (a) quando da cessão, o BANCOOB ou a Cooperativa Singular Habilitada fosse sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-los à insolvência; ou (b) sobre os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo pendesse demanda judicial fundada em direito real; e
 - c. fraude à execução fiscal, se o BANCOOB ou a Cooperativa Singular Habilitada, quando da celebração da cessão de Direitos Creditórios, sendo sujeito passivo por débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrita como dívida ativa, não dispusesse de bens para total pagamento da dívida fiscal.

Fatores Associados aos Direitos Creditórios

II. Quanto aos riscos associados aos Direitos Creditórios, destacam-se:

- a) **Ausência de Garantia de Pagamento ou de Coobrigação.** A cessão de Direitos Creditórios ao Fundo somente será realizada sem coobrigação do Cedente, que somente se responsabiliza pela existência e correta formalização dos Direitos Creditórios cedidos, não assumindo qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou pela solvência dos Mutuários. Em nenhuma hipótese, a Administradora, o Custodiante, quaisquer de suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum se responsabilizam pelo pagamento dos Direitos Creditórios ou pela solvência dos Mutuários. A realização dos Direitos Creditórios depende exclusivamente da solvência dos Mutuários e seus eventuais garantidores e do efetivo pagamento dos valores devidos, inexistindo, portanto, qualquer garantia ou certeza de que o pagamento será efetuado ou, caso o seja, de que será realizado nos prazos e nos valores avençados.
- b) **Cessão Continuada de Direitos Creditórios.** A existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção do fluxo de cessão de Direitos Creditórios. A interrupção desse fluxo poderá ensejar a ocorrência de um evento de Amortização Antecipada.
- c) **Cobrança Judicial dos Direitos Creditórios.** Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais, necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos e à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas dos condôminos, são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total de seu Patrimônio Líquido, sempre observado o que seja deliberado pelos titulares das Quotas Sênior reunidos em Assembleia Geral. Depois de esgotados os ativos de liquidez imediata do Fundo e observada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, os titulares das Quotas Sênior poderão ser solicitados a adiantar recursos ao Fundo, necessários à adoção e à manutenção das rotinas e procedimentos acima referidos, por meio da integralização de Série de Quotas Sênior específica. A Administradora, o Custodiante, quaisquer de suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Quotas Sênior deixem de aportar os recursos necessários para tanto.
- d) **Possibilidade de o Mutuário ou Terceiro em seu Nome vir a questionar a legalidade da cláusula permitindo o desconto em folha de pagamento.** O Poder Judiciário, incluindo o Superior Tribunal de Justiça, em alguns julgados relacionados com operação de empréstimo, na modalidade "crédito consignado", tem manifestado entendimento contrário à legalidade do desconto de prestações de empréstimos diretamente na folha de salários. Desse modo, a alegada nulidade de cláusula permitindo o desconto em folha de pagamento de funcionário poderá ser invocada em ação judicial, podendo o Poder Judiciário, ao interpretar o artigo 649, inciso IV, do Código de Processo Civil, vir a permitir que o Mutuário torne ineficaz sua prévia autorização de desconto em folha de salário, fazendo com que seja necessária à cobrança do crédito pelos meios legais habituais. A legitimidade ao recebimento do valor do crédito não é afetada por estas decisões, mas sim tão somente sua forma de liquidação. Caso os procedimentos de consignação em pagamento (desconto em folha) de um número significativo de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo sejam efetivamente interrompidos em decorrência de medidas judiciais propostas pelos Mutuários ou por terceiros em seu nome, tal evento poderá afetar negativamente a solvência dos respectivos créditos. Na hipótese de atraso ou efetivo inadimplemento no pagamento dos referidos Direitos Creditórios pelos Mutuários, poderá ser necessária a adoção, pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, de uma nova sistemática de cobrança direta dos respectivos

créditos, a qual poderá ser ineficiente ou apresentar elevados custos de transação. Tal ocorrência poderá afetar negativamente o valor do Patrimônio Líquido do Fundo.

- e) **Risco de contra-ordem da respectiva Cooperativa Singular Habilitada na cobrança dos Direitos Creditórios:** O Procedimento de Cobrança Ordinário dos Direitos Creditórios originados nas Operações de Financiamento poderá, embora remota a possibilidade, ser interrompido por decisão judicial em face da respectiva Cooperativa Singular Habilitada.
- f) **Ausência de Mercado Secundário para os Direitos Creditórios.** Em razão da não existência de um mercado secundário ativo e organizado para os Direitos Creditórios, os Quotistas devem possuir condição financeira para levar ao vencimento os Direitos Creditórios e os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo.
- g) **Relação societária entre Gestor e o BANCOOB.** O Gestor pertence ao grupo societário do Cedente, e atuará, por conta e ordem do Fundo, na seleção dos Direitos Creditórios a serem ofertados ao Fundo. Desta forma, o Gestor, ao definir a Taxa de Desconto, pode optar pela adoção de taxa mínima de desconto, reduzindo assim a remuneração dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo. Tal risco é mitigado pela existência da taxa mínima de desconto determinada nos termos do Contrato de Cessão e pela atuação da Administradora.
- h) **Possibilidade de cessão de Direitos Creditórios ao Fundo sem a prévia confirmação da margem consignável.** O Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios sem que tenha havido prévia confirmação da margem consignável da folha de pagamento dos respectivos Mutuários.
- i) **Possibilidade de cessão ao Fundo de Direitos Creditórios sem Garantia Real:** Conforme disposto no Capítulo Cinco do Regulamento, o Fundo poderá adquirir até o limite de 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido Ajustado, Direitos Creditórios de Capital de Giro, isto é, sem que tenham sido constituídas garantias reais ao credor. Assim, caso haja inadimplência pelos Mutuários, não haverá garantias reais a serem executadas pelo Fundo.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com a garantia da Administradora, do Agente Cobrador, do Custodiante ou de suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas, de outras sociedades sob controle comum ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

Vide Regulamento – Capítulo Dez – “Dos Fatores de Risco”.

UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos provenientes da emissão das Quotas serão precipuamente utilizados pelo Fundo na aquisição de Direitos Creditórios do BANCOOB e, conforme o caso, na amortização de Quotas Sênior e de Quotas Subordinadas, sempre observada a ordem de aplicação de recursos definida no Regulamento.

O BANCOOB, por sua vez, utilizará os recursos obtidos com a cessão dos Direitos Creditórios, no todo ou em parte, na aquisição de Direitos Creditórios de Cooperativas Singulares Habilitadas e na substituição e diversificação de suas fontes de captação de recursos.

As informações referentes ao SICCOB, ao BANCOOB e aos seus respectivos mercados de atuação contidos neste Prospecto foram preparadas pelas Pessoas acima referidas e são de sua inteira e exclusiva responsabilidade.

O SICCOOB

O Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - Sicoob surgiu da necessidade das cooperativas de crédito se unirem com o objetivo comum de oferecer produtos e serviços bancários em melhores condições que as oferecidas pelo mercado financeiro tradicional, proporcionar melhores resultados financeiros e operar com maior segurança para os cooperados, em bases sólidas e democráticas.

Estrutura e Atuação do Sicoob

O Sicoob é formado pela Confederação Sicoob Brasil, por 15 cooperativas centrais e 738 cooperativas de crédito singulares que operam com o BANCOOB. Está presente em 20 unidades da Federação. Os produtos e serviços são oferecidos pelas cooperativas em 1.501 pontos de atendimento (738 cooperativas e 763 postos de atendimento), que beneficiam mais de 1 milhão de cooperados, com eficiência, segurança e credibilidade, demonstrando que é um Sistema forte. (Base: Dezembro/2003)

Personalidade Jurídica das Entidades do Sicoob

A Confederação, as cooperativas de crédito, centrais e singulares, que operam com o BANCOOB são entidades autônomas e completamente independentes jurídica e operacionalmente, regidas por leis e estatutos próprios, organizadas em finalidade de melhorar a qualidade de vida dos cooperados, o que traz, também, como consequência, a melhoria dos indicadores sócio-econômicos das comunidades em que as cooperativas atuam.

Cooperativas Singulares

As cooperativas singulares são responsáveis pelo atendimento direto aos cooperados, proporcionando-lhes acesso a vários produtos e serviços financeiros, destacando-se as linhas de crédito, depósitos à vista e a prazo, contas correntes, cartões de crédito e de débito e seguros. As cooperativas do Sicoob, por meio de contratos, operam com o BANCOOB para terem acesso a uma gama de produtos e serviços financeiros que permitem às cooperativas atenderem a seus associados de forma diferenciada.

Cooperativas Centrais

As cooperativas centrais atuam como centralizadoras dos recursos das cooperativas singulares. As centrais, como instituições financeiras, firmam Contratos de Prestação de Serviços com o BANCOOB. As singulares, para operarem com o BANCOOB, efetuam Termos de Adesão aos Contratos firmados entre o BANCOOB e as cooperativas centrais. Além dos serviços de apoio financeiro, as cooperativas centrais exercem a coordenação, a regulação e a supervisão das cooperativas singulares a elas associadas.

Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob

Introdução

O Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob é um banco comercial que presta serviços e oferece produtos financeiros às entidades componentes do Sicoob, de acordo com a circular 3.226 do Banco Central do Brasil, de 18 de fevereiro de 2004. O Bancoob tem como acionistas as cooperativas centrais e singulares. É o maior banco cooperativo do Brasil e foi criado para ampliar as possibilidades de

negócios, facilitar os processos financeiros e criar novas oportunidades e soluções. O resultado dessa aliança é o aumento da movimentação financeira, maior centralização de recursos - com melhores resultados nas aplicações - e maior rentabilidade para todos os integrantes do Sicoob.

Estrutura de Capital e Controladores

Capital social: R\$ 61.000.000,00 (Fonte: Balanço Patrimonial – março/2006)

Quadro acionário

Participação Acionária no Bancoob					
Acionistas	Centrais			Singulares	Centrais + Singulares
	ON	PN	% (ON +PN)	PN	% (ON +PN)
Sicoob Central Crediminas	14,59%	0,89%	10,76%	28,90%	16,30%
Sicoob SC	13,28%	6,02%	11,25%	9,37%	10,67%
Sicoob Central Cocecrer	12,19%	7,77%	10,95%	25,00%	15,24%
Sicoob Central DF	11,20%	12,72%	11,62%	0,27%	8,15%
Cecremge	11,13%	31,94%	16,95%	1,77%	12,31%
Sicoob Goiás Central	11,13%	0,68%	8,20%	13,83%	9,92%
Sicoob Central Cecresp	9,57%	3,03%	7,74%	2,59%	6,17%
Sicoob Central ES	7,37%	11,42%	8,51%	6,00%	7,74%
Sicoob Central BA	4,08%	1,77%	3,43%	4,97%	3,90%
Sicoob Central PR	2,05%	1,70%	1,95%	3,43%	2,40%
Sicoob Centralnorte	1,41%	3,33%	1,95%	0,00%	1,35%
Sicoob Central NE	0,75%	0,53%	0,69%	0,41%	0,60%
Sicoob Central MT/MS	0,71%	1,82%	1,02%	0,00%	0,71%
Sicoob Central Amazônia	0,56%	0,00%	0,40%	1,43%	0,72%
Cecrest	0,00%	0,12%	0,03%	0,31%	0,12%
Cecrerj	0,00%	0,10%	0,03%	1,73%	0,55%
Tesouraria do Bancoob	0,00%	16,17%	4,53%	0,00%	3,14%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Administração

Composição da administração: Órgãos (Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal)

Componentes de cada órgão:

Conselho Fiscal:

Efetivos

- Joaquim Dourado Rocha;
- Ramon Silva Filho;
- Pedro Ivo Santana Gomes;

Suplentes

- Henrique Castilho Vilares;
- Arisvaldo Justo Fernandes;

- Marcos José da Silva.

Conselho de Administração:

- Ciro José Buldrini Filogonio (Presidente);
- José Vicente da Silva (Vice-Presidente);
- Antonio Carlos Girelli Gómez;
- Antonio de Azevedo Bomfim;
- Edgar de Souza Mendes;
- José Zeferino Pedrozo;
- Luiz Cezar Loureiro de Azeredo;
- Luiz Paulo Lima e Silva;
- Wanderley Pimenta Borges;

Diretoria:

- Antonio de Azevedo Bomfim – Diretor-Presidente;
- Oduvaldo Firetti – Diretor Administrativo e Operacional;
- Wander José Soares Pereira – Diretor de Controle;
- Ricardo Antonio de Souza Batista – Diretor de TI
- Marcus Guilherme Andrade de Freitas – Diretor Financeiro e Comercial (Diretor Eleito).

Autorização Societária

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 15.03.2005, foi eleita a atual Diretoria do Bancoob , com os seguintes membros:

- Antonio de Azevedo Bomfim – Diretor-Presidente;
- Oduvaldo Firetti – Diretor Administrativo e Operacional;
- Wander José Soares Pereira – Diretor de Controle.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 19.04.2005, ocorreu à eleição do Sr. Ricardo Antônio de Souza Batista – Diretor de TI.

Em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29.03.2006, ocorreu à eleição do Sr. Marcus Guilherme Andrade de Freitas – Diretor Financeiro e Comercial.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 14.05.2007, foi eleito o Conselho de Administração, com os seguintes membros:

- Ciro José Buldrini Filogonio (Presidente);
- José Vicente da Silva (Vice-Presidente);
- Antonio Carlos Girelli Gómez;
- Antonio de Azevedo Bomfim;
- Edgar de Souza Mendes;
- José Zeferino Pedrozo;
- Luiz Cezar Loureiro de Azeredo;
- Luiz Paulo Lima e Silva;
- Wanderley Pimenta Borges;

Conselho Fiscal:

Em Assembléia Geral Ordinária realizada em 09 de março de 2007, foi eleita a atual formação do Conselho Fiscal:

Efetivos

- Joaquim Dourado Rocha;

- Ramon Silva Filho;
- Pedro Ivo Santana Gomes;

Suplentes

- Henrique Castilho Vilarés;
- Arisvaldo Justo Fernandes;
- Marcos José da Silva

Experiência Profissional e Formação Acadêmica dos Diretores e Administradores do BANCOOB

- Antonio de Azevedo Bomfim – Diretor-Presidente – Mestre em Administração pela Universidade de Maryland, Estados Unidos, cursou “Análise e Política Financeira” no Fundo Monetário Internacional, FMI. Bomfim veio do Banco Boavista Interatlântico, onde teve passagem pelos setores de Marketing Institucional, Infra-estrutura e Recursos Humanos. Também exerceu altos cargos executivos no Banco do Brasil, desde a assessoria internacional à gerência do BB em Los Angeles, EUA, passando pela área de assessoramento para estratégia, marketing e comunicação empresarial e pela chefia do escritório do BB em Washington. Na data da eleição do Bancoob, ocupava o cargo de diretor financeiro do Banco há cinco anos.

- Oduvaldo Firetti – Diretor Administrativo e Operacional – Bacharel em Administração de Empresas, foi assessor da diretoria do Citybank; gerente financeiro da Bolsa de Valores de São Paulo, Bovespa; gerente geral e gerente administrativo da DTVM Votorantin, diretor do Banco Votorantin S.A. e do Banco Comércio e Indústria do Rio de Janeiro S.A. e auditor da Arthur Young Clarkson Gordon & Co. Na gestão anterior, exerceu os cargos de diretor administrativo e de tecnologia da informação no Banco. Firetti permanece na nova composição da diretoria do bancoob, trazendo na bagagem mais de vinte cinco anos de experiência em cargos de direção.

- Wander José Soares Pereira – Diretor de Controle – Está no Bancoob desde 1999, onde ocupava a superintendência de Controles e Normas. Economista, com MBA em Finanças pelo IBMEC, Wander é originário do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, mas trabalhou também como consultor da DBO Directa no desenvolvimento de projetos de sistemas de informações de apoio à gestão e de controles internos, assessorando quatro instituições financeiras. Na área de Controles e Normas do Bancoob, era responsável pela gestão das estruturas relacionadas a controles internos, riscos sistêmicos, planejamento e administração de procedimentos operacionais.

- Ricardo Antonio de Souza Batista – Diretor de TI – Analista de sistemas, atua na área de TI há 28 anos. Ex-diretor de tecnologia do Banco do Brasil – onde trabalhou por 11 anos, cursou Engenharia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro direcionada para informática. Ricardo, que também foi diretor da Federação Brasileira dos Bancos, Febraban, e vice-presidente da Cobra Tecnologia, está terminando Administração – Gestão de Empresas com foco em TI. “Governança Corporativa”; “Breakthrough em liderança”; “O marketing na era da informação” são alguns dos cursos que Batista fez, além de especialização em redes de computadores e Internet na Universidade de São Paulo, USP.

- Marcus Guilherme Andrade de Freitas – Diretoria Financeira e Comercial (Diretor Eleito – em fase de homologação pelo Banco Central) – Graduado em Administração de Empresas, com MBA Executivo. Atualmente Superintendente Financeiro e Comercial do Bancoob. Experiência de 18 anos na gestão financeira e administrativa em empresa no segmento de Previdência Privada e com ênfase no planejamento financeiro e gestão de recursos. Condução de processos de reestruturação e otimização organizacional.

Acordo de Acionistas

Não há acordos de acionistas arquivados na sede da companhia.

Estratégia

O Banco Cooperativo do Brasil S/A – Bancoob é um banco comercial privado, sociedade anônima de capital fechado, cujo controle acionário pertence a 14 (quatorze) cooperativas centrais de crédito. É regido e regulamentado pela Lei nº 4.595/64 e Resolução nº 2.788/00 do Conselho Monetário Nacional, tendo por objetivo prestar serviços às cooperativas de crédito do SICOOB, além de disponibilizar produtos e serviços criados especificamente para as mesmas.

O Bancoob e os serviços prestados às cooperativas do SICOOB

Os principais serviços prestados pelo Bancoob às cooperativas são os acessos à conta “Reservas Bancárias” e ao Serviço de Compensação de Cheques e Outros Papéis (SCCOP). Esses acessos são importantes e estratégicos, pois permitem as cooperativas buscar recursos junto do Tesouro Nacional e propiciar, aos seus associados, a manutenção de contas correntes e o recebimento de documentos compensáveis, como contas de água, luz, telefone etc.

O acesso à conta “Reservas Bancárias” e à integração ao SCCOP, contudo, não transforma as cooperativas em agências do Bancoob, pois essas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, regidas e regulamentadas pela Lei nº 5.764/71 e Resolução nº 3.106/03 do Conselho Monetário Nacional, não são bancos, mas instituições financeiras diferenciadas, que se caracterizam pela prestação direta de serviços aos seus associados, oferecendo taxas remuneratórias de depósitos mais elevadas e custos de serviços mais baixos.

Assim, os serviços prestados pela cooperativa aos seus associados são de sua responsabilidade exclusiva, independentemente do contrato firmado com o Bancoob (Circular nº 3.226/04 - BACEN).

O Bancoob tem como missão satisfazer às necessidades do Sicoob, por meio de soluções de natureza financeira, técnica e operacional, contribuindo para o seu desenvolvimento e fortalecimento, e tem como visão ser reconhecido pelo Sicoob como o Banco das suas cooperativas e, pelo mercado, como uma instituição sólida e conceituada.

Inadimplência

O Bancoob apresenta uma inadimplência de baixo risco em relação aos segmentos em que atua, adotando uma política conservadora de provisionamento de créditos considerados problemáticos.

Colaboradores e Política de Recursos Humanos

A política de RH e a quantidade atual de funcionários

A área de recursos humanos do Bancoob tem envidado esforços para manter o Banco como uma das melhores empresas para se trabalhar. Ultimamente, apresentou diversos programas que estão em curso e outros que têm sua implantação prevista para o decorrer deste ano. Dentre os que estão em andamento destacam-se: o Programa de Capacitação e Desenvolvimento (PROCAD), a Pesquisa de Clima e futuras ações corretivas, o Plano de Cargos e Salários (PCS), o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho e outros. Dentre os programas que o RH pretende implementar destacam-se o

Programa de Estágio (PROGES), o Programa de Trainee, a Avaliação de Desempenho e outros que ainda estão sob nossa avaliação.

Característica comum é a nossa prática de buscar no mercado alternativas relacionadas aos benefícios que oferecemos. Atualmente, hoje o Bancoob oferece aos seus funcionários os seguintes benefícios: bolsa de estudo, tíquete alimentação e restaurante, seguro saúde e odontológico, seguro de vida em grupo, ginástica laboral, PLR.

Dentre as políticas que vigoram no Banco estão a de recrutamento e seleção, admissão, integração do novo funcionário, jornada de trabalho, controle de frequência e horas extras, remuneração, administração do PCS e promoções, programa e concessão de férias, transferência de funcionários, relações e comunicação com o empregado, gestão do desempenho, treinamento e desenvolvimento, demissão, bolsa de estudo e a de estágio.

Quadro de Pessoal do Bancoob

Diretores: 5

Funcionários: 316

Estagiários: 43

Terceirizados: 77

Conselho Fiscal:3

Investimentos Relevantes

Em 30 de abril de 2006 o BANCOOB possuía os seguintes investimentos relevantes:

INVESTIMENTOS	3.636.616,88
PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS E CONTROLADAS NO PAÍS	3.225.081,48
PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS E CONTROLADAS	3.225.081,48
OUTRAS PARTICIPAÇÕES-MEP	3.225.081,48
BC CARD ADM DE CARTÕES DOS BCOS COOPERATIVOS LTDA	1.431.044,92
CABAL BRASIL LTDA	1.217.009,74
BANCOOB ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS LTDA	577.026,82
TÍTULOS PATRIMONIAIS	411.535,40
TITULOS PATRIMONIAIS	411.535,40
DA CETIP	411.535,40
DA CETIP	237.025,60
CÂMARA INTERBANCÁRIA DE PAGAMENTOS - CIP	174.509,80
IMOBILIZADO DE USO	30.742.271,52
SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS	34.512.052,56

Fonte: Bancoob – balancete não auditado de 30/04/2006

Operações com Partes Relacionadas

a) Cabal

A Cabal Brasil, sediada em Brasília, é resultado da aliança entre empresas do Mercosul, que se uniram com o propósito de assegurar que no Brasil, a Bandeira Cabal de cartões repita o sucesso alcançado nas regiões onde atua.

O Bancoob é o sócio majoritário da Cabal Brasil e o agente financeiro nas parcerias, responsável pela administração das operações de crédito decorrentes da utilização dos cartões por seus portadores.

A “Bandeira Cabal”, da mesma forma como atua em outros países, chega ao Brasil mantendo o conceito de uma bandeira aberta, que permite a vinculação de outras entidades, como bancos e financeiras.

Quantidade de Cartões processados pela Cabal:

Debito - 252.000

Credito - 110.000

Convenio - 28.000

Pré Pago - 102.000

As informações contábeis estão discriminadas abaixo:

Lucro Líquido em 2005 = R\$ 1.131.192,38

Lucro Líquido até 30/04/2006 = R\$ 328.694,42

Obs.: Foi considerado o Lucro Líquido Total da Cabal Brasil. A participação societária do BANCOOB na Cabal é de 51%, e a Cabal Argentina tem 49%.

b) Bancoob AGR

Empresa de administração e gestão de recursos, credenciada pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, constituída com a finalidade de gerenciar ativos financeiros, por meio de fundos de investimentos, inclusive fundos exclusivos para as cooperativas do Sicoob.

Fontes de Captação de Recursos

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:

- a) Aplicações no Mercado Aberto;
- b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros.

Títulos e Valores Mobiliários:

- a) Carteira Própria;
- b) Vinculados a Compromissos de Recompra;
- c) Instrumentos Financeiros Derivados;
- d) Vinculados ao Banco Central;
- e) Vinculados a Prestação de Garantias.

Depósitos:

- a) Depósitos à Vista;
- b) Depósitos de Poupança;
- c) Depósitos Interfinanceiros;
- d) Depósitos a Prazo;
- e) Outros Depósitos.

Captações no Mercado Aberto:

- a) Carteira Própria;
- b) Carteira de Terceiros.

Títulos e Valores Mobiliários Emitidos

O BANCOB emitiu, dentro de suas atividades regulares, os seguintes títulos e valores mobiliários:

- 1) CDB PÓS;
- 2) CDB PRÉ;
- 3) CDI;
- 4) CDIR;
- 5) LFT;
- 6) LTN;
- 7) OVER (TPF);

Sistema de *Back-up*

Backup Corporativo com:

Robô: Adic Scalar I2000

Software de Backup: Veritas Netbackup

Ambiente Regulatório

Lei nº 5.764, que define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Resolução CMN nº 3.321, que dispõe sobre os requisitos e procedimentos para a constituição, a autorização para funcionamento e alterações estatutárias, bem como para o cancelamento da autorização para funcionamento de cooperativas de crédito.

O Bancoob possui suas atividades reguladas pelo Bacen.

É regido e regulamentado pela Lei nº 4.595/64 e Resolução nº 2.788/00 do Conselho Monetário Nacional.

Pendências Judiciais e Administrativas Relevantes

O BANCOOB declarou não haver pendências judiciais e administrativas relevantes.

Classificação de Risco do BANCOOB - FitchRatings

Escala Nacional: BBB(bra)

Curto Prazo: F3 (bra)

Perspectiva: Estável

“Os Ratings Nacionais do Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob) refletem o mercado cativo na prestação de serviços às cooperativas em nichos específicos, como compensação de cheques (principal receita do banco), baixos custos e risco de crédito. (...)” FitchRatings – Relatório Analítico dezembro-2005.

Para melhor compreensão sugerimos a leitura do relatório completo emitido pela FitchRatings.

ADMINISTRADORA

Histórico

A administração e distribuição do Fundo são realizadas pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Em maio de 1991, a Administradora foi adquirida por seus atuais controladores, com objetivo específico de dar continuidade aos mais de vinte e dois anos de trabalho dedicados ao mercado de capitais, em especial ao mercado primário e secundário de valores mobiliários.

A evolução da empresa levou à realização de atividade de prestação de outros serviços ligados ao mercado de capitais, destacando-se o de agente fiduciário, *trustee* em operações estruturadas de securitização de recebíveis, administrador de fundos de investimento e consultor na estruturação e reestruturação de emissões de debêntures.

Atualmente, a empresa é administrada diretamente por seus controladores: Mauro Sergio de Oliveira, Cesar Reinaldo Leal Pinto e José Alexandre Costa de Freitas.

Há dez anos a companhia submete-se ao processo de classificação de risco realizado pela SR Rating, tendo recebido em maio de 2007 a nota de longo prazo brAA.

Especialmente em relação à administração de fundos de investimentos, a companhia tem experiência de mais de dez anos nessa atividade, a qual é marcada pela gestão dos recursos de maneira vinculada às regras instituídas nos respectivos regulamentos e demais contratos do fundo, sem discricionariedade.

Enquanto administradora de fundos de investimento em direitos creditórios, a companhia disponibiliza aos cedentes de direitos creditórios, aos gestores e aos cotistas dos respectivos fundos informações diárias sobre a composição de ativo e passivo dos fundos. Para tanto, são disponibilizadas senhas de acesso às informações e composições diárias da carteira dos fundos administrados.

Atualmente a Administradora administra fundos de investimento de patrimônio aproximado de R\$ 3,5 bilhões, sendo 22 Fundos de Investimento em Direitos Creditórios que totalizam montante aproximado de R\$ 3 Bilhões.

Substituição da Administradora

A Administradora poderá ser substituída a qualquer tempo por decisão dos titulares das Quotas Sênior ou de titulares de Quotas Subordinadas, reunidos em Assembleia Geral, na forma do inciso XV do Capítulo Dezenove do Regulamento, sem qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza para o Fundo.

A Administradora poderá, mediante aviso divulgado no jornal “Valor Econômico”, edição nacional e por meio de e-mail enviado aos representantes dos Quotistas, renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral para decidir sobre sua substituição.

Na hipótese acima, a Administradora permanecerá no exercício de suas funções pelo prazo de até 90 (noventa) dias contado da data de realização da Assembleia Geral ou por prazo inferior, conforme determinado pelos titulares das Quotas Sênior na respectiva Assembleia Geral, o qual poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, até que a instituição substituta, escolhida pelos referidos Quotistas, assuma efetivamente todos os deveres e as obrigações da Administradora e comprometa-se a desempenhá-los de acordo com os termos e as condições previstas no Regulamento.

A Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento de solicitação enviada pela nova instituição administradora escolhida pelos Quotistas, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sua administração que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora ou por qualquer de seus Agentes, envolvidos direta ou indiretamente com a administração do Fundo, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos do Regulamento.

Vide “Regulamento”, Capítulo Sete – Da Administradora.

CUSTODIANTE

A prestação de serviços de custódia, nos termos do artigo 38 da Instrução nº 356/01, da CVM, bem como o exercício da atividade de controladoria do Fundo e escrituração das Quotas, cabe ao Banco do Brasil S.A.

Histórico

O Banco do Brasil foi contratado para prestar serviços de custódia e escrituração das Quotas do Fundo.

O Banco do Brasil é o maior custodiante de recursos de terceiros administrados pela própria instituição, conforme ranking ANBID de maio de 2006. A qualidade e a experiência foram adquiridas pela atuação no mercado desde meados da década de 80, com gradativa ampliação do escopo desse serviço.

Dentre as atividades a serem desenvolvidas pelo Custodiante, destacam-se os serviços de gestão de carteira de recebíveis, escrituração de Quotas, custódia e liquidação financeira, contabilidade, controladoria e precificação de ativos.

O Custodiante possui sistemas específicos para atender os serviços de custódia de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC, cuja estrutura tecnológica abrange a qualificação dos recebíveis, o controle da liquidação física e financeira, o gerenciamento das carteiras e as conciliações de forma integrada aos demais sistemas internos e externos, dispondo também de sistema de contingência de proteção de dados, em ambientes alternativos, dotados de infra-estrutura para assegurar a pronta continuidade dos serviços.

Através do serviço de liquidação financeira, o Custodiante efetua todas as operações realizadas pelos fundos e carteiras junto ao mercado e disponibiliza informações sobre o fluxo de caixa, cujos relatórios possibilitam a visualização de toda movimentação de pagamentos e recebimentos, o que permite um melhor gerenciamento de recursos.

No que tange à contabilidade e controladoria, o Banco do Brasil oferece o serviço de suporte ao mercado de capitais, controlando o ativo e o passivo dos fundos de investimento, fornecendo as demonstrações contábeis, relatórios e demais informações aos órgãos reguladores e fiscalizadores.

Quanto à precificação de títulos, vale ressaltar que o Banco do Brasil adota as melhores práticas de mercado na apuração de valores e mercado de títulos públicos e privados, em consonância com as normas emanadas pelas entidades reguladoras.

Substituição do Custodiante

Desde que previamente aprovado pela assembléia geral de Cotistas, a Administradora poderá contratar outro Custodiante.

Na hipótese de os Cotistas reunidos em assembléia geral não aprovarem a substituição do Custodiante, os mesmos poderão deliberar pela liquidação do Fundo.

Aplica-se aos procedimentos de substituição do Custodiante, no que couber, o disposto no Capítulo Oito do Regulamento “Substituição da Administradora” .

O Custodiante poderá renunciar a qualquer tempo às funções a ele atribuídas nos termos do Regulamento, do Contrato de Custódia e dos demais Documentos do Fundo. Neste caso, o Custodiante deverá, a exclusivo critério da Administradora, desempenhar todas as suas funções pelo prazo de até 90 dias contado do envio à Administradora de comunicação, por escrito, informando-a de sua renúncia.

GESTOR

O gestor da carteira do Fundo será a BANCOOB ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS LTDA., contratada para prestar serviços de gestão de ativos ao Fundo nos termos do Contrato de Gestão.

O Contrato de vigora até o resgate integral de todas as Quotas do Fundo, somente podendo ser rescindido com anuência de ambas as Partes ou pela ocorrência de um dos seguintes eventos de rescisão, quando poderá ser resiliado de pleno direito por qualquer uma das partes, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial: o (i) a outra parte apresente pedido de recuperação judicial ou extrajudicial; (ii) a outra parte infrinja qualquer dispositivo contratual aqui estabelecido, não sanado no prazo de até 10 dias úteis contados do aviso escrito que lhe for enviado pela parte lesada; ou (iii) seja encerrado ou liquidado antecipadamente o Fundo.

Substituição do Gestor

Em caso de rescisão do Contrato de Gestão, a Administradora deverá convocar Assembléia Geral, para deliberar a respeito da contratação de outro Gestor, ou pela Liquidação Antecipada do Fundo.

EMPRESA DE AUDITORIA

A auditoria do Fundo será efetuada pela PricewaterhouseCoopers.

Substituição da Empresa de Auditoria

Desde que previamente aprovado pela Assembléia Geral de Quotistas, a Administradora poderá contratar outra Empresa de Auditoria. A referida substituição deverá ser informada imediatamente pela Administradora à Agência Classificadora de Risco, conforme previsto na alínea “y” do inciso IV do Capítulo Sete do Regulamento do Fundo.

AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO

A avaliação de risco da 1ª Série de Quotas Seniores do Fundo é efetuada pela Austing Rating Ltda e a avaliação de risco das Quotas Seniores da 2ª Série do Fundo será efetuada pela Standard & Poor's.

Substituição da Agência Classificadora de Risco

Desde que previamente aprovado pela Assembleia Geral, a Instituição Administradora poderá substituir a Agência Classificadora de Risco das Quotas Seniores da 1ª Série e/ou das Quotas Seniores da 2ª Série.

ANEXOS

Anexo I – Regulamento do Fundo

DELIBERAÇÃO DE CONSTITUIÇÃO DO BANCOOB FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS



Por este instrumento particular, OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 500, bloco 13 – Grupo 205, inscrita no CNPJ/MF sob nº 36.113.876/0001-91, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social,

RESOLVE:

1. Constituir o “BANCOOB Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros” (“Fundo”), sob a forma de condomínio fechado, regido pelo regulamento anexo e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, em especial a Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional, e a Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, com as alterações promovidas pela Instrução nº 393, de 22 de julho de 2003, ambas da Comissão de Valores Mobiliários.
2. Aceitar desempenhar as funções de instituição administradora, na forma do regulamento anexo.
3. Aprovar o inteiro teor do regulamento do Fundo, conforme documento anexo.

Esta deliberação, com o regulamento do Fundo e seus anexos, deverá ser registrada em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 13 de julho de 2006.


OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.,
INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA

José Alexandre C. de Faria
Diretor

Alexandre Lodi de Oliveira
Procurador

1054950 13-07-06

6.º RTD - RUA BUENOS AIRES, 55 - 4.º ANDAR - CENTRO - RJ
TELEFONE: (21) 2213-7978 / www.6rd-rj.com.br
REGISTRADO EM MICROFILME SOB DATA DECLARADOS
A MARGEM, O QUE OBTENHO

☐ Sonia Maria Andrade dos Santos - Oficial
☐ Paulo César Andrade dos Santos - 1.º Substituto
CTPS n.º 26.122/034-RJ
☒ Margo André da A. S. Santos - 2.º Substituto
CTPS n.º 25278/016-RN



6ºRTD-RJ - 1054950
Emolumento: 312,24 / Distribuidor: 9,99
Mutua/ACOTERJ: 7,60 / FETJ: 64,44
Lei 4.664/05: 16,11 / Tot Emol.: 410,36
PARÂM: Vias: 2 / Nome(s): 1 / Págs: 141
Proc. Estr.: N / Averb.: N / Dila.:



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO
BANCOOB FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS**

Por este instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, instituição com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, na qualidade de Administradora (doravante denominada "Administradora") do **BANCOOB FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS**, constituído em 13 de julho de 2006, sob o nº 1054950 perante o 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, (doravante denominado "**Fundo**"), nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, alterada pela Instrução CVM nº 393, de 22 de julho de 2003,

CONSIDERANDO que até a presente data não foi iniciado o processo de distribuição pública das Quotas Sênior do Fundo, cabendo assim única e exclusivamente à Administradora a deliberação acerca de eventuais alterações no Regulamento do Fundo e seus anexos;

Resolve a Administradora deliberar pela alteração dos seguintes dispositivos do Regulamento, que vigorará na forma do Regulamento consolidado anexo a presente Deliberação:

1. Inclusão da alínea "g" do inciso III do Capítulo Sete;
2. Alteração das alíneas "h", "j" e "k" do inciso I do Capítulo Dezoito;
3. Inclusão da alínea "n" do inciso I do Capítulo Dezoito; e
4. Alteração do item "32" do Anexo I.

6ºRTD-RJ - 1055211
Emolumento: 271,62 / Distribuidor: 9,99
Mutua/ACOTERJ: 7,60 / FETJ: 56,29
Lei 4.664/05: 14,08 / Tot. Emol.: 369,48
PARÂM: Vius: 2 / Nome(s): 1 / Págs: 117
Proc. Estr.: N / Averb.: S / Dila.:



Sendo assim, assina o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, 17 de julho de 2006

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A

Testemunhas: **José Alexandre C. de Fretas**
DIRETOR

Juarez Dias Costa
Diretor

1.
Nome: Alexandre Lodi de Oliveira
RG: 109641316 IFP/RJ
CPF: 076.922.737-66

2.
Nome: Gustavo Dezouart T. Pinto
OAB/RJ nº 92.844
CPF: 021.132.867-77



AVERBADO ao registro n.º 1054950 do livro protocolo feito neste 6.º Ofício de Registro de Títulos e Documentos - RJ
Dou fé.
RJ, 18/07/06
Oficial

1055211 18-07-06

6.º RTD - RUA BUENOS AIRES, 58 - 4.º ANDAR - CENTRO - RJ
TELEFONE: (21) 2233-7876 / www.6ad-rj.com.br
REGISTRADO EM MICROFILME SOB O N.º E DATA DECLARADOS A MARGEM, O QUE CERTIFICO.
☐ Sonia Maria Andrade dos Santos - Oficial
☐ Paulo César Andrade dos Santos - 1.º Substituto
CTPS n.º 26.122/024-RJ
☒ Marco André de A. S. Santos - 2.º Substituto
CTPS n.º 25276/015-RJ

INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEGUNDA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO BANCOOB FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS

Por este instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, instituição com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, na qualidade de Administradora (doravante denominada "Administradora") do **BANCOOB FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS**, constituído em 13 de julho de 2006, sob o nº 1054950 perante o 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, (doravante denominado "**Fundo**"), nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, alterada pela Instrução CVM nº 393, de 22 de julho de 2003,

CONSIDERANDO que até a presente data não foi iniciado o processo de distribuição pública das Quotas Sênior do Fundo, cabendo assim única e exclusivamente à Administradora a deliberação acerca de eventuais alterações no Regulamento do Fundo e seus anexos;

Resolve a Administradora deliberar pela alteração dos seguintes dispositivos do Regulamento, que vigorará na forma do Regulamento consolidado anexo a presente Deliberação:

1. Alteração do inciso I do Capítulo Quatro;
2. Alteração da alínea "a" do inciso II do Capítulo Quatro;
3. Exclusão da alínea "a" do inciso V do Capítulo Quatro e renumeração das demais alíneas;
4. Inclusão dos incisos XVI e XVII do Capítulo Quatro;
5. Alteração da alínea "b" do inciso II do Capítulo Cinco;
6. Alteração do inciso V do Capítulo Cinco;
7. Alteração da alínea "a" do inciso II do Capítulo Seis;
8. Alteração da alínea "c" do inciso XV do Capítulo Dezenove;
9. Inclusão do inciso II do Capítulo Vinte e Cinco; e
10. Alteração nos Anexos I, V, VI, VII, XII e XIII e inclusão do Anexo XV.



Sendo assim, assina o presente Instrumento juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 2006

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A

José Alexandre C. de Freitas

DIRETOR

Helen de Oliveira Thomas
Procuradora

Testemunhas:

1.

Maria Eunice Motta M. de F. Mello

MARIAEUNICE MOTTA M. DE F. MELLO
CPF: 086.887.377-82
IFP: 12.057.135-3

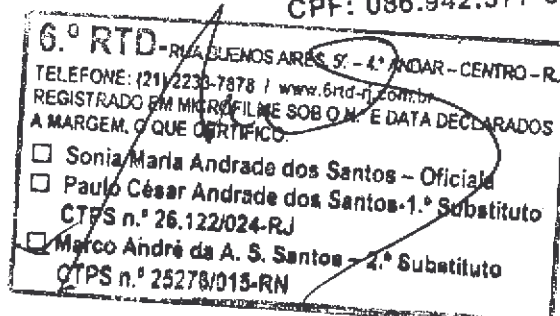
2.

Carlos Machado Galluzzo
DETRAN/RJ: 12.798.190-0
CPF: 086.942.377-09

AVERBADO ao registro n.º 1054950 do
livro protocolo feito neste 6.º Ofício de Registro
de Títulos e Documentos - RJ
Dou fé.

RJ, 30/10/06

Oficial



6ºRTD-RJ - 1064200
Emolumento: 388,58 / Distribuidor: 9,99
Mutua/ACOTERJ: 7,60 / FETJ: 79,71
Lei 4.564/06: 19,93 / Tot. Emol.: 606,81
PARÂM. Vias: 2 / Nome(s): 1 / Págs: 186
Proc. Estr: N / Aveib: S / Dila:



1068701 19-12-06

INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERCEIRA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO BANCOOB FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS

Por este instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, instituição com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, na qualidade de Administradora (doravante denominada "Administradora") do **BANCOOB FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS**, constituído em 13 de julho de 2006, sob o nº 1054950 perante o 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, (doravante denominado "**Fundo**"), nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, alterada pela Instrução CVM nº 393, de 22 de julho de 2003,

CONSIDERANDO a realização da Assembléia Geral de Quotistas, em 15 de dezembro de 2006, que deliberou pela alteração do Critério de Elegibilidade de maneira que seja alterado o prazo de vencimento dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo.

Resolve a Administradora deliberar pela alteração dos seguintes dispositivos do Regulamento, que vigorará na forma do Regulamento consolidado anexo a presente Deliberação:

1. Alteração da alínea "a" do inciso II do Capítulo Cinco; e
2. Alteração do item 1.2.2 do Anexo V.

Sendo assim, assina o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 2006

6ºRTD-RJ - 1068701
Emolumento: 388,68 / Distribuidor: 9,98
Mútuo/ACOTERJ: 7,80 / FETJ: 79,71
Lei 4.664/06: 19,93 / Tot. Emol.: 606,91
PARÂM: Vias: 2 / Nome(s): 1 / Págs: 186
Proc. Estr.: N / Averb.: S / Olla:



OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A

José Alexandre C. de Freitas
DIRETOR

Alexandre Lodi de Oliveira
PROCURADOR

Testemunhas:

1.

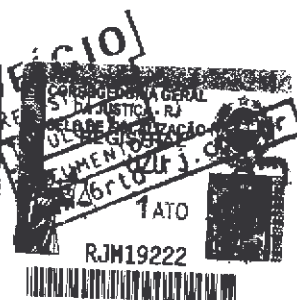
Michelle Moreira de Souza

Nome: Michelle Moreira de Souza
RG: MG-7.929.096 - SSP-MG
CPF: 010.915.956-07

2.

Nome: Carlos Machado Galluzzo
RG: 12.798.190-0 - SSP-RJ
CPF: 086.942.377-09

AVERBADO ao registro n.º 1054950 do Livro protocolo feito neste 6.º Ofício de Registro de Títulos e Documentos - RJ
Dou fé.
RJ, 18/12/06
Oficial _____



6.º RTD - RUA BUENOS AIRES, 52 - 4.º ANDAR - CENTRO - RJ
TELEFONE: (21) 2233-7878 / www.6rtd-rj.com.br
REGISTRADO EM MICROFILME SOB O N.º E DATA DECLARADOS A MARGEM, O QUE CERTIFICO
☐ Sonia Maria Andrade dos Santos - Oficiala
☒ Paulo César Andrade dos Santos - 1.º Substituto
CTPS n.º 26.132/024-RJ
☐ Marco André da A. S. Santos - 2.º Substituto
CTPS n.º 26276/015-RJ

107289106-02-07

INSTRUMENTO PARTICULAR DE QUARTA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO BANCOOB FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS

Por este instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, instituição com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, na qualidade de Administradora (doravante denominada "Administradora") do **BANCOOB FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS**, constituído em 13 de julho de 2006, sob o nº 1054950, alterado pelo Instrumento Particular de Primeira, registrada em 18 de julho de 2006, sob o nº 1055211, pelo Instrumento de Segunda Alteração, registrado em 30 de outubro de 2006 sob o nº 1064200, e pelo Instrumento de Terceira Alteração, registrado em 19 de dezembro de 2006, sob o nº 1068701, todos perante o 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, (doravante denominado "**Fundo**"), nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, alterada pela Instrução CVM nº 393, de 22 de julho de 2003,

CONSIDERANDO a realização da Assembléia Geral de Quotistas, em 15 de dezembro de 2006, que deliberou pela alteração do Critério de Elegibilidade de maneira que fosse alterado o prazo de vencimento dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo.

Resolve a Administradora deliberar pela alteração dos seguintes dispositivos do Regulamento, que vigorará na forma do Regulamento consolidado anexo a presente Deliberação:

1. Alteração da item 1.2.2 do anexo III ao Contrato de Cessão, anexo XV ao Regulamento do Fundo.

Sendo assim, assina o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2007

6ºRTD-RJ - 1072891
 Emol:396,87/Distrib:10,30/Lex:111/06:20 4
 Mútua/ACOTERJ:7,92 / FETJ:81,63
 Lei 4.664/06:20,46 / Tot.Emol.: 639,72
 PARÂM.Vies:2 / Nome(s):1 / Págs:186
 Proc.Estr.: N / Averb.:S / Dila:



OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A

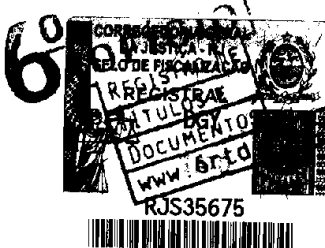
Cesar Reinaldo Leal Pinto
 DIRETOR

Alexandre Lodi de Oliveira
 Procurador

Testemunhas:

1. Paula Perazzi A. Ferreira
 Nome: Paula Perazzi A. Ferreira
 RG: 11812920-4 IFP / RJ
 CPF: 095.449.027-40

2. Carlos Machado Galluzzo
 Nome: Carlos Machado Galluzzo
 RG: 12.798.190-0 - SSP-RJ
 CPF: 086.942.377-09



6º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS - RJ
 TELEFONE: (21) 2233-7878 / www.6orj.com.br
 REGISTRADO EM MICROFILME SOB O Nº E DATA DECLARADOS
 EM MARGEM, O QUE CERTIFICO.
 Sonia Maria Andrade dos Santos - Oficial
 Paulo César Andrade dos Santos - 1º Substituto
 CTPS nº 26.172/02-RJ
 Marco André de A. S. Santos - 2º Substituto
 CTPS nº 26278/015-RJ

AVERBADO ao registro n.º 1068701 do
 livro protocolo feito neste 6.º Ofício de Registro
 de Títulos e Documentos - RJ
 Dou fé.
 RJ, 06/02/07
 Oficial [Assinatura]

108012602-05-07

6ºRTD-RJ - 1080126
 Emol: 398,87/Distrib: 10,30/Lel: 111/06: 20,4
 Mutua/ACOTERJ: 7,82 / FETJ: 81,83
 Lel: 4,664/05: 20,46 / Tot. Emol.: 639,72
 PARAM: Vias: 2 / Nome(s): 1 / Pags: 186
 Proc. Estr.: N / Averb: S / Dila: .



INSTRUMENTO PARTICULAR DE QUINTA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO BANCOOB FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS

Por este instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, instituição com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, na qualidade de Administradora (doravante denominada "Administradora") do **BANCOOB FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS**, constituído em 13 de julho de 2006, sob o nº 1054950, alterado pelo Instrumento Particular de Primeira Alteração, registrada em 18 de julho de 2006, sob o nº 1055211, pelo Instrumento de Segunda Alteração, registrado em 30 de outubro de 2006 sob o nº 1064200, pelo Instrumento de Terceira Alteração, registrado em 19 de dezembro de 2006, sob o nº 1068701 e pelo Instrumento Quarta Alteração, registrado em 06 de fevereiro de 2007 sob o nº 1072891; todos perante o 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, (doravante denominado "**Fundo**"), nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores,

CONSIDERANDO a realização da Assembléia Geral de Quotistas, em 16 de abril de 2007, que deliberou pela alteração do percentual de direitos creditórios devidos por um mesmo Mutuário em relação ao Patrimônio Líquido Ajustado do Fundo.

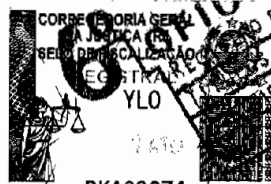
RESOLVE a Administradora deliberar pela alteração dos seguintes dispositivos do Regulamento, que vigorará na forma do Regulamento consolidado anexo a presente Deliberação:

1. Alteração do item "b" do inciso II do Capítulo Cinco ao Regulamento do Fundo.

Sendo assim, assina o presente Instrumento em 01 (uma) via, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, 02 de maio de 2007.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A
 José Alexandre C. de Freitas
DIRETOR



Cesar Reinaldo Leal Pinto
DIRETOR

Testemunhas:

1.
 Nome: Paula Perazzi A. Ferreira
 RG: 11812920-4 IFP / RJ
 CPF: 095.449.027-40

2.
 Nome: Maria Eunice M. M. de F. Mello
 RG: 12.857.135-3
 CPF: 088.887.377-82

AVERBADO ao registro n.º 1072891 do livro protocolo feito neste 6.º Ofício de Registro de Títulos e Documentos - RJ
 Dou fé.
 RJ, 02105107
 Oficial

6.º RTD - RUA BUENOS AIRES 38 - 1.º ANDAR - CENTRO - RJ
 TELEFONE: (21) 2233-7876 - www.6rd-rj.com.br
 REGISTRADO EM MICROFILME SOB O N.º E DATA DE DECLARAÇÃO A MARGEM, O QUE CERTIFICO.
☐ Sonia Maria Andrade dos Santos - Oficial
☐ Paulo César Andrade dos Santos - 1.º Substituto
 CTPS n.º 26.122/024-RJ
☒ Marco André de A. S. Santos - 2.º Substituto
 CTPS n.º 25276/015-RN

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEXTA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO
BANCOOB FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
FINANCEIROS**

Por este instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, instituição com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, na qualidade de Administradora (doravante denominada "Administradora) do **BANCOOB FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS**, constituído em 13 de julho de 2006, sob o nº 1054950, alterado pelo Instrumento Particular de Primeira Alteração, registrada em 18 de julho de 2006, sob o nº 1055211, pelo Instrumento de Segunda Alteração, registrado em 30 de outubro de 2006 sob o nº 1064200, pelo Instrumento de Terceira Alteração, registrado em 19 de dezembro de 2006, sob o nº 1068701, pelo Instrumento Quarta Alteração, registrado em 06 de fevereiro de 2007 sob o nº 1072891 pelo Instrumento Quinta Alteração, registrado em 02 de maio de 2007 sob o nº 1080126, todos perante o 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, (doravante denominado "**Fundo**"), nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores,

CONSIDERANDO que a Comissão de Valores Mobiliários solicitou a inserção ao Regulamento do Fundo do limite previsto no Art. 40-A da Instrução nº 356/01.

RESOLVE a Administradora deliberar pela alteração do item "b" do inciso II do Capítulo Cinco do Regulamento do Fundo, que vigorará na forma consolidada anexa a presente Deliberação:

Sendo assim, assina o presente Instrumento em 01 (uma) via, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, 27 de junho de 2007.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A

José Alexandre C. de Freitas
DIRETOR

Cesar Reinaldo Leal Pinto
DIRETOR

Testemunhas:

1085373 27-06-07

1. Paula Perazzi A. Ferreira
Nome: Paula Perazzi A. Ferreira
RG: 11812920-4 IFP / RJ
CPF: 095.449.027-40

2. Maria Eunice M. M. de F. Mello
Nome: Maria Eunice M. M. de F. Mello
RG: 12.857.135-3
CPF: 088.887.377-82

AVERBADO ao registro n.º 1080126 do
livro protocolo feito nesta 6.ª Ofício de Registro
de Títulos e Documentos - RJ
Dou fé.

RJ, 27/06/07

Oficial _____

6º RTD Rua Buenos Aires, 56 - 4º Andar - Centro - RJ
Tels.: (21) 2233-7878 / www.6rtd-rj.com.br
REGISTRADO EM MICROFILME SOB O Nº E DATA DECLARADOS
A MARGEM, O QUE CERTIFICO.
☐ Sônia Maria Andrade dos Santos - Oficiala
☒ Paulo Cesar Andrade dos Santos - 1º Substituto
CTPS nº 26.122/024 - RJ
☐ Marco André de A.S. Santos - 2º Substituto
CTPS nº 25276/015 - RN
☐ Cleia de Araujo Barreto - 3ª Substituta
CTPS nº 7324128/001 - RJ

6ºRTD-RJ - 1085373
Emol: 398 87; Distrib: 10 30/L; Lei 111/06 20.4
Mutua/ACOTERJ: 7.82 / FETJ 81.83
Lei 4.664/06 20.45 / Tot Emol: 639 72
PARÂM: Vias 2 / Nome(s): 1 / Pág: 186
Proc. Estr: N / Averb: S / Dila:



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE SÉTIMA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO
BANCOOB FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS**

Por este instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, instituição com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, na qualidade de Administradora (doravante denominada “Administradora”) do **BANCOOB FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS**, constituído em 13 de julho de 2006, sob o nº 1054950 e alterado pelos Instrumentos Particulares de Primeira, Segunda, Terceira, Quarta, Quinta e Sexta Alterações, registrados sob os nºs 1055211, 1064200, 1068701, 1072891, 1080126, e 1085373 respectivamente, todos perante o 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, (doravante denominado “**Fundo**”), nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores,

CONSIDERANDO que em Assembléia Geral de Quotistas, realizada em 26 de setembro de 2007, os quotistas aprovaram alterações no Regulamento do Fundo, de forma a: (i) alterar o prazo máximo de vencimento dos direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo; (ii) modificar o percentual de direitos creditórios devidos por um mesmo Mutuário, a serem cedidos ao Fundo; (iii) aprovar a possibilidade de cessão ao Fundo, de direitos creditórios oriundos de operações de crédito consignado realizadas por Cooperativas Singulares Habilitadas; e (iv) alterar a definição de “*Patrimônio Líquido Ajustado*”,

RESOLVE a Administradora deliberar pelas seguintes alterações no Regulamento do Fundo que, na forma anexa passa a vigorar a partir do registro do presente Instrumento no 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro:

- Alteração da alínea “a” do inciso (ii), e a exclusão do inciso (xvii) do Capítulo Quatro;
- Alteração das alíneas “a” e “b” do inciso (ii), bem como da alínea “b” do inciso (v) do Capítulo Cinco;
- Alteração da alínea “b” do inciso (ii) do Capítulo Seis;



6ºRTD-RJ - 1097450
Emol:398,97/Distrib:10,30/Lex:111/06:20
Mútua/ACOTERJ:7,82 / FETJ:81,83
Lei 4.864/06:20,46 / Tot.Emol.: 639,72
PARAM:Vias:2 / Nome(s):1 / Págs:186
Proc.Estr. N / Averb:S / Dila.



109745023-11-07

- Alteração do item 32 do Anexo 1, a inclusão do item 50, com a conseqüente renumeração dos demais itens e, após isto, a alteração dos itens 69 e 74 do mesmo Anexo 1 ao Regulamento;
- Alteração das definições de "TPA" e "TPV", e ainda alteração dos itens 1.2.2 e 1.6.1.2 do Anexo V ao Regulamento;
- Alteração do item "Política de Concessão de Crédito e de Cobrança de Operações de Crédito Consignado" no Anexo VI ao Regulamento; e
- Alteração dos itens 1.1.4; 1.2.2; e 1.6.1.2 do anexo III do Anexo XIV ao Regulamento.

Sendo assim, assina o presente Instrumento em 01 (uma) via, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 2007.


OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A

José Alexandre C. de Freitas
DIRETOR

Testemunhas:

1. Paula Perazzi Ferreira
Nome: Paula Perazzi A. Ferreira
RG: RG: 11812920-4 IFP/RJ
CPF: CPF: 095.449.027-40

2. Aline Tavares da Silva
Nome: ALINE TAVARES DA SILVA
RG: Detran/RJ:020.621.272-2
CPF: CPF: 101.900.787-74



AVERBADO ao registro n.º 085333 do
livro protocolo feito neste 6.º Ofício de Registro
de Títulos e Documentos - RJ
Dou fé.
RJ, 23/11/07
Oficial [assinatura]

6º RTD Rua Buenos Aires, 56 - 4º Andar - Centro - RJ
Tels.: (21) 2233-7878 / www.6rtd-rj.com.br
REGISTRADO EM MICROFILME SOB O Nº E DATA DECLARADOS
A MARGEM O QUE CERTIFICOU
☐ Sônia Maria Andrade dos Santos - Oficiala
☒ Paulo César Andrade dos Santos - 1º Substituto
CTPS nº 26.122/024 - RJ
☐ Marco André de A. S. Santos - 2º Substituto
CTPS nº 25276/015 - RN
☐ Cleia de Araújo Barreto - 3ª Substituta
CTPS nº 7324128-001 - RJ

INSTRUMENTO PARTICULAR DE OITAVA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO BANCOOB FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS

Por este instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, instituição com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, na qualidade de Administradora (doravante denominada “Administradora”) do **BANCOOB FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS**, constituído em 13 de julho de 2006, sob o nº 1054950 e alterado pelos Instrumentos Particulares de Primeira, Segunda, Terceira, Quarta, Quinta, Sexta e Sétima Alterações, registrados sob os nºs 1055211, 1064200, 1068701, 1072891, 1080126, 1085373 e 1097450 respectivamente, todos perante o 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, (doravante denominado “Fundo”), nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores,

CONSIDERANDO que

- (i) Se fazem necessárias alterações no Regulamento do Fundo com vistas ao atendimento das exigências formuladas pela CVM no Ofício/CVM/SRE/GER-1/Nº 2454/2007, de 26 de dezembro de 2007; e
- (ii) O Regulamento do Fundo, em consequência de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, pode ser alterado independentemente de realização de assembleia geral, conforme previsto no parágrafo único do Artigo 26 da Instrução CVM nº 356/01.

RESOLVE a Administradora deliberar pelas seguintes alterações no Regulamento do Fundo que, na forma anexa passa a vigorar a partir do registro do presente Instrumento no 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro:

- No Capítulo Quatro, a inclusão do item XVII;
- No Capítulo Cinco, a alteração do nome do capítulo; a inclusão dos itens I e II, com a consequente renumeração dos itens seguintes e após, a alteração da alínea “a” do item IV e a inclusão do item V;
- No Capítulo Sete, a alteração da alínea “aa” do item IV;
- No Capítulo Dez, a inclusão das alienas “g”, “h”, “i”, “j” e “k” ao item II; e a inclusão da alínea “h” ao item III;
- No Capítulo Quatorze, a inclusão da alínea “d” ao item I;

6ºRTD-RJ - 1103905
Emol:433,40/Distrib:10,76/L:111/06:22,2
Mútua/ACOTERJ:8,16 / FETJ:88,83
Lei 4.684/06:22,20 / Tot.Emol.: 686,63
PARÂM:Vias:2 / Nome(s):1 / Págs:196
Proc.Estr: N / Averb: S / Dila:.



- No Capítulo Dezenove, a alteração das alíneas “b” e “c” do item XV, e a alteração do item XVII;
- No Capítulo Vinte e Dois, a alteração do item IV; e
- No Capítulo Vinte e Nove, a inclusão do item VI.

Sendo assim, assina o presente Instrumento em 01 (uma) via, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2008.

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

**José Alexandre C. de Freitas
DIRETOR**

Testemunhas:

1. Paula Perazzi A. Ferreira

Nome: **Paula Perazzi A. Ferreira**
RG: **RG: 11812920-4 IFP/RJ**
CPF: **CPF: 096.448.027-40**

2. Maria Eunice Motta M. de F. Mello

Nome: **MARIA EUNICE MOTTAM. DE F. MELLO**
RG: **CPF: 888.887.377-82**
CPF: **IFP: 12.857.135-3**

6º RTD Rua Buenos Aires, 56 - 4º Andar - Centro - RJ
Tels.: (21) 2233-7878 / www.6rto-rj.com.br
REGISTRADO EM MICROFILME SOB O Nº E DATA DECLARADOS
A MARGEM O QUE CERTIFICO.

☐ Sônia Maria Andrade dos Santos - Oficiala
☐ Paulo Cesar Andrade dos Santos - 1º Substituto
CTPS nº 26.122/024 - RJ
☒ Marco André de A.S. Santos - 2º Substituto
CTPS nº 25276/015 - RN
☐ Clóia de Araujo Barreto - 3ª Substituta
CTPS nº 7324128-001 - RJ



AVERBADO ao registro n.º 1.093.450 do
livro protocolo feito neste 6.º Ofício de Registro
de Títulos e Documentos - RJ
Dou fé.

RJ, 25/02/08

Oficial [assinatura]

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE NONA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO
BANCOOB FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS**

Por este instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, instituição com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, na qualidade de Administradora (doravante denominada "Administradora") do **BANCOOB FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS**, constituído em 13 de julho de 2006, sob o nº 1054950 e alterado pelos Instrumentos Particulares de Primeira, Segunda, Terceira, Quarta, Quinta, Sexta, Sétima e Oitava Alterações, registrados sob os nºs 1055211, 1064200, 1068701, 1072891, 1080126, 1085373, 1097450 e 1103905 respectivamente, todos perante o 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, (doravante denominado "**Fundo**"), nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores,

CONSIDERANDO que

- (i) Se fazem necessárias alterações no Regulamento do Fundo com vistas ao atendimento das exigências formuladas pela CVM no Ofício/CVM/SRE/GER-1/Nº 441/2008, de 11 de março de 2008; e
- (ii) O Regulamento do Fundo, em consequência de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, pode ser alterado independentemente de realização de assembléia geral, conforme previsto no parágrafo único do Artigo 26 da Instrução CVM nº 356/01.

RESOLVE a Administradora deliberar pelas seguintes alterações no Regulamento do Fundo que, na forma anexa passa a vigorar a partir do registro do presente Instrumento no 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro:

- No Capítulo Quatro, a alteração do item XVII;
- No Capítulo Sete, a alteração da alínea "aa" do item IV;
- No Capítulo Dez, a alteração da alínea "h" do item III;
- No Capítulo Dezenove, a alteração do item XVII;
- No Anexo I ao Regulamento, alteração da redação dos itens 71 e 79; e

6ºRTD-RJ - 1106045
Emol:446.14/Distrib:10.76/Lei:111/06:22.8
Mutua/ACOTERJ:8.15 / FETJ:81.38
Lei 4.664/06:22.84 / Tot Emol.: 502.10
PARÂM.Vias:2 / Nome(s):1 / Págs:202
Proc.Estr.: N / Averb.: S / Diliq.



- No Anexo VI ao Regulamento, alteração da redação constante do item “Política de Concessão de Crédito e de Cobrança de Operações de Crédito Consignado”.

Sendo assim, assina o presente Instrumento em 01 (uma) via, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2008.

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

**João Alexandre G. de Freitas
DIRETOR**

Testemunhas:

1. Paula Perazzi A. Ferreira
Nome: **Paula Perazzi A. Ferreira**
RG: **RG: 11812920-4 IFP/RJ**
CPF: **CPF: 095.449.027-40**

2. Maria Eunice Motta M. de F. Mello
Nome: **MARIA EUNICE MOTTA M. DE F. MELLO**
RG: **CPF: 888.887.377-82**
CPF: **IFP: 12.857.135-3**

1106045 26-03-08

6º RTD Rua Buenos Aires, 56 - 4º Andar - Centro - RJ
Tels.: (21) 2233-7878 www.6td-rj.com.br
REGISTRADO EM MICROFILME SOB O Nº E DATA DECLARADOS
A MARGEM O QUE CERTIFICO

☐ Sônia Maria Andrade dos Santos - Oficiala

☒ Paulo Cesar Andrade dos Santos - 1º Substituto
CTPS nº 25.122/024 - RJ

☐ Marco André de A. S. Santos - 2º Substituto
CTPS nº 25.76/015 - RN

☐ Cleia de Araújo Barreto - 3ª Substituta
CTPS nº 7524128-001 - RJ



AVERBADO ao registro n.º 1.103.905 do
livro protocolo feito neste 6.º Ofício de Registro
de Títulos e Documentos - RJ
Dou fé.

RJ, 26/03/08

Oficial _____

INSTRUMENTO PARTICULAR DE DÉCIMA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO BANCOOB FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS

Por este instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, instituição com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, na qualidade de Administradora (doravante denominada “Administradora”) do **BANCOOB FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS**, constituído em 13 de julho de 2006, sob o nº 1054950 e alterado pelos Instrumentos Particulares de Primeira, Segunda, Terceira, Quarta, Quinta, Sexta, Sétima, Oitava e Nona Alterações, registrados sob os nºs 1055211, 1064200, 1068701, 1072891, 1080126, 1085373, 1097450, 1103905 e 1106045 respectivamente, todos perante o 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, (doravante denominado “Fundo”), nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores,

CONSIDERANDO que a unanimidade dos quotistas titulares da totalidade das quotas em circulação do Fundo, reunidos em Assembléia Geral de Quotistas, realizada em 11 de junho de 2008 aprovou alterações ao Regulamento do Fundo, bem como sua consolidação.

RESOLVE a Administradora deliberar pelas seguintes alterações no Regulamento do Fundo que, na forma anexa passa a vigorar a partir do registro do presente Instrumento no 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro:

Alteração dos seguintes dispositivos do Regulamento:

- (a) Item II do Capítulo Quatro, com a conseqüente renumeração do item seguinte;
- (b) Alínea “b” do item III do Capítulo Quatro;
- (c) Item VI do Capítulo Quatro;
- (d) Alíneas “a” e “b” do item IV do Capítulo Cinco;
- (e) Inserção de novas redações às alíneas “d”, “e” e “f” ao item IV do Capítulo Cinco, com a conseqüente renumeração das alíneas seguintes;
- (f) Item VI e alínea “c” do item IX do Capítulo Onze;
- (g) Item IX do Capítulo Doze;
- (h) Título do Capítulo Treze;
- (i) Item I do Capítulo Treze;
- (j) Inserção dos itens II e III ao Capítulo Treze, com a conseqüente renumeração dos itens seguintes;
- (k) Alteração da fórmula constante do item V do Capítulo Treze
- (l) Inserção de nova redação às alienas “e” e “f” ao item I do Capítulo Quatorze, com a conseqüente renumeração das alíneas seguintes;
- (m) Alínea “d” do item IV do Capítulo Dezessete;



- (n) Alínea “b” do item I do Capítulo Vinte e Quatro;
- (o) Inserção dos itens II e III ao Capítulo Vinte e Quatro;
- (p) Item III do Capítulo Vinte e Oito;
- (q) Item 50 do Anexo I;
- (r) Inserção de nova definição ao item 51 do Anexo I, com a conseqüente renumeração dos itens seguintes;
- (s) Inserção de nova definição aos itens 62, 73, 92 e 93 do Anexo I;
- (t) Alteração da fórmula constante do item 65 do Anexo I;
- (u) Item 75 do Anexo I;
- (v) Itens 1.1.3, 1.2.2 e 1.2.3 do Anexo V;
- (w) Inserção do item 1.2.4 ao Anexo V;
- (x) Item 1.5.2 e 1.5.3 do Anexo V;
- (y) Exclusão itens 1.5.3.1 e 1.5.3.2 do Anexo V;
- (z) Alteração do título do item 1.6 do Anexo V;
- (aa) Item 1.6.1 do Anexo V;
- (bb) Exclusão dos itens 1.6.1, 1.6.1.1, 1.6.1.1.1, 1.6.1.1.2, 1.6.1.2, 1.6.1.3, 1.6.1.4 do Anexo V; e
- (cc) Item 1.7.1 do Anexo V.

1111615 13-06-08

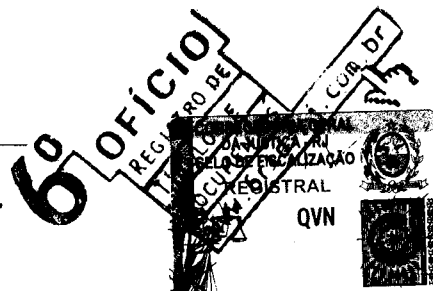
Em função das alterações acima, foram ajustadas as referências aos dispositivos, constantes dos itens do Regulamento do Fundo.

Sendo assim, assina o presente Instrumento em 01 (uma) via, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, 13 de junho de 2008.

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Jose Alexandre Costa de Freitas
Diretor



RLY41460

Testemunhas:

1.

Sônia Maria Vello

2.

Aline de A. Hammond

6º RTD Rua Buenos Aires, 56-4º Andar - Centro - RJ
Tels.: (21) 2233-7878 / www.6rtdrj.com.br
REGISTRADO EM MICROFILME SOB O Nº E DATA DECLARADOS
A MARGEM, O QUE CERTIFICO.

☐ Sônia Maria Andrade dos Santos - Oficiala

☒ Paulo César Andrade dos Santos - 1º Substituto
CTPS nº 26.122/024 - RJ

☐ Marco André de A.S. Santos - 2º Substituto
CTPS nº 25276/015 - RN

☐ Cleia de Araujo Barreto - 3ª Substituta
CTPS nº 7324128/001 - RJ

AVERBADO ao registro n.º 1.106.045 do
livro protocolo feito neste 6.º Ofício de Registro
de Títulos e Documentos - RJ
Dou fé.

RJ 13/06/08

Oficial

Esta folha é parte integrante do Instrumento Particular de Décima Alteração do Regulamento do Bancoob FIDF Financeiros, datado de 13/06/2008.

1111780 17-06-08

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE DÉCIMA PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO
REGULAMENTO DO BANCOOB FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS FINANCEIROS**

Por este instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, instituição com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, na qualidade de Administradora (doravante denominada "Administradora") do **BANCOOB FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS**, constituído em 13 de julho de 2006, sob o nº 1054950 e alterado pelos Instrumentos Particulares de Primeira, Segunda, Terceira, Quarta, Quinta, Sexta, Sétima, Oitava, Nona e Décima Alterações, registrados sob os nºs 1055211, 1064200, 1068701, 1072891, 1080126, 1085373, 1097450, 1103905, 1106045 e 1111615 respectivamente, todos perante o 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, (doravante denominado "**Fundo**"), nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores,

CONSIDERANDO que a unanimidade dos quotistas titulares da totalidade das quotas em circulação do Fundo, reunidos em Assembléia Geral de Quotistas, realizada em 11 de junho de 2008 aprovou alterações ao Regulamento do Fundo.

RESOLVE a Administradora deliberar pela alteração da redação do item 91 do Anexo I do Regulamento do Fundo que passa a vigorar com a seguinte redação, a partir do registro do presente Instrumento no 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro:

"91. "Razão de Garantia" significa a razão entre (i) o somatório do valor atualizado das Quotas Sênior, deduzido do valor dos Outros Ativos, e (ii) o valor do Patrimônio Líquido, deduzido do valor dos Outros Ativos, apurado diariamente pela Administradora. A Razão de Garantia deverá respeitar o limite máximo de 0,77 disposto no inciso IX do Capítulo Doze;"

Sendo assim, assina o presente Instrumento em 01 (uma) via, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, 17 de junho de 2008.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Jose Alexandre Costa de Freitas
Diretor

HELEN DE OLIVEIRA THOMAS
PROCURADORA

Testemunhas:

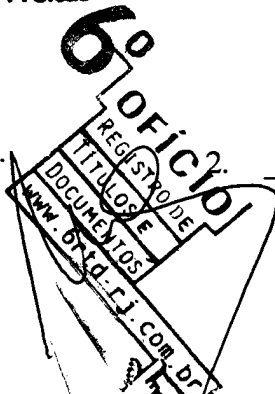
1. *Charia Eunice Motta M. de F. Mello*

CHARIA EUNICE MOTTA M. DE F. MELLO
CPF: 088.887.377-82
IFP: 12.857.135-3

Paula Perazzi A. Ferreira

Paula Perazzi A. Ferreira
RG: 11812920-4 IFP/RJ
CPF: 095.449.027-40

6ºRTD-RJ - 1111780
Emol 80,30/Distrib. 10,75/Lei. 111/06 4,55
Mútua/ACOTERJ 8,15 / FETJ: 18,21
Lei 4.684/05 4,55 / Tot Emol.: 126,51
PARÂM: Vias 2 / Nome(s): 1 / Págs: 1
Proc. Estr. N / Averb S / Dilig.



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE DÉCIMA SEGUNDA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO
BANCOOB FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS**

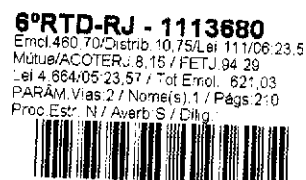
1113680 15-07-08

Por este instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, instituição com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, na qualidade de Administradora (doravante denominada "Administradora") do **BANCOOB FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS**, constituído em 13 de julho de 2006, sob o nº 1054950 e alterado pelos Instrumentos Particulares de Primeira, Segunda, Terceira, Quarta, Quinta, Sexta, Sétima, Oitava, Nona e Décima Alterações, registrados sob os nºs 1055211, 1064200, 1068701, 1072891, 1080126, 1085373, 1097450, 1103905, 1106045 e 1111615 respectivamente, todos perante o 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, (doravante denominado "**Fundo**"), nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores,

CONSIDERANDO que a Comissão de Valores Mobiliários pleiteou alterações ao Regulamento, através do Ofício/COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS/SER/GER-1/Nº 1140/2008, referente ao processo de Modificação da Oferta do Fundo.

RESOLVE a Administradora deliberar pela alteração dos seguintes dispositivos do Regulamento do Fundo que passam a vigorar com a seguinte redação, a partir do registro do presente Instrumento no 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro:

- Inserção da alínea "i" ao item III do Capítulo Dez;
- Retificação do valor por extenso do percentual mencionado no item II do Capítulo Vinte e Quatro;
- Retificação da redação do inciso III do Capítulo Vinte e Cinco;
- Alteração da redação do item 1.1.3 do Anexo V;
- Retificação da numeração do item 1.1.3.1 do Anexo V;
- Alteração da redação dos itens 1.1.4, 1.5.2 e 1.7 do Anexo V; e
- Inserção do Anexo XV ao Regulamento.



Sendo assim, assina o presente Instrumento em 01 (uma) via, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, 15 de julho de 2008.


**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**
Jose Alexandre Costa de Freitas
Diretor

Testemunhas:

1. 

MÁRIA EUNICE MOTTA M. DEF. MELLO
CPF: 068.887.377-82
IFP: 12.857.135-3

2. 

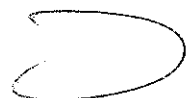
Paula Peruzzi A. Ferreira
RG: 11812625-4 IFP/RJ
CPF: 085.448.027-40

ÍNDICE

1113680 15-07-08

CAPÍTULO UM – DO FUNDO.....	3
CAPÍTULO DOIS – DO PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO	3
CAPÍTULO TRÊS – DO REGISTRO	3
CAPÍTULO QUATRO – DO OBJETIVO DO FUNDO E DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO E DE UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS DERIVATIVOS.....	4
CAPÍTULO CINCO – DOS DIREITOS CREDITÓRIOS, DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E DA INCLUSÃO OU DE EXCLUSÃO DE CONVÊNIOS	7
CAPÍTULO SEIS – DOS PROCEDIMENTOS DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS E DO RECEBIMENTO DE VALORES.....	11
CAPÍTULO SETE – DA ADMINISTRADORA.....	13
CAPÍTULO OITO – SUBSTITUIÇÃO DA ADMINISTRADORA	22
CAPÍTULO NOVE – DO GESTOR	23
CAPÍTULO DEZ – DOS FATORES DE RISCO	24
CAPÍTULO ONZE – DAS QUOTAS	31
CAPÍTULO DOZE – DA EMISSÃO DAS QUOTAS	37
CAPÍTULO TREZE – DA AMORTIZAÇÃO DAS QUOTAS E DA RESERVA DE AMORTIZAÇÃO	39
CAPÍTULO QUATORZE – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO E DOS EVENTOS DE AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA.....	41
CAPÍTULO QUINZE – DO PAGAMENTO DOS VALORES DEVIDOS PELO FUNDO AOS QUOTISTAS	45
CAPÍTULO DEZESSEIS – DO REGISTRO DAS QUOTAS.....	45
CAPÍTULO DEZESSETE – DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO	46
CAPÍTULO DEZOITO – DO CUSTODIANTE	47
CAPÍTULO DEZENOVE – DA ASSEMBLÉIA GERAL.....	49
CAPÍTULO VINTE – DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	54
CAPÍTULO VINTE E UM – DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	54
CAPÍTULO VINTE E DOIS – DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS	55
CAPÍTULO VINTE E TRÊS – DOS ENCARGOS DO FUNDO.....	56

CAPÍTULO VINTE E QUATRO – DA ORDEM DE APLICAÇÃO DE RECURSOS	57
CAPÍTULO VINTE E CINCO – DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO.....	59
CAPÍTULO VINTE E SEIS – DOS CUSTOS REFERENTES À DEFESA DOS.....	59
TITULARES DAS QUOTAS SÊNIOR	59
CAPÍTULO VINTE E SETE – DOS PROCEDIMENTOS DE DAÇÃO EM PAGAMENTO	60
CAPÍTULO VINTE E OITO – DO REENQUADRAMENTO DA RAZÃO DE GARANTIA, DA ALOCAÇÃO DE INVESTIMENTO MÍNIMA E DO ÍNDICE DE LIQUIDEZ	62
CAPÍTULO VINTE E NOVE – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	63



Regulamento do **BANCOOB Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros**, administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CAPÍTULO UM – DO FUNDO

- I. O **BANCOOB Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros**, doravante designado, abreviadamente, o “Fundo”, é constituído sob a forma de condomínio fechado.
- II. Os termos e as expressões adotados neste Regulamento, grafados em letra maiúscula, terão os significados a eles atribuídos no Anexo I deste Regulamento, aplicáveis tanto às formas no singular quanto no plural.
- III. Podem participar do Fundo, na qualidade de Quotistas, Pessoas que sejam Investidores Qualificados nos termos da regulamentação em vigor.

CAPÍTULO DOIS – DO PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO

- I. O prazo de vigência regular do Fundo será até 01 de abril de 2026 ou até 90 (noventa) dias após a data de vencimento do Direito Creditório de titularidade do Fundo que tenha a data de vencimento mais longa, o que ocorrer antes (o “Período de Vigência”). Na hipótese de o prazo acima estabelecido encerrar-se em dia não útil, a liquidação do Fundo será efetuada no 1º (primeiro) dia útil subsequente. O Fundo somente poderá ser liquidado antecipadamente nas hipóteses expressamente previstas neste Regulamento, sendo que, neste caso, deverão ser observados pela Administradora os procedimentos definidos no Capítulo Vinte e Sete.

CAPÍTULO TRÊS – DO REGISTRO

- I. O presente Regulamento, seus eventuais aditamentos e os Suplementos serão levados a registro em cartório de Registro de Títulos e Documentos localizado na sede da Administradora.



CAPÍTULO QUATRO – DO OBJETIVO DO FUNDO E DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO E DE UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS DERIVATIVOS

- I. Observado o disposto neste Regulamento e no Contrato de Cessão (cuja cópia integra o presente como Anexo XIV), o objetivo do Fundo é atuar no sentido de propiciar aos Quotistas a valorização de suas Quotas, por meio da aplicação de recursos em carteira composta por Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade e, conforme o caso, por Outros Ativos. Observados os termos e as condições do Contrato de Cessão e deste Regulamento, o Fundo adquirirá do BANCOOB, em moeda corrente nacional e/ou por meio da subscrição e integralização de Quotas Subordinadas pelo BANCOOB, em caráter definitivo, sem direito de regresso ou qualquer tipo de coobrigação, Direitos Creditórios Elegíveis e todos e quaisquer direitos, garantias e prerrogativas assegurados em razão de sua titularidade.
- II. A Administradora, por conta e ordem do Fundo, somente poderá adquirir Direitos Creditórios do Cedente, desde que, computada, *pro forma*, a aquisição dos respectivos Direitos Creditórios, o Fundo atenda à Reserva de Amortização e à Reserva de Caixa.
- III. Os Direitos Creditórios considerados Direitos Creditórios Elegíveis para fins de cessão ao Fundo deverão atender aos Critérios Elegibilidade previstos no Capítulo Cinco, bem como deverão:
 - a) ser originados (i) de operações de empréstimo ou financiamento realizadas por uma das Cooperativas Singulares Habilitadas com seus respectivos Associados, ou pelo BANCOOB com associados de Cooperativas Singulares Habilitadas ou com seus Clientes, observado o disposto no item XVII deste Capítulo Quatro (“Operações de Financiamento”) ou (ii) de operações de mútuo, com pagamento na modalidade de consignação em folha de pagamento, realizadas pelo BANCOOB ou por uma Cooperativa Singular Habilitada com Mutuário vinculado a uma Entidade perfilada na Lista de Convênios (“Operações de Crédito Consignado”);
 - b) atender as regras contidas na Política de Aquisição de Direitos Creditórios do BANCOOB, cuja cópia constitui Anexo V, e cuja versão atualizada será mantida junto à Administradora; e



- c) ser exclusivamente de titularidade do BANCOOB na data de sua aquisição pelo Fundo.

- IV. Caberá ao BANCOOB verificar e atestar, em cada data de cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão, o atendimento ao disposto nas alíneas “a” a “c” do inciso III deste Capítulo.
- V. O BANCOOB, suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não respondem pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos e pela solvência dos Mutuários. O BANCOOB é somente responsável pela existência, autenticidade e correta formalização dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos deste Regulamento e do Contrato de Cessão.
- VI. A parcela do Patrimônio Líquido não aplicado em Direitos Creditórios deverá, seguindo as orientações previamente definidas pelo Gestor, ser alocada obrigatoriamente em ativos que possuam classificação de risco (*rating*) igual ou superior à classificação de risco atribuída às Quotas Sênior da 2ª Série do Fundo em uma das seguintes modalidades de investimento:
- a) em títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do BACEN;
 - b) em cédulas ou certificados de cédulas de crédito bancário com co-obrigação de qualquer das Instituições Autorizadas; e
 - c) em fundo(s) de investimento de renda fixa de perfil conservador, com liquidez diária, que tenha(m) seu patrimônio representado por títulos ou ativos de renda fixa, pré ou pós-fixados, de emissão ou co-obrigação de Pessoa que seja considerada, nos termos dos normativos das instituições reguladoras, como de baixo risco de crédito e que sejam administrados por qualquer das Instituições Autorizadas.
- VII. A Administradora, o Custodiante, o Gestor, suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, não respondem pela solvência dos Mutuários, pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ou por sua existência, liquidez e correta formalização, sem prejuízo das



obrigações assumidas pela Administradora, pelo Custodiante e pelo Gestor nos Documentos da Securitização.

- VIII. Em até 90 (noventa) dias contados da data de protocolo na CVM dos documentos de constituição do Fundo definidos na Instrução CVM, o Fundo deverá alocar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) e, no máximo, 100% (cem por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios Elegíveis.
- IX. O Fundo e o BANCOOB somente poderão celebrar cessões que tenham por objeto todos os Direitos Creditórios referentes ao mesmo Contrato de Financiamento. As cessões de crédito realizadas pelo Fundo para qualquer Pessoa deverão sempre observar as condições definidas na alínea “b” do inciso III do Capítulo Sete.
- X. É facultado ao Fundo, a critério da Administradora e observado o disposto no Capítulo Nove, realizar operações compromissadas, tendo necessariamente como contraparte qualquer das Instituições Autorizadas. Ressalvada a contratação de operações compromissadas com lastro em títulos públicos, é vedada a realização de qualquer outra operação financeira, incluindo a compra e venda de qualquer ativo financeiro ou aquelas compromissadas ou com derivativos, em que o BANCOOB, a Administradora, quaisquer Pessoas controladoras das referidas Pessoas, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum figurem, direta ou indiretamente, como contrapartes.
- XI. O Fundo poderá realizar operações em mercados de derivativos, com o objetivo de proteger posições detidas no mercado à vista, até o limite dessas. As operações com instrumentos derivativos realizadas pelo Fundo visam proteger parcela dos ativos de titularidade do Fundo das flutuações da taxa de juros, não garantindo, entretanto, proteção total ou garantia de rentabilidade às Quotas.
- XII. As operações do Fundo com derivativos devem ser sempre realizadas em mercados organizados, administrados por bolsas de mercadorias e de futuros, devidamente constituídas, exclusivamente na modalidade “com garantia”, sendo expressamente vedada a realização de operações de venda de opções de compra a descoberto e alavancadas, a qualquer título.
- XIII. As vias originais e/ou, conforme o caso, cópias reprográficas dos Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo deverão ser



custodiados por instituição custodiante devidamente autorizada à prestação desse serviço, nos termos da Instrução CVM. O Custodiante e o Fundo poderão nomear o BANCOOB como fiel depositário dos Documentos Comprobatórios, nos termos da legislação civil em vigor, ficando o BANCOOB responsável pela guarda e depósito físico dos referidos documentos.

- XIV. É vedado ao Fundo realizar operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.
- XV. Os recursos decorrentes de ajustes credores em operações de contratos futuros, celebradas pelo Fundo, deverão ser mantidos obrigatoriamente na modalidade de investimento referidas nos itens “a” e “b” do inciso VI deste Capítulo.
- XVI. Os percentuais e limites referidos neste Capítulo serão cumpridos diariamente pela Administradora, com base no Patrimônio Líquido do dia útil imediatamente anterior.
- XVII. Os Direitos Creditórios oriundos de Operações Financeiras representadas por operações de mútuo ou empréstimo realizadas pelo BANCOOB com associados de Cooperativas Singulares Habilitadas ou com seus Clientes, somente poderão ser cedidas pelo BANCOOB ao Fundo, caso a análise pela Agência de Classificação de Risco do modelo de operação pretendida não ocasione a redução da classificação de risco das Quotas Sênior do Fundo.
- XVIII. Os Direitos Creditórios oriundos de Operações de Crédito Consignado realizadas por uma Cooperativa Singular Habilitada serão adquiridos pelo Fundo sem que tenha havido prévia confirmação da margem consignável da folha de pagamento dos respectivos Mutuários. Exclusivamente no caso de Direitos Creditórios oriundos de Operações de Crédito Consignado realizadas pelo Bancoob, o limite do empréstimo será personalizado, calculado com base na margem consignável.

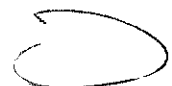
CAPÍTULO CINCO – DOS DIREITOS CREDITÓRIOS, DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E DA INCLUSÃO OU DE EXCLUSÃO DE CONVÊNIOS

- I. O Fundo tem por objeto investir em Direitos Creditórios oriundos de Operações de Financiamento ou de Operações de Crédito Consignado, expressos em moeda corrente nacional, representados por Contratos de Financiamento, que atendam aos Critérios de



Elegibilidade, observadas regras de diversificação contidas neste Regulamento e no Contrato de Cessão.


- II. Nos termos do inciso X do artigo 24 da Instrução CVM, as características dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, bem como a Política de Concessão de Crédito e os Procedimentos de Cobrança utilizados pelo Agente Cobrador estão descritos nos Anexos V e VI deste Regulamento.
- III. Na aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo caberá ao Custodiante a verificação do atendimento pelos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade. Quando da aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, a Administradora e o Custodiante deverão observar as rotinas e os procedimentos definidos neste Regulamento e nos demais Documentos da Securitização cujo atendimento esteja sob sua específica responsabilidade.
- IV. Serão considerados direitos creditórios elegíveis (os “Direitos Creditórios Elegíveis”) os Direitos Creditórios cujas informações foram transmitidas ao Custodiante pelo BANCOOB, por meio eletrônico, de acordo com os procedimentos definidos no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia, e que atendam, cumulativamente, na Data de Aquisição, aos seguintes “Critérios de Elegibilidade”:
 - a) o prazo de vencimento do Direito Creditório é superior a 10 (dez) dias e é igual ou inferior a 72 (setenta e dois) meses contado da data de vencimento da 1ª parcela do respectivo contrato, que deverá vencer sempre no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias da Data de Aquisição, desde que, considerada *pro forma* a cessão pretendida, o Fundo atenda ao Índice de Liquidez. Não será admitida a aquisição de Direitos Creditórios cuja data de vencimento seja posterior ao término do Período de Vigência;
 - b) considerada, *pro forma*, a cessão pretendida, o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, devidos pelo respectivo Mutuário, não é superior a 1% (um por cento) do valor do Patrimônio Líquido Ajustado na ocasião, admitindo-se que:
 - (i) para até 3 (três) Mutuários, o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo devidos pelo respectivo Mutuário não exceda 2% (dois por cento) do valor do Patrimônio Líquido Ajustado na ocasião, (ii) para até outros 3 (três) Mutuários, o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo devidos pelo respectivo Mutuário não exceda 3% (três por cento) do valor do Patrimônio Líquido



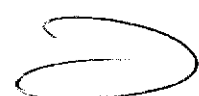
Ajustado na ocasião, e (iii) para qualquer Mutuário, devedor de Direitos Creditórios com Garantia desde que o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo devidos pelo respectivo Mutuário não exceda a: (a) 5% (cinco por cento) do valor do Patrimônio Líquido Ajustado na ocasião para os 5 (cinco) Mutuários com maior volume de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo; e a (b) 4% (quatro por cento) do valor do Patrimônio Líquido Ajustado na ocasião para os demais Mutuários, sem prejuízo do limite de 20% (vinte por cento) de seu Patrimônio Líquido por mutuário, conforme previsto no Art. 40-A da Instrução CVM nº 356/01;

- c) o respectivo Mutuário não se encontra inadimplente, ou em atraso, no cumprimento de qualquer obrigação com o Fundo;
- d) considerada, *pro forma*, a cessão pretendida, o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, devidos pelo respectivo Mutuário, não é superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), quando se originar de Operação de Crédito Pessoal;
- e) Considerada, *pro forma*, a cessão pretendida, o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios de Capital de Giro de titularidade do Fundo, não é superior a 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido Ajustado;
- f) Considerada, *pro forma*, a cessão pretendida, o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios com Garantia de titularidade do Fundo, não é superior a 80% (oitenta por cento) do Patrimônio Líquido Ajustado;
- g) o BANCOOB tenha declarado no respectivo Termo de Cessão que os Direitos Creditórios cedidos atendem aos requisitos previstos no inciso III do Capítulo Quatro deste Regulamento; e
- h) o Direito Creditório, caso seja oriundo de uma Operação de Crédito Consignado, esteja vinculado a um dos Convênios previstos na Lista de Convênios.

V. Observados os termos e as condições deste Regulamento e do Contrato de Cessão, a verificação pelo Custodiante do atendimento pelos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade será considerada como definitiva.



- VI. A perda, por qualquer motivo, após a cessão ao Fundo, da condição de Direito Creditório Elegível, não dará ao Fundo qualquer pretensão, recurso ou direito de regresso contra o BANCOOB, suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum.
- VII. Caso seja alterado o cronograma de pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, a Administradora deverá imediatamente verificar o atendimento das novas condições de pagamento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade, bem como recalcular o Índice de Liquidez, de forma a verificar a ocorrência de descasamento do cronograma de amortização e resgate das Quotas. Caso o Fundo deixe de atender ao Índice de Liquidez com referência a qualquer Série em Circulação em 2 (duas) Datas de Verificação consecutivas ou 4 (quatro) Datas de Verificação alternadas, durante o período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior à data de apuração do Índice de Liquidez estará configurado um Evento de Amortização Antecipada nos termos da alínea “b” do inciso IV do Capítulo Quatorze.
- VIII. A Administradora, o BANCOOB e o Gestor poderão deliberar, em conjunto, a inclusão na Lista de Convênios, de Novos Convênios celebrados pelo BANCOOB ou por Cooperativa Singular Habilitada, conforme o caso, desde que sejam observados os seguintes procedimentos:
- a) seja entregue à Administradora cópia autenticada do respectivo Convênio;
 - b) tenha sido apresentado à Administradora parecer legal preparado por escritório de advocacia definido, de comum acordo, entre a Administradora e o BANCOOB, cujo conteúdo seja considerado satisfatório pela Administradora, atestando, entre outros elementos considerados relevantes pela Administradora, (i) a possibilidade jurídica de cessão definitiva dos Direitos Creditórios ao Fundo; (ii) a existência de ato do Poder Público, se for o caso, autorizando a celebração do respectivo Convênio entre o BANCOOB ou a Cooperativa Singular Habilitada e a Entidade; e (iii) que o respectivo Convênio não contém avença permitindo ao Mutuário exigir, unilateralmente, da Entidade, a interrupção dos procedimentos de consignação dos Contratos de Financiamento celebrados com o BANCOOB ou com a Cooperativa Singular Habilitada, o qual deverá ser acompanhado de todos os documentos e demais autorizações que permitam a consignação dos créditos; e



c) o Novo Convênio seja incorporado na Lista de Convênios e tal alteração ao Regulamento seja registrada nos termos do Capítulo Três.

- IX. O Fundo poderá, sem que haja a necessidade de realização de qualquer Assembléia de titulares de Quotas, adquirir Direitos Creditórios devidos por Mutuários vinculados ao Novo Convênio depois de transcorrido o prazo de 5 (cinco) dias úteis contado da realização do registro referido na alínea “c” do inciso V acima, da comunicação do fato ao Custodiante e da entrega, pela Administradora ao Custodiante, mediante protocolo, de cópia autenticada do respectivo aditamento ao Regulamento, devidamente registrado nos termos do Capítulo Três.
- X. A Administradora ou o BANCOOB poderão decidir pela exclusão de determinado Convênio da Lista de Convênio, e desta forma, interromper a aquisição pelo Fundo, de Direitos Creditórios oriundos do referido Convênio, caso tome ciência de situação que entendam prejudicial a existência, validade ou exequibilidade dos Direitos Creditórios vinculados ao referido Convênio.
- XI. Para a aquisição de Direitos Creditórios, em qualquer operação de cessão, a Administradora deverá respeitar a Taxa Mínima de Desconto, observado o disposto no Contrato de Cessão.

CAPÍTULO SEIS – DOS PROCEDIMENTOS DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS E DO RECEBIMENTO DE VALORES

- I. A Administradora, por conta e ordem do Fundo, somente poderá adquirir Direitos Creditórios Elegíveis do BANCOOB, observados os procedimentos definidos neste Regulamento e no Contrato de Cessão, desde que, computada, *pro forma*, a aquisição dos respectivos Direitos Creditórios (a) em moeda corrente nacional e/ou (b) por meio da emissão de Quotas Subordinadas, o Fundo atenda, cumulativamente, ao disposto no inciso IX do Capítulo Doze, observados os prazos para regularização definidos neste Regulamento na hipótese de desenquadramento de quaisquer dos limites e parâmetros acima referidos.



- II. No curso ordinário do Programa de Securitização (o “Procedimento de Cobrança Ordinário”), os recursos decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo:

a) Quando decorrentes de Operações de Financiamento: Serão pagos pelos Mutuários mediante Débito processado em Conta-Corrente do Mutuário mantida junto à respectiva Cooperativa Singular Habilitada na qual se originou o Direito Creditório, e crédito na Conta Corrente de Cobrança, do valor devido pelo Mutuário ao Fundo na respectiva data de vencimento do Direito Creditório, sendo tal procedimento operacionalizado pela respectiva Cooperativa Singular Habilitada por conta e ordem do Agente Cobrador.

Quando se tratar de Operações Financeiras realizadas pelo BANCOOB com associados de Cooperativas Singulares Habilitadas ou com seus Clientes, o Procedimento de Cobrança Ordinário dar-se-á mediante débito em conta corrente do Cliente mantida junto ao BANCOOB ou pela emissão de boleto bancário para pagamento na rede bancária.

Até o dia útil subsequente a data de recebimento de recursos na Conta Corrente de Cobrança, o Agente Cobrador efetuará a transferência de recursos para a Conta Corrente do Fundo mantida junto ao Custodiante.

A tentativa de débito em conta-corrente do Mutuário ou do Cliente será repetida nos 34 (trinta e quatro) dias subsequentes, até que seja efetivado o pagamento, sendo que após o eventual insucesso de tais tentativas será iniciado o procedimento de cobrança de inadimplência composto pelas fases de cobrança amigável e pré-jurídica, conduzidas pelo Agente Cobrador, e judicial conduzida pelos escritórios de advocacia contratados pelo Agente Cobrador por conta e ordem do Fundo, na forma da Política de Cobrança que constitui Anexo VI deste Regulamento.

b) Quando decorrentes de Operações de Crédito Consignado: Por meio dos procedimentos definidos no Convênio de Cobrança, o BANCOOB ou a Cooperativa Singular Habilitada, conforme o caso, na qualidade de mandatário e agente cobrador do Fundo, deverá transferir os valores por ele recebidos relativos aos Direitos

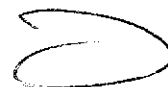


Creditórios de titularidade do Fundo para a Conta Corrente do Fundo mantida junto ao Custodiante, no prazo de até 3 (três) dias úteis contado do recebimento das respectivas verbas pagas pelas Entidades.

- III. No curso ordinário do Programa de Securitização, o BANCOOB, na qualidade de agente cobrador, nos termos do Convênio de Cobrança, será responsável, por conta e ordem do Fundo, pela cobrança extrajudicial e judicial dos Direitos Creditórios.

CAPÍTULO SETE – DA ADMINISTRADORA

- I. O Fundo é administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, sociedade por ações, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Av das Américas nº. 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91 (a “Administradora”).
- II. Para a plena realização dos objetivos do Fundo, a Administradora assume a obrigação de aplicar na administração do Fundo os princípios técnicos recomendáveis e o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na condução de seus próprios negócios, sempre no único e exclusivo benefício dos condôminos, atentos à conjuntura em geral, respeitadas as determinações das autoridades monetárias e fiscalizadoras competentes, além das obrigações que lhe são impostas por força de lei e deste Regulamento.
- III. Observados os termos e as condições deste Regulamento e da Instrução CVM, a Administradora, sob sua responsabilidade, diretamente ou por meio de seus Agentes, independentemente de qualquer procedimento adicional, pode:
- a) observado o disposto no Convênio Cobrança, iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários (i) à cobrança dos Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, (ii) à execução de quaisquer garantias eventualmente prestadas e (iii) à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas, observado o disposto no Capítulo Vinte e Seis;
 - b) desde que esgotados todos os meios e procedimentos necessários ao recebimento e à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação, de transferência, de



desconstituição, de substituição ou de liberação de quaisquer garantias, no todo ou em parte, relacionados aos referidos ativos. O preço de alienação dos ativos de titularidade do Fundo não poderá sob pena de responsabilização da Administradora por eventuais danos ou prejuízos causados ao Fundo, ser inferior ao seu respectivo valor contábil, exceto quando autorizado neste Regulamento ou pelos Quotistas reunidos em Assembléia;

- c) constituir procuradores, inclusive para os fins de proceder à cobrança amigável dos ativos integrantes da carteira do Fundo. Exceção feita às procurações com poderes da cláusula *ad judicia* e àquelas outorgadas ao Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica, em todas as demais procurações outorgadas pela Administradora, em nome do Fundo, constará o respectivo prazo de validade, que não poderá ser superior a 12 (doze) meses contado da data da outorga;
- d) contratar os serviços de gestão não discricionária de carteira do Fundo com a BANCOOB ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS LTDA., nos termos do Contrato de Gestão;
- e) providenciar o registro deste Regulamento, de seus eventuais aditamentos e dos Suplementos, nos termos do Capítulo Três;
- f) praticar todos os atos de administração ordinária do Fundo, de modo a manter a sua boa ordem legal, operacional e administrativa; e
- g) providenciar, em nome do Fundo, a contratação do Custodiante, nos termos do Artigo 34, inciso II da Instrução CVM.

IV. Sem prejuízo de seus outros deveres e responsabilidades, incluem-se entre as obrigações da Administradora, diretamente ou por meio de seus Agentes:

- a) manter em sua sede e colocar à disposição dos Quotistas gratuitamente:
 - i) cópias dos pareceres do Fundo preparados pela Empresa de Auditoria e demais documentos e relatórios enviados à CVM;



- ii) exemplar do Regulamento do Fundo; e
 - iii) exemplar do Prospecto, o qual deverá ser devidamente atualizado quando da realização de qualquer Distribuição.
- b) manter atualizados e em perfeita ordem pelo prazo de 5 (cinco) anos:
- i) registro dos condôminos;
 - ii) o livro de atas de Assembléias Gerais;
 - iii) o livro de presença dos condôminos;
 - iv) a documentação relativa às operações do Fundo, incluindo seus respectivos registros contábeis; e
 - v) os demonstrativos trimestrais preparados pelo Diretor Designado nos termos do inciso XV deste Capítulo.
- c) informar os condôminos de alteração do periódico utilizado pelo Fundo para a prestação de informações nos termos do inciso I do Capítulo Vinte e Dois e da Taxa de Administração;
- d) custear as despesas de propaganda do Fundo;
- e) colocar à disposição em sua sede e nas instituições que distribuam Quotas, cópias das demonstrações financeiras do Fundo, auditadas ou não, dos relatórios referentes ao Fundo que venham a ser encaminhados à CVM e das atualizações elaboradas pela Agência Classificadora de Risco;
- f) providenciar, trimestralmente, às expensas do Fundo, a atualização da classificação de risco das Quotas Sênior pela Agência Classificadora de Risco;
- g) observar a política de investimento do Fundo, definida neste Regulamento;



- h) alocar os recursos de titularidade do Fundo, não aplicados em Direitos Creditórios, em Outros Ativos, observada a política de investimento prevista neste Regulamento e o Contrato de Gestão;
- i) observado o disposto no Contrato de Gestão e neste Regulamento, decidir pela contratação pelo Fundo de operações em mercado de derivativos, observado o disposto no inciso XI do Capítulo Quatro e no Capítulo Vinte e Quatro;
- j) proceder à escrituração e registro de todos os fatos contábeis do Fundo, de forma que o mesmo possa manter sua contabilidade atualizada e em perfeita ordem, observados os termos e as condições deste Regulamento, as regras do COSIF e da legislação em vigor;
- k) proceder à determinação e tornar disponível, em base diária, o valor do Patrimônio Líquido e do valor líquido das Quotas, incluindo as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, observados os termos e condições deste Regulamento, as regras do COSIF e a legislação em vigor;
- l) preparar os demonstrativos financeiros mensais e anuais do Fundo e zelar para que estes, conforme o caso, sejam auditados pela Empresa de Auditoria e enviados às autoridades competentes dentro dos prazos legais;
- m) submeter os demonstrativos referidos no inciso XV deste Capítulo ao exame da Empresa de Auditoria quando da auditoria anual;
- n) divulgar, no prazo de 15 (quinze) dias contado do término dos períodos encerrados em 31 de dezembro, 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro, além de manter disponíveis em sua sede e em seu *website*, informações sobre o valor do Patrimônio Líquido, o valor das Quotas e as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem;
- o) fornecer as informações solicitadas pela Empresa de Auditoria quando da realização da auditoria anual de encerramento do exercício do Fundo;
- p) manter registros analíticos e completos de todas as movimentações de titularidade ocorridas nas contas de depósito abertas em nome dos Quotistas, de forma a assegurar que os respectivos titulares encontrem-se autorizados, nos termos da legislação aplicável, a

aplicar recursos em Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, bem como manter atualizados e em perfeita ordem os documentos necessários à comprovação de tal capacidade;

- q) realizar os serviços de escrituração, abertura e manutenção das contas de depósito em nome dos Quotistas ou contratar tais serviços com terceiros devidamente habilitados e autorizados para tanto;
- r) fornecer aos Quotistas, quando solicitado, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas ou enviar pelo correio uma vez por mês, extrato de suas respectivas contas depósito contendo, no mínimo, as seguintes informações: (i) o número de Quotas detidas pelo respectivo condômino, (ii) o valor atualizado de suas Quotas e (iii) a remuneração acumulada desde sua respectiva Data de Emissão;
- s) fornecer anualmente aos Quotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Quotas de sua propriedade e seu respectivo valor;
- t) efetuar o recolhimento dos impostos incidentes sobre a rentabilidade auferida pelos Quotistas, nos termos da legislação aplicável;
- u) disponibilizar aos Quotistas e à CVM os demonstrativos referidos no inciso XV deste Capítulo, no prazo de até 30 (trinta) dias contado do término do trimestre respectivo;
- v) proceder às despesas do Fundo a contratação do Custodiante, do Agente Escriturador, da Agência Classificadora de Risco, da Empresa de Auditoria, do Agente Cobrador e à celebração dos Documentos da Securitização;
- w) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras do Fundo, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação eventualmente realizada entre o Fundo e a Administradora ou o Custodiante;
- x) monitorar o cumprimento pelo Custodiante e Agente Cobrador de suas respectivas obrigações;



- y) informar imediatamente à Agência Classificadora de Risco ou quem a suceder no exercício destas funções, a ocorrência dos seguintes eventos:
- i) substituição da Empresa de Auditoria;
 - ii) ocorrência de qualquer evento que possa alterar o nível de segurança e confiabilidade dos controles e mecanismos de acompanhamento dos procedimentos e rotinas do Programa de Securitização, nos termos dos Documentos da Securitização;
 - iii) omissão de fatos e informações relevantes relativos ao Fundo, ao Cedente, aos Mutuários ou ao Custodiante, enquanto o Programa de Securitização estiver sob avaliação da Agência Classificadora de Risco; e
 - iv) ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação ou Eventos de Amortização Antecipada;
- z) entregar e/ou manter a disposição da Agência Classificadora de Risco, cópia dos relatórios preparados pela própria Administradora, pelo Custodiante e demais prestadores de serviços contratados pelo Fundo, nos termos dos Documentos da Securitização;
- aa) realizar, diretamente ou por meio de seus Agentes, no mínimo, semestralmente, testes estatísticos, por meio de procedimentos passíveis de auditoria, de forma a verificar que foram observadas, pelo BANCOOB, a Política de Concessão de Crédito, a Política de Cobrança e os procedimentos de custódia física dos Documentos Comprobatórios previstos no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia Física. Os testes estatísticos serão feitos com base em amostra de operações realizadas pelo Fundo selecionadas à exclusivo critério da Administradora ou pela empresa de auditoria contratada pela Administradora, sendo que os procedimentos consistirão em análise dos Documentos Comprobatórios das operações realizadas, bem como da aderência dos procedimentos adotados pelo BANCOOB e pela Administradora à Política de Concessão de Crédito e à Política de Cobrança.

V. Sem prejuízo das demais disposições legais aplicáveis, é vedado à Administradora:

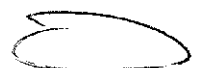


- a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se, sob qualquer forma, nas operações praticadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantia prestada a operações realizadas em mercado de derivativos;
- b) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo;
- c) efetuar aportes de recursos no Fundo, direta ou indiretamente, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Quotas; e
- d) realizar qualquer modalidade de negociação ou operação com o Fundo, direta ou indiretamente, salvo se expressamente autorizadas nos termos deste Regulamento.

VI. As vedações definidas no inciso V acima estendem-se às Pessoas controladoras da Administradora, às sociedades por estas direta ou indiretamente controladas, a estas coligadas ou a outras sociedades sob controle comum, bem como aos ativos integrantes das respectivas carteiras e de emissão ou coobrigação dessas.

VII. É vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- a) obter ou conceder qualquer empréstimo, financiamento ou adiantamento de recursos a qualquer Pessoa, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercado de derivativos;
- b) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;
- c) realizar operações ou negociar com ativos financeiros ou modalidades operacionais não admitidas pela legislação aplicável aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios;
- d) adquirir quotas do próprio Fundo;
- e) emitir quaisquer classes ou Séries de Quotas não expressamente autorizadas neste Regulamento ou vender Quotas à prestação;



f) aplicar recursos direta ou indiretamente no exterior;

1113680 15-07-08

g) pagar ou ressarcir-se de multas impostas à Administradora em razão do descumprimento de normas previstas neste Regulamento e na legislação aplicável;

h) prometer rendimento predeterminado aos Quotistas;

i) fazer em sua propaganda ou em outros documentos que vierem a ser apresentados aos investidores promessas de retiradas ou de rendimentos com base no desempenho do Fundo, no desempenho alheio ou de ativos financeiros ou modalidades de investimentos disponíveis no âmbito do mercado financeiro;

j) criar qualquer ônus ou gravame, seja de que tipo ou natureza for, sobre quaisquer dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos, incluindo qualquer direito ou prerrogativa a estes relacionados, no todo ou em parte, exceto quando se tratar da utilização dos Outros Ativos como margem de garantia em operações realizadas pelo Fundo em mercados de derivativos; e

k) locar ou emprestar, seja a que título for, quaisquer dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos, incluindo qualquer direito ou prerrogativa a estes relacionados, no todo ou em parte, exceto quando se tratar da utilização dos Outros Ativos como margem de garantia em operações realizadas pelo Fundo em mercados de derivativos.

VIII. Salvo se expressamente autorizado neste Regulamento ou por Quotistas titulares de 2/3 (dois terços) das Quotas Sênior em Circulação, reunidos em Assembléia Geral, é vedado à Administradora em nome do Fundo:

a) celebrar quaisquer contratos ou compromissos que gerem ou possam gerar obrigações e deveres para o Fundo, incluindo a contratação de prestadores de serviços;

b) distratar, rescindir ou modificar quaisquer instrumentos contratuais firmados pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, como parte ou interveniente, a qualquer título, salvo se expressamente autorizado nos respectivos instrumentos contratuais e neste Regulamento; e



- c) proceder à abertura de contas correntes bancárias, de investimento e de custódia, além daquelas previstas neste Regulamento e no Contrato de Custódia, e a movimentação destas contas de forma diversa ou para fins outros que não os especificamente ali previstos.

- IX. A Administradora cobrará Taxa de Administração mensal correspondente ao maior valor entre (i) 13.800,00 (treze mil e oitocentos reais) atualizados monetariamente na forma do inciso XIII abaixo ou (ii) o valor correspondente a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo até o montante de R\$ 50 milhões acrescido do valor correspondente a 0,17% (dezessete centésimos por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo que exceder ao montante de R\$ 50 milhões até o montante de R\$ 100 milhões, acrescido de 0,15% (quinze centésimos por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo que exceder ao montante de R\$ 100 milhões, apurado mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos), incidente sobre o Patrimônio Líquido apurado no último dia útil de cada mês. As 12 (doze) primeiras Taxas de Administração terão, excepcionalmente, um valor fixo equivalente a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) por mês. A partir da 13ª (décima terceira) Taxa de Administração, inclusive, o valor da Taxa de Administração será apurada na forma dos itens (i) e (ii) deste inciso IX;
- X. O valor da taxa de administração apurado na forma do item IX acima será ainda acrescido de uma taxa mensal equivalente a 1/12 (um doze avos) da taxa anual de 0,5% (cinco décimos por cento) incidente sobre o valor do Patrimônio Líquido, a ser destinada ao Gestor (em conjunto “Taxa de Administração”). O pagamento da Taxa de Administração ocorrerá no último dia útil de cada mês, a partir do mês em que ocorrer a primeira integralização de Quotas;
- XI. Os tributos incidentes sobre as remunerações descritas acima (ISS, PIS, COFINS, CSLL e IR na fonte e outros que porventura venham a incidir) serão a ela acrescidos nas alíquotas vigentes nas respectivas datas de pagamento;
- XII. As verbas devidas à Administradora deverão ser pagas pelo Fundo, considerando as informações contidas na memória de cálculo preparada pela Administradora, sob sua exclusiva responsabilidade, e enviada previamente ao Custodiante pela Administradora, até o dia útil imediatamente anterior à data de pagamento das respectivas verbas, por meio de crédito dos valores devidos em conta corrente de titularidade da Administradora, servindo o comprovante do crédito para a comprovação da quitação desta obrigação pecuniária;



- XIII. A Taxa de Administração será atualizada a cada período de 12 (doze) meses contado de 01 de junho de 2006 ou, na menor periodicidade admitida em lei, pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo.
- XIV. A Taxa de Administração não inclui as despesas com publicações de editais de convocação de Assembléias Gerais. Não estão incluídas igualmente despesas com especialistas, tais como auditoria, fiscalização ou assessoria legal ao Fundo, entre outros, nos termos do Capítulo Vinte e Três.
- XV. O Diretor Designado, nos termos da legislação aplicável, deverá elaborar demonstrativo trimestral a ser enviado à CVM e mantido à disposição dos Quotistas, bem como submetidos à auditoria independente anual, evidenciando que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com sua política de investimento, com os limites de composição e de diversificação previstos neste Regulamento e na regulamentação vigente e que as modalidades de negociação efetivadas foram realizadas a taxas de mercado.
- XVI. Será paga diretamente pelo Fundo à Oliveira Trust Servicer S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.150.453/0001-2, 50% (cinquenta por cento) da parcela da taxa de administração devida, após serem deduzidos os valores devidos aos demais terceiros contratados, na forma do artigo 56, §2º da Instrução nº 356/01, da CVM, nas mesmas datas de pagamento da taxa de administração, sem quaisquer custos adicionais para o Fundo. Tal valor será deduzido da taxa de administração devida.

CAPÍTULO OITO – SUBSTITUIÇÃO DA ADMINISTRADORA

- I. A Administradora poderá ser substituída a qualquer tempo por decisão dos titulares das Quotas Sênior ou de titulares de Quotas Subordinadas, reunidos em Assembléia Geral, na forma do inciso XV do Capítulo Dezenove, sem qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza para o Fundo.
- II. A Administradora poderá, mediante aviso divulgado no periódico referido no inciso I do Capítulo Vinte e Dois e por meio de e-mail enviado aos representantes dos Quotistas, renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral para decidir sobre sua substituição.



- III. Na hipótese do inciso II acima, a Administradora permanecerá no exercício de suas funções pelo prazo de até 90 (noventa) dias contado da data de realização da Assembléia Geral ou por prazo inferior, conforme determinado pelos titulares das Quotas Sênior na respectiva Assembléia Geral, o qual poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, até que a instituição substituta, escolhida pelos referidos Quotistas, assuma efetivamente todos os deveres e as obrigações da Administradora e comprometa-se a desempenhá-los de acordo com os termos e as condições deste Regulamento.
- IV. A Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento de solicitação enviada pela nova instituição administradora escolhida pelos Quotistas, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sua administração que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora ou por qualquer de seus Agentes, envolvidos direta ou indiretamente com a administração do Fundo, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos do Regulamento.

CAPÍTULO NOVE – DO GESTOR

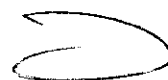
- I. A BANCOOB ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS LTDA., com sede no SCS Quadra 06 Bloco A nº. 50 Sala 201 parte A – Ed. Sofia – Brasília – DF, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.397.614/0001-06, autorizada a funcionar pela Comissão de Valores Mobiliários, nos termos do Ato Declaratório nº. 8402 de 21/07/2005, será contratada pelo Fundo para desempenhar as funções de Gestor do Fundo, com os deveres e direitos previstos no Contrato de Gestão, em especial:
- a) definir a modalidade dos Outros Ativos que o Fundo poderá adquirir; e
 - b) definir a realização de operações nos mercados futuros e de opções nas Bolsas de Valores, Bolsa de Mercadorias e Futuros e mercado de balcão, conforme o caso, sempre respeitando os critérios estabelecidos neste Regulamento.



- II. Enquanto estiver desempenhando suas funções, o Gestor fará *jus* a uma remuneração mensal paga diretamente pelo Fundo, deduzida da Taxa de Administração prevista neste Regulamento.

CAPÍTULO DEZ – DOS FATORES DE RISCO

- I. Os Direitos Creditórios e os Outros Ativos, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado ou a riscos de crédito das contrapartes, que poderão gerar perdas até o montante das operações contratadas e não liquidadas, não podendo a Administradora, o Gestor, o Custodiante ou qualquer de suas respectivas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, em hipótese alguma, ser responsabilizados pela solvência de qualquer Pessoa, incluindo o Cedente e Mutuários, por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, pela inexistência de um mercado secundário para os Direitos Creditórios e Outros Ativos ou por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização compulsória de suas respectivas Quotas, nos termos deste Regulamento.
- II. Quanto aos riscos associados ao investimento no Fundo, destacam-se:
- a) **Amortização e Resgate Condicionado.** As principais fontes de recursos do Fundo para efetuar a amortização e resgate de suas Quotas decorrem da liquidação dos Direitos Creditórios pelos Mutuários e dos Outros Ativos pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento destes recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outros valores para efetuar a amortização e resgate, em moeda corrente nacional, de suas Quotas.
- b) **Amortização e Resgate de Quotas na Medida da Liquidação dos Ativos Integrantes da Carteira do Fundo e da Inexistência de Mercado Secundário para os Direitos Creditórios.** O Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Outros Ativos e aos mercados em que os mesmos são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Administradora aliená-los. Em decorrência do risco acima identificado e considerando-se que o Fundo somente procederá à amortização e resgate das Quotas na medida em que os Direitos Creditórios ou os Outros Ativos sejam devidamente liquidados pelas respectivas contrapartes e que as verbas recebidas sejam



depositadas na Conta Corrente do Fundo, tanto a Administradora quanto o Custodiante encontram-se impossibilitados de determinar o intervalo de tempo necessário para a amortização e resgate integral das Quotas. O valor de amortização e resgate das Quotas Sênior continuará a ser atualizado até a data de seu efetivo pagamento, sempre até o limite do Patrimônio Líquido, não sendo devido pelo Fundo ou por qualquer Pessoa, todavia, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza, caso o referido evento prolongue-se por prazo indeterminado.

- c) **Fatores Macroeconômicos Relevantes.** Variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas, poderão resultar em alongamento, por prazo indeterminado, do período de amortização compulsória das Quotas. Ademais, em decorrência dos riscos inerentes à sua própria natureza, incluindo, entre outros, os fatores de risco descritos neste Capítulo, poderá ocorrer perda pelos Quotistas do valor de principal de suas aplicações. Não será devido pelo Fundo ou por qualquer Pessoa, incluindo a Administradora, qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza, caso a amortização compulsória das Quotas prolongue-se por prazo indeterminado ou caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante de tal evento, observado o disposto no Capítulo Vinte e Sete.
- d) **Da Inexistência de Rendimento Predeterminado.** O preço de integralização das Quotas Sênior será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos na alínea “b” do inciso III do Capítulo Onze. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido do Fundo, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Sênior na hipótese de amortização e resgate de suas respectivas Quotas e não representa nem deverá ser considerada, sob nenhuma hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, da Administradora, do Custodiante ou do Cedente e de suas respectivas Pessoas controladoras, das sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou de outras sociedades sob controle comum em assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Sênior não farão jus, em nenhuma circunstância, quando da amortização compulsória de suas aplicações, a uma remuneração superior ao valor de suas Quotas, devidamente atualizadas, nos termos da alínea “b” do



inciso III do Capítulo Onze, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para esta classe de Quotas.

- e) **Descasamentos de Taxas e de Fluxo de Caixa do Fundo e Operações com Instrumentos Derivativos.** O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras precipuamente em Direitos Creditórios e, também, em outras modalidades financeiras de renda fixa que deverão compor sua carteira de ativos. Considerando-se que o valor das Quotas Sênior será definido considerando-se a variação da Taxa DI, a qual é divulgada diariamente, nos termos da alínea “b” do inciso III do Capítulo Onze, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização dos ativos integrantes da carteira do Fundo e das Quotas Sênior. A Administradora, o Custodiante e quaisquer de suas respectivas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estas coligadas ou outras sociedades sob controle comum não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Quotistas, inclusive pela eventual perda do valor de principal de suas aplicações, em razão de descasamentos, de qualquer ordem, sofridos pelo Fundo. A Administradora não se encontra obrigada a manter a carteira do Fundo protegida, total ou parcialmente, contra o risco de descasamento entre o valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo e o valor das Quotas Sênior, por meio da contratação de operações com instrumentos derivativos.
- f) **Riscos relativos aos Convênios celebrados entre o BANCOOB e as Entidades.** O desconto em folha de pagamento das prestações devidas pelos Mutuários em razão da celebração de Contratos de Financiamento é viabilizado por Convênios celebrados entre o BANCOOB e as respectivas Entidades. O Convênio pode ser interrompido pela alteração das normas autorizadoras de sua manutenção ou em razão de sua rescisão. Essas normas podem ser alteradas, por exemplo, por futuros administradores públicos eleitos (i.e., prefeitos, governadores). Se, por qualquer motivo, qualquer dos Convênios vier a ser rescindido ou qualquer das respectivas consignações em pagamento vier a ser interrompida ou suspensa, a sistemática de cobrança dos Direitos Creditórios (desconto em folha de pagamento) poderá ser negativamente afetada, podendo levar à necessidade de adoção de nova sistemática de cobrança direta, pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, dos créditos dos Mutuários cujos respectivos Direitos Creditórios sejam de titularidade do Fundo, a qual poderá ser ineficiente ou apresentar elevados custos de transação.



- g) **Modificação das características dos Direitos Creditórios por decisão judicial.** Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo são oriundos de empréstimos, financiamentos e/ou de operações de mútuo, que podem eventualmente ter suas condições questionadas em Juízo pelos respectivos Mutuários ou por terceiros. Não pode ser afastada a possibilidade de os Mutuários ou terceiros interessados lograrem êxito nas demandas ajuizadas. Nessa hipótese, os Direitos Creditórios podem ter seus valores reduzidos ou até serem anulados em decisão judicial, o que afetaria negativamente o patrimônio do Fundo.
- h) **Repasse do Consignante** – Os Direitos Creditórios decorrentes de Operações de Crédito Consignado são pagos por meio de consignação em folha realizada pela instituição consignante a que o Mutuário é vinculado. Caso, por qualquer razão, a instituição consignante atrase ou não pague os vencimentos dos Mutuários, o Fundo não receberá os recursos decorrentes dos Direitos Creditórios. Além disso, enquanto a instituição consignante não voltar a pagar adequadamente os vencimentos ou benefícios aos Mutuários, sua capacidade de saldar os débitos também ficará prejudicada, o que poderá impactar negativamente o patrimônio e a rentabilidade do Fundo.
- i) **Falhas do Agente Cobrador** – A cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplentes depende da atuação diligente do BANCOOB e de eventuais agentes cobradores subcontratados. Cabe-lhes aferir o correto recebimento dos recursos e verificar a inadimplência. Assim, qualquer falha de procedimento do BANCOOB e de agentes subcontratados poderá acarretar em menor recebimento dos recursos devidos pelos Mutuários. Isto levaria a queda da rentabilidade do Fundo, ou até a perda patrimonial.
- j) **Risco de liquidação antecipada pelos Mutuários dos Direitos Creditórios.** Os Mutuários podem, a qualquer tempo, proceder ao pagamento antecipado de suas obrigações contratadas. Este evento poderá prejudicar o atendimento, pelo Fundo, de seus objetivos e/ou afetar sua capacidade de atender aos índices, parâmetros e indicadores definidos neste Regulamento.
- k) **Invalidade ou Ineficácia da Cessão de Direitos Creditórios.** Com relação ao BANCOOB ou às Cooperativas Singulares Habilitadas, enquanto cedentes, a cessão de Direitos Creditórios poderia ser invalidada ou tornada ineficaz, impactando negativamente o patrimônio do Fundo, caso fosse realizada em:



- (i) fraude contra credores, inclusive da massa, se no momento da cessão a Cedente estivesse insolvente ou se com eles passasse ao estado de insolvência;
- (ii) fraude de execução, caso (a) quando da cessão, o BANCOOB ou a Cooperativa Singular Habilitada fosse sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-los à insolvência; ou (b) sobre os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo pendesse demanda judicial fundada em direito real; e
- (iii) fraude à execução fiscal, se o BANCOOB ou a Cooperativa Singular Habilitada, quando da celebração da cessão de Direitos Creditórios, sendo sujeito passivo por débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrita como dívida ativa, não dispusesse de bens para total pagamento da dívida fiscal.

III. Quanto aos riscos associados aos Direitos Creditórios, destacam-se:

- a) **Ausência de Garantia de Pagamento ou de Coobrigação.** A cessão de Direitos Creditórios ao Fundo somente será realizada sem coobrigação do Cedente, que somente se responsabiliza pela existência e correta formalização dos Direitos Creditórios cedidos, não assumindo qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou pela solvência dos Mutuários. Em nenhuma hipótese, a Administradora, o Custodiante, quaisquer de suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum se responsabilizam pelo pagamento dos Direitos Creditórios ou pela solvência dos Mutuários. A realização dos Direitos Creditórios depende exclusivamente da solvência dos Mutuários e seus eventuais garantidores e do efetivo pagamento dos valores devidos, inexistindo, portanto, qualquer garantia ou certeza de que o pagamento será efetuado ou, caso o seja, de que será realizado nos prazos e nos valores avençados.
- b) **Cessão Continuada de Direitos Creditórios.** A existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção do fluxo de cessão de Direitos Creditórios. A interrupção desse fluxo poderá ensejar a ocorrência de um evento de Amortização Antecipada.
- c) **Cobrança Judicial dos Direitos Creditórios.** Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais, necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos e à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas dos condôminos, são de



inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total de seu Patrimônio Líquido, sempre observado o que seja deliberado pelos titulares das Quotas Sênior reunidos em Assembléia Geral. Depois de esgotados os ativos de liquidez imediata do Fundo e observada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, os titulares das Quotas Sênior poderão ser solicitados a adiantar recursos ao Fundo, necessários à adoção e à manutenção das rotinas e procedimentos acima referidos, por meio da integralização de Série de Quotas Sênior específica. A Administradora, o Custodiante, quaisquer de suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Quotas Sênior deixem de aportar os recursos necessários para tanto.

- d) **Possibilidade de o Mutuário ou Terceiro em seu Nome vir a questionar a legalidade da cláusula permitindo o desconto em folha de pagamento.** O Poder Judiciário, incluindo o Superior Tribunal de Justiça, em alguns julgados relacionados com operação de empréstimo, na modalidade "crédito consignado", tem manifestado entendimento contrário à legalidade do desconto de prestações de empréstimos diretamente na folha de salários. Desse modo, a alegada nulidade de cláusula permitindo o desconto em folha de pagamento de funcionário poderá ser invocada em ação judicial, podendo o Poder Judiciário, ao interpretar o artigo 649, inciso IV, do Código de Processo Civil, vir a permitir que o Mutuário torne ineficaz sua prévia autorização de desconto em folha de salário, fazendo com que seja necessária à cobrança do crédito pelos meios legais habituais. A legitimidade ao recebimento do valor do crédito não é afetada por estas decisões, mas sim tão somente sua forma de liquidação. Caso os procedimentos de consignação em pagamento (desconto em folha) de um número significativo de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo sejam efetivamente interrompidos em decorrência de medidas judiciais propostas pelos Mutuários ou por terceiros em seu nome, tal evento poderá afetar negativamente a solvência dos respectivos créditos. Na hipótese de atraso ou efetivo inadimplemento no pagamento dos referidos Direitos Creditórios pelos Mutuários, poderá ser necessária a adoção, pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, de uma nova sistemática de cobrança direta dos respectivos créditos, a qual poderá ser ineficiente ou apresentar elevados custos de transação. Tal ocorrência poderá afetar negativamente o valor do Patrimônio Líquido do Fundo.



- e) **Risco de contra-ordem da respectiva Cooperativa Singular Habilitada na cobrança dos Direitos Creditórios:** O Procedimento de Cobrança Ordinário dos Direitos Creditórios originados nas Operações de Financiamento poderá, embora remota a possibilidade, ser interrompido por decisão judicial em face da respectiva Cooperativa Singular Habilitada.
- f) **Ausência de Mercado Secundário para os Direitos Creditórios.** Em razão da não existência de um mercado secundário ativo e organizado para os Direitos Creditórios, os Quotistas devem possuir condição financeira para levar ao vencimento os Direitos Creditórios e os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo.
- g) **Relação societária entre Gestor e o BANCOOB.** O Gestor pertence ao grupo societário do Cedente, e atuará, por conta e ordem do Fundo, na seleção dos Direitos Creditórios a serem ofertados ao Fundo. Desta forma, o Gestor, ao definir a Taxa de Desconto, pode optar pela adoção de taxa mínima de desconto prevista no Manual de Precificação, reduzindo assim a remuneração dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo.
- h) **Possibilidade de cessão de Direitos Creditórios ao Fundo sem a prévia confirmação da margem consignável.** O Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios sem que tenha havido prévia confirmação da margem consignável da folha de pagamento dos respectivos Mutuários, nos casos de aquisição de Direitos Creditórios oriundos de Operações de Crédito Consignado realizadas por uma Cooperativa Singular Habilitada com o respectivo Mutuário. No caso de Direitos Creditórios oriundos de Operações de Crédito Consignado realizadas pelo Bancoob, o limite do empréstimo será personalizado, calculado com base na margem consignável.
- i) **Possibilidade de cessão ao Fundo de Direitos Creditórios sem Garantia Real:** Conforme disposto no Capítulo Cinco deste Regulamento, o Fundo poderá adquirir até o limite de 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido Ajustado, Direitos Creditórios de Capital de Giro, isto é, sem que tenham sido constituídas garantias reais ao credor. Assim, caso haja inadimplência pelos Mutuários, não haverá garantias reais a serem executadas pelo Fundo.



- IV. As aplicações realizadas no Fundo não contam com a garantia da Administradora, do Agente Cobrador, do Custodiante ou de suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas, de outras sociedades sob controle comum ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

CAPÍTULO ONZE – DAS QUOTAS

- I. O Fundo poderá emitir 01 (uma) classe de quotas sênior (as “Quotas Sênior”), as quais poderão ser divididas em Séries distintas, a serem distribuídas em 1 (uma) ou mais Distribuições. As Datas de Amortização, o valor das Amortizações Programadas e as condições de remuneração de cada Série de Quotas Sênior serão definidas no respectivo Suplemento. Na 1ª Distribuição será emitida e distribuída 1 (uma) Série de Quotas Sênior (as “Quotas Sênior da 1ª Série”), cujas características constarão do respectivo Suplemento.
- II. O Fundo poderá emitir, em qualquer Distribuição, 01 (uma) classe de quotas subordinadas (as “Quotas Subordinadas”) em número indeterminado.
- III. Cada Quota Sênior confere a seus titulares as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:
- a) tem o preço unitário de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) na 1ª Data de Emissão da respectiva Série;
 - b) a partir da 1ª Data de Emissão da respectiva Série “n”, terá seu valor unitário, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização e, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, calculado todo dia útil pela Administradora, sendo que o mesmo será equivalente ao menor dos seguintes valores:
 - i) o valor apurado de acordo com a seguinte expressão, observado o disposto no item “2” do respectivo Suplemento da Série “n”:



$$VQSn_T = VQSn_{T-1} \times \left\{ \left[\left(\frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \left(\frac{Sobretaxa}{100} \right) + 1 \right\},$$

111368015-07-08

onde:

- $VQSn_T$ valor de cada Quota Sênior da Série “n” para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização e, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, calculado para a data “T”.
- $VQSn_{T-1}$ valor de cada Quota Sênior da Série “n” para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização e, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, calculado no dia útil anterior à data “T”. No caso do cálculo no dia útil seguinte à 1ª Data de Emissão, $VQSn_{T-1}$ é igual a R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
- DI_{T-1} Taxa DI-over, média, extra-grupo, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), expressa na forma percentual, em base anual (252 dias úteis), referente ao dia útil anterior à data “T” (a “Taxa DI”). Exemplo: Se Taxa DI over do dia útil anterior for 16,50%, então $DI_{T-1} = 16,50$.
- $Sobretaxa_n$ percentual aplicado sobre a Taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais, a ser utilizado exclusivamente na hipótese do valor das Quotas Sênior da Série “n”. Exemplo: Se a Sobretaxa definida no Suplemento for 110%, então $Sobretaxa_n = 110$.

ou, com referência a todas as Séries de Quotas Sênior em Circulação.

ii) o valor apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$VQS_{nT} = \frac{(NQS_{nT} \times R\$ 25.000,00 - VAI_n) + PL_T \times Rat_{nT}}{NQS_{nT}}$$

VQS_{nT} valor de cada Quota Sênior da Série “n” para efeito de cálculo de seu valor de amortização, calculado para a data “T”.

PL_T PL_T = Patrimônio Líquido – Valor Investido,

sendo que, se PL_T menor que zero, então PL_T igual a zero (0).

onde: Valor Investido = $[(NQS_{at} + NQS_{bt} + \dots + NQS_{zt}) \times R\$ 25.000,00]$

NQS_{nT} número de Quotas Sênior da Série “n” em Circulação na data “T”. Sendo NQS_{aT} o número de Quotas Sênior da 1ª Série ou Série “a” em Circulação, e, assim, sucessivamente, apurado diariamente pela Administradora na data de apuração do VQS_{nT} .

VAI_n valor apurado para a Série “n” de Quotas Sênior, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$VAI = \frac{(\text{Valor Investido} - \text{Patrimônio Líquido}) \times NQS_{nT}}{(NQS_{at} + NQS_{bt} + \dots + NQS_{zt})}$$

sendo que se VAI menor ou igual a 0 (zero), então $VAI = 0$ (zero).

Rat_{nT} significa o percentual de rateio apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$Rat_{nT} = \frac{VRE_{nT} \times NQS_{nT}}{(VRE_{aT} \times NQS_{aT}) + (VRE_{bT} \times NQS_{bT}) + \dots + (VRE_{zT} \times NQS_{zT})},$$

onde:

VRE_n valor que excede ao valor nominal de cada Quota Sênior da Série “n” apurado pela aplicação da seguinte expressão:



$$VREN_T = VQSDIn_T - R\$ 25.000,00, \text{ sendo que:}$$

$VQSDI_{nt}$ é o valor de cada Quota Sênior da Série “n”, para efeito de cálculo de seu valor de amortização, nas hipóteses definidas neste Regulamento, calculado para a data “T”, apurado na forma da alínea “i” ou “ii” acima, observado o definido no respectivo Suplemento da Série “n”.

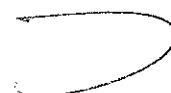
- c) nos termos do Capítulo Vinte e Seis, os titulares das Quotas Sênior poderão ser solicitados a contribuir com recursos para o Fundo, na proporção de seus créditos, por meio da integralização de Série de Quotas Sênior específica, para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas;
 - d) pode ser objeto de amortização compulsória na hipótese de reenquadramento da Razão de Garantia, do Índice de Liquidez e/ou da Alocação de Investimento Mínima aos parâmetros definidos no inciso IX do Capítulo Doze e/ou de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, sendo que, neste caso, não haverá qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre as Séries de Quotas Sênior em Circulação;
 - e) tem o direito de votar com referência a todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que cada Quota Sênior legitimará o seu titular a participar com 1 (um) voto; e
 - f) tem prioridade em relação às Quotas Subordinadas na hipótese de sua amortização ou de seu resgate, observado o disposto neste Regulamento.
- IV. Cada Quota Sênior poderá ser objeto de 1 (uma) ou mais amortizações parciais e/ou totais programadas (as “Amortizações Programadas”) nas Datas de Amortização definidas no respectivo Suplemento da Série “n”. Caso não seja prevista no Suplemento da Série “n” a existência de Amortizações Programadas, as Quotas Sênior da Série “n” deverão ser integralmente amortizadas na Data de Amortização definida no respectivo Suplemento da Série “n” (a “Amortização Integral”).
- V. Após o encerramento da 1ª Distribuição de Quotas, a Administradora poderá deliberar e fazer realizar nova Distribuição de Séries de Quotas Sênior, sem a necessidade de aprovação dos



titulares de Quotas em Circulação na ocasião, desde que sejam observados os procedimentos de protocolo e distribuição definidos na Instrução CVM e as condições de emissão estabelecidas no inciso VI abaixo. Os termos e as condições da nova Série deverão ser definidos em Suplemento próprio. As Séries de Quotas Sênior emitidas pelo Fundo terão cronograma de amortização definidos nos respectivos Suplementos.

- VI. O Fundo somente poderá emitir qualquer Série de Quotas Sênior, em qualquer Distribuição, desde que, computados, *pro forma*, a integralização, total ou parcial, da respectiva Série e a cessão dos Direitos Creditórios a serem adquiridos com os recursos, em moeda corrente nacional, captados por meio de sua integralização, o mesmo atenda, cumulativamente, ao disposto no inciso IX do Capítulo Doze, no inciso II do Capítulo Treze, e no inciso II do Capítulo Vinte e Quatro, referente tanto à Série de Quotas Sênior em processo de integralização quanto as demais Séries em Circulação na ocasião.
- VII. Quando da definição do valor das Quotas Sênior, nos termos deste Capítulo, a Taxa DI deverá ser utilizada, considerando-se idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer valor devido aos titulares das Quotas Sênior, será utilizado em sua substituição a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do respectivo evento, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares das Quotas Sênior, quando da divulgação da Taxa DI aplicável.
- VIII. Na hipótese de extinção ou impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI, como critério para definição do valor das Quotas Sênior ou de ausência de apuração ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a (a) 10 (dez) dias úteis consecutivos contado da data de ocorrência do evento ou (b) por 15 (quinze) dias úteis alternados durante o período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior à última data em que se verificar a ocorrência do evento, a Administradora, mediante aviso aos Quotistas, deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral para que seja deliberado pelos titulares das Quotas Sênior o novo parâmetro a ser utilizado. Neste caso, os titulares de Quotas Subordinadas terão o direito de vetar a adoção do parâmetro aprovado na referida Assembléia Geral. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para cálculo do valor de quaisquer verbas a serem pagas aos titulares das Quotas Sênior, a última Taxa DI conhecida, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo, quanto pelos titulares das Quotas Sênior, quando da eventual divulgação da Taxa DI.

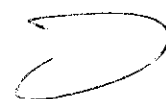
- IX. Cada Quota Subordinada confere a seus titulares as seguintes vantagens, direitos e obrigações:
- a) subordina-se às Quotas Sênior para efeito de amortização ou resgate, observados os termos deste Regulamento;
 - b) tem um preço unitário de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) na 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas;
 - c) a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas, o valor unitário de cada Quota Subordinada, apurado diariamente pela Administradora, será equivalente ao valor do Patrimônio Líquido, subtraído do somatório do valor atualizado das Quotas Sênior em Circulação e da Reserva de Amortização e da Reserva de Caixa, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em Circulação na respectiva data de apuração;
 - d) pode ser objeto de amortização compulsória na hipótese de reenquadramento da Razão de Garantia, do Índice de Liquidez e/ou da Alocação de Investimento Mínima aos parâmetros definidos no inciso IX do Capítulo Doze e/ou de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, sendo que, não haverá qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre as Quotas Subordinadas em Circulação;
 - e) terá o direito de vetar (i) a inclusão de nova instituição financeira na qualidade de Instituição Autorizada, (ii) a adoção do índice escolhido pelos titulares das Quotas Sênior para a determinação do valor das Quotas Sênior e (iii) a alteração dos dispositivos do Regulamento perfilados no inciso XVII do Capítulo Dezenove; e
 - f) terá o direito de votar a aprovação de alterações e modificações aos Documentos da Securitização e a substituição da Administradora e do Custodiante, nos termos das alíneas “i” e “j” do inciso I do Capítulo Dezenove.
- X. Nas hipóteses das alíneas “e” e “f” do inciso IX acima, cada Quota Subordinada legitimará o seu titular a participar com 1 (um) voto.
- XI. O somatório do valor atualizado das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas é limitado ao valor do Patrimônio Líquido devidamente atualizado.



- XII. As Quotas Sênior de Séries distintas poderão ter Datas de Amortização coincidentes. O Fundo somente poderá emitir Quotas Sênior com Datas de Amortização não coincidentes desde que exista um intervalo de, no mínimo, 10 (dez) dias entre as Datas de Amortização.
- XIII. É expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os Quotistas titulares das Quotas de uma mesma classe, ressalvada, conforme o caso, a existência de condições de remuneração, prazos e valores para amortização e, nas hipóteses deste Regulamento, resgate, distintos para cada Série, conforme definidos nos respectivos Suplementos.
- XIV. Após sua amortização integral, as Quotas não mais serão consideradas como em Circulação para todos os efeitos legais.
- XV. A integralização, a amortização e o resgate de Quotas do Fundo podem ser efetuados por meio de TED ou outro mecanismo de transferência de recursos.

CAPÍTULO DOZE – DA EMISSÃO DAS QUOTAS

- I. As Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas serão emitidas por seu valor calculado na forma das alíneas “a” e “b” do inciso III e das alíneas “b” e “c” do inciso IX do Capítulo Onze, respectivamente, na data em que os recursos sejam colocados pelos investidores à disposição do Fundo (quota de D + 0), por meio de TED em favor do Fundo, quando da integralização de Quotas, em moeda corrente nacional, ou na data de lançamento de Quotas Subordinadas, integralizadas por meio da cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, em nome do respectivo beneficiário (“Data de Emissão”).
- II. As Quotas do Fundo serão escriturais, sendo mantidas em contas de depósito em nome de seus respectivos titulares, não sendo resgatáveis, exceto na hipótese de liquidação do Fundo, de encerramento do Período de Vigência e/ou nos eventos em que seja expressamente previsto neste Regulamento o seu resgate, sendo admitida, ainda, sua amortização, total ou parcial, nos termos estabelecidos neste Regulamento.



- III. A qualidade de Quotista caracteriza-se pela abertura pela Administradora de conta de depósito em nome do Quotista.
- IV. Quando de seu ingresso no Fundo cada Quotista deverá assinar o Termo de Adesão ao Regulamento e o respectivo boletim de subscrição, bem como indicar um representante responsável pelo recebimento das comunicações enviadas pela Administradora e/ou pelo Agente Escriturador, nos termos deste Regulamento, fornecendo os competentes dados cadastrais do Quotista, incluindo endereço completo e, caso disponível, e-mail, assim como disponibilizar todos os demais documentos exigidos pela Administradora em atendimento à regulamentação em vigor. Caberá a cada Quotista informar à Administradora e ao Agente Escriturador a modificação de seus dados cadastrais.
- V. O extrato da conta de depósito emitido pela Administradora será o documento hábil para comprovar:
- a) a obrigação de a Administradora cumprir as disposições constantes deste Regulamento e das demais normas aplicáveis ao Fundo; e
 - b) a propriedade do número de Quotas pertencentes a cada Quotista.
- VI. Os Quotistas poderão oferecer suas Quotas em garantia de qualquer negócio jurídico e sobre elas instituir usufruto, devendo a Administradora, em qualquer desses casos, proceder ao registro do respectivo gravame, informando tal procedimento ao Agente Escriturador.
- VII. A aplicação em Quotas Subordinadas poderá ser efetuada, em moeda corrente nacional, ou, observados os dispositivos legais e regulamentares referentes a aplicações de quotas em direitos creditórios, em Direitos Creditórios Elegíveis, a qual deverá ser formalizada por meio de termo de cessão preparado na forma do Termo de Cessão e Integralização de Quotas Subordinadas. Aplicam-se, conforme o caso, na hipótese de integralização de Quotas Subordinadas por meio da cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, os procedimentos definidos no Capítulo Seis.
- VIII. A Administradora não cobrará taxa de ingresso ou saída, podendo, todavia, recusar, a seu exclusivo critério, o ingresso de quotistas ao Fundo.



- IX. Enquanto existirem Quotas Sênior em Circulação, o Índice de Liquidez referente a cada Série em Circulação deverá ser igual ou superior a 1 (um), a Razão de Garantia deverá ser equivalente a, no máximo, 0,77 (setenta e sete centésimos), a Alocação de Investimento Mínima deverá ser, no mínimo, equivalente a 0,50 (cinquenta centésimos), e o GC deverá ser igual ou inferior a 18 (dezoito) meses, todos apurados diariamente pela Administradora.
- X. Os recursos captados em moeda corrente nacional por meio da emissão de Quotas deverão ser utilizados na aquisição de Direitos Creditórios, não podendo ser arrecadados com a finalidade específica de permitir a amortização de qualquer Série de Quotas Sênior.

CAPÍTULO TREZE – DA AMORTIZAÇÃO DAS QUOTAS E DA RESERVA DE AMORTIZAÇÃO

- I. A Administradora deverá manter Reserva de Amortização, por conta e ordem do Fundo, desde a 1ª Data de Emissão até a última Data de Amortização, onde deverão ser segregados e mantidos destacados na contabilidade do Fundo, Outros Ativos que não constituam Direitos Creditórios, incluindo recursos em moeda corrente nacional. A Reserva de Amortização destinar-se-á exclusivamente ao pagamento dos montantes referentes às parcelas de amortizações e de resgate de cada Série de Quota Sênior.
- II. A Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá segregar Outros Ativos na Reserva de Amortização, observando que:
- a) até o 60º (sexagésimo) dia anterior a cada Data de Amortização de cada Série, o valor de resgate e/ou alienação dos Outros Ativos segregados na Reserva de Amortização, projetado até tal Data de Amortização, deverá ser equivalente a 40% (quarenta por cento) do somatório do valor total da parcela das Quotas Sênior a ser amortizado na respectiva Data de Amortização;
 - b) até o 30º (trigésimo) dia anterior a cada Data de Amortização de cada Série, o valor de resgate e/ou alienação dos Outros Ativos segregados na Reserva de Amortização, projetado até tal Data de Amortização, deverá ser equivalente a 80% (oitenta por cento) do somatório do valor total da parcela das Quotas Sênior a ser amortizado na respectiva Data de Amortização; e



c) até o 10º (décimo) dia anterior a cada Data de Amortização de cada Série, o valor de resgate e/ou alienação dos Outros Ativos segregados na Reserva de Amortização, projetado até tal Data de Amortização, deverá ser equivalente a 100% (cem por cento) do somatório do valor total da parcela das Quotas Sênior a ser amortizado na respectiva Data de Amortização.

- III. Na hipótese de a Reserva de Amortização deixar de atender ao limite de enquadramento descrito no inciso II acima, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios e destinar todos os recursos do Fundo, em moeda corrente nacional, para a recomposição da Reserva de Amortização. A Administradora somente interromperá tal procedimento quando, conforme o caso, o valor de saque, resgate e/ou alienação dos Outros Ativos segregados na Reserva de Amortização, livres de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, seja equivalente ao somatório do valor total da parcela das Quotas Sênior a ser amortizado na respectiva Data de Amortização.
- IV. O Fundo deverá promover a amortização total das Quotas Subordinadas em Circulação em 01 de abril de 2026 (a “Amortização Programa de Quotas Subordinadas”), entretanto, sem prejuízo do disposto no inciso V abaixo, a data de amortização total deverá ser antecipada pela Administradora exclusivamente na hipótese do Fundo deixar de manter Quotas Seniores em Circulação por período superior a 360 (trezentos e sessenta) dias consecutivos (a “Data de Amortização de Quotas Subordinadas”). A unanimidade dos titulares de Quotas Subordinadas em Circulação poderá solicitar à Administradora, por escrito, até o 5º dia útil imediatamente anterior a cada Data de Amortização de Quotas Subordinadas a não realização da referida amortização.
- V. Desde que atendida a Razão de Garantia, *pro-forma* o pagamento pretendido, o Fundo deverá efetuar, no 5º (quinto) dia útil após cada Data de Amortização de Quotas Sênior, a amortização mensal das Quotas Subordinadas (a “Amortização das Quotas Subordinadas”), de acordo com a seguinte fórmula:

$$AMT_{Sub} = \frac{SVQ_{Sub} - (PL \times 23\%)}{NQ_{Sub}}$$



onde:

1113680 15-07-08

<i>AMT Sub</i>	Valor da Amortização das Quotas Subordinadas, apurado para cada Quota Subordinada em Circulação
<i>SVQSub</i>	Somatório do valor de todas as Quotas Subordinadas em Circulação na data no dia útil anterior à data de pagamento de <i>AMT Sub</i>
<i>PL</i>	Patrimônio Líquido no dia útil anterior à data de pagamento de <i>AMT Sub</i>
<i>NQSub</i>	Número de Quotas Subordinadas em Circulação na Data de Amortização de Quotas Subordinadas

- VI. Caso o Fundo deixe de atender à Alocação de Investimento Mínima, a Administradora deverá promover a amortização compulsória de Quotas Sênior, observados os procedimentos descritos no inciso II acima, de forma que, computada, *pro-forma*, a amortização pretendida, o Fundo atenda à Alocação de Investimento Mínima.
- VII. A Administradora deverá comunicar aos titulares das Quotas, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, sobre o valor das verbas a serem a estes transferidas a título de amortização compulsória das referidas Quotas.
- VIII. Os titulares das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas não poderão, sob nenhuma hipótese, exigir do Fundo o pagamento da amortização compulsória ou do resgate de suas respectivas Quotas, em termos outros que não os expressamente previstos neste Regulamento.


CAPÍTULO QUATORZE – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO E DOS EVENTOS DE AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA

- I. São considerados eventos de avaliação (os “Eventos de Avaliação”) quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) inobservância pela Administradora de seus deveres e suas obrigações previstos neste Regulamento e nos demais Documentos da Securitização, que não seja um Evento de Amortização Antecipada;
- b) inobservância pelo Custodiante de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento e no Contrato de Custódia, que não seja um Evento de Amortização Antecipada, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado do recebimento da referida notificação;
- c) aquisição pelo Fundo de Direitos Creditórios em desacordo com os Critérios de Elegibilidade;
- d) rebaixamento da classificação de risco inicial de qualquer Série em mais de 3 (três) níveis, considerando-se a tabela de classificação da respectiva Agência de Classificação de Risco, hipótese em que a Administradora deverá adotar os procedimentos previstos no inciso II deste Capítulo Quatorze, sem prejuízo da possibilidade dos Quotistas, reunidos em Assembléia Geral, transformarem o Evento de Avaliação em um Evento de Amortização Antecipada, nos termos da alínea “d” do inciso IV deste Capítulo Quatorze;
- e) caso o Fundo deixe de atender a Reserva de Amortização e tal evento não seja sanado em até 05 (cinco) dias úteis;
- f) caso o Fundo deixe de atender à Reserva de Caixa e tal evento não seja sanado em até 07 (sete) dias úteis ou não tenham sido iniciados os procedimentos de re-enquadramento definidos neste Regulamento, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data em que se verificar o desenquadramento;
- g) realização de qualquer procedimento, ato ou negócio em desacordo com os termos e condições deste Regulamento;
- h) rescisão do Contrato de Custódia ou renúncia do Custodiante, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos definidos no Contrato de Custódia;
- i) caso o CDI *spot* seja maior ou igual a 130% do CDI *spot* do dia útil imediatamente anterior;



- j) amortização de Quotas Subordinadas em desacordo com os procedimentos definidos neste Regulamento;
 - k) caso existam evidências de que quaisquer Direitos Creditórios tenham sido onerados, gravados ou sujeitos a qualquer encargo, constituídos previamente à sua aquisição pelo Fundo;
 - l) caso os titulares das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas não consigam determinar um novo índice de atualização para as Quotas Sênior, na hipótese definida no inciso VIII do Capítulo Onze; ou
 - m) ocorrência de um Evento de Revisão assim identificado no Contrato de Cessão.
- II. Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, os quais são considerados fatos relevantes para efeito de comunicação aos Quotistas, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, suspenderá imediatamente o pagamento da amortização de Quotas ainda em aberto e a aquisição, a qualquer título, de Direitos Creditórios do BANCOOB. No prazo de até 2 dias úteis contado da ocorrência do Evento de Avaliação, a Administradora deverá convocar uma Assembléia Geral para que seja avaliado o grau de comprometimento do Programa de Securitização. Caso o respectivo Evento de Avaliação não seja integralmente sanado até a data de realização da referida Assembléia Geral e a maioria dos titulares das Quotas Sênior em Circulação decidam que o Evento de Avaliação constitui um Evento de Amortização Antecipada, serão adotados os procedimentos definidos nos incisos V e seguintes deste Capítulo, incluindo a convocação de nova Assembléia Geral.
- III. Caso o Evento de Avaliação não dê causa à declaração de um Evento de Amortização Antecipada, o Fundo deverá, após a conclusão de eventuais ajustes aprovados, por meio de Aprovação Consensual, dar prosseguimento, sem qualquer ônus ou penalidade para o Fundo, às rotinas ordinárias do Programa de Securitização, incluindo a amortização de Quotas Sênior.
- IV. São considerados eventos de amortização compulsória (os “Eventos de Amortização Antecipada”) quaisquer das seguintes ocorrências:



- a) caso o Fundo deixe de atender ao disposto no inciso IX do Capítulo Doze por mais de (i) 15 (quinze) dias úteis consecutivos ou (ii) 30 (trinta) dias alternados durante o período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior à data de apuração dos respectivos índices;
 - b) caso o Fundo deixe de atender ao Índice de Liquidez com referência a qualquer Série em Circulação em 2 (duas) Datas de Verificação consecutivas ou 4 (quatro) Datas de Verificação alternadas, durante o período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior à data de apuração do Índice de Liquidez;
 - c) caso ocorra a rescisão do Contrato de Cessão; e
 - d) caso seja deliberado em Assembléia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Amortização Antecipada.
- V. Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Amortização Antecipada, independente de qualquer procedimento adicional, a Administradora deverá (a) notificar os Quotistas, (b) suspender imediatamente a amortização de Quotas ainda em aberto e a aquisição, a qualquer título, de novos Direitos Creditórios do Cedente e (c) convocar uma Assembléia Geral para que os titulares das Quotas Sênior deliberem sobre os procedimentos que serão adotados pelos Quotistas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, sendo assegurado, no caso de decisão assemblear pela interrupção dos procedimentos de amortização antecipada do Fundo, a amortização antecipada integral das Quotas Sênior detidas pelos Quotistas dissidentes. A Administradora poderá, a seu exclusivo critério, de forma a preservar os direitos, interesses e prerrogativas dos titulares das Quotas Sênior, promover a amortização compulsória, proporcional, simultaneamente e em igualdade de condições, de todas as Séries em Circulação, devidamente atualizadas na forma da alínea “b” do inciso III do Capítulo Onze, observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos empregados na amortização de Quotas, definidos no Capítulo Treze, independentemente da realização da Assembléia Geral acima referida.
- VI. Os procedimentos referidos no inciso V acima somente deverão ser descontinuados pela Administradora após a amortização compulsória integral das Quotas Sênior, quando o Fundo poderá promover a amortização compulsória das Quotas Subordinadas.



- VII. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, a Administradora deverá aplicar e manter os Outros Ativos de titularidade do Fundo exclusivamente em moeda corrente nacional e/ou em títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen.

CAPÍTULO QUINZE – DO PAGAMENTO DOS VALORES DEVIDOS PELO FUNDO AOS QUOTISTAS

- I. O Fundo efetuará o pagamento da amortização de Quotas por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizados pelo BACEN ou, conforme o caso, por meio dos procedimentos de dação referidos no Capítulo Vinte e Sete.
- II. Os recursos mantidos na Conta Corrente do Fundo deverão ser transferidos aos titulares das respectivas Quotas, quando de sua amortização, de acordo com os registros de titularidade mantidos pela Administradora no dia útil imediatamente anterior à data da realização do referido pagamento.
- III. No curso ordinário do Programa de Securitização, as verbas pagas aos titulares das Quotas Sênior em razão da amortização de suas Quotas, deverão ser inicialmente imputadas, sem solução de continuidade, no pagamento dos rendimentos auferidos e, posteriormente, na amortização de seu valor unitário na 1ª Data de Emissão da respectiva Série.
- IV. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, as verbas pagas aos titulares das Quotas Sênior, a título de amortização de suas Quotas, deverão ser inicialmente imputadas, sem solução de continuidade, na amortização integral de seu valor unitário na 1ª Data de Emissão da respectiva Série e, posteriormente, no pagamento dos rendimentos auferidos.

CAPÍTULO DEZESSEIS – DO REGISTRO DAS QUOTAS

- I. As Quotas Sênior deverão ser registradas, para negociação secundária, em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado. Os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos incorridos na negociação e transferência de suas Quotas.



- II. Caberá exclusivamente aos eventuais intermediários assegurar que os investidores que venham a adquirir as Quotas encontram-se habilitados, nos termos da legislação aplicável, a investir recursos em quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.
- III. Na hipótese de negociação de Quotas, deverá ser verificado pelo intermediário que o novo investidor encontra-se habilitado a aplicar recursos nesta modalidade de investimento.

CAPÍTULO DEZESSETE – DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

- I. Com exceção dos Direitos Creditórios, os Outros Ativos deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, observadas as regras e os procedimentos definidos pelo Custodiante e aceitos pelo Bacen e pela CVM, aplicáveis aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.
- II. Os rendimentos auferidos com os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, inclusive o ágio ou deságio apurado na sua aquisição, devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.
- III. As perdas e provisões com os Direitos Creditórios e Outros Ativos serão reconhecidas no resultado do período, observadas, conforme o caso, as regras e os procedimentos definidos no COSIF e os termos e condições deste Regulamento. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas passará a constituir o novo valor do respectivo ativo, admitindo-se a reversão das perdas, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada ao custo de aquisição, acrescida dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.
- IV. É obrigatória a divulgação, em notas explicativas às demonstrações financeiras do Fundo, de informações que abranjam, no mínimo, os seguintes aspectos:
 - a) o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos ativos do Fundo;



- b) descrição das taxas e encargos destinados ao Fundo; 1113680 15-07-08
- c) custos referentes à defesa dos interesses, direitos e prerrogativas dos titulares de Quotas Sênior;
- d) comportamento do Índice de Liquidez, da Razão de Garantia, da Alocação de Investimento Mínima, da Reserva de Amortização e da Reserva de Caixa no período imediatamente anterior; e
- e) os valores de custo e, caso aplicável, de mercado dos ativos integrantes da carteira do Fundo, segregados por ativo, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores.

CAPÍTULO DEZOITO – DO CUSTODIANTE

- I. Sem prejuízos dos demais deveres e obrigações definidos na Instrução CVM, na legislação aplicável e no Contrato de Custódia, o Custodiante, diretamente ou por meio de seus Agentes, será responsável pelas seguintes atividades:
- a. verificar se os Direitos Creditórios a serem cedidos ao Fundo atendem aos Critérios de Elegibilidade;
 - b. zelar pela boa ordem, operacionalizar e executar todos os procedimentos e rotinas que sejam de sua responsabilidade;
 - c. receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios, sendo que a metodologia e os resultados obtidos deverão ser colocados à disposição da Administradora e dos órgãos reguladores;
 - d. movimentar a Conta Corrente do Fundo, seguindo instruções definidas pela Administradora;
 - e. fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda de documentação relativos aos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do fundo;

- f. receber e fazer a guarda e custódia física:
- i) dos extratos da Conta Corrente do Fundo e dos comprovantes de pagamento de valores creditados pelo Custodiante na Conta Corrente do Cedente; e
 - ii) dos Documentos Comprobatórios referentes aos Outros Ativos;
- g. emitir e enviar, diretamente ou por meio de Agente previamente designado, quando for o caso, e respeitada a Política de Cobrança do Fundo, o Boleto de Cobrança aos Mutuários dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo;
- h. observado o que a respeito dispuser o Convenio de Cobrança, receber os valores relativos aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo pagos pelos Mutuários, sendo que todas as verbas recebidas deverão ser exclusivamente creditadas, após a sua conciliação e trânsito em contas intermediárias de titularidade do Fundo, na Conta Corrente do Fundo, sendo expressamente vedado o crédito destes valores em qualquer outra conta corrente;
- i. receber os valores relativos aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo pagos diretamente pelos Mutuários às respectivas Cooperativas Singulares Habilitadas ou ao Cedente e creditados pelo Agente Cobrador na Conta Corrente do Fundo, nos termos do item “6” do Termo de Cessão e do Termo de Cessão e Integralização de Quotas Subordinadas, respectivamente;
- j. efetuar a liquidação física e financeira e receber quaisquer rendimentos ou valores referentes aos Outros Ativos, observadas as instruções passadas pela Administradora, sendo que todas as verbas recebidas deverão ser exclusivamente creditadas, após a sua conciliação e trânsito em contas intermediárias de titularidade do Fundo, na Conta Corrente do Fundo, sendo expressamente vedado o crédito destes valores em qualquer outra conta corrente;
- k. efetuar a liquidação física e financeira relativa à subscrição e integralização de Quotas Sênior, observadas as instruções passadas pela Administradora, desde que o Fundo atenda ao disposto no inciso VI do Capítulo Onze;



- l. colocar a disposição da Administradora, o fluxo financeiro do Fundo com registro dos respectivos lançamentos, em base diária, de forma que o mesmo possa cumprir pontualmente suas obrigações financeiras e contratuais, observada a ordem de aplicação de recursos definida no Capítulo Vinte e Quatro;
 - m. somente acatar ordens assinadas pelo Diretor Designado ou por Pessoas Autorizadas da Administradora; e
 - n. cobrar e receber, por conta e ordem do Fundo, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na Conta Corrente do Fundo, observado o disposto no Convênio de Cobrança.
- II. Enquanto no exercício de suas respectivas funções, o Custodiante está autorizado, em caráter exclusivo, por conta e ordem da Administradora, a:
- a) abrir e movimentar, em nome do Fundo, a Conta Corrente do Fundo e as contas de depósito específicas abertas diretamente em nome do Fundo (i) no SELIC, (ii) no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou (iii) em instituições ou entidades autorizadas a prestação desses serviços pelo Bacen ou pela CVM em que os Outros Ativos sejam necessariamente negociados, liquidados ou registrados, sempre com estrita observância aos termos e condições deste Regulamento e do Contrato de Custódia; e
 - b) efetuar o pagamento das despesas do Fundo necessárias à manutenção de sua boa ordem administrativa, legal e operacional, desde que existam recursos disponíveis suficientes para tanto, sempre observada a ordem de aplicação de recursos definida no Capítulo Vinte e Quatro e as instruções passadas pela Administradora.

CAPÍTULO DEZENOVE – DA ASSEMBLÉIA GERAL

- I. Observados os respectivos quoruns de instalação e de deliberação definidos neste Regulamento, compete privativamente à Assembléia Geral:



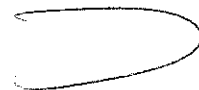
- a) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
 - b) alterar o Regulamento, observado o disposto nos incisos XV e XVII deste Capítulo;
 - c) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração, inclusive na hipótese de restabelecimento da remuneração que tenha sido objeto de redução;
 - d) deliberar sobre a transformação, incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo;
 - e) deliberar sobre a alteração do periódico destinado à publicação de informações do Fundo, referido no inciso I do Capítulo Vinte e Dois;
 - f) deliberar sobre a eventual necessidade de aportes adicionais de recursos no Fundo pelos titulares das Quotas Sênior, nos termos do Capítulo Vinte e Seis, ou pela liquidação do Fundo, nas hipóteses previstas neste Regulamento;
 - g) deliberar sobre a alteração do parâmetro de rentabilidade das Quotas Sênior descrito no inciso VIII do Capítulo Onze;
 - h) deliberar sobre a nomeação de representante dos Quotistas;
 - i) deliberar sobre a substituição da Administradora e do Custodiante; e
 - j) aprovar, meio de Aprovação Consensual, a modificação e/ou resilição dos Documentos da Securitização, observado o disposto no inciso II abaixo.
- II. O Regulamento e os Documentos da Securitização poderão ser alterados independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer, exclusivamente, da necessidade de atendimento de exigências das autoridades competentes, de normas legais ou regulamentares ou para realização de ajustes formais aos procedimentos do Programa de Securitização, devendo tal fato ser objeto de divulgação aos Quotistas, por meio de correspondência enviada com aviso de recebimento, no prazo de até 30 dias contado de sua ocorrência.



- III. A primeira e a segunda convocação da Assembléia Geral far-se-ão por meio de anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo e por meio de e-mail enviado ao representante dos Quotistas, nos quais constarão o dia, a hora e o local em que será realizada a assembléia e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia. A convocação deverá indicar estarem disponíveis na sede da Administradora as informações e os elementos necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembléia Geral.
- IV. A Assembléia Geral poderá ser convocada a qualquer tempo pela Administradora ou por Quotistas titulares de Quotas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) de qualquer das classes de Quotas em Circulação.
- V. Salvo se outro prazo não seja estabelecido neste Regulamento, a Assembléia Geral deverá realizar-se, em primeira convocação no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados de sua respectiva convocação, nos termos do inciso III acima.
- VI. Não se realizando a Assembléia Geral em primeira convocação, por falta de quorum de instalação, a Assembléia Geral realizar-se-á, em segunda convocação, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contado da data estabelecida neste Regulamento para a realização de Assembléia Geral em primeira convocação.
- VII. A Assembléia instalar-se-á em primeira convocação, com a presença de Quotistas que representem, no mínimo 50% (cinquenta por cento) das Quotas Sênior em Circulação, e, em segunda convocação, com a presença de, pelo menos, um condômino.
- VIII. Independentemente das formalidades previstas neste Capítulo, será considerada regular a Assembléia Geral em que comparecerem todos os Quotistas.
- IX. Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral realizar-se-á no edifício onde a Administradora tiver sua sede. Quando houver de efetuar-se em outro local, os avisos de convocação indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso poderá realizar-se fora da cidade da sede da Administradora.



- X. A presidência da Assembléia Geral caberá, na seguinte ordem: (a) ao Diretor Designado ou seu Agente ou (b) ao representante dos Quotistas presentes à Assembléia Geral, escolhido pela maioria dos titulares das Quotas Sênior.
- XI. A Administradora ou Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) de qualquer das classes de Quotas em Circulação, poderão convocar, para participar de Assembléia Geral, representantes do Custodiante, da Empresa de Auditoria ou quaisquer outros terceiros cuja presença seja considerada relevante para a deliberação de qualquer matéria constante da ordem do dia.
- XII. Independentemente de quem tenha convocado a Assembléia Geral, o Diretor Designado ou seu representante deverá comparecer a todas as Assembléias Gerais e prestar as informações que lhe forem solicitadas.
- XIII. Toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pelos votos favoráveis da maioria dos presentes à Assembléia Geral que tenham direito de votar a matéria objeto de deliberação, salvo se outro quorum não for exigido por este Regulamento.
- XIV. Para efeito da constituição de quaisquer dos quoruns de instalação ou deliberação da Assembléia Geral, serão excluídas as Quotas Sênior de titularidade, direta ou indireta, inclusive por meio de fundos de investimento, da Administradora ou do Agente Cobrador, de suas Pessoas controladoras, das sociedades por estas direta ou indiretamente controladas, a estas coligadas ou outras sociedades sob controle comum, assim como por funcionários e administradores de quaisquer dessas Pessoas.
- XV. A aprovação das seguintes matérias dependerá dos votos favoráveis de:
- a) 100% (cem por cento) dos titulares das Quotas Sênior em Circulação para alteração do Período de Vigência, de qualquer dos quoruns de instalação ou deliberação estabelecidos neste Regulamento, incluindo todas as alíneas deste inciso "XV" e de quaisquer dos incisos dos Capítulos Onze, Doze e Treze do Regulamento;
 - b) titulares de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Quotas Sênior em Circulação para a aprovação de alteração de quaisquer dos incisos dos Capítulos Cinco, Seis, Sete, Nove, Dez, Quatorze, Dezessete, as alíneas "a", "b", "e", "f", "g", "h" e "j" do inciso I do



Capítulo Dezenove e as definições constantes do Anexo I e aos termos e as condições de qualquer dos Documentos da Securitização; e

- c) em primeira convocação pela maioria das Quotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Quotas dos presentes, para as deliberações relativas às matérias previstas nas alíneas “c”, “d” e “i” do inciso I do Capítulo Dezenove, sendo que em caso de deliberação pela substituição da Administradora e/ou do Custodiante, deverão ser apresentados para deliberação, 3 (três) propostas de eventuais substitutos.

XVI. Os titulares das Quotas Sênior ou das Quotas Subordinadas poderão ser representados por mandatários legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede da Administradora no prazo de até 3 (três) dias antes da data de realização da Assembléia Geral.

XVII. A maioria dos titulares das Quotas Subordinadas em Circulação, reunidos em Assembléia Geral, terão o direito de vetar a realização de qualquer alteração:

- (a) aos termos e condições de qualquer dos incisos dos Capítulos Cinco, Seis, Oito, Dez, Onze, Doze, Treze, Quatorze, Quinze, Dezessete e Vinte e Quatro;
- (b) aos termos e condições das alíneas “a”, “b”, “e”, “f”, “g”, “h” e “j” do inciso I deste Capítulo Dezenove;
- (c) aos termos e condições dos incisos I, VI, VII, IX, X, XI e XIII do Capítulo Sete;
- (d) às definições constantes do Capítulo Dois; e
- (e) aos termos e as condições de qualquer dos Documentos da Securitização e aos termos e condições dos Anexos.

XVIII. Os titulares das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas poderão comparecer a todas as Assembléias Gerais.

XIX. As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quoruns de instalação e de deliberação estabelecidos neste Regulamento, serão válidas e eficazes e obrigarão tanto os

titulares das Quotas Sênior quanto os titulares das Quotas Subordinadas, quer tenham comparecido à Assembléia Geral, e nela hajam se absterido de votar, inclusive na hipótese de exclusão do direito de voto, ou votado contra, quer não tenham comparecido.

CAPÍTULO VINTE – DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- I. O Fundo terá escrituração contábil própria. As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicação previstas no COSIF.
- II. O Fundo será auditado anualmente pela Empresa de Auditoria, sendo que deverá constar necessariamente de cada relatório de auditoria os itens previstos na legislação aplicável, incluindo descrição pormenorizada do comportamento e perfil de adimplência da carteira de Direitos Creditórios do Fundo.
- III. O exercício social do Fundo iniciar-se-á no dia 01 de janeiro de cada ano e terminará em 31 de dezembro de cada ano, com exceção do primeiro exercício social que se iniciará na data de início de atividades do Fundo.
- IV. As demonstrações financeiras do Fundo deverão estar à disposição dos Quotistas, ao menos 5 dias antes da data de realização da respectiva Assembléia Geral Ordinária que deliberar acerca de sua aprovação.

CAPÍTULO VINTE E UM – DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- I. O Patrimônio Líquido corresponderá à soma algébrica do valor das disponibilidades em moeda corrente nacional e dos ativos integrantes da carteira do Fundo, apurados na forma do Capítulo Dezessete, menos as exigibilidades referentes às despesas e encargos do Fundo e provisões. Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu Patrimônio Líquido.
- II. Devem ser considerados, para efeito de cálculo do Patrimônio Líquido, os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.



- III. O valor do Patrimônio Líquido devidamente ajustado constitui o limite para a determinação da totalidade do valor das Quotas.

111368015-07-08

CAPÍTULO VINTE E DOIS – DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS

- I. Salvo quando outro meio de comunicação com os Quotistas seja expressamente previsto neste Regulamento, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por meio (a) de anúncio publicado, sob a forma de aviso, no jornal Valor Econômico e (b) de e-mail enviado ao representante do Quotista.
- II. As publicações referidas neste Capítulo deverão ser mantidas à disposição dos condôminos na sede da Administradora e das instituições que distribuírem Quotas do Fundo.
- III. No prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, deverão ser colocados à disposição dos condôminos, na sede da Administradora e em seu *website*, informações sobre:
- a) o número e valor das Quotas de propriedade de cada Quotista;
 - b) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referir; e
 - c) o comportamento de pagamento da carteira de Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e realizado.
- IV. Todo o material de divulgação do Fundo deverá apresentar a nota conferida pela Agência Classificadora de Risco, suas respectivas atualizações e a indicação de como os Quotistas podem obter maiores informações sobre a avaliação efetuada. Sem prejuízo do disposto na alínea “d” do inciso I do Capítulo Quatorze, qualquer rebaixamento da classificação de risco das Quotas deverá ser ampla e imediatamente divulgado aos Quotistas, nos termos deste Capítulo.

- V. Sem prejuízo do disposto no inciso IV do Capítulo Vinte, a Administradora deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição dos Quotistas que as solicitarem, observados os seguintes prazos máximos:

1113680 15-07-08

- a) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
 - b) de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, no caso de demonstrações financeiras anuais.
- VI. As informações prestadas ou qualquer material de divulgação do Fundo não podem estar em desacordo com o Regulamento e com o Prospecto protocolado na CVM.

CAPÍTULO VINTE E TRÊS – DOS ENCARGOS DO FUNDO

- I. Constituem encargos do Fundo as seguintes despesas:

- a) taxa de Administração devida nos termos deste Regulamento à Administradora;
- b) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, os direitos e as obrigações do Fundo;
- c) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- d) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- e) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
- f) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;

- g) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- h) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral;
- i) taxas de custódia dos ativos do Fundo, incluindo o registro dos competentes instrumentos jurídicos, inclusive dos Termos de Cessão e dos Termos de Cessão e Integralização de Quotas Subordinadas;
- j) contribuição anual devida à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação; e
- k) despesas com a Agência Classificadora de Risco.

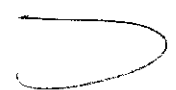
II. Quaisquer despesas não previstas neste Capítulo como encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

III. A Administradora poderá estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços por esta contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o valor da Taxa de Administração.

CAPÍTULO VINTE E QUATRO – DA ORDEM DE APLICAÇÃO DE RECURSOS

I. A partir da 1ª data de integralização de Quotas e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados na Conta Corrente do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Quotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:

- a) no pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável;
- b) na constituição ou enquadramento da Reserva de Amortização e da Reserva de Caixa;



- c) no repasse aos titulares das Quotas Sênior das verbas adiantadas ao Fundo na forma do Capítulo Vinte e Seis, devidamente atualizadas *pro rata temporis*, utilizando-se o mesmo critério de atualização aplicado às Quotas Sênior com maior *Spread* ou Sobretaxa;
 - d) no pagamento dos valores devidos aos titulares das Quotas Sênior a título de amortização, total ou parcial, de suas respectivas Quotas Sênior, observados os procedimentos definidos neste Regulamento;
 - e) no pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis;
 - f) na amortização compulsória de Quotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições do Regulamento; e
 - g) no pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades.
- II. No curso ordinário do Programa de Securitização e, observada a ordem de aplicação de recursos definida neste Capítulo e a política de investimento constante do Capítulo Quatro, a Administradora deverá segregar na contabilidade do Fundo e manter aplicado em Outros Ativos, ou em moeda corrente nacional, o equivalente a 0,50% (cinquenta centésimos por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo ("Reserva de Caixa"). A Reserva de Caixa destinar-se-á exclusivamente ao pagamento dos montantes referentes às despesas e encargos do Fundo, incluindo-se a Taxa de Administração.
- III. Na hipótese de a Reserva de Caixa deixar de atender ao percentual previsto no item II acima, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios e destinar todos os recursos do Fundo, em moeda corrente nacional, para a recomposição da Reserva de Caixa.



CAPÍTULO VINTE E CINCO – DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

- I. A Agência Classificadora de Risco será responsável pela elaboração e atribuição de classificação de risco das Quotas. O respectivo relatório de classificação de risco deverá ser atualizado trimestralmente e ficar à disposição dos condôminos na sede da Administradora.
- II. A alteração da classificação de risco não ocasionará a adoção de nenhum procedimento pelo Fundo, exceto na hipótese de rebaixamento da classificação de risco inicial de qualquer Série em mais de 3 (três) níveis, considerando-se a tabela de classificação da Agência de Classificação de Risco, que será entendida como Evento de Avaliação nos termos deste Regulamento.

**CAPÍTULO VINTE E SEIS – DOS CUSTOS REFERENTES À DEFESA DOS
TITULARES DAS QUOTAS SÊNIOR**

- I. Caso o Fundo não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos e a defesa dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, a maioria dos titulares de Quotas Sênior, reunidos em Assembléia Geral, poderá aprovar o aporte de recursos ao Fundo, em moeda corrente nacional, por meio da integralização de Série de Quotas Sênior específica, para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos.
- II. Todos os custos e despesas referidos neste Capítulo serão de inteira responsabilidade do Fundo e dos titulares das Quotas Sênior, não estando a Administradora, o Cedente, o Gestor, o Custodiante, quaisquer de suas respectivas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, em conjunto ou isoladamente, obrigadas pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo relacionado com os procedimentos aqui referidos.
- III. A realização de despesas ou a assunção de obrigações, por conta e ordem do Fundo nos termos deste Capítulo, deverá ser previamente aprovada pelos titulares das Quotas Sênior reunidos em Assembléia Geral. Caso a realização das referidas despesas ou a assunção de obrigações seja aprovada na forma deste Capítulo, os Quotistas deverão definir na referida Assembléia Geral o cronograma de integralização da respectiva Série de Quotas Sênior, as quais deverão ser integralizadas pelos titulares das Quotas Sênior, na proporção de seus



créditos, na medida em que os recursos se façam necessários à realização dos procedimentos na referida Assembléia Geral, sendo vedada qualquer forma de compensação.

- IV. Esgotados os ativos do Fundo e observada a manutenção da sua boa ordem legal, administrativa e operacional, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo Fundo antes do recebimento integral do adiantamento a que se refere o inciso III deste Capítulo e da assunção pelos titulares das Quotas Sênior do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de eventual verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado.
- V. A Administradora, o Custodiante, seus administradores, empregados e demais prepostos não são responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e pelos titulares das Quotas Sênior em decorrência da não propositura (ou prosseguimento) de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos, garantias e prerrogativas caso os referidos Quotistas não aporem os recursos suficientes para tanto na forma deste Capítulo.
- VI. Todos os pagamentos devidos pelos Quotistas ao Fundo, nos termos do inciso III acima, deverão ser realizados em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais pagamentos, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou de contribuições incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte, de forma que o Fundo receba as verbas devidas pelos seus valores integrais, acrescidos dos valores necessários para que o mesmo possa honrar integralmente suas obrigações nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

CAPÍTULO VINTE E SETE – DOS PROCEDIMENTOS DE DAÇÃO EM PAGAMENTO

- I. Ao término do prazo referido no inciso I do Capítulo Dois ou na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, nos termos deste Regulamento, a Administradora, a seu exclusivo critério, promoverá o resgate integral das Séries de Quotas Sênior em Circulação, mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo, sempre até o limite da diferença positiva entre o valor de cada Quota Sênior, apurado *pro-forma*, observado o disposto no item “i” da alínea “b” do inciso III do Capítulo Onze, e o



somatório das verbas efetivamente pagas à respectiva Quota até a data de apuração de seu valor nos termos deste inciso (o “Valor Referencial”). Após a conclusão do resgate das Quotas Sênior, o Fundo deverá promover o resgate das Quotas Subordinadas, por meio da dação em pagamento do eventual saldo de ativos remanescente em sua carteira. As cessões de crédito realizadas nos termos deste inciso deverão observar ao menos o valor contábil dos respectivos Direitos Creditórios.

- II. Antes da realização dos procedimentos descritos no inciso I acima, a Administradora deverá promover procedimento de avaliação independente, objetivando determinar o valor de liquidação dos ativos integrantes da carteira do Fundo. Posteriormente, a Administradora deverá convocar uma Assembléia Geral com a finalidade de informar o resultado do processo de avaliação e proceder à eleição, pelos titulares das Quotas, de um administrador para o condomínio civil referido no inciso III abaixo.
- III. Para fins do disposto no inciso I deste Capítulo, os Direitos Creditórios dados em dação pelo Fundo aos titulares das Quotas Sênior e, conforme o caso, das Quotas Subordinadas, serão compulsoriamente mantidos em condomínio, nos termos do Capítulo VI, do Título III, do Subtítulo II do Livro II do Código Civil brasileiro. O quinhão de cada Quotista será equivalente ao valor dos créditos a este efetivamente atribuídos. Os termos e as condições da convenção de condomínio conterão avença assegurando aos condôminos, originalmente titulares das Quotas Sênior, o direito de preferência no recebimento de quaisquer verbas decorrentes da cobrança dos créditos mantidos em condomínio.
- IV. Caso os titulares das Quotas não procedam à eleição do administrador do condomínio civil, essa função será atribuída ao titular de Quotas Sênior que detenha, direta ou indiretamente, o maior quinhão.
- V. O Custodiante fará a guarda dos Documentos Comprobatórios relativos aos ativos de titularidade do condomínio civil pelo prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, contado de sua constituição. Ao término do prazo acima referido, o administrador do condomínio civil indicará à Administradora a hora e o local para a entrega dos referidos documentos. Expirado este prazo ou caso os titulares das Quotas Sênior, por qualquer motivo, não venham a constituir o condomínio civil referido do inciso III acima e/ou a eleger o seu respectivo administrador, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contado da data de realização da



respectiva Assembléia Geral, a Administradora e o Custodiante poderão promover a consignação dos Direitos Creditórios detidos pelo Fundo e dos respectivos Documentos Comprobatórios, na forma do Artigo 334 do Código Civil brasileiro.

- VI. Os pagamentos de valores aos Quotistas nos termos deste Capítulo deverão também observar a ordem de aplicação de recursos definida no Capítulo Vinte e Quatro.

CAPÍTULO VINTE E OITO – DO REENQUADRAMENTO DA RAZÃO DE GARANTIA, DA ALOCAÇÃO DE INVESTIMENTO MÍNIMA E DO ÍNDICE DE LIQUIDEZ

- I. A Administradora deverá enviar ao BANCOOB, por meio eletrônico, no dia em que seja verificado que o Fundo deixou de atender à Razão de Garantia, à Alocação de Investimento Mínima e/ou ao Índice de Liquidez, observado o disposto neste Regulamento, Aviso de Desenquadramento, o qual deverá ser respondido pelo BANCOOB à Administradora impreterivelmente até o 2º (segundo) dia útil subsequente à data de seu recebimento. Quando do envio da resposta ao Aviso de Desenquadramento, o BANCOOB, a seu exclusivo critério, deverá informar à Administradora:
- a) se a competente integralização de Quotas Subordinadas será realizada em moeda corrente nacional e/ou em Direitos Creditórios Elegíveis, observado o disposto no Contrato de Cessão, devendo, conforme o caso, enviar, concomitantemente, novo Layout ao Custodiante; ou
 - b) sua intenção em reenquadrar o Fundo aos parâmetros definidos neste Regulamento para a Razão de Garantia e/ou Alocação de Investimento Mínima, por meio da Amortização não Programada de Quotas Sênior em Circulação. Quando do envio de sua resposta ao Aviso de Desenquadramento, o BANCOOB deverá indicar o valor da Amortização não Programada, a ser implementada pela Administradora, e o novo valor do Patrimônio Líquido em que o BANCOOB reenquadrará o Fundo aos parâmetros definidos no inciso IX do Capítulo Doze.
- II. Na hipótese da alínea “a” do inciso I acima, a integralização das Quotas Subordinadas será realizada em moeda corrente nacional e/ou por meio da cessão de Direitos Creditórios

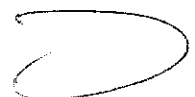


Elegíveis ao Fundo, de forma que, considerada, *pro forma*, a integralização pretendida, o Fundo atenda, concomitantemente, aos parâmetros definidos no inciso IX do Capítulo Doze.

- III. Na hipótese da alínea “b” do inciso I acima, a Administradora, dará início aos procedimentos estabelecidos nos incisos VI e VII do Capítulo Treze, com vista à Amortização não Programada.
- IV. Caso o BANCOOB deixe de responder o Aviso de Desenquadramento e/ou, conforme o caso, não efetue a integralização de Quotas Subordinadas nos termos da alínea “a” do inciso I supra, serão iniciados os procedimentos definidos no inciso II e seguintes do Capítulo Quatorze.

CAPÍTULO VINTE E NOVE – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- I. O valor mínimo de aplicação de Quotas não poderá ser inferior a R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
- II. Todas as disposições contidas neste Regulamento implicando qualquer tipo de obrigação de dar, fazer ou não fazer a ser realizada pelo Fundo, deverá ser considerada, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva da Administradora.
- III. Para efeitos do disposto neste Regulamento, entende-se por “dia útil” segunda a sexta-feira, exceto feriados de âmbito nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro. Independentemente do disposto acima, será considerado como dia útil, para fins do cálculo diário do valor das Quotas, o dia 31 de dezembro de cada ano, exceto se sábado ou domingo.
- IV. Serão considerados prorrogados os prazos referentes aos pagamentos de qualquer obrigação pecuniária definida neste Regulamento até o primeiro dia útil subsequente, se essa data não for “dia útil”, sem nenhum acréscimo, a qualquer título, aos valores a serem pagos. Os feriados de âmbito estadual e municipal na praça sede da Administradora, do Custodiante ou do Agente Escriurador em nada afetarão a amortização ou, na hipótese de liquidação do Fundo, o resgate das Quotas.



- V. Caso venha a ser deliberada a liquidação do Fundo, nos termos deste Regulamento, deverão ser observados pela Administradora, no que forem cabíveis, os procedimentos aplicáveis na hipótese de ocorrência de Evento de Amortização Antecipada.
- VI. A Administradora, o Custodiante e os demais prestadores de serviços contratados pelo Fundo não possuem relações societárias ou ligações contratuais relevantes entre si ou com o Cedente, exceção feita ao Gestor que integra o grupo econômico e societário do BANCOOB.
- VII. Fica eleito o foro da Comarca da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do Regulamento, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Rio de Janeiro, 15 de julho de 2008.


OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.

Jose Alexandre Costa de Freitas
Diretor

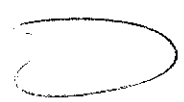


Para os fins do Regulamento e seus demais Anexos, os termos e as expressões abaixo terão os seguintes significados (aplicáveis tanto às formas no singular quanto no plural), exceto se escritos em letras minúsculas:

1. “Administradora” tem o significado que lhe é atribuído no inciso I do Capítulo Sete;
2. “Agência Classificadora de Risco” significa a Pessoa contratada pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, responsável pela classificação de risco das Quotas Sênior;
3. “Agentes” significa quaisquer acionistas, administradores, empregados, prestadores de serviços, prepostos ou mandatários de qualquer Pessoa que tenham sido expressamente autorizados a atuar em nome da referida Pessoa;
4. “Agente Cobrador” significa a empresa que vier a ser contratada pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, para fins de cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, observados os Procedimentos de Cobrança. O BANCOOB assumirá a partir da data de constituição do Fundo, a prestação de tais serviços, na forma ajustada no Convênio de Cobrança;
5. “Agente Escriturador” significa o Banco do Brasil S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, na SBS, quadra 1, bloco G, Edifício sede III, inscrito no CNPJ/MF sob nº 00.000.000/0001-91, ou seu sucessor no exercício de suas funções nos termos deste Regulamento e do Contrato de Custódia;
6. “Alocação de Investimento Mínima” significa a razão entre o valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e o Patrimônio Líquido, apurada diariamente pela Administradora. A Alocação de Investimento Mínima deverá ser igual ou superior a 0,5 (cinco décimos) ou 50% (cinquenta por cento);
7. “Amortização Programada de Quotas Subordinadas” tem o significado que lhe é atribuído no inciso II do Capítulo Treze;



8. “Anexo” significa os anexos ao Regulamento, cujos termos são parte integrante e complementar daquele instrumento, para todos os fins e efeitos de direito;
9. “Aprovação Consensual” significa a aprovação de matéria posta em discussão na Assembléia Geral, tanto pela maioria dos titulares de Quotas Sênior quanto pela maioria dos titulares de Quotas Subordinadas presentes à respectiva Assembléia Geral, nesse último caso apenas em relação às matérias nas quais os titulares de Quotas Subordinadas possuam direito de voto, de acordo com o disposto no inciso X do Capítulo Onze, votando em separado os titulares de cada classe de Quotas;
10. “Assembléia Geral” significa as assembléias gerais, ordinárias e extraordinárias, de Quotistas do Fundo realizadas nos termos do Regulamento;
11. “Associados” significa as pessoas físicas e/ou jurídicas associadas às Cooperativas de Singulares participantes do SICOOB - Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil que é constituído por Cooperativas Centrais e suas Cooperativas Singulares filiadas que operam com o BANCOOB;
12. “Aviso de Desenquadramento” significa documento preparado pela Administradora e por esta enviado ao BANCOOB, por meio do qual o Fundo solicita que o BANCOOB informe como pretende, se for o caso, proceder ao reenquadramento do Fundo a certos índices e parâmetros específicos definidos neste Regulamento;
13. “Bacen” significa o Banco Central do Brasil;
14. “BANCOOB” significa o BANCOOB - BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S/A, instituição financeira com sede em Brasília, Distrito Federal, SCS Quadra 6, Bloco A, nº 50, Ed. Sofia, 4º andar, inscrito no CNPJ sob o n.º 02.038.232/0001-64;
15. “Base de Dados do Fundo” significa uma base de dados, atualizada diariamente pelo Custodiante, contendo as informações constantes e de acordo com os modelos de relatórios definidos no Anexo II;
16. “Boleto de Cobrança” significa o documento emitido pelo Agente Cobrador, nos termos do Anexo III, nas hipóteses em que a cobrança deva ser feita mediante emissão de boleto



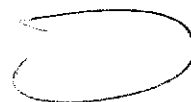
bancário, o qual deverá conter as seguintes mensagens, em destaque, no campo apropriado:

“Direito de Crédito passível de cessão a terceiros – Pagável somente em Banco”;

17. “Capítulo” significa os capítulos deste Regulamento;
18. “CDI *spot*” significa a Taxa DI-*over*, média, extra grupo, divulgado pela CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), expressa na forma percentual, em base anual (252 dias úteis), referente ao dia útil imediatamente anterior.
19. “Cedente” significa o BANCOOB, enquanto cedente de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo;
20. “CETIP” significa a Câmara de Custódia e Liquidação;
21. “Circulação” significa o número de Quotas devidamente subscritas e integralizadas, nos termos deste Regulamento, e não integralmente amortizadas, referente a cada classe de Quotas em cada ocasião ou evento a que se faça referência neste Regulamento;
22. “Circulação Especial” significa a quantidade de Quotas Sênior devidamente subscritas e integralizadas, nos termos deste Regulamento, e não integralmente amortizadas ou resgatadas e as Quotas Sênior a serem subscritas e integralizadas, referente a cada classe de Quotas Sênior em cada ocasião ou evento a que se faça referência neste Regulamento;
23. “Cliente” significa a pessoa física ou jurídica cliente do BANCOOB que com ele contrate uma operação de mútuo ou empréstimo;
24. “CNPJ/MF” significa o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda;
25. “Condição Resolutiva da Cessão” tem o significado que lhe é atribuído no item 4 do Anexo X;
26. “Conta Corrente do Cedente” significa conta corrente de titularidade do Cedente, identificada em cada Termo de Cessão, na qual o Custodiante, por conta e ordem do Fundo, efetua o pagamento do Preço de Aquisição;



27. “Conta Corrente de Cobrança” significa a conta corrente do Fundo mantida junto ao Agente Cobrador, na qual serão creditados os recursos decorrentes do pagamento de Direitos Creditórios;
28. “Conta Corrente do Fundo” significa a conta corrente aberta em nome do Fundo, na agência do Custodiante;
29. “Contrato de Cessão” significa o “Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças” a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o BANCOOB;
30. “Contrato de Custódia” significa o “Contrato de Prestação de Serviços Especiais de Custódia, Controladoria e Liquidação Financeira de Ativos e Outros Pactos” a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Custodiante e suas alterações posteriores;
31. “Contrato de Escrituração” significa o “Contrato de Prestação de Serviços de Escrituração de Quotas” a ser celebrado entre a Administradora e o Agente Escriturador e suas alterações posteriores;
32. “Contrato de Financiamento” significa o instrumento de contrato celebrado entre a Cooperativa Singular Habilitada e o Associado representativo de uma Operação de Financiamento ou o instrumento de contrato celebrado entre o BANCOOB ou a Cooperativa Singular Habilitada e o Mutuário representativo de uma Operação de Crédito Consignado, mediante o qual são originados Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo. Nas Operações de Financiamento o Contrato de Financiamento poderá representado por uma Cédula de Crédito Bancário emitida pelo Associado devedor em favor da respectiva Cooperativa Singular Habilitada.
33. “Contrato de Gestão” significa o Contrato de Gestão a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Gestor e suas alterações posteriores, desde que o Gestor conte com todas as aprovações legais e regulamentares necessárias à prestação de serviços de gestão de carteiras de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC;



34. “Convênio” significa o instrumento de contrato ou convênio celebrado entre o BANCOOB, ou uma Cooperativa Singular Habilitada, e uma Entidade, mediante o qual foram instituídas as regras de realização de empréstimos com pagamento por consignação em folha de pagamento com Mutuários vinculados àquela respectiva Entidade;
35. “Cooperativas Singulares Habilitadas” significam as Cooperativas Singulares que forem consideradas pela Administradora, pelo BANCOOB e pelo Gestor como aptas a cederem Direitos Creditórios, nos termos deste Regulamento e do Contrato de Cessão;
36. “Cooperativas Centrais” significa as cooperativas de crédito de segundo grau cujo seu quadro de associados é formado, exclusivamente, por Cooperativas Singulares, na forma da Lei nº 5764/71;
37. “Cooperativas Singulares” significa as cooperativas de crédito que constituem a base do SICOOB. A distribuição dos produtos e serviços gerados pelo sistema e todos os contatos das entidades ligadas ao cooperativismo de crédito com seus associados são realizados a partir delas. São regulamentadas pelo CMN - Conselho Monetário Nacional - através da Resolução nº 3321, de 30 de setembro de 2005, cabendo ao Banco Central do Brasil autorizar seu funcionamento e fiscalizar suas atividades.
38. “COSIF” significa o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional editado pelo Bacen;
39. “CPF/MF” significa o Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda;
40. “CPMF” significa a Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira ou qualquer outro tributo incidente sobre o mesmo fato gerador;
41. “Critérios de Elegibilidade” tem o significado que lhe é atribuído no inciso II do Capítulo Cinco;
42. “Custodiante” significa o Banco do Brasil S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, na SBS, quadra 1, bloco G, Edifício sede III , inscrito no

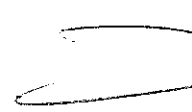


CNPJ/MF sob nº 00.000.000/0001-91, ou seu sucessor no exercício de suas funções nos termos deste Regulamento e do Contrato de Custódia;

43. “CVM” significa a Comissão de Valores Mobiliários - CVM;
44. “Data de Aquisição” significa a data em que o Fundo efetua o pagamento à Cedente dos recursos referentes aos Direitos Creditórios Elegíveis adquiridos na mesma data;
45. “Data de Amortização” significa a data em que o Fundo efetua a Amortização Integral e/ou a Amortização Programada de Quotas, observado o disposto no respectivo Suplemento da Série “n” e neste Regulamento, sendo que o Fundo não poderá emitir Quotas Sênior com Data de Amortização posterior a 01 de fevereiro de 2026;
46. “Data de Emissão” significa a data em que os recursos decorrentes da integralização das Quotas, em moeda corrente nacional e/ou por meio da cessão de Direitos Creditórios, são colocados pelos investidores à disposição do Fundo nos termos do inciso I do Capítulo Doze e que deverá, necessariamente, ser um “dia útil”;
47. “Débito em conta corrente do Mutuário” significa o procedimento de pagamento dos Direitos Creditórios, oriundos de Operações de Financiamento, processado pelo Agente Cobrador, nas respectivas datas de vencimento dos Direitos Creditórios, mediante débito da respectiva quantia devida na conta-corrente do Mutuário mantida junto a respectiva Cooperativa Singular Habilitada e crédito na Conta Corrente do Fundo;
48. “Direito Creditório” significa o direito de crédito originado em uma Operação de Financiamento ou em uma Operação de Crédito Consignado, expresso em moeda corrente nacional, representados por Contratos de Financiamento;
49. “Direito Creditório Adimplente” significa o Direito Creditório integrante da carteira do Fundo que não seja um Direito Creditório Inadimplente;
50. “Direito Creditório com Garantia” significa o Direito Creditório que possua como garantia a cessão fiduciária ou penhor de outros direitos creditórios, no percentual mínimo de 130% (cento e trinta por cento) do valor contratado e cujo valor máximo não exceda a 0,5% (cinco décimos por cento) do Patrimônio Líquido Ajustado do Fundo;



51. “Direito Creditório de Capital de Giro” significa o Direito Creditório oriundo de Operações de Financiamento sem outorga de garantias reais ao credor cuja finalidade dos recursos seja o fomento de pessoas jurídicas;
52. “Direito Creditório Inadimplente” significa o Direito Creditório de titularidade do Fundo, vencido ou a vencer, cujo respectivo Mutuário encontre-se inadimplente, integral ou parcialmente, no cumprimento de suas obrigações pecuniárias referentes a qualquer Direito Creditório de titularidade do Fundo, por prazo superior a 15 dias;
53. “Direito Creditório Elegível” significa o Direito Creditório que atenda, nas Datas de Aquisição, aos Critérios de Elegibilidade;
54. “Diretor Designado” significa o diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a esse relativas;
55. “Distribuição” significa cada distribuição de Quotas do Fundo, aprovada previamente pelo BANCOOB, sujeita aos procedimentos de protocolo e registro definidos na Instrução CVM;
56. “Documentos Comprobatórios” significa o Contrato de Financiamento e demais documentos necessários à realização de uma Operação de Financiamento ou de uma Operação de Crédito Consignado;
57. “Documentos da Securitização” significa, em conjunto ou isoladamente, o Convênio de Cobrança, o Contrato de Custódia, o Contrato de Custódia Física, o Contrato de Escrituração, o Regulamento, os Termos de Cessão e os Termos de Cessão e Integralização de Quotas Subordinadas;
58. “Empresa de Auditoria” significa a KPMG Auditores Independentes, devidamente registrada na CVM com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros nº 33, 17º andar, São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29, ou seu sucessor no exercício de suas funções;



59. “Entidade” significa qualquer Pessoa de direito público federal, estadual ou municipal e/ou entidades abertas de previdência complementar e sociedades seguradoras que tenha celebrado Convênio com o BANCOOB ou com Cooperativa Singular Habilitada, ou, conforme o caso, cuja contratação de operações de financiamento com os Mutuários vinculados e/ou associados à respectiva Entidade tenha sido expressamente aprovada na forma da legislação aplicável, devidamente perfilada na Lista de Convênios;
60. “Eventos de Amortização Antecipada” tem o significado que lhe é atribuído no inciso IV do Capítulo Quatorze;
61. “Eventos de Avaliação” tem o significado que lhe é atribuído no inciso I do Capítulo Quatorze;
62. “Giro da Carteira” ou “GC” significa o prazo médio de todos os Direitos Creditórios de Capital de Giro de titularidade do Fundo, apurado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$GC = \frac{\left(\sum_{d=1}^n VN_d \times N_d \right) + (VND \times ND)}{(VN_t + VND) \times 30}$$

onde:

- GC é o giro da carteira de Direitos Creditórios de Capital de Giro do Fundo, em número inteiro de dias, obtido pelo arredondamento do resultado da fórmula;
- VNd é o valor nominal de cada Direito Creditório de Capital de Giro de titularidade do Fundo na Data de apuração de GC, exceto aquelas que, na Data de apuração de GC, estejam vencidas e não pagas;
- Nd é o número de dias compreendidos entre a Data de apuração do GC e a data de vencimento, inclusive, do respectivo Direito Creditório de Capital de Giro;



VND é o valor nominal do Direito Creditório de Capital de Giro a ser adquirido;

ND é o número de dias compreendidos entre a Data de apuração de GC e a data de vencimento, inclusive, do Direito Creditório de Capital de Giro a ser adquirido; e

VNt é o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios de Capital de Giro de titularidade do Fundo na Data de apuração de GC, exceto aqueles que, na Data de apuração de GC, estejam vencidos e não pagos.

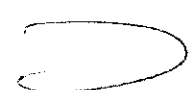
63. “Gestor” significa BANCOOB ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS LTDA., com sede no SCS Quadra 06 Bloco A nº. 50 Sala 208 parte A – Ed. Sofia – Brasília – DF, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.397.614/0001-06, autorizada a funcionar pela Comissão de Valores Mobiliários, nos termos do Ato Declaratório nº. 8402 de 21/07/2005, contratado para prestar serviços de gestão de ativos ao Fundo nos termos do Contrato de Gestão;

64. “IGP-M” significa o Índice Geral de Preços do Mercado calculado pela Fundação Getúlio Vargas;

65. “Índice de Liquidez” significa o valor apurado diariamente pelo Administrador, tomando por base as informações fornecidas pelo Custodiante, para cada evento de Amortização Programada e/ou Amortização Integral de cada Série de Quotas Sênior em Circulação, mediante a aplicação da seguinte expressão:

$$\text{Índice Liquidez} = \left(\frac{SDC}{Samt \times 1,20} \right), \text{ onde:}$$

SDC somatório, na data “T”, do valor contábil (a) dos Outros Ativos e (b) dos Direitos Creditórios Adimplentes integrantes da carteira do Fundo, devidamente atualizados, que tenham data de vencimento ou, conforme o caso, liquidez, até o 5º (quinto) dia útil imediatamente anterior à data da



111368015-07-08
respectiva Data de Amortização, conforme o caso, a que se refere o Índice de Liquidez.

Samt somatório, na data “T”, do montante das Amortizações Programadas e/ou Amortizações Integrais de todas as Quotas Sênior em Circulação, na respectiva data de apuração do Índice de Liquidez, cujas respectivas Datas de Amortização ocorram até, inclusive, a Data de Amortização da Amortização Programada e/ou da Amortização Integral a que se refere o Índice de Liquidez.

66. “Instituições Autorizadas” são as seguintes: (i) União de Bancos Brasileiros S.A. - Unibanco, (ii) Banco Bradesco S.A., (iii) Banco Itaú S.A., (iv) Banco Itaú BBA S.A., (v) Banco Santander Brasil S.A., (vi) Banco Citibank S.A., (vii) BANCOOB, (viii) Banco do Brasil S/A; ou (ix) outras instituições de 1ª linha que venham a ser aprovadas pelos titulares da maioria das Quotas Sênior, reunidos em Assembléia Geral, sendo que, neste caso, a maioria dos titulares de Quotas Subordinadas, presentes na referida Assembléia Geral, terá o direito de vetar a inclusão da instituição escolhida pelos titulares Quotas Sênior;;
67. “Instrução CVM” significa a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores;
68. “Investidor Qualificado” significa a Pessoa definida na Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e suas alterações posteriores;
69. “Layout” significa o arquivo enviado, por meio eletrônico, pelo BANCOOB ao Custodiante, diretamente, ou por intermédio da Administradora, nos termos do inciso II do Capítulo Cinco no Contato de Cessão, de acordo com o modelo definido no Anexo IV;
70. “Montante Mínimo” tem o significado que lhe é atribuído na alínea “c” do inciso I do Capítulo Treze;
71. “Mutuário” significa (i) nas Operações de Financiamento, o Associado que seja devedor de Direito Creditório cedido ao Fundo; e (ii) nas Operações de Crédito Consignado a pessoa

física tomadora do empréstimo junto ao BANCOOB e/ou à Cooperativa Singular Habilitada, devedora do Direito Creditório cedido ao Fundo;

72. “Operações de Crédito Consignado” tem o significado que lhe é atribuído na alínea “a” do inciso III, do Capítulo Quatro;
73. “Operação de Crédito Pessoal” significa uma Operação de Financiamento cujo mutuário seja uma pessoa física ou natural;
74. “Operações de Financiamento” significam operações de crédito, empréstimo ou financiamento, com ou sem garantias, de curto, médio ou longo prazo, decorrentes de financiamento de veículos ou de empréstimo pessoal, realizadas entre uma Cooperativa Singular Habilitada e qualquer de seus Associados ou pelo BANCOOB com associados de Cooperativas Singulares Habilitadas ou com seus Clientes;
75. “Outros Ativos” significa os ativos financeiros e modalidades operacionais integrantes da carteira do Fundo, excluindo-se Direitos Creditórios, identificados no inciso VI do Capítulo Quatro deste Regulamento, os quais devem possuir classificação de risco (*rating*) igual ou superior à classificação de risco atribuída às Quotas Sênior da 2ª Série do Fundo;
76. “Patrimônio Líquido” significa o patrimônio líquido do Fundo, apurado na forma do Capítulo Vinte e Um;
77. “Patrimônio Líquido Ajustado” significa o Patrimônio Líquido do Fundo acrescido do somatório do valor de todas as Quotas Sênior a serem subscritas que estejam em processo de distribuição pública e/ou privada no momento da apuração do Patrimônio Líquido Ajustado;
78. “Período de Vigência” tem o significado atribuído no inciso I do Capítulo Dois;
79. “Pessoa” significa pessoas naturais, pessoas jurídicas ou grupos não personificados, de direito público ou privado, incluindo qualquer entidade da administração pública, federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, incluindo qualquer modalidade de condomínio;
80. “Pessoa Autorizada” significa qualquer Pessoa que tenha sido expressamente autorizada e legitimada a atuar, passar ordens, instruções e contratar em nome de outra Pessoa;



81. “Política de Concessão de Crédito” significa a política de concessão de crédito definida no Anexo V;
82. “Preço de Aquisição” significa o valor de aquisição pelo Fundo (a) dos Direitos Creditórios Elegíveis pago pelo Fundo ao Cedente, em moeda corrente nacional, conforme indicado em cada Termo de Cessão, ou (b) dos Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo em contrapartida à integralização de Quotas Subordinadas pelo Cedente, conforme indicado em cada Termo de Cessão e Integralização de Quotas Subordinadas;
83. “Procedimentos de Cobrança” significa os procedimentos de cobrança dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, definidos no Anexo VI, sob responsabilidade do Agente Cobrador;
84. “Procedimento de Cobrança Ordinário” significa o procedimento descrito no inciso II do Capítulo Seis deste Regulamento;
85. “Programa de Securitização” significa os mecanismos e procedimentos definidos nos Documentos da Securitização por meio dos quais o Cedente cede Direitos Creditórios ao Fundo, captando recursos para suas atividades;
86. “Prospecto” significa o prospecto do Fundo;
87. “Quota” significa, em conjunto ou isoladamente, as Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas emitidas em qualquer Distribuição;
88. “Quota Sênior” significa, em conjunto ou isoladamente, as Quotas Sênior de quaisquer Séries emitidas pelo Fundo emitidas em qualquer Distribuição;
89. “Quota Subordinada” tem o significado que lhe é atribuído no inciso II do Capítulo Onze;
90. “Quotistas” significa, em conjunto ou isoladamente, os titulares de Quotas;
91. “Razão de Garantia” significa a razão entre (i) o somatório do valor atualizado das Quotas Sênior, deduzido do valor dos Outros Ativos, e (ii) o valor do Patrimônio Líquido, deduzido



do valor dos Outros Ativos, apurado diariamente pela Administradora. A Razão de Garantia deverá respeitar o limite máximo de 0,77 disposto no inciso IX do Capítulo Doze;

92. “Reserva de Amortização” significa uma reserva pagamento, onde deverão ser segregados Outros Ativos, destinada exclusivamente ao pagamento dos montantes referentes às parcelas de amortizações e ao resgate de cada Série de Quota Sênior;
93. “Reserva de Caixa” tem o significado que lhe é atribuído no inciso II do Capítulo Vinte e Quatro;
94. “SELIC” significa o Sistema Especial de Liquidação e de Custódia;
95. “Série” significa qualquer série de Quotas Sênior emitida pelo Fundo em qualquer Distribuição, emitida nos termos deste Regulamento;
96. “Suplemento” significa o documento preparado sob a forma do Anexo VII, contendo as condições de remuneração e de pagamento de cada Série;
97. “Taxa de Administração” tem o significado que lhe é atribuído no inciso X do Capítulo Sete;
98. “Taxa de Cessão” significa a taxa, na forma percentual ao ano, mediante a qual se apura o Preço de Cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, nos termos previstos no Contrato de Cessão;
99. “Taxa DI” tem o significado que lhe é atribuído no item “i” da alínea “b” do inciso III do Capítulo Onze deste Regulamento;
100. “Taxa de Desconto” ou “TD” significa a taxa de desconto, informada pela Administradora ao Custodiante, através dos sistemas eletrônicos disponibilizados para tanto, utilizada na determinação do Preço de Aquisição, sendo esta equivalente àquela indicada pela Cedente ou BANCOOB AGR, nos termos deste Regulamento, desde que atendida a Taxa Mínima de Desconto;

101. “Taxa Mínima de Desconto” significa a taxa equivalente a 140% da Taxa DI, calculada e apurada na forma do Contrato de Cessão;
102. “TED” significa Transferência Eletrônica Disponível, efetivada nos termos das normas e disposições do Bacen;
103. “Termo de Adesão ao Regulamento” significa o documento preparado sob a forma do Anexo VIII, firmado pelos Quotistas evidenciando sua adesão aos termos do Regulamento;
104. “Termo de Cessão” significa o documento preparado pela Administradora na forma do Anexo IX.
105. “Termo de Cessão e Integralização de Quotas Subordinadas” significa o documento preparado pela Administradora na forma do Anexo X;
106. “Valor Referencial” tem o significado que lhe é atribuído no inciso I do Capítulo Vinte e Sete.



Anexo II
Base de Dados do Fundo

1113680 15-07-08

** D7RX/A dd/mm/aa 14.25.27 **

D7 - FUNDOS DE RECEBIVEIS

** FL. 000001

**

RELATORIO DE CREDITOS ADQUIRIDOS VENCIDOS E A VENCER POSIÇÃO EM dd/mm/aa

AGENCIA/CONTA/DAC	NOME DO CEDENTE
9999/12345-6	XXXXXXXXXXXXXXXXXX

VENCTO	N. DIAS	VL. TITULO
dd/mm/aa	-14	xxx,xx
dd/mm/aa	-12	xxx,xx
dd/mm/aa	-11	xxx,xx
dd/mm/aa	-10	xxx,xx
dd/mm/aa	-9	xxx,xx
dd/mm/aa	-8	xxx,xx
dd/mm/aa	-7	xxx,xx
dd/mm/aa	-6	xxx,xx
dd/mm/aa	-5	xxx,xx
dd/mm/aa	-4	xxx,xx
dd/mm/aa	-3	xxx,xx
dd/mm/aa	-2	xxx,xx
dd/mm/aa	-1	xxx,xx
dd/mm/aa	1	xxx,xx
dd/mm/aa	2	xxx,xx
dd/mm/aa	3	xxx,xx
dd/mm/aa	4	xxx,xx
dd/mm/aa	5	xxx,xx
dd/mm/aa	6	xxx,xx
dd/mm/aa	7	xxx,xx
dd/mm/aa	8	xxx,xx
dd/mm/aa	9	xxx,xx
dd/mm/aa	10	xxx,xx
dd/mm/aa	11	xxx,xx
dd/mm/aa	12	xxx,xx
dd/mm/aa	13	xxx,xx



dd/mm/aa	14	xxx,xx
dd/mm/aa	15	xxx,xx
dd/mm/aa	16	xxx,xx
dd/mm/aa	17	xxx,xx
dd/mm/aa	18	xxx,xx
dd/mm/aa	19	xxx,xx
dd/mm/aa	20	xxx,xx
dd/mm/aa	21	xxx,xx

1113680 15-07-08

TOTAL	xxx.xxx,xx
TOTAL GERAL	xxx.xxx,xx



Anexo III

1113680 15-07-08

Boleto de Cobrança (MODELO)

BANCOOB 756-0		Recibo do Sacado	
Local de Pagamento PAGAVEL EM QUALQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO		Vencimento 27/04/2006	
Cedente BANCOOB - BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S/A		Cosp. Conveniada/Código Cedente 0001/000002833-9	
Data do Documento 18/04/2006	Núm. do Documento 00047129	Espécie Doc. FT	Acerto N
Uso do Banco	Carteira 001	Exatidão R\$	Quantidade 57,36
Instrução (Todas as informações deste boleto são de exclusiva responsabilidade do cedente) APOS O VENCIMENTO PAGAVEL SOMENTE NAS COOPERATIVAS DO SICCOB. NAO RECEBER APOS 30 DIAS DO VENCIMENTO. COBRAR MULTA DE ATRASO 2% APOS VENCIMTO COBRAR 2,5% DE JUROS DE MORA AO MES		Nosso número 00010164-1	
Ref.: - acordo:00013629 prest(s):001/003		(-) Valor do documento 57,36	
Sacado ANTONIO ABEL SONEINI RUA ADESIO ANGELO 30 COHAB III, 15400000 - HELIO CAZARIAN - OLIMPIA - SP		(-) Desconto / abatimento	
		(-) Outras Deduções	
		(-) Mora / multa	
		(-) Outras Acréscimos	
		(-) Valor Cobrado	
Sacador/Avalista		Código de barra (2D)	
		Autenticação mecânica	

BANCOOB 756-0		Ficha de Caixa	
Local de Pagamento PAGAVEL EM QUALQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO		Vencimento 27/04/2006	
Cedente BANCOOB - BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S/A		Agência/Código Cedente 0001/000002833-9	
Data do Documento 18/04/2006	Núm. do Documento 00047129	Espécie Doc. FT	Acerto N
Uso do Banco	Carteira 001	Exatidão R\$	Quantidade 57,36
Instrução (Todas as informações deste boleto são de exclusiva responsabilidade do cedente) APOS O VENCIMENTO PAGAVEL SOMENTE NAS COOPERATIVAS DO SICCOB. NAO RECEBER APOS 30 DIAS DO VENCIMENTO. COBRAR MULTA DE ATRASO 2% APOS VENCIMTO COBRAR 2,5% DE JUROS DE MORA AO MES		Nosso número 00010164-1	
Ref.: - acordo:00013629 prest(s):001/003		(-) Valor do documento 57,36	
		(-) Desconto / abatimento	
		(-) Outras Deduções	
		(-) Mora / multa	
		(-) Outras Acréscimos	
		(-) Valor Cobrado	
Sacado ANTONIO ABEL SONEINI RUA ADESIO ANGELO 30 COHAB III, 15400000 - HELIO CAZARIAN - OLIMPIA - SP		Código de barra (2D)	
Sacador/Avalista		Autenticação mecânica	

BANCOOB 756-0		75692.00012 03002.833907 01016.410001 9 31240000005736	
Local de Pagamento PAGAVEL EM QUALQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO		Vencimento 27/04/2006	
Cedente BANCOOB - BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S/A		Agência/Código Cedente 0001/000002833-9	
Data do Documento 18/04/2006	Núm. do Documento 00047129	Espécie Doc. FT	Acerto N
Uso do Banco	Carteira 001	Exatidão R\$	Quantidade 57,36
Instrução (Todas as informações deste boleto são de exclusiva responsabilidade do cedente) APOS O VENCIMENTO PAGAVEL SOMENTE NAS COOPERATIVAS DO SICCOB. NAO RECEBER APOS 30 DIAS DO VENCIMENTO. COBRAR MULTA DE ATRASO 2% APOS VENCIMTO COBRAR 2,5% DE JUROS DE MORA AO MES		Nosso número 00010164-1	
Ref.: - acordo:00013629 prest(s):001/003		(-) Valor do documento 57,36	
		(-) Desconto / abatimento	
		(-) Outras Deduções	
		(-) Mora / multa	
		(-) Outras Acréscimos	
		(-) Valor Cobrado	
Sacado ANTONIO ABEL SONEINI RUA ADESIO ANGELO 30 COHAB III, 15400000 - HELIO CAZARIAN - OLIMPIA - SP		Código de barra (2D)	
Sacador/Avalista		Autenticação mecânica - Ficha de compensação	

Fundos de Direitos Creditórios
Intercâmbio Eletrônico de Arquivos

Layout de Arquivos



Header do Arquivo

Header do Arquivo				
Descrição	Conteúdo	Posição	Tamanho	
Identificação do registro	0	1 1	9(001)	
Identificação do arquivo de remessa 1		2 2	9(001)	
Literal remessa	REMESSA	3 9	X(007)	
código do serviço	01	10 11	9(002)	
Literal serviço	COBRANCA	12 26	X(015)	
cod cedente		27 46	9(020)	
nome do cedente		47 76	X(030)	
num do banco		77 79	9(003)	
nome do banco		80 94	X(015)	
Data de gravação		95 100	X(006)	
Branços		101 108	X(008)	
Identificação do sistema	MX	109 110	X(002)	
Num seq do arquivo		111 117	9(007)	
Branços		118 394	X(277)	
num seq do registro	1	395 400	9(006)	



Detalhe do Arquivo

Detalhe do Arquivo				
Descrição	Conteúdo	Posição	Tamanho	
Identificação do registro	1	1 1	9(001)	
Bancos		2 20	X(019)	
Identificação do cedente	0	21 21	9(001)	
Identificação do cedente		22 24	9(003)	
Identificação do cedente		25 29	9(005)	
Identificação do cedente		30 37	X(008)	
controle do participante - Contrato		38 49	X(012)	
controle do participante		50 50	X(001)	
controle do participante		51 52	9(002)	
controle do participante		53 53	X(001)	
controle do participante - total parcela		54 55	9(002)	
controle do participante		56 56	X(001)	
controle do participante - cod_produto		57 61	9(005)	
controle do participante		62 62	X(001)	
num do banco		63 65	9(003)	
Zeros		66 70	9(005)	
Nosso num		71 81	9(011)	
Dig do nosso num		82 82	X(001)	



Valor pag	83 92 9(010)
Cond emissão de papeleta cobrança	93 93 X(001)
ident limite papeleta debito automático	94 94 X(001)
dt liquidação	95 100 X(006)
Bancos	101 104 X(004)
Indicador rateio credito	105 105 X(001)
Endereçamento aviso do deb auto em c/c	106 106 9(001)
Bancos	107 108 X(002)
Identificação ocorrência	109 110 9(002)
num doc	111 120 X(010)
Dt vencimento	121 126 X(006)
valor do titulo	127 139 9(013)
num banco	140 142 9(003)
agencia depositaria	143 147 9(005)
Espécie de titulo	148 149 9(002)
Identificação	150 150 X(001)
dt emissão	151 156 X(006)
1ª instrução (protesto)	157 158 9(002)
2ª instrução (protesto)	159 160 9(002)
valor por dia de atraso	161 173 9(013)
Dt limite.concessão de desconto	174 179 X(006)
Valor desconto	180 192 9(013)



Valor IOF	193 205	9(013)
Valor do abatimento	206 218	9(013)
Identificação do sacado	219 220	9(002)
Num insc sacado	221 234	9(014)
Nome sacado	235 274	X(040)
Endereço completo	275 312	X(038)
Cidade do sacado	305 312	X(000)
UF do sacado	313 314	X(002)
1ª mensagem	315 326	X(012)
CEP	327 334	9(008)
Sacado / Avalista	335 380	X(046)
sacador / avalista	381 394	X(014)
Num seq do registro	395 400	9(006)

Trailer do Arquivo

Trailer do Arquivo			
Descrição	Conteúdo	Posição	Tamanho
Identificação registro	9	1 1	9(001)
Bancos		2 394	X(393)
Num seq de registro		395 400	9(006)

Anexo V**POLÍTICA DE AQUISIÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS**

1. Para que o Bancoob adquira direitos creditórios de cooperativas singulares, devem ser observadas as seguintes condições:

1.1. Das Cooperativas Singulares:

1.1.1. Estar classificada no modelo do Bancoob nos níveis “AA”, “A”, “B”;

1.1.2. Fazer parte do Fundo Garantidor do Sicoob;

1.1.3. Ter analisada sua carteira de crédito, registrada no módulo “Empréstimos” do Sisbr, conforme definido no Anexo XV deste Regulamento, que deverá apresentar inadimplência, conforme descrito no subitem 1.1.4 abaixo, de no máximo 5% no período;

1.1.3.1. A inadimplência será calculada pela seguinte fórmula:

$$IIn = TPA/TPV$$

em que:

IIn = Índice de Inadimplência;

TPA = total de parcelas em aberto, com mais de 30 dias de atraso, dentre as cobradas nos últimos 36 meses, inclusive considerando as que foram baixadas para prejuízo;

TPV = total de parcelas cobradas nos últimos 36 meses.

1.1.4. A observância dos critérios acima, verificada pela Sucor/Geris, conforme definido no Anexo XV deste Regulamento, tornará as cooperativas habilitadas à cessão de direitos creditórios ao Bancoob. Casos excepcionais serão objeto de avaliação do Comac e deliberação do Coled, conforme definidos no Anexo XV deste Regulamento.



1.2. Dos Direitos Creditórios:

- 1.2.1. os contratos cedidos devem apresentar taxa de juros prefixada não inferior a 140% do CDI na data da cessão;
- 1.2.2. o prazo de vencimento das parcelas relativas ao Direito Creditório cedido deve ser superior a 10 (dez) dias e igual ou inferior a 72 (setenta e dois) meses contado da data de vencimento da 1ª parcela do respectivo contrato e desde que, considerada *pro forma* a cessão pretendida, o Fundo atenda ao Índice de Liquidez. Não será admitida a aquisição de Direitos Creditórios cuja data de vencimento seja posterior ao término do Período de Vigência do Fundo;;
- 1.2.3. o somatório dos direitos creditórios adquiridos pelo Bancoob, por mutuário, não poderá exceder a 5% (Cinco por cento) do Patrimônio de Referência do Banco;
- 1.2.4. o somatório do valor nominal dos direitos creditórios adquiridos pelo Bancoob, por mutuário, não poderá exceder R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), quando se tratar de operação de crédito pessoal.
- 1.2.5. em novas cessões, os respectivos mutuários, na data da cessão, não poderão apresentar parcelas inadimplentes, ou em atraso, relativas aos contratos já cedidos.

1.3. Do Limite por Cooperativa Singular:

- 1.3.1. O limite de venda de direitos creditórios por Cooperativa Singular será atribuído, conforme tabela abaixo:

Classificação de risco de Crédito	Índice de Alavancagem sobre o PR _B
AA	1,5
A	1,0
B	0,5



1.3.2. A fórmula de cálculo para o estabelecimento do limite é dada por **113680 15-07-08**

$$LR = PR_B * IA$$

em que:

LR – Limite para Adquirir Recebíveis

PR_B – Patrimônio de Referência das singulares deduzidos os ajustes contábeis informados nas súmulas de auditorias repassadas pelo Sicoob Brasil

IA – Índice de Alavancagem sobre o PR_B

1.4. Da Extrapolação do Limite:

1.4.1. Caso o limite descrito acima seja excedido, o Banco deverá interromper a compra de novos direitos creditórios, enquanto a Cooperativa Singular não se enquadrar no limite concedido.

1.5. Do Tratamento da Inadimplência:

1.5.1. Será admitido percentual de inadimplência máximo de 3% da carteira cedida ao Banco;

1.5.2. Os contratos que apresentarem inadimplência serão objeto de análise do Bancoob (Sucre/Geaco, conforme definido no Anexo XV deste Regulamento) para verificação da existência de motivos que venham a possibilitar a resolução da cessão, conforme estabelecido no Contrato de Cessão, firmado entre a cooperativa e o Banco.

1.5.3. Caso a inadimplência da carteira cedida extrapole o percentual máximo de de 2%, serão suspensas novas aquisições. Outras medidas poderão ser adotadas mediante deliberação do Coled:

1.6. Da Precificação (Apreçamento):

1.6.1. O ágio pago pelo Bancoob em relação ao valor presente da carteira de recebíveis adquirida será definido em função do índice de inadimplência, da taxa de juros originalmente contratada na operação, e do prazo dos contratos cedidos.

a) Para efeito de cálculo da precificação da cessão, o índice de inadimplência será considerado:

- nos primeiros 360 dias, contados da data da primeira cessão: histórico da carteira total de empréstimos da cooperativa, conforme disposto no subitem 1.1.4 deste capítulo, ou a inadimplência da carteira cedida, o que for maior;
- a partir de 360 dias da primeira cessão, índice de inadimplência da carteira total cedida ao Banco;

b) A inadimplência da carteira cedida será calculada pela razão entre o total de parcelas em aberto, com mais de 30 dias de atraso, e o total de parcelas cobradas, observado o período de 36 meses;

c) Caso alguma parcela apresente atraso superior a 60 dias, as demais parcelas do contrato respectivo, ainda que vincendas, deverão ser consideradas “em atraso” para efeito do cálculo da inadimplência.

1.7. Reclassificação do Risco:

As cooperativas serão reavaliadas de acordo com o item 1 da Seção 5 do Capítulo 9 – Revisão das Classificações, do MACRE, conforme definido no Anexo XV deste Regulamento. As cooperativas que obtiverem alteração na classificação de risco, em virtude da reavaliação, terão seus limites imediatamente recalculados, inclusive com a suspensão dos mesmos, se for o caso.

**Política de Cobrança de Financiamento de Veículos Automotores oriundo de Operações de
Financiamento**

O sistema de cobrança ordinária do BANCOOB (antes da data de vencimento do Direito Creditório), SISBR, tem por objetivo acompanhar, controlar e atuar, de forma efetiva e preventiva, na inadimplência dos Contratos de Financiamento de Veículos Automotores, minimizando os seus efeitos e custos.

O sistema de cobrança das parcelas dos Contratos de Financiamento inadimplentes é composto pelas seguintes fases: (i) bancária; (ii) amigável; (iii) pré-jurídica; e (iv) judicial.

A – cobrança bancária

A cobrança bancária do direito creditório consiste no procedimento (“Cobrança Ordinária”) realizado pela Cooperativa Singular Habilitada, por conta e ordem do BANCOOB e do Fundo, de débito do valor referente ao Direito Creditório, na respectiva data de vencimento, na conta corrente do Mutuário mantida junto à respectiva Cooperativa Singular Habilitada.

Será utilizado o sistema SISBR *(Sistema centralizador que integra todas as informações e dados do SICOOB), módulo de Conta-corrente.*

A tentativa de débito em conta-corrente do Mutuário será repetida nos 35 dias subseqüentes, até que seja efetivado o pagamento.

Após tentativas diárias durante 35 dias corridos, será iniciado o procedimento de cobrança de inadimplência composto pelas fases de cobrança amigável e pré-jurídica, conduzidas pelo BANCOOB, e judicial sendo conduzida pelos escritórios de advocacia contratados pelo BANCOOB por conta e ordem do Fundo.

B – cobrança amigável

111368015-07-08

A fase de cobrança amigável é uma fase de cobrança de caráter mais comercial, na qual o acionamento efetuado pelo BANCOOB é menos incisivo. Nesta fase, é realizada uma pesquisa sobre o motivo do não pagamento da parcela pelo Mutuário, de forma a procurar solucionar a situação de atraso.

Esta fase é gerenciada pela COPEC (Supervisão de Cobrança de Operações de Crédito) utilizando-se do sistema de cobrança SYSREC que foi adquirido pelo BANCOOB junto à SYSOPEN, empresa proprietária do software de cobrança “SYSREC”.

A fase de cobrança amigável terá início no 36º dia após a data de vencimento do Direito Creditório e se estenderá até o 60º dia após o vencimento, quando iniciar-se-á o procedimento de cobrança pré-jurídica.

Nesta fase serão praticados pelo Banco Cobrador os seguintes atos:

D5 (útil)	O SISBR informa, via arquivo eletrônico, a COPEC através do SYSREC, os dados referentes ao Direito Creditório vencido e não pago
até D35 (corridos)	a respectiva Cooperativa Singular Habilitada, por conta e ordem do BANCOOB e do Fundo, tenta debitar da conta corrente do Mutuário mantida junto à respectiva Cooperativa o valor da parcela em atraso.
D36 (corridos)	A COPEC envia ao Mutuário carta (notificação): (i) informando cessão do Direito Creditório ao FIDC; (ii) informando que os pagamentos somente poderão ocorrer via boleto bancário expedido pelo BANCOOB; e (iii) enviando boleto bancário da parcela vencida (mantida a data de vencimento original) contendo os acréscimos contratuais e pagável em rede bancária.
D30 + 4 dias úteis	A respectiva Cooperativa Singular Habilitada, por conta e ordem do BANCOOB e do Fundo, tenta debitar da conta corrente do Mutuário mantida junto à respectiva Cooperativa o valor da 2ª parcela (conforme o caso)
D55	COPEV encaminha 2ª Carta de Cobrança, informando inclusive o vencimento da 2ª parcela, enviando o boleto bancário da 2ª parcela vencida (conforme o caso)
D60	Inscrição SPC / SERASA se o Mutuário não efetuar o pagamento da 1ª parcela

O eventual boleto bancário emitido pelo BANCOOB constará a data de vencimento original da parcela, e permitirá o pagamento do Direito Creditório com seus acréscimos contratuais em até 60 (sessenta) dias após a data de vencimento original do Direito Creditório.

C – cobrança pré-jurídica

1113680 15-07-08

A fase de cobrança pré-jurídica é aquela em que o Mutuário é alertado pelo BANCOOB sobre os procedimentos a serem adotados em caso de não pagamento da parcela em atraso. É enviada ao Mutuário Notificação Extrajudicial por meio de cartório para fins de constituição em mora, bem como para fins de declaração de vencimento antecipado de todo o contrato e cobrança dos valores em atraso, reforçando inclusive que o pagamento somente poderá ocorrer junto ao BANCOOB visto cessão ao Fundo.

Após a Notificação Extrajudicial, a ser realizada por volta do 90º dia após a data de vencimento do Direito Creditório, será montado pelo BANCOOB um conjunto de documentos, denominado “Kit de Ajuizamento”, composto por: (i) documentação do Mutuário; (ii) DUT do Veículo Automotor; (iii) Contrato de Financiamento; e (v) Regulamento do Fundo, cópia das procurações e original de instrumento de substabelecimento.

Após o 120º dia contado da data de vencimento original do Direito Creditório, sem o efetivo pagamento, será iniciada a cobrança judicial.

D – cobrança judicial

Na fase de cobrança judicial realiza-se o ajuizamento do Contrato de Financiamento. O BANCOOB permanecerá em contato com o Mutuário na tentativa de se receber as parcelas em atraso. Pode-se propor, dependendo da situação, a devolução amigável do Veículo Automotor, desde que este esteja em bom estado de conservação e com os débitos referentes a multas e IPVA não inviabilizem a venda em leilão.

Procedimentos Gerais de Acompanhamento da Cobrança dos Contratos de Financiamento com Parcelas Vencidas

Recebimento pelo BANCOOB de relatórios gerados pelo SYSREC, sobre as parcelas em atraso, elaborados com frequência mensal, pelos escritórios de advocacia. Conferência e análise de cada Mutuário, para fins de verificação de sua localização e do cumprimento, pelos escritórios de advocacia, dos prazos constantes nas regras de cobrança. Verificação se os Mutuários, constantes

no relatório anterior constam no novo relatório e, em caso negativo, realização de consulta ao sistema. Não constando pagamento, ocorre o envio pelo BANCOOB de *e-mail* ao escritório de advocacia, solicitando esclarecimento. Envio de arquivos completos com os relatórios de cada escritório para (i) Superintendência de Crédito; e (ii) Administrador do Fundo. Solicitação de reanálise para os Contratos de Financiamento dos Mutuários não localizados, apurando a eventual ocorrência de erros na formalização e concessão do financiamento, ou ainda possíveis indícios de fraude.

Não será devida remuneração adicional ao BANCOOB pelos serviços prestados na fase extrajudicial.

Reanálise de Contratos do Financiamento com Parcelas Vencidas ou cujos Mutuários não foram localizados

Solicitação dos Contratos de Financiamento à área de formalização. Verificação, através da Ficha Cadastral dos Mutuários, dos procedimentos promovidos pela área de crédito; e consulta aos órgãos de proteção ao crédito, a fim de verificar a existência de restrições ou passagens do Mutuário em outras instituições. Conferência da documentação apresentada pelo Mutuário, apurando se: (i) os dados informados na Ficha Cadastral do Mutuário, e referentes aos Veículos Automotores, tais como ano/modelo de fabricação e versão, estão devidamente comprovados; (ii) as cópias estão legíveis e sem sinais adulteração; e (iii) os comprovantes de residência e de renda do Mutuário correspondem aos meses compatíveis com a data do financiamento, e (iv) a renda comprovada confere com a informada na Ficha Cadastral, de acordo com as normas. Registro, em planilha dos Contratos de Financiamento reanalisados, dos dados e ocorrências pertinentes à reanálise.

Procedimentos de Cobrança Judicial

Como forma de remuneração pelos trabalhos prestados relativamente aos contratos ajuizados e cujos Veículos Automotores não são apreendidos, os escritórios de advocacia poderão cobrar dos Mutuários honorários advocatícios limitados a 10% do valor das respectivas parcelas em atraso devidamente corrigidas, o que engloba o valor do principal vencido, adicionado de multa e comissão de permanência.



No ajuizamento, autorizado pelo Fundo, de ações monitória, de cobrança, sumária, ordinária e de execução, o escritório de cobrança recebe do Fundo, após o trânsito em julgado ou composição dessas ações, 10% de honorários advocatícios sobre os valores efetivamente recebidos, após a dedução das despesas.

O valor mínimo do Direito Creditório para justificar medidas judiciais deverá ser equivalente a, no mínimo, o dobro dos custos totais para propositura da ação judicial.

Remuneração quando o Fundo for o Réu da ação:

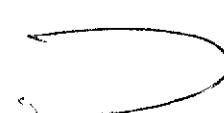
Nas ações propostas contra o Fundo no Juizado Especial Cível ou na Justiça Comum, o escritório de cobrança recebe honorários advocatícios previamente acordados junto ao Fundo, dos quais 50% são recebidos por ocasião da contestação, e os 50% restantes durante o trânsito em julgado da ação.

Também são pagos ao escritório de cobrança honorários advocatícios previamente acordados com o BANCOOB, nas hipóteses de (i) composição na audiência de conciliação com homologação do juízo terminando o processo; e (ii) distribuição de carta precatória originada de processo que não se esteja sob sua tutela direta.

Disposições Gerais dos Contratos de Prestação de Serviços Advocatícios e de Cobrança Judicial

O objeto dos Contratos de Prestação de Serviços Advocatícios e de Cobrança Judicial é a prestação, pelos escritórios de advocacia, dos serviços de cobrança judicial dos créditos decorrentes das operações de financiamento de Veículos Automotores encaminhadas pelo BANCOOB, conforme os procedimentos de cobrança descritos. O prazo de vigência desses contratos é indeterminado, podendo ser denunciado, por qualquer das partes, mediante aviso prévio de, no mínimo, 30 dias.

O objeto dos Contratos de Prestação de Serviços Advocatícios e de Cobrança Judicial é a prestação, pelos escritórios de advocacia, dos serviços de cobrança judicial dos créditos decorrentes das operações de empréstimos pessoais encaminhadas pelo BANCOOB, conforme os procedimentos de cobrança descritos. O prazo de vigência desses contratos é indeterminado, podendo ser denunciado, por qualquer das partes, mediante aviso prévio de, no mínimo, 30 dias.



É vedado ao escritório de advocacia: (i) substabelecer o mandato outorgado pelo BANCOOB para fins de representação judicial, exceto em casos previamente autorizados pelo BANCOOB; e (ii) ceder os direitos e as obrigações previstas no Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios e de Cobrança Judicial.

Disposições Gerais dos Contratos de Prestação de Serviços Celebrados com Leiloeiros

Serão descritos a seguir os principais procedimentos a serem observados pelo BANCOOB e seus Agentes, referentes aos serviços de remoção, vistoria, guarda e leilão extrajudicial dos Veículos Automotores levados à hasta pública no curso do processo de execução judicial das garantias prestadas pelos Mutuários.

Remoções:

As remoções são realizadas através de cegonhas, carretas e guincho prancha, conforme o tipo de Veículo Automotor a ser removido.

O leiloeiro tem total responsabilidade pela remoção dos Veículos Automotores, incluindo a adequada utilização dos equipamentos na prestação desse serviço, ficando os custos a cargo do Fundo.

Vistoria:

Por ocasião da entrada ou saída de cada Veículo Automotor em seu pátio, o leiloeiro, acompanhado ou não de um funcionário do BANCOOB, deve elaborar laudo de vistoria, mediante preenchimento de formulário fornecido pelo próprio BANCOOB, acompanhado de 2 fotos do Veículo Automotor.

Guarda:

Os Veículos Automotores são recebidos no pátio do leiloeiro, que será responsável pela sua guarda e conservação.



O leiloeiro deve fornecer, mensalmente, ou a qualquer momento, caso solicitado pelo BANCOOB, relatório informando a posição em estoque dos Veículos Automotores sob a sua guarda e conservação.

O leiloeiro é ainda responsável por quaisquer danos causados aos Veículos Automotores, desde a sua remoção, e durante todo o período em que estes permanecerem depositados em seu pátio, correndo, às suas expensas, a contratação de apólices de seguro contra roubo, furto ou incêndio.

Leilão Extrajudicial:

O leiloeiro deve promover leilão extrajudicial dos Veículos Automotores depositados em seu pátio, nos termos da legislação aplicável e conforme os procedimentos estabelecidos pelo BANCOOB.

A avaliação dos Veículos Automotores submetidos ao leilão extrajudicial e o atendimento pós-venda aos respectivos arrematantes são responsabilidades do BANCOOB.

O leiloeiro deve (i) informar ao BANCOOB todos os detalhes dos lances obtidos no leilão extrajudicial de seus Veículos Automotores, e (ii) repassar ao Fundo, no prazo de 5 dias úteis contados da venda em leilão do Veículo Automotor, os respectivos valores auferidos na arrematação.

O BANCOOB terá o prazo de até 30 dias corridos contados da realização do leilão extrajudicial do Veículo Automotor, para entregar ao leiloeiro os documentos necessários para a transferência da posse dos Veículos Automotores para os arrematantes.

Os Veículos Automotores somente são liberados do pátio do leiloeiro mediante autorização expressa do BANCOOB, enviada com aviso prévio de 24 horas, e/ou por determinação judicial.

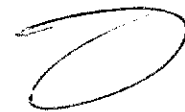
A remuneração a ser auferida pelo leiloeiro pelos serviços de remoção corre por conta do Fundo.

Os valores de remuneração recebidos pelo leiloeiro pela prestação ao Fundo dos serviços de vistoria e guarda de Veículos Automotores variam de acordo com o tipo de bem. (Utilitários, Outros Veículos, Veículos de Passeio ou Veículos Pesados).

1113680 15-07-08

A remuneração acima mencionada é cobrada a cada 30 dias corridos, respeitando-se uma carência de 360 dias a partir da data de entrada do Veículo Automotor no pátio do leiloeiro para fins de leilão extrajudicial. O encerramento desta cobrança se dá no ato de emissão da nota de venda em leilão, ou da solicitação de devolução do Veículo Automotor pelo BANCOOB.

As despesas referentes aos editais dos leilões extrajudiciais ficam a cargo do leiloeiro.





Política de Cobrança das demais Operações de Financiamento

O sistema de cobrança ordinária do BANCOOB (antes da data de vencimento do Direito Creditório), SISBR, tem por objetivo acompanhar, controlar e atuar, de forma efetiva e preventiva, na inadimplência dos Contratos de Empréstimo Pessoal, minimizando os seus efeitos e custos.

O sistema de cobrança das parcelas dos Contratos de Financiamento inadimplentes é composto pelas seguintes fases: (i) bancária; (ii) amigável; (iii) pré-jurídica; e (iv) judicial.

A – cobrança bancária

A cobrança bancária do direito creditório consiste no procedimento (“Cobrança Ordinária”) realizado pela Cooperativa Singular Habilitada, por conta e ordem do BANCOOB, e do Fundo, de débito do valor referente ao Direito Creditório, na respectiva data de vencimento, na conta corrente do Mutuário mantida junto à respectiva Cooperativa Singular Habilitada.

Será utilizado o sistema denominado SISBR (*Sistema centralizador que integra todas as informações e dados do SICOOB*), módulo de Conta-corrente.

A tentativa de débito em conta-corrente do Mutuário será repetida em dias úteis, nos 34 dias subseqüentes, até que seja efetivado o pagamento.

Após tentativas realizadas em dias úteis, no período de 35 dias corridos, será iniciado o procedimento de cobrança de inadimplência composto pelas fases de cobrança amigável e pré-jurídica, conduzidas pelo BANCOOB, e judicial sendo conduzida pelos escritórios de advocacia contratados pelo BANCOOB por conta e ordem do Fundo.

B – cobrança amigável

A fase de cobrança amigável é uma fase de cobrança de caráter mais comercial, na qual o acionamento efetuado pelo BANCOOB é menos incisivo. Nesta fase, é realizada uma pesquisa

sobre o motivo do não pagamento da parcela pelo Mutuário, de forma a procurar solucionar a situação de atraso.

Esta fase é gerenciada pela COPEC utilizando-se do sistema de cobrança SYSREC que foi adquirido pelo BANCOOB junto à SYSOPEN, empresa proprietária do software de cobrança "SYSREC".

A Cooperativa e/ou Bancoob poderão efetuar contato por telefone ou carta, sensibilizando o mutuário para as vantagens de efetuar o pagamento em até 35 dias após o seu vencimento.

A fase de cobrança amigável terá início no 36º dia após a data de vencimento do Direito Creditório e se estenderá até o 60º dia após o vencimento, quando iniciar-se-á o procedimento de cobrança pré-jurídica.

Nesta fase serão praticados pelo Banco Cobrador os seguintes atos:

- | | |
|--------------------|---|
| D5 (útil) | O SISBR informa, via arquivo eletrônico, a COPEC através do SYSREC, os dados referentes ao Direito Creditório vencido e não pago. |
| até D35 (corridos) | A respectiva Cooperativa Singular Habilitada, por conta e ordem do BANCOOB e do Fundo, tenta debitar da conta corrente do Mutuário mantida junto à respectiva Cooperativa o valor da parcela em atraso. |
| D36 (corridos) | A COPEC envia ao Mutuário carta (notificação): (i) informando cessão do Direito Creditório ao FIDC; (ii) informando que os pagamentos somente poderão ocorrer via boleto bancário expedido pelo BANCOOB; e (iii) enviando boleto bancário da parcela vencida (mantida a data de vencimento original) contendo os acréscimos contratuais e pagável em rede bancária. |
| D55 | COPEC encaminha 2ª Carta de Cobrança, informando inclusive o vencimento da 2ª parcela, enviando o boleto bancário da 2ª parcela vencida (conforme o caso) |
| D60 | Inscrição SPC / SERASA se o Mutuário não efetuar o pagamento da 1ª parcela. |

O boleto bancário, caso emitido pelo BANCOOB, constará a data de vencimento original da parcela, e permitirá o pagamento do Direito Creditório com seus acréscimos contratuais em até 120 (cento e vinte) dias após a data de vencimento original do Direito Creditório.



A fase de cobrança pré-jurídica é aquela em que o Mutuário é alertado pelo BANCOOB sobre os procedimentos a serem adotados em caso de não pagamento da parcela em atraso. É enviada ao Mutuário Notificação Extrajudicial por meio de cartório para fins de constituição em mora, bem como para fins de declaração de vencimento antecipado de todo o contrato e cobrança dos valores em atraso, reforçando inclusive que o pagamento somente poderá ocorrer junto ao BANCOOB visto cessão ao Fundo.

Após a Notificação Extrajudicial, a ser realizada por volta do 90º dia após a data de vencimento do Direito Creditório, será montado pelo BANCOOB um conjunto de documentos, denominado “Kit de Ajuizamento”, composto por: (i) documentação do Mutuário; (ii) Contrato de Financiamento; e (iii) Regulamento do Fundo, cópia das procurações e original de instrumento de substabelecimento.

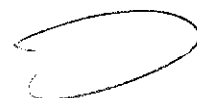
Após o 120º dia contado da data de vencimento original do Direito Creditório, sem o efetivo pagamento, será iniciada a cobrança judicial.

D – cobrança judicial

A fase de cobrança judicial é aquela em que é realizado o ajuizamento do Contrato de Empréstimo Pessoal é realizado. O BANCOOB permanecerá em contato com o Mutuário na tentativa de se receber as parcelas em atraso.

Procedimentos Gerais de Acompanhamento da Cobrança dos Contratos de Empréstimo Pessoal com Parcelas Vencidas

Recebimento pelo BANCOOB de relatórios gerados pelo SYSREC, sobre as parcelas em atraso, elaborados com frequência mensal, pelos escritórios de advocacia. Conferência e análise de cada Mutuário, para fins de verificação de sua localização e do cumprimento, pelos escritórios de advocacia, dos prazos constantes nas regras de cobrança. Verificação se os Mutuários, constantes no relatório anterior constam no novo relatório e, em caso negativo, realização de consulta ao sistema. Não constando pagamento, ocorre o envio pelo BANCOOB de *e-mail* ao escritório de advocacia, solicitando esclarecimento. Envio de arquivos completos com os relatórios de cada advocacia para (i) Superintendência de Crédito; e (ii) Administrador do Fundo. Solicitação de reanálise para os Contratos de Empréstimo Pessoal dos Mutuários não localizados, apurando a



eventual ocorrência de erros na formalização e concessão do empréstimo, ou ainda possíveis indícios de fraude.

Não será devida remuneração adicional ao BANCOOB pelos serviços prestados na fase extrajudicial.

Reanálise de Contratos do Empréstimo Pessoal com Parcelas Vencidas ou cujos Mutuários não foram localizados

Solicitação dos Contratos de Financiamento à área de formalização. Verificação, através da Ficha Cadastral dos Mutuários, dos procedimentos promovidos pela área de crédito; e consulta aos órgãos de proteção ao crédito, a fim de verificar a existência de restrições ou passagens do Mutuário em outras instituições. Conferência da documentação apresentada pelo Mutuário, apurando se: (i) os dados informados na Ficha Cadastral do Mutuário; (ii) as cópias estão legíveis e sem sinais adulteração; (iii) os comprovantes de residência e de renda do Mutuário correspondem aos meses compatíveis com a data do empréstimo; e (iv) a renda comprovada confere com a informada na Ficha Cadastral, de acordo com as normas. Registro, em planilha dos Contratos de Empréstimo reanalisados, dos dados e ocorrências pertinentes à reanálise.

Procedimentos de Cobrança Judicial

Como forma de remuneração pelos trabalhos prestados relativamente aos contratos ajuizados, os escritórios de advocacia poderão cobrar dos Mutuários honorários advocatícios limitados a 10% do valor das respectivas parcelas em atraso devidamente corrigidas, o que engloba o valor do principal vencido, adicionado de multa e comissão de permanência.

No ajuizamento, autorizado pelo Fundo, de ações monitória, de cobrança, sumária, ordinária e de execução, o escritório de cobrança recebe do Fundo, após o trânsito em julgado ou composição dessas ações, 10% de honorários advocatícios sobre os valores efetivamente recebidos, após a dedução das despesas.

O valor mínimo do Direito Creditório para justificar medidas judiciais devesse ser equivalente a, no mínimo, o dobro dos custos totais para propositura da ação judicial.



Nas ações propostas contra o Fundo no Juizado Especial Cível ou na Justiça Comum, o escritório de advocacia recebe honorários advocatícios previamente acordados junto ao Fundo, dos quais 50% são recebidos por ocasião da contestação, e os 50% restantes durante o trânsito em julgado da ação.

Também são pagos ao escritório de cobrança honorários advocatícios previamente acordados com o BANCOOB, nas hipóteses de (i) composição na audiência de conciliação com homologação do juízo terminando o processo; e (ii) distribuição de carta precatória originada de processo que não se esteja sob sua tutela direta.

Disposições Gerais dos Contratos de Prestação de Serviços Advocatícios e de Cobrança Judicial

O objeto dos Contratos de Prestação de Serviços Advocatícios e de Cobrança Judicial é a prestação, pelos escritórios de advocacia, dos serviços de cobrança judicial dos créditos decorrentes das operações de empréstimos pessoais encaminhadas pelo BANCOOB, conforme os procedimentos de cobrança descritos. O prazo de vigência desses contratos é indeterminado, podendo ser denunciado, por qualquer das partes, mediante aviso prévio de, no mínimo, 30 dias.

É vedado ao escritório de advocacia: (i) substabelecer o mandato outorgado pelo BANCOOB para fins de representação judicial, exceto em casos previamente autorizados pelo BANCOOB; e (ii) ceder os direitos e as obrigações previstas no Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios e de Cobrança Judicial.



Política de Concessão de Crédito e de Cobrança de Operações de Crédito Consignado

O crédito consignado é uma modalidade de empréstimo pessoal disponível para funcionários públicos federais, estaduais, municipais e funcionários de empresas privadas, por meio de convênio firmado entre a fonte pagadora (instituição consignante) e o Bancoob ou a Cooperativa Singular Habilitada, conforme o caso.

O valor é liberado ao próprio cliente e o pagamento do empréstimo é efetuado por meio de parcelas mensais debitadas automaticamente no contracheque do beneficiário.

O limite do empréstimo, nos casos de Operações de Crédito Consignado realizadas pelo Bancoob, é personalizado, calculado com base na margem consignável.

Não é necessário que o cliente seja correntista do Bancoob, ou associado à cooperativa.

A taxa de juros do empréstimo é pré-fixada e para sua determinação serão considerados o risco da parceria, os custos do processo operacional e a definição do comissionamento da cooperativa. As taxas serão fixadas considerando o custo dos recursos de acordo com o prazo da operação.

A Cobrança será formada por 03 frentes de atuação, sendo elas: Preventiva, Pré-Legal e Legal. As frentes Pré-Legal e Legal possuirão subgrupos, com tarefas específicas e complementares, onde o principal objetivo é realizar os trabalhos com mais eficiência, agilidade e qualidade.

Compete à Gerência de Administração e Cobrança de Crédito - GEACO/COPEC identificar mediante aos seus controles e conciliações, quais são os contratos que as parcelas não foram repassadas pelos órgãos ou empresas consignantes, bem como os contratos cujos clientes tiveram seu vínculo empregatício quebrado.

De posse das informações dos contratos inadimplentes, a COPEC envia para as assessorias de cobrança correspondentes. Nos casos de demissão, será informado o saldo devedor total descapitalizado, para que o SYSREC passe a gerir a total inadimplência, cobrando encargos por atraso de 2% vencimento mais 1% de mora. Nos casos de redução de margem ou inadimplência por desconto obrigatório ou facultativo, o valor da parcela será informado diariamente, por meio de arquivo eletrônico do SISBR para importação dos dados no SYSREC.



Em decorrência de inadimplência por demissão de empregado ou exoneração de servidor, a COPEC procederá com a baixa das parcelas, caso haja verba rescisória (até 30% da rescisão contratual), até a total amortização do valor devido. Caso o valor não seja suficiente para quitar o contrato, a COPEC fará o controle do contrato e enviará boleto 15 dias antes do próximo vencimento contratual. Não havendo pagamento por parte do cliente e sendo constatada a inadimplência, a cobrança pela COPEC terá início com dez (10) dias de atraso em relação ao vencimento da parcela (boleto) em aberto.

Caso ocorra inadimplência por novos descontos obrigatórios, ou por erro de desconto em folha, ou erro operacional da Cooperativa e/ou Órgão, caberá à COPEC identificar o causador do problema e fará a cobrança por correspondência (carta registrada).

A Gerência de Comercialização de Produtos e Serviços (GECOP) será contatada para intervenção, caso o desconto em folha tenha ocorrido normalmente e a inadimplência for causada por problemas com o Órgão/Cooperativa.

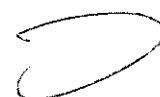
A COPEC será responsável pela cobrança dos devedores cujo contracheque não foi debitado, o empréstimo, ou mesmo o desconto, foi a menor por comprometimento da margem consignável motivada por novos descontos obrigatórios, nos casos de Operações de Crédito Consignado realizadas pelo Bancoob.

O contrato, após importação para o SYSREC, será gerenciado pelo sistema que atualizará o débito pelas taxas contratadas (vencimento 2% e mora 1% ao mês). Em caso de renegociação (aumento de parcelas a pagar) o SYSREC utilizará a taxa contratada mais 1% a.m.

- Para mora será cobrada a taxa de 1% ao mês;
- A multa por atraso será de 2%, aplicada uma única vez.

A – Cobrança Extrajudicial

A fase extrajudicial inclui a cobrança preventiva e a pré-legal, as quais compreendem os contratos entre 15 e 30 dias de atraso e 31 a 60, respectivamente, cuja inadimplência foi ocasionada por demissão / desligamento do devedor. Os operadores de cobrança nessa fase farão contatos com finalidade de informar ao devedor das consequências por permanecer inadimplente e incentivando-o a negociar o débito em condições que lhe sejam mais favoráveis.



A fase pré-legal compreende os contratos entre 30 e 60 dias de atraso, cuja inadimplência foi ocasionada por Demissão, Descontos Facultativos, Descontos Obrigatórios ou problemas Administrativos. Os operadores de cobrança nessa faixa de atraso serão incumbidos de efetuar a cobrança de clientes inadimplentes, realizando a definição dos casos, ou seja, fazer com que o cliente efetue o pagamento ou realize um acordo e, não havendo sucesso, será negativado junto aos órgãos de proteção ao crédito.

A fase extrajudicial compreende também os contratos entre 61 e 120 dias de atraso que não tiveram medidas judiciais e consiste na decisão pela medida judicial ou não em relação ao contrato de empréstimo, para encaminhá-lo ou não para Ajuizamento (Execução/Monitória).

B – Cobrança Judicial

A fase de cobrança Legal compreende os contratos entre 121 e 180 dias de atraso e consiste no envio para assessoria de cobrança e Ação de Execução ou Ação Monitória dos Contratos.

Na fase de cobrança Legal os contratos acima de 181 dias de atraso são acompanhados e o processo judicial tem seguimento com a possibilidade de penhora de bens, venda e posterior baixa no sistema.

A COPEC realizará o controle de todos os contratos ajuizados ou ainda em cobrança, analisará o desempenho do(s) escritório(s) envolvido(s) nos processos de Execução/Monitória, efetuará análise de custos para ingressar com ação contra o cliente, coordenará a venda de bens em caso de penhora (execução) e atuará em campanhas de reversão de PDD (Provisão para Devedores Duvidosos).

A COPEC será responsável por acompanhar o andamento de todos os contratos ajuizados desde a fase inicial até o pagamento/negociação que poderá ser feita depois de ajuizado o contrato, gerenciando a performance do Escritório envolvido.

A COPEC será responsável pela formalização da constituição de mora, organização e encaminhamento dos processos para ajuizamento e pelo controle dos pagamentos ao prestador de serviço (Assessoria/Cartórios).



A COPEC será responsável pela reversão dos créditos provisionados, bem como pela recuperação dos créditos em prejuízo.

As cooperativas serão proibidas de efetuar qualquer recebimento de parcelas em atraso. Valores recebidos de contratos inadimplentes de outras formas, tais como débito em conta corrente, DOC ou TED deverão ser informados à COPEC para baixa/redução do valor em atraso.

Nos casos de Operações de Crédito Consignado realizadas pelo Bancoob, onde o limite do empréstimo é calculado com base na margem consignável, caso ocorra uma redução definitiva de margem consignável a COPEC formalizará por contrato a renegociação da dívida sem que ocasione inadimplência. Contudo, o contrato que não estiver formalizado até o 45º dia de atraso será repassado para cobrança.

Para cada acordo firmado no SYSREC, será emitido um boleto bancário para cada parcela a vencer, mensalmente, e será enviado via correio. O SYSREC não trabalha com o sistema de carnê. A cada parcela paga e que com o boleto vigente não tenha ultrapassado a 20 dias do vencimento, o sistema envia a solicitação de emissão de boleto para a próxima parcela.

Recebido o valor via compensação será efetuada a baixa no SYSREC, e será emitido relatório IMON (informações Monetárias) para que a COPEC efetue os ajustes contábeis junto à GECOR (Gerência de Contabilidade e Orçamento).



Anexo VII
Suplemento

1. Suplemento nº [•] (o “Suplemento”) referente à [•]^a Série de Quotas Sênior (a “[•]^a Série”) emitida nos termos do regulamento do **“BANCOOB Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros”**, registrado sob o nº [°] no [°] Cartório de Títulos e Documentos da cidade do [°], Estado do [°], do qual este Suplemento é parte integrante (o “Regulamento”), inscrito no CNPJ sob o nº [°] e administrado pela [°] (a “Administradora”). Os documentos necessários ao registro da [•]^a Distribuição, definidas na Instrução CVM, foram devidamente protocolados pela Administradora na CVM em [•] de [•] de [•].

1. O valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate de cada Quota Sênior da [°]^a Série, será calculado observado critério de atualização definido na alínea “a” do inciso III do Capítulo Onze do Regulamento, observado o disposto na seguinte Tabela:

<i>Sobretaxa_n</i>	[°]
------------------------------	-----

- 2.1. Desde que o Patrimônio Líquido assim o permita e o Fundo conte com recursos, em moeda corrente nacional, suficientes na ocasião, será promovida [°] em cada dia [°] dos meses de [°] (a “Data de Amortização”), a partir de [°], inclusive, a amortização de parcela do valor de cada Quotas Sênior da [°]^a Série (a “Amortização Programada”), a qual será equivalente ao valor apurado de acordo com fórmula abaixo. A última Amortização Programada deverá ocorrer no dia [°], quando o Fundo deverá promover a amortização integral da respectiva Quota:



$$VAPn = VQSnT - VAEn + (PA \times VQSan),$$

onde:

1113680 15-07-08

VAPn valor da Amortização Programada referente a cada Quota Sênior da [°]ª Série na Data de Amortização “n”.

VQSnT valor unitário de cada Quota Sênior da [°]ª Série, para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, de cada Quota Sênior da [°]ª Série, calculado de acordo com o critério de atualização definido na alínea “a” do inciso III do Capítulo Onze do Regulamento, na data de apuração de *VAPn*.

VQSan valor unitário de cada Quota Sênior da [°]ª Série, para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, de cada Quota Sênior da [°]ª Série, calculado de acordo com o critério de atualização definido na alínea “a” do inciso III do Capítulo Onze do Regulamento, em [°].

VAEn somatório dos valores efetivamente pagos a título de amortização de cada Quota Sênior da [°]ª Série, anteriormente à Data de Amortização “n” apurado pela aplicação da seguinte fórmula:

$$VAE = VQSan \times (1 - SPA)$$

Sendo que:

SPA é o somatório dos percentuais de amortização (*PA*) das Quotas Senior da [°]ª Série efetivamente ocorridas até o dia útil anterior à data de apuração de *VAPn*.

PA percentual de amortização do preço unitário de cada Quota Sênior da [°]ª Série, se houver, apurado nas respectivas Datas de Amortização das Amortizações Programadas, conforme a seguinte tabela:

Data de Amortização	PA
[°]	[°]
[°]	[°]
[°]	[°]
[°]	[°]

3. Termos e condições definidos no Regulamento terão o mesmo significado ali atribuído quando utilizados neste Suplemento.



4. O presente Suplemento deverá ser registrado observado o disposto no inciso I do Capítulo Três do Regulamento.

Rio de Janeiro, [°]

FUNDO/ADMINISTRADORA:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., na
qualidade de administradora do BANCOOB
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS FINANCEIROS

Nome:

Cargo:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., na
qualidade de administradora do BANCOOB
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS FINANCEIROS

Nome:

Cargo:

Testemunhas:

Nome:

RG:

CPF/MF:

Nome:

RG:

CPF/MF:



Anexo VIII
Termo de Adesão ao Regulamento

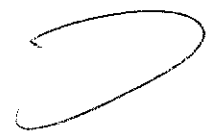
À

[°]

Avenida das Américas, 500, Bloco 13, Grupo 205,
Condomínio Downtown
Rio de Janeiro - RJ

Eu, [•] [nome completo], [com sede] [residente] na [•] inscrito(a) no [CNPJ/MF] [CPF/MF] sob o nº [•], na qualidade de investidor do **BANCOOB Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros** (o “Fundo”), administrado pela [°] (a “Administradora”), tendo como Diretor Designado, o Sr. [•], declaro:

- I. Ter recebido, lido e compreendido os termos do Regulamento do Fundo, do Suplemento referente à [•]^a Série, objeto da [•]^a Distribuição, datado de [•] de [•] de [•], e de seu prospecto, concordando integralmente com todos os seus termos e condições, declarando, ainda, estar ciente e de acordo com a política de investimentos adotada pelo Fundo, estando todos os seus termos de acordo com o perfil de risco pretendido.
- II. Estar de acordo e ciente de que:
 - a) os investimentos do Fundo não representam depósitos bancários, não possuem garantia da Administradora ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC;
 - b) não obstante a adoção por parte da Administradora de padrões criteriosos no que se refere à administração técnica da carteira do Fundo e do cumprimento de sua política de investimentos, por sua própria natureza, os investimentos do Fundo estarão sempre sujeitos a riscos provenientes das flutuações de mercado, a riscos de crédito dos devedores Contratos de Mutuo e demais títulos de crédito que serão adquiridos pelo Fundo, sendo que poderá haver, portanto, perda, parcial ou total, e atraso no reembolso do capital investido.



- c) a existência de rentabilidade/performance do Fundo no passado não constitui garantia de rentabilidade/performance futura;
- d) [os recursos a serem investidos no Fundo deverão ser depositados/creditados diretamente na conta corrente de titularidade do Fundo nº [•], na agência [•] do Banco [•];]
- e) o periódico a ser utilizado na divulgação das informações relativas ao Fundo é o [•] da cidade do Rio de Janeiro onde a Administradora também informará diariamente o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, o saldo não amortizado das Quotas e as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil;
- f) as Quotas do Fundo apenas poderão ser subscritas, integralizadas ou adquiridas por investidores qualificados, nos termos das normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM; e

III. Ademais, nos termos do inciso IV do Capítulo Doze do Regulamento informamos que comunicações a mim enviadas pela Administradora, pelo Representante dos Condôminos e pelo Custodiante deverão ser encaminhadas para o seguinte e-mail, aos cuidados do Sr. [•] [qualificar].

(Local e data)

Nome:

Cargo:



Anexo IX
Termo de Cessão

111368015-07-08

1. Pelo presente instrumento particular, o **BANCOOB - BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S/A**, instituição financeira com sede em Brasília, Distrito Federal, SCS Quadra 6, Bloco A, nº 50, Ed. Sofia, 4º andar, inscrito no CNPJ sob o nº 02.038.232/0001-64 (“BANCOOB” ou “Cedente”) cede e transfere ao **BANCOOB Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros** (o “Fundo”) os Direitos Creditórios identificados sinteticamente (i) no termo eletrônico enviado pelo Custodiante à Administradora em [•] de [•] de [•], nos termos do inciso V do Capítulo Seis do Regulamento e/ou (ii) aqueles relacionados no Anexo I ao presente termo de cessão (os “Direitos Creditórios”), pelo preço certo e ajustado de R\$ [•] ([•]) (o “Preço de Aquisição”).

Cooperativa Singular Habilitada em que foi Originado o Direito Creditório	
Denominação	
Endereço da sede	
CNPJ/MF	
Representante(s) legais	

Cessionário – Fundo	
Denominação	BANCOOB Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros
CNPJ/MF	
Administradora	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A
Endereço da sede	Av das Americas n.500 bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro
CNPJ/MF	36.113.876/0001-91
Representante(s) legais	

Nacionalidade	
Endereço	

Profissão	
Estado civil	111368015-07-08
CPF/MF	

2. O Banco [°] (o “Custodiante”) efetuará o pagamento do Preço de Aquisição ao Cedente, por conta e ordem do Fundo, por meio de crédito na conta corrente nº [•] na agência nº [•] do Banco [•], até às 16:00 horas do dia em que o Custodiante receber da Administradora, via fac-símile, 01 (uma) via deste Termo de Cessão, devidamente assinado pelos representantes legais do Cedente acima qualificados. A firma dos signatários deste termo de cessão deverá estar devidamente reconhecida pela Administradora quando de seu envio ao Custodiante.

3. Até a amortização ou resgate integral das Quotas Sênior em Circulação, o Cedente, neste ato, aceita sua nomeação, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do artigo 627 e seguintes do Código Civil brasileiro, na figura de seus representantes legais que assinam o presente Contrato, como fiel depositário:
 - a) dos Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo nos termos deste Termo de Cessão, até sua efetiva entrega ao Custodiante; e
 - b) de quaisquer valores por este acolhidos nos termos do Convênio de Cobrança referentes aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, até sua efetiva transferência para a Conta Corrente do Fundo, nos termos do Convênio de Cobrança.

4. A cessão de qualquer dos Direitos Creditórios será considerada resolvida de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação ao Cedente e sem qualquer custo para o Fundo (as “Condições Resolutivas da Cessão”), caso:
 - 1.1. o pagamento de qualquer Direito Creditório seja recusado pelo respectivo Mutuário por alegação de vícios, defeitos, inexistência de lastro ou qualquer outro motivo justificado;
 - 1.2. o Cedente não se encontre na posse e/ou deixe de entregar ao Custodiante ou seu Agente os Documentos Comprobatórios; ou



- 1.3. o Direito Creditório seja reclamado por terceiro a quem, antes da respectiva aquisição pelo Fundo, haja sido transferido, dado em garantia ou onerado sob qualquer forma.
5. Sem prejuízo da resolução da cessão, o Cedente, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas contado da data em que tomar conhecimento do evento, deverá comunicar o Custodiante, com cópia para a Administradora, por meio eletrônico, da ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão.
6. O Cedente estará obrigado a restituir ao Fundo, em moeda corrente nacional, por meio de crédito na conta corrente nº [●] na agência [●] do Banco [●], no 3º dia útil imediatamente posterior à ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão, o Preço de Aquisição do Direito Creditório cuja cessão tiver sido resolvida, atualizado *pro rata temporis*, desde a respectiva Data de Aquisição até a data da restituição dos valores devidos.
7. O Fundo fica autorizado a compensar o valor da restituição devida nos termos do item 6 acima, com créditos de que o Cedente seja titular contra o Fundo em decorrência da cessão de outros créditos que não aqueles contemplados neste Termo de Cessão.
8. Os Documentos Comprobatórios relativos ao Direito Creditório que tenha sua cessão resolvida nos termos do item 4 acima permanecerão sob a guarda e custódia do Custodiante, devendo ser devolvidos a seu respectivo titular ou a quem este vier a indicar no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contado do envio de solicitação neste sentido.
9. Deixando o Cedente de efetuar a restituição de que trata o item 6 acima dentro do prazo ali estabelecido, o Fundo poderá proceder à respectiva cobrança pela via executiva, considerando-se o presente instrumento como título executivo extrajudicial.
10. O Cedente não responde pela solvência de cada Mutuário dos Direitos Creditórios ora cedidos.
11. Para efeito do disposto no art. 291 e no parágrafo único do art 1.267 do Código Civil brasileiro, o Cedente, neste ato, cede ao Fundo, em caráter irrevogável e irretratável, o direito à restituição dos Documentos Comprobatórios que se encontrem nas mãos de terceiros.



111368015-07-08
12. O Cedente, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, constitui a Administradora como sua representante legal, com os mais amplos e plenos poderes para representar o Cedente em qualquer ato ou negócio relacionado à presente cessão de crédito e que sejam considerados pela Administradora como necessários à sua boa e correta formalização, incluindo representar o Cedente perante quaisquer Cartórios de Títulos e Documentos e outras repartições, podendo os poderes ora outorgados serem substabelecidos, no todo ou em parte.

13. Fica eleito o foro da cidade do [•], Estado do [•], para dirimir qualquer questão oriunda do presente instrumento, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E, por estarem assim justos e contratados assinam o presente em 3 (três) vias de igual teor e efeito perante as duas testemunhas abaixo nomeadas.

Rio de Janeiro, [•] de [•] de [•].

CEDENTE

[•]

Nome:
Cargo:

[•]

Nome:
Cargo:

FUNDO/ADMINISTRADORA

OLIVEIRA TRUST DTVM S/A, na
qualidade de administradora do **BANCOOB
Fundo de Investimento em Direitos
Creditórios Financeiros**

Nome:
Cargo:

OLIVEIRA TRUST DTVM S/A, na
qualidade de administradora do
**BANCOOB Fundo de Investimento em
Direitos Creditórios Financeiros**

Nome:
Cargo:

Testemunhas:

Nome:

RG:
CPF/MF:

Nome:

RG:
CPF/MF:

anexo I

1113680 15-07-08

Listagem de Direitos Creditórios Elegíveis

[Termo de Cessão nº: [•]]

Data: [•] de [•] de [•]

Mutuário [CNPJ/MF] [CPF/MF]	Cedente [CNPJ/MF] [CPF/MF]	Data de Emissão da Nota Fiscal Fatura	Data de Vencimento do Direito Creditório	Valor Nominal (R\$)	Preço de Aquisição (R\$)
TOTAL					

Pág. [•]/[•]



Anexo X

Termo de Cessão e Integralização de Quotas Subordinadas

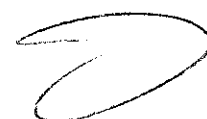
1. Pelo presente instrumento particular, o **BANCOOB - BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S/A**, instituição financeira com sede em Brasília, Distrito Federal, SCS Quadra 6, Bloco A, nº 50, Ed. Sofia, 4º andar, inscrito no CNPJ sob o n.º 02.038.232/0001-64 (“BANCOOB” ou “Cedente”) e transfere ao **BANCOOB Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros** (o “Fundo”) os direitos creditórios identificados sinteticamente (i) no termo eletrônico enviado pelo Custodiante à Administradora em [•] de [•] de [•], nos termos do inciso V do Capítulo Seis do Regulamento, e/ou (ii) aqueles relacionados no Anexo I ao presente termo de cessão e de integralização de quotas subordinadas (os “Direitos Creditórios”), em pagamento do preço de integralização da quantidade de Quotas Subordinadas de emissão do Fundo, abaixo identificadas (as “Quotas Subordinadas”), subscritas pelo próprio Cedente, submetendo-se a cessão às cláusulas e condições deste termo de cessão. O preço de emissão de **cada** Quota Subordinada será aquele definido na alínea “b”, quando da 1ª integralização de Quotas Subordinadas, ou, no curso do Programa de Securitização, “c” do inciso IX do Capítulo Onze do Regulamento do Fundo.

Cooperativa Singular Habilitada	
Denominação	
Endereço da sede	
CNPJ/MF	
Representante(s) legais	

Cessionária – Fundo	
Denominação	BANCOOB Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros
CNPJ/MF	
Administradora	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A
Endereço da sede	Av das Americas 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro
CNPJ/MF	36.113.876/0001-91
Representante(s) legais	

Quotas Subordinadas de emissão do Fundo subscritas e integralizadas pelo Cedente e integralizadas mediante a cessão de Direitos Creditórios		
Quantidade de Quotas	Valor Unitário	Valor Total
Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios: R\$ [●]		

2. O Banco [●] (o “Custodiante”) efetuará o lançamento das Quotas Subordinadas ora subscritas e integralizadas, em conta de depósito em nome do Cedente no dia em que o Custodiante receber da Administradora, via fac-símile, 01 (uma) via deste termo de cessão, devidamente assinado pelos representantes legais do Cedente acima qualificados. A firma dos signatários deste termo de cessão deverá estar devidamente reconhecida pelo Agente Cobrador quando de seu envio a Administradora.
3. Os documentos comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios (os “Documentos Comprobatórios”) cedidos ao Fundo nos termos deste instrumento são, as cópias reprográficas dos Contratos de Financiamento firmados com o Mutuário ou do título de crédito representativo do Direito Creditório adquirido pelo Fundo.
4. A cessão de qualquer dos Direitos Creditórios será considerada resolvida de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação ao Cedente e sem qualquer custo para o Fundo (as “Condições Resolutivas da Cessão”), caso:
 - a.) o pagamento de qualquer Direito Creditório seja recusado pelo respectivo Mutuário por alegação de vícios, defeitos, inexistência de lastro ou qualquer outro motivo justificado;
 - b) o Cedente não se encontre na posse e/ou deixe de entregar ao Custodiante ou seu Agente os Documentos Comprobatórios; ou
 - c) o Direito Creditório seja reclamado por terceiro a quem, antes da respectiva aquisição pelo Fundo, haja sido transferido, dado em garantia ou onerado sob qualquer forma.



5. Sem prejuízo da resolução da cessão, o Cedente, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas contado da data em que tomar conhecimento do evento, deverá notificar o Custodiante, com cópia para a Administradora, por meio eletrônico, da ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão;
6. O Cedente estará obrigado a restituir ao Fundo, em moeda corrente nacional, por meio de crédito na conta corrente nº [•] na agência 2001 do Banco [•], no 3º dia útil imediatamente posterior à ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão, o Preço de Aquisição do Direito Creditório cuja cessão tiver sido resolvida, atualizado *pro rata temporis*, desde a respectiva Data de Aquisição até a data da restituição dos valores devidos.
7. Até a amortização ou resgate integral das Quotas Sênior em Circulação, o Cedente, neste ato, aceita sua nomeação, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do artigo 627 e seguintes do Código Civil brasileiro, na figura de seus representantes legais que assinam o presente Contrato, como fiel depositário:
- dos Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo nos termos deste Termo de Cessão, até sua efetiva entrega ao Custodiante; e
 - de quaisquer valores por este acolhidos nos termos do Convênio de Cobrança referentes aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, até sua efetiva transferência para a Conta Corrente do Fundo.
8. O Fundo fica autorizado a compensar o valor da restituição devida nos termos do item 6 acima, com créditos de que o Cedente seja titular contra o Fundo em decorrência da cessão de outros créditos que não aqueles contemplados neste Termo de Cessão.
9. Os Documentos Comprobatórios relativos ao Direito Creditório que tenha sua cessão resolvida nos termos do item 4 acima permanecerão sob a guarda e custódia do Custodiante, devendo ser devolvidos a seu respectivo titular ou a quem este vier a indicar no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contado do envio de solicitação neste sentido.



10. Deixando o Cedente de efetuar a restituição de que trata o item 6 acima dentro do prazo ali estabelecido, o Fundo poderá proceder à respectiva cobrança pela via executiva, considerando-se o presente instrumento como título executivo extrajudicial.
11. O Cedente não responde pela solvência de cada Mutuário dos Direitos Creditórios ora cedidos.
12. Os pagamentos decorrentes da amortização e/ou resgate das Quotas Subordinadas subscritas e integralizadas nos termos deste documento deverão ser realizados na conta corrente nº [•], na agência [•] do [indicar instituição financeira].
13. Para efeito do disposto no art. 291 e no parágrafo único do art 1.267 do Código Civil brasileiro, o Cedente, neste ato, cede ao Fundo, em caráter irrevogável e irretratável, o direito à restituição dos Documentos Comprobatórios que se encontrem nas mãos de terceiros.
14. O Cedente, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, constitui a Administradora como sua representante legal, com os mais amplos e plenos poderes para representar o Cedente em qualquer ato ou negócio relacionado à presente cessão de crédito e que sejam considerados pela Administradora como necessários à sua boa e correta formalização, incluindo representar o Cedente perante quaisquer Cartórios de Títulos e Documentos e outras repartições, podendo os poderes ora outorgados serem substabelecidos, no todo ou em parte.
15. Fica eleito o foro da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir qualquer questão oriunda do presente instrumento, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E, por estarem assim justos e contratados assinam o presente em 3 (três) vias de igual teor e efeito perante as duas testemunhas abaixo nomeadas.

Rio de Janeiro, [•] de [•] de [•].



CEDENTE

1113680 15-07-08

[•]

Nome:
Cargo:

[•]

Nome:
Cargo:

FUNDO/ADMINISTRADORA

OLIVEIRA TRUST DTVM S/A, na
qualidade de administradora do **BANCOOB**
Fundo de Investimento em Direitos
Creditórios Financeiros

Nome:
Cargo:

OLIVEIRA TRUST DTVM S/A, na
qualidade de administradora do
BANCOOB Fundo de Investimento em
Direitos Creditórios Financeiros

Nome:
Cargo:

Testemunhas:

Nome:

RG:
CPF/MF:

Nome:

RG:
CPF/MF:



AnexoI**Listagem de Direitos Creditórios Elegíveis****1113680 15-07-08****Termo de Cessão e Integralização de Quotas Subordinadas nº: [●]****Data: [●] de [●] de [●]**

Mutuário [CNPJ/MF] [CPF/MF]	Cedente [CNPJ/MF] [CPF/MF]	Data de Emissão da Nota Fiscal Fatura	Data de Vencimento do Direito Creditório	Valor Nominal (R\$)	Preço de Aquisição (R\$)
TOTAL					

Pág. [●]/[●]

Anexo XI**Procedimento de Habilitação de Cooperativa Singular**

1. Toda e qualquer Cooperativa de Crédito integrante do SICOOB – Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil poderá se habilitar junto ao BANCOOB como Cooperativa Singular Habilitada, desde que atendidos os seguintes requisitos mínimos:

1.1 Envio ao Administrador do Fundo e ao BANCOOB dos seguintes documentos:

- a) Cópia autenticada dos respectivos atos societários, das atas de eleições de diretores atuais e procurações nomeando representantes;
- b) Cópia do cartão de autógrafos da Cooperativa;
- c) Cópias de todos os modelos de Contratos de Financiamento celebrados entre as Cooperativas e os Tomadores, lastro dos Direitos Creditórios;
- d) Cópia do cartão do CNPJ e da CND/INSS;
- e) Cópias de todas as licenças, permissões ou autorizações governamentais, inclusive BACEN;
- f) Cópias das Demonstrações Financeiras das Cooperativas para os últimos 3 (três) anos;
- g) Fornecer cópias dos materiais (manuais) e detalhar a política e procedimentos de concessão de crédito e de cobrança; e
- h) Lista de Certidões Negativas (a ser obtida junto ao Administrador).

1.2. Avaliação pela Administradora e por escritório de advocacia contratado pelo Fundo dos modelos de Contratos de Financiamento celebrados entre as Cooperativas e os Tomadores, lastro dos Direitos Creditórios, para fins de verificação de quais modelos são passíveis de cessão, bem como atendem às Operações de Financiamento definidas no Regulamento cujos Direitos Creditórios são passíveis de cessão ao Fundo;

1.3. Enquadramento pela respectiva Cooperativa às regras contidas no Manual de Política de Crédito do BANCOOB, cuja cópia atualizada será mantida junto à Administradora;

1.4. Emissão de Relatório de Auditoria sobre o desempenho histórico nos últimos 36 (trinta e seis) meses, da carteira de Direitos Creditórios de titularidade da Cooperativa;

1.5. Assinatura pela Cooperativa dos seguintes instrumentos jurídicos:



- a) Termo de Adesão ao Regulamento e de Ciência de Risco; e
- b) Contrato de Cessão de Direitos Creditórios ao BANCOOB;

2. A Cooperativa poderá ser desabilitada caso (i) o Score Interno emitido pelo Gestor fique abaixo do limite mínimo definido no Contrato de Cessão; ou (ii) seja verificada pela Administradora, pelo Gestor ou pelo BANCOOB qualquer restrição em novas Certidões emitidas que inviabilize ou afete a aquisição de Direitos Creditórios ao Fundo; ou (iii) haja descumprimento não sanado pela Cooperativa de qualquer de suas obrigações assumidas no Contrato de Cessão ou no Contrato de Custódia Física.



Anexo XII**Cartilha de Custódia Física Dos Documentos Comprobatórios**

Para habilitar-se como Cooperativa Singular Habilitada a Cooperativa deverá assumir as obrigações de depositária fiel dos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, conforme estabelecido no Contrato de Cessão firmado com o BANCOOB, bem como as seguintes obrigações:

1. A Cooperativa Singular Habilitada se obrigará a prestar, os serviços de guarda, custódia física, armazenagem e organização dos Documentos Comprobatórios referentes a operações financeiras realizadas entre esta e seus associados e cujos Direitos Creditórios sejam cedidos por aquela ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão.
2. Os serviços de guarda e custódia dos Documentos Comprobatórios serão efetuados nos arquivos da Cooperativa Singular Habilitada;
3. A guarda e custódia física dos Documentos Comprobatórios será realizada em caixas padronizadas a serem fornecidas pela Cooperativa Singular Habilitada (as “Caixas”). A Cooperativa Singular Habilitada fornecerá, ainda, os lacres de segurança.
4. Anteriormente ao seu armazenamento em caixas ou armários, os Documentos Comprobatórios referentes a cada operação de financiamento deverão ser organizados e indexados de forma a permitir o seu controle, a sua identificação, tempestiva localização e a determinação se os respectivos Documentos Comprobatórios são de titularidade do BANCOOB e/ou de terceiros, sempre se considerando o CPF/MF (Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda) de cada Mutuário, o número da Cédula de Identidade do Mutuário, bem como o número e a data de celebração do respectivo Contrato de Financiamento (os “Critérios de Organização”).
5. A Cooperativa Singular Habilitada se obriga a guardar e conservar as caixas e/ou armários e seus conteúdos dentro de condições ambientais necessárias à conservação dos mesmos, assim como garantir sigilo absoluto sobre o material de titularidade do BANCOOB e/ou de terceiros cessionários de tais Direitos Creditórios, mantido em suas dependências, adotando



todas as medidas de segurança necessárias para tal, sob pena de responder por perdas e danos.

6. A Cooperativa Singular Habilitada fornecerá cartões que deverão ser preenchidos pelo Custodiante e pelo BANCOOB para nomear pessoas autorizadas do Custodiante e do BANCOOB, respectivamente, a manter contato com a Cooperativa Singular Habilitada, efetuar movimentação, solicitar a entrega e estabelecer o local de despacho e/ou retirada de qualquer Documento Comprobatório ou de Caixa.
7. A solicitação para remessa e/ou entrega de Documento Comprobatório depositado nas Caixas, bem como a devolução das mesmas, observados os procedimentos estabelecidos na Cláusula Seis abaixo, deverão ser feitas por meio do envio à Cooperativa Singular Habilitada dos formulários de retirada ou devolução de Documentos Comprobatórios e de Caixas, firmado por pessoas autorizadas do Custodiante e/ou do BANCOOB, conforme o caso.



Anexo XIII
Lista de Convênios

Entidade / u.f.	Data limite de pagamento ao BANCOOB	Vigência e rescisão	Público Alvo
CECM SERVIDORES PODER JUDICIÁRIO FEDERAL MINISTÉRIO PÚBLICO UNIÃO - COPERJUS - COOPERATIVA Nº 4246	D-3 uteis	Prazo indeterminado, renovações automáticas	Associados da Cooperativa Singular ou terceiros interessados que com ela mantenham relacionamento
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO	Até o dia 28 de cada mês	Vencido dia 08/09/05 com prorrogação tácita das partes	Servidores do TRT-23ª Região, que sejam Associados da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Judiciário Federal e Ministério Público da União do Estado de Mato Grosso - COOPERJUS - Cooperativa n. 4246-5
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO	Até o dia 08 de cada mês	Válido até dia 18/08/09	Servidores do TER-MT que sejam associados da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Judiciário Federal e Ministério Público da União do Estado de Mato Grosso - COOPERJUS - Cooperativa n. 4246-5
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU EM MATO GROSSO	Entre os dias 26 e 29 de cada mês	Válido até 19/08/09	Servidores da Justiça Federal de 1º Grau em MT que sejam associados da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Judiciário Federal e Ministério Público da União do Estado de Mato Grosso - COOPERJUS - Cooperativa n. 4246-5
CECM DOS SERVIDORES PODER EXECUTIVO FED. MUN. JOÃO PESSOA LTDA - CREDISERV	D-3 uteis	Prazo indeterminado, renovações automáticas	Associados da Cooperativa Singular ou terceiros interessados que com ela mantenham relacionamento



SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO - MT	Até o 5º dia de cada mês	Válido até 03/08/05, prorrogado tacitamente	Servidores Públicos da Secretaria de Estado de Administração - MT
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MÚTUA DOS SERVIDORES DA POLÍCIA MILITAR E DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MATO GROSSO - CREDIMIL	Até o dia 10 de cada mês	Prazo indeterminado, renovações automáticas	Associados da Cooperativa Singular ou terceiros interessados que com ela mantenham relacionamento
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ	Dia 28 de cada mês	Válido até 08/07/09	Servidores do TJ - PI - que sejam associados da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Magistrados e Servidores do Poder Judiciário, Órgãos Jurídicos Estaduais e Federais da Grande Teresina - JURISCRED
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MÚTUA DOS MAGISTRADOS E SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO E ÓRGÃOS JURÍDICOS ESTADUAIS E FEDERAIS NA GRANDE TERESINA - JURISCRED	Até o dia 28 de cada mês	Prazo indeterminado, renovações automáticas	Associados da Cooperativa Singular ou terceiros interessados que com ela mantenham relacionamento
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUA DOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CREDILÉGIS	Até o dia 10 de cada mês	Prazo indeterminado, renovações automáticas	Associados da Cooperativa Singular ou terceiros interessados que com ela mantenham relacionamento
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO	Até o dia 30 de cada mês	Válido até 29/04/09	Servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso
FUNDO DE ASSISTÊNCIA PARLAMENTAR - FAP	Até o dia 30 de cada mês	Válido até 31/05/09	Servidores do Fundo de Assistência Parlamentar - FAP

Anexo XIV
Contrato de Cessão

1113680 15-07-08



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE 2º ADITAMENTO AO CONTRATO DE PROMESSA
DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTRAS AVENÇAS**

1113680 15-07-08

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A.

por conta e ordem do

**BANCOOB FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
FINANCEIROS**

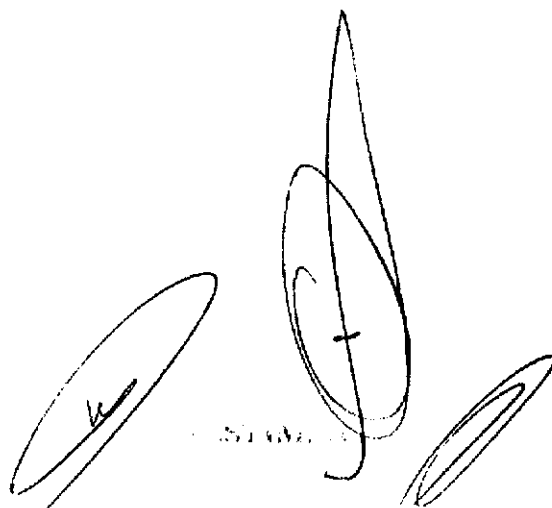
e

BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S/A - BANCOOB

com a interveniência de

BANCO DO BRASIL S/A

ESTADO DO RIO DE JANEIRO









1113680 15-07-08

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE 2º ADITAMENTO AO CONTRATO DE PROMESSA
DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTRAS AVENÇAS**

Pelo presente instrumento, as "Partes", de um lado:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A., sociedade por ações, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos (a "ADMINISTRADORA"), na qualidade de administradora e por conta e ordem do **BANCOOB FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS**, condomínio fechado, cujo regulamento foi devidamente registrado sob o nº 1054950, em 13 de julho de 2006 e alterado pelo Instrumento Particular de Primeira Alteração, registrado sob o nº 1055211 em 18 de julho de 2006, pelo Instrumento de Segunda Alteração, registrado sob o nº 1064200 em 30 de outubro de 2006, pelo Instrumento de Terceira Alteração, registrado sob o nº 1068701 em 19 de dezembro de 2006, pelo Instrumento de Quarta Alteração, registrado sob o nº 1072891 em 06 de fevereiro de 2007, pelo Instrumento de Quinta Alteração, registrado sob o nº 1080126 em 02 de maio de 2007, e pelo Instrumento de Sexta Alteração, registrado sob o nº 1085373 em 27 de junho de 2007, todos perante o 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro (o "Regulamento"), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.165.234/0001-09 (o "Fundo");

e, de outro lado,

BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S/A - BANCOOB, instituição financeira com sede em Brasília, Distrito Federal, SCS Quadra 6, Bloco A, nº 50, Ed. Sofia, 4º andar, inscrito no CNPJ sob o nº 02.038.232/0001-64, neste ato representado na forma de seus atos constitutivos ("BANCOOB");

E como interveniente anuente,

BANCO DO BRASIL S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, na SBS, quadra 1, bloco C, Edifício/sede III, inscrito no CNPJ/MF sob nº 00.000.000/0001-91,



neste ato representado na forma de seu Estatuto Social, doravante designado simplesmente "Custodiante" ou "Banco do Brasil"

CONSIDERANDO QUE as partes celebraram em 18 de outubro de 2006 o "Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças ("Contrato de Cessão"), e em 07 de fevereiro de 2007 o "Instrumento Particular de 1º Aditamento ao Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças" (o "1º Aditamento"); e

CONSIDERANDO QUE em Assembléia Geral de Quotistas realizada em 26 de setembro de 2007, foram aprovadas alterações no Regulamento do Fundo, que por consequência alteram disposições do Contrato de Cessão.

RESOLVEM as Partes celebrar o presente "Instrumento Particular de 2º Aditamento ao Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças" (o "2º Aditamento"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

I – DAS ALTERAÇÕES

Ficam alterados os itens 1.1.4; 1.2.2; e 1.6.1.2 do anexo III, que passam a vigorar com as seguintes redações:

1.1.4. "A inadimplência será calculada pela seguinte fórmula:

$$IIn = TPA/TPV$$

em que:

IIn = Índice de Inadimplência;

TPA = total de parcelas em aberto, com mais de 30 dias de atraso, dentre as cobradas nos últimos 72 meses, inclusive considerando as que foram baixadas para prejuízo;

TPV = total de parcelas cobradas nos últimos 72 meses".

1.2.2. "o prazo de vencimento do Direito Creditório é superior a 10 (dez) dias e é igual ou inferior a 72 (setenta e dois) meses contado da data de vencimento da 1ª parcela do respectivo contrato, que deverá



vencer sempre no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias da Data de Aquisição, desde que, considerada pro forma a cessão pretendida, o Fundo atenda ao Índice de Liquidez”.

1.6.1.2. “A inadimplência da carteira cedida será calculada pela razão entre o total de parcelas em aberto, com mais de 30 dias de atraso, e o total de parcelas cobradas, observado o período de 72 meses.”

II – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas, continuando assim em vigor, todas as demais cláusulas e condições contidas no Contrato de Cessão.

III – DA CONSOLIDAÇÃO

Fica o Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças consolidado na forma do documento em anexo.

IV - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Contrato, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente 2º Aditamento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito, obrigando-se por si, por seus sucessores ou cessionários a qualquer título, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 2007

BANCO COOPERATIVO DO BRASIL
S/A - BANCOOB

Nome:

Cargo:

Wander José Soares Pereira
Diretor de Controle


BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S/A
- BANCOOB

Nome:

Cargo:

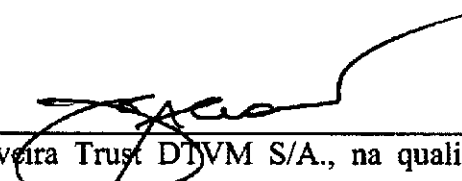
Oduvaldo Firetti
Diretor Administrativo e Operacional





Oliveira Trust DTVM S/A., na qualidade
de administradora do BANCOOB FIDC
FINANCEIROS

Nome: **Alexandre Lodi de Oliveira**
Cargo: **Precedor**



Oliveira Trust DTVM S/A., na qualidade
de administradora do BANCOOB FIDC
FINANCEIROS

Nome: **José Alexandre C. de Freitas**
Cargo: **DIRETOR**

Como interveniente: BANCO DO BRASIL S/A



BANCO DO BRASIL S/A

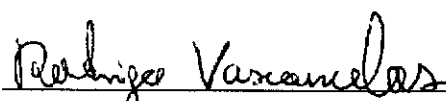
Nome: **Jorge Luis Guedes**
CPF: 814.257.407-15
Cargo:



BANCO DO BRASIL S/A


Nome: **Sheila Magda de Oliveira**
Cargo: **Gerente de Divisão**

Testemunhas:



Rodrigo Espinola de Vasconcelos
CPF: 023.957.657-83
RG: 66669s136 MTPSRJ

Esta folha é parte integrante do "Instrumento Particular de 2º Aditamento ao Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças", firmado em 31 de outubro de 2007, entre o BANCOOB Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Financeiros e o Banco Cooperativo do Brasil S/A – BANCOOB, com a interveniência do Banco do Brasil S/A.



Aline de Araujo Hamond
CPF: 116.576.577-28
RG: 11.122.043-0 DETRAN/RJ



1113680 15-07-08

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE
PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS
CREDITÓRIOS E OUTRAS AVENÇAS**

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
S/A.**

por conta e ordem do

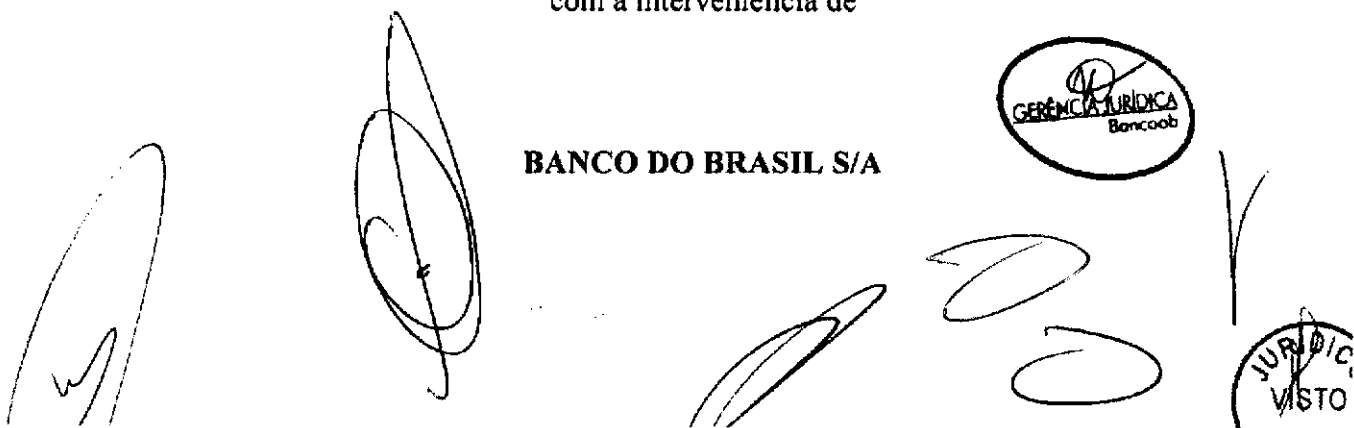
**BANCOOB FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
FINANCEIROS**

e

BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S/A - BANCOOB


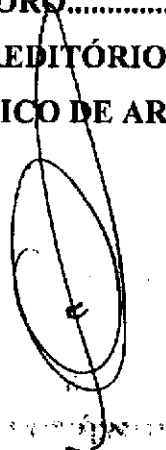
com a intervenção de

BANCO DO BRASIL S/A

The block contains several handwritten signatures and two official stamps. On the left, there are three distinct handwritten signatures. In the center, there is a circular stamp with the text "GERÊNCIA JURÍDICA" and "Bancoob" below it. To the right of this stamp, there are more handwritten marks, including a large "V" and a circular stamp that says "JURÍDICO" and "VISTO".

ÍNDICE

CLÁUSULA UM – DAS DEFINIÇÕES	5
CLÁUSULA TRÊS – DA PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS.....	9
CLÁUSULA QUATRO – DAS DECLARAÇÕES DAS PARTES.....	9
CLÁUSULA CINCO – DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE.....	13
CLÁUSULA SEIS – DO PROCEDIMENTO DE OFERTA DE DIREITOS CREDITÓRIOS E DE FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO	14
CLÁUSULA SETE – DO PREÇO DE AQUISIÇÃO	18
CLÁUSULA OITO – DA INTEGRALIZAÇÃO DE QUOTAS SUBORDINADAS	20
CLÁUSULA NOVE – DA RESOLUÇÃO DA CESSÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS	21
CLÁUSULA DEZ – DA FORMA DE PAGAMENTO.....	22
CLÁUSULA ONZE – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DO BANCOOB E DA ADMINISTRADORA.....	23
CLÁUSULA DOZE – DOS EVENTOS DE REVISÃO E DOS EVENTOS DE RESILIÇÃO	28
CLÁUSULA TREZE – DA RESILIÇÃO	31
CLÁUSULA QUATORZE – DAS PENALIDADES	31
CLÁUSULA QUINZE – DA CONFIDENCIALIDADE.....	32
CLÁUSULA DEZESSEIS – DAS COMUNICAÇÕES	33
CLÁUSULA DEZESSETE – DOS NEGÓCIOS RESTRITOS.....	35
CLÁUSULA DEZENOVE – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.....	36
CLÁUSULA VINTE – DO FORO.....	38
FUNDOS DE DIREITOS CREDITÓRIOS.....	40
INTERCÂMBIO ELETRÔNICO DE ARQUIVOS.....	40





1113680 15-07-08

**CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS
CREDITÓRIOS E OUTRAS AVENÇAS**

Pelo presente instrumento, as "Partes", de um lado:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A., sociedade por ações, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos (a "ADMINISTRADORA"), na qualidade de administradora e por conta e ordem do **BANCOOB FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS**, condomínio fechado, cujo regulamento foi devidamente registrado em 13 de julho de 2006 sob o nº 1054950 e alterado pelo Instrumento Particular de Primeira Alteração, registrado sob o nº 1055211 em 18 de julho de 2006, pelo Instrumento de Segunda Alteração, registrado sob o nº 1064200 em 30 de outubro de 2006, pelo Instrumento de Terceira Alteração, registrado sob o nº 1068701 em 19 de dezembro de 2006, pelo Instrumento de Quarta Alteração, registrado sob o nº 1072891 em 06 de fevereiro de 2007, pelo Instrumento de Quinta Alteração, registrado sob o nº 1080126 em 02 de maio de 2007, e pelo Instrumento de Sexta Alteração, registrado sob o nº 1085373 em 27 de junho de 2007, todos perante o 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro (o "Regulamento"), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.165.234/0001-09 (o "Fundo");

e, de outro lado,

BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S/A - BANCOOB, instituição financeira com sede em Brasília, Distrito Federal, SCS Quadra 6, Bloco A, nº 50, Ed. Sofia, 4º andar, inscrito no CNPJ sob o nº 02.038.232/0001-64, neste ato representado na forma de seus atos constitutivos ("BANCOOB");

E como interveniente anuente,

BANCO DO BRASIL S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, na SBS, quadra I, bloco C, Edifício sede III, inscrito no CNPJ/MF sob nº 00.000.000/0001-91, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social,

doravante designado simplesmente "Custodiante" ou "Banco do Brasil"

CONSIDERANDO QUE:

- (A) o objetivo do Fundo é proporcionar a seus Quotistas a valorização de suas Quotas mediante a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade do BANCOOB e de outros ativos financeiros e modalidades operacionais, observados os termos e as condições deste Contrato e do Regulamento;
- (B) o Fundo adquirirá do BANCOOB, em moeda corrente nacional e/ou por meio da subscrição e integralização de Quotas Subordinadas, em caráter definitivo, sem direito de regresso ou qualquer tipo de coobrigação, observados os termos e as condições deste Contrato e do Regulamento, Direitos Creditórios Elegíveis e todos e quaisquer direitos, garantias e prerrogativas assegurados em razão de sua titularidade;
- (C) o Fundo emitirá Quotas Sênior, em número indeterminado de Séries, a serem colocadas no mercado brasileiro de capitais, por meio de distribuição pública, para captar os recursos necessários à aquisição, em moeda corrente nacional, de Direitos Creditórios Elegíveis, observadas as disposições deste Contrato e do Regulamento;
- (D) no curso ordinário do Programa de Securitização, o Fundo adquirirá do BANCOOB, observado a disponibilidade de recursos para tanto e as demais condições previstas neste Contrato, Direitos Creditórios que atendam aos Critérios Elegibilidade previstos no Capítulo Cinco do Regulamento, bem como que tenham sido originados exclusivamente de Operações de Financiamento ou de Operações de Crédito Consignado;
- (E) o BANCOOB é legítimo e único titular dos Direitos Creditórios;
- (F) o Fundo emitirá Quotas Subordinadas para atender aos índices e parâmetros do Fundo, calculados nos termos do Regulamento;

- (G) as Quotas Subordinadas podem ser subscritas e integralizadas pelo BANCOOB, em moeda corrente nacional e/ou por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, observadas as disposições deste Contrato e do Regulamento;
- e
- (H) os Direitos Creditórios, desde que atendam aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Regulamento e aos demais termos e condições ali estabelecidos, podem ser objeto de cessão ao Fundo,

resolvem as Partes celebrar o presente “Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças” (o “Contrato”), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA UM – DAS DEFINIÇÕES

- I. Para os fins deste Contrato e seus Anexos, os termos e as expressões abaixo terão os seguintes significados (aplicáveis tanto às formas no singular quanto no plural), exceto se escritos apenas em letras minúsculas:
- a) “Agentes” significam quaisquer acionistas, administradores, empregados, prestadores de serviços, prepostos ou mandatários de qualquer Pessoa que tenham sido expressamente autorizados a atuar em nome da referida Pessoa;
 - b) “Averbação Eletrônica” significa o procedimento por meio do qual o BANCOOB acessa via internet o *site* da Entidade ou órgão público (*website* no qual é disponibilizada uma senha de acesso para o BANCOOB) e comprova se o funcionário público mutuário possui margem disponível para contrair o financiamento. Ato contínuo, essa margem é reservada pelo BANCOOB a favor da operação de mútuo requerida pelo funcionário público;
 - c) “Condições Resolutivas da Cessão” têm a atribuição do inciso I da Cláusula Nove deste Contrato;
 - d) “Controle” tem o significado estabelecido no artigo 116 da Lei 6.404/76 e/ou significa o poder detido pelo acionista ou quotista que detenha 50% (cinquenta por cento) mais uma ação ou quota do capital votante de uma determinada

Pessoa;

- e) "CNPJ/MF" significa o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda;
- f) "Data de Aquisição" tem o significado que lhe é atribuído no inciso V da Cláusula Seis deste Contrato;
- g) "Data de Oferta" significa a data em que o BANCOOB envia o Layout para o Custodiante, nos termos do inciso I da Cláusula Seis deste Contrato;
- h) "Data de Registro" tem o significado que lhe é atribuído no inciso III da Cláusula Dois deste Contrato;
- i) "Direito Creditório" significa cada prestação devida pelo Mutuário ao BANCOOB ou a seu cessionário, sempre em moeda corrente nacional, líquida de qualquer taxa de administração/serviço, decorrente de contratação de operação de empréstimo entre o BANCOOB e o Mutuário, nos termos de qualquer Contrato de Financiamento;
- j) "Direitos Creditórios Elegíveis" tem o significado que lhe é atribuído no inciso II da Cláusula Cinco deste Contrato;
- k) "Documentos Comprobatórios" tem o significado que lhe é atribuído no inciso XV da Cláusula Seis deste Contrato;
- l) "Eventos de Resilição" tem o significado que lhe é atribuído no inciso III da Cláusula Doze deste Contrato;
- m) "Eventos de Revisão" tem o significado que lhe é atribuído no inciso I da Cláusula Doze deste Contrato;
- n) "Informações Confidenciais" tem o significado que lhe é atribuído no inciso I da Cláusula Quinze deste Contrato;
- o) "Layout" significa o arquivo remessa enviado pelo BANCOOB ao Custodiante, preparado na forma do Anexo I deste Contrato, contendo as informações referentes aos Direitos Creditórios relativos a cada Entidade;
- p) "Notificação" significa o documento preparado substancialmente na forma do Anexo II;
- q) "Negócio Restrito" tem o significado que lhe é atribuído no inciso I da Cláusula

1113680 15-07-08

Dezessete;

- r) "Operações de Crédito Consignado" significam as operações de mútuo, com pagamento na modalidade de consignação em folha de pagamento, realizadas pelo BANCOOB com Mutuário vinculado a uma Entidade perfilada na Lista de Convênios anexa ao Regulamento do Fundo;
- s) "Operações de Financiamento" significam as operações de empréstimo ou financiamento realizadas por uma das Cooperativas Singulares Habilitadas com seus respectivos Associados;
- t) "Parte" tem o significado que lhe é atribuído no Preâmbulo deste Contrato;
- u) "Parte Obrigada" tem o significado que lhe é atribuído no inciso I da Cláusula Quinze deste Contrato;
- v) "Período de Registro Especial" tem o significado que lhe é atribuído no inciso II da Cláusula Dois deste Contrato;
- w) "Pessoa Autorizada" significa qualquer Pessoa que tenha sido expressamente autorizada a atuar, passar ordens, instruções e contratar em nome de outra Pessoa, podendo, inclusive, firmar os Termos de Cessão e os Termos de Cessão Consolidados;
- x) "Política de Aquisição de Direitos Creditórios" significa a política de concessão de crédito do BANCOOB definida no Anexo III deste Contrato;
- y) "Potencial de Cessão" significa o valor das disponibilidades, em moeda corrente nacional de titularidade do Fundo, apurado na Data de Oferta, não comprometidas com o pagamento de exigibilidades do Fundo, nos termos do Regulamento, e disponível para a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis;
- z) "Preço de Aquisição" tem o significado que lhe é atribuído no inciso I da Cláusula Sete deste Contrato;
- aa) "Procuração Irrevogável" significa a procuração passada pelo BANCOOB em favor da Administradora preparada na forma do Anexo IV;
- bb) "Regulamento" tem o significado que lhe é atribuído no preâmbulo deste Contrato;
- cc) "Representantes" tem o significado que lhe é atribuído no inciso I da Cláusula Quinze deste Contrato;
- dd) "Termo de Cessão" tem o significado que lhe é atribuído no inciso V da Cláusula

JURID/C
VISTO

Seis deste Contrato; e

- ee) “Termo de Cessão Consolidado” tem o significado que lhe é atribuído no inciso III da Cláusula Dois deste Contrato.

Todos os termos e as expressões definidos no Regulamento terão o significado que lhes é ali atribuído quando utilizados neste Contrato, exceto se escritos apenas em letras minúsculas.

CLÁUSULA DOIS – DO REGISTRO

- I. Este Contrato e seus aditamentos serão levados a registro pela Administradora, diretamente ou por meio de seus Agentes, em cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados nos domicílios do BANCOOB e da Administradora, no prazo de 10 (dez) dias úteis contado de sua assinatura.
- II. Durante o período de 30 (trinta) dias contado da 1ª Data de Emissão de Quotas (o “Período de Registro Especial”), a Administradora deverá providenciar, diretamente ou por meio de seus Agentes, o registro dos Termos de Cessão, observado o disposto no inciso I acima, até o 10º (décimo) dia útil imediatamente posterior a cada Data de Aquisição.
- III. Após o término do Período de Registro Especial, a Administradora deverá providenciar, quinzenalmente (a “Data de Registro”), diretamente ou por meio de seus Agentes, a lavratura, por instrumento público perante Tabelião de Notas da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, de termo de cessão consolidado preparado substancialmente na forma do Anexo V (o “Termo de Cessão Consolidado”), acompanhado de todos os demonstrativos enviados pelo Custodiante ao BANCOOB, nos termos do inciso II da Cláusula Seis, contendo as informações referentes aos Direitos Creditórios cedidos pelo BANCOOB ao Fundo, entre (a) o último dia útil do Período de Registro Especial ou o 2º dia útil imediatamente anterior a última Data de Registro, inclusive, e (b) o 2º dia útil imediatamente anterior à respectiva Data de Registro, exclusive, contendo a

relação dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo no respectivo período. A Administradora poderá firmar os Termos de Cessão Consolidados, por conta e ordem do BANCOOB, utilizando-se dos poderes outorgados na Procuração Irrevogável, devendo encaminhar-lhe cópia e/ou certidão do respectivo Termo de Cessão Consolidado no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado de sua lavratura.

CLÁUSULA TRÊS – DA PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

- I. O BANCOOB, neste ato e em regular forma de direito, promete ceder ao Fundo Direitos Creditórios, incluindo todos e quaisquer direitos, prerrogativas e garantias assegurados ao BANCOOB em razão de sua titularidade, de acordo com os termos e as condições estabelecidos neste Contrato e no Regulamento.
- II. O Fundo, por sua vez, por meio da Administradora, promete adquirir do BANCOOB, durante o prazo de vigência deste Contrato, observados os termos e as condições estabelecidos neste Contrato e no Regulamento, os Direitos Creditórios Elegíveis a este oferecidos. A parcela do Preço de Aquisição a ser paga ao BANCOOB, em moeda corrente nacional, é limitada ao valor do Potencial de Cessão aplicável na ocasião.
- III. o Fundo adquirirá do BANCOOB, observado a disponibilidade de recursos para tanto e as demais condições previstas neste Contrato, Direitos Creditórios que atendam aos Critérios Elegibilidade previstos no Capítulo Cinco do Regulamento, bem como que tenham sido originados exclusivamente de Operações de Financiamento ou de Operações de Crédito Consignado.

CLÁUSULA QUATRO – DAS DECLARAÇÕES DAS PARTES

- I. O BANCOOB, devidamente representado na forma de seus atos constitutivos, declara e assegura à Administradora e ao Custodiante, conforme o caso, que, na data de assinatura deste Contrato e em cada Data de Aquisição:

GERÊNCIA JURÍDICA
Bancoob

JURÍDICO
VISTO

- a) é uma instituição financeira validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável;
- b) a celebração deste Contrato, dos Termos de Cessão, dos Termos de Cessão Consolidados e a assunção das obrigações deles decorrentes se fazem nos termos de seus atos constitutivos e têm plena eficácia;
- c) as Pessoas Autorizadas que assinam este Contrato e seus respectivos Anexos têm poderes para assumir, em nome do BANCOOB, as obrigações aqui estabelecidas, bem como para outorgar mandatos a terceiros, nos termos definidos neste Contrato, particularmente aqueles poderes expressos na Procuração Irrevogável;
- d) a situação econômica, financeira e patrimonial do BANCOOB na data em que esta declaração é feita ou reafirmada, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência;
- e) até a data em que esta declaração é feita ou reafirmada não há quaisquer títulos de emissão do BANCOOB ou sacados contra este que tenham sido protestados, cujo valor unitário ou agregado seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;
- f) a celebração deste Contrato, dos Termos de Cessão, dos Termos de Cessão Consolidados e o cumprimento das obrigações deles decorrentes não acarretam, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, (i) de quaisquer contratos ou instrumentos firmados anteriormente à data da assinatura deste Contrato dos quais o BANCOOB, suas Pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, sejam parte ou aos quais estejam vinculados, a qualquer título, bens ou direitos de propriedade de quaisquer das Pessoas acima referidas, (ii) de qualquer norma legal ou regulamentar a que o BANCOOB, suas Pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das Pessoas acima referidas estejam sujeitos e (iii) de qualquer ordem ou decisão judicial ou administrativa, ainda que liminar, que afete o BANCOOB, suas Pessoas controladas, coligadas ou

1113680 15-07-08

controladoras, diretas ou indiretas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das Pessoas acima referidas;

- g) seus sistemas internos de gestão e controle do processo de concessão de crédito, que deram e darão origem aos Direitos Creditórios, não permitem e dispõem de controles que não permitem ou permitirão a oferta ao Fundo de Direitos Creditórios sem lastro, em duplicidade ou vinculados a qualquer outro negócio jurídico;
- h) os Direitos Creditórios oferecidos à cessão, nos termos deste Contrato, são de sua legítima e exclusiva titularidade, estando livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, que possam obstar a cessão prometida e o pleno gozo e uso, pelo Fundo, de todos os direitos, garantias e prerrogativas relacionados aos Direitos Creditórios a este cedidos, nos termos deste Contrato, e foram contratados com estrita observância aos termos e às condições da Política de Concessão de Crédito, tendo sido gerados pelos sistemas referidos na alínea "g" acima;
- i) os Contratos de Financiamento, os respectivos Convênios, quando se tratar de Operações de Crédito Consignado, e os demais documentos que autorizam a concessão dos financiamentos aos Mutuários não contêm qualquer avença que impeça, proíba ou condicione, a qualquer título, a cessão dos Direitos Creditórios do BANCOOB ao Fundo ou do Fundo para qualquer Pessoa;
- j) os Mutuários, devedores dos Direitos Creditórios oferecidos à cessão ao Fundo, não se encontram inadimplentes, na respectiva Data de Oferta, no cumprimento de qualquer obrigação pecuniária com o BANCOOB por prazo superior a 30 (trinta) dias, bem como suas respectivas Pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas;
- k) os Direitos Creditórios oferecidos à cessão ao Fundo não são ou foram objeto, na respectiva Data de Oferta (i) de qualquer contestação judicial, extrajudicial ou administrativa, por parte dos respectivos Mutuários, independentemente da alegação ou mérito que possa, direta ou indiretamente, comprometer sua liquidez e certeza ou (ii) de qualquer tipo de renegociação, acordo ou transação;

- l) o BANCOOB encontra-se adimplente no cumprimento de todas as suas obrigações avençadas nos Convênios ou nos Contratos de Financiamento cujos respectivos Direitos Creditórios tenham sido cedidos ao Fundo;
- m) não ter ocorrido qualquer Evento de Revisão ou Evento de Resilição, que não tenha sido sanado, com referência ao BANCOOB na data em que esta declaração é prestada ou confirmada;
- n) qualquer Evento de Revisão com referência ao BANCOOB, ocorrido anteriormente à data em que esta declaração é prestada ou confirmada, encontra-se devidamente sanado; e
- o) todos os alvarás, licenças, autorizações ou aprovações exigíveis ao funcionamento do BANCOOB e à celebração dos Contratos de Financiamento foram regularmente obtidos e encontram-se atualizados e seus livros contábeis e societários estão regularmente abertos e registrados no competente órgão do registro de comércio, estando, também, devidamente atualizados.

II. A Administradora, devidamente representada na forma de seus atos constitutivos, declara e garante que:

- a) o Fundo é um condomínio validamente constituído, regularmente registrado e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios;
- b) é uma sociedade por ações validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável;
- c) a celebração deste Contrato e a assunção das obrigações dele decorrentes se fazem nos termos de seus atos constitutivos e têm plena eficácia;
- d) as Pessoas que assinam este Contrato e os respectivos Anexos em nome da Administradora têm poderes para assumir em seu próprio nome ou, conforme o

caso, por conta e ordem do Fundo, as obrigações nele estabelecidas, bem como para outorgar mandatos a terceiros, nos termos aqui definidos;

- e) a celebração deste Contrato, dos Termos de Cessão, dos Termos de Cessão Consolidados e o cumprimento das obrigações deles decorrentes não acarretam, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, (i) de quaisquer contratos ou instrumentos firmados anteriormente à data da assinatura deste Contrato dos quais a Administradora, suas Pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, sejam parte ou aos quais estejam vinculados, a qualquer título, bens ou direitos de propriedade de quaisquer das Pessoas acima referidas, (ii) de qualquer norma legal ou regulamentar a que a Administradora, suas Pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das Pessoas acima referidas estejam sujeitos, e (iii) de qualquer ordem ou decisão, ainda que liminar, judicial ou administrativa, que afete a Administradora, suas Pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das Pessoas acima referidas; e
- f) encontra-se técnica e operacionalmente habilitada e autorizada a prestar os serviços de administração do Fundo, contando com todos os sistemas necessários ao pleno e satisfatório exercício de suas funções, nos termos do Regulamento, dos demais Documentos da Securitização e da legislação aplicável.

CLÁUSULA CINCO – DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

- I. Desde que as Partes estejam adimplentes no cumprimento de todas as suas respectivas obrigações assumidas nos Documentos da Securitização, o Fundo adquirirá do BANCOOB Direitos Creditórios que atendam, cumulativamente, na Data de Aquisição, aos Critérios de Elegibilidade definidos no Capítulo Cinco do Regulamento.
- II. Os Direitos Creditórios que satisfaçam, na Data de Aquisição, cumulativamente, aos Critérios de Elegibilidade são denominados os “Direitos Creditórios Elegíveis”.

- III. Ressalvada a hipótese de ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão, a perda, por qualquer motivo, após a cessão ao Fundo, da condição de Direito Creditório Elegível não dará ao Fundo qualquer pretensão, recurso ou direito de regresso contra o BANCOOB, suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

**CLÁUSULA SEIS – DO PROCEDIMENTO DE OFERTA DE DIREITOS
CREDITÓRIOS E DE FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO**

- I. O BANCOOB colocará à disposição do Custodiante, por conta e ordem do Fundo, por meio eletrônico, o Layout contendo as características dos Direitos Creditórios que o mesmo está disposto a ceder ao Fundo. O envio do Layout ao Fundo caracteriza a oferta de cessão dos Direitos Creditórios pelo BANCOOB ao Fundo.
- II. Após o recebimento do Layout e verificação de quais Direitos Creditórios ali identificados atendem aos Critérios de Elegibilidade, o Custodiante colocará à disposição do BANCOOB, por meio eletrônico, relatório contendo a relação dos Direitos Creditórios Elegíveis, individualmente identificados, no mínimo, pelas informações definidas no anexo ao Termo de Cessão e o respectivo Preço de Aquisição. O somatório do Preço de Aquisição, a ser pago pelo Fundo em moeda corrente nacional, não poderá ser superior ao Potencial de Cessão apurado na Data de Oferta.
- III. Quando da escolha dos Direitos Creditórios Elegíveis constantes do(s) Layout(s) enviado(s) em cada Data de Oferta, o Custodiante partirá sempre do Contrato de Financiamento em que o último Direito Creditório vincendo seja mais próximo à respectiva Data de Oferta.
- IV. Caso o somatório do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios seja superior ao Potencial de Cessão aplicável na ocasião, o Custodiante deverá excluir todos Direitos Creditórios referentes ao mesmo Contrato de Financiamento, partindo sempre do último Contrato de Financiamento escolhido, até que o Preço de Aquisição constante do

relatório enviado ao BANCOOB atinja valor igual ou imediatamente inferior ao respectivo Potencial de Cessão.

- V. Após ter acesso à relação de Direitos Creditórios Elegíveis, o BANCOOB enviará à Administradora, por meio de fac-símile, 1 (uma) via de termo de cessão preparado na forma do Anexo VI (o "Termo de Cessão"), devidamente assinada por Pessoa(s) Autorizada(s) do BANCOOB, até às 15 horas do dia útil imediatamente subsequente à data de recebimento do relatório preparado pelo Custodiante nos termos do inciso II acima (a "Data de Aquisição").
- VI. A Administradora deverá enviar ao BANCOOB, via fac-símile, 1 (uma) cópia de cada Termo de Cessão, devidamente assinada por suas Pessoas Autorizadas, até o dia subsequente ao recebimento do Termo de Cessão encaminhado pelo BANCOOB na forma do inciso V acima.
- VII. O BANCOOB obriga-se a entregar à Administradora 2 (duas) vias originais do Termo de Cessão, acompanhado dos respectivos anexos, até o 6º (sexto) dia útil imediatamente subsequente à respectiva Data de Aquisição, devidamente assinadas e rubricadas por suas Pessoas Autorizadas.
- VIII. Nenhuma nova cessão de Direitos Creditórios será processada pela Administradora enquanto o BANCOOB encontrar-se inadimplente no cumprimento das obrigações referidas nos inciso VII acima.
- IX. A cessão de Direitos Creditórios do BANCOOB ao Fundo será considerada perfeita e acabada quando do recebimento pela Administradora do Termo de Cessão, na forma do inciso VII acima, e do pagamento do Preço de Aquisição ao BANCOOB, nos termos do inciso II da Cláusula Sete, sendo facultado ao Fundo o direito de arrependimento na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Revisão ou Evento de Resilição anteriormente ao pagamento do Preço de Aquisição.
- X. A cessão formalizada na forma do inciso IX acima transfere ao Fundo, em caráter definitivo, sem direito de regresso ou coobrigação do BANCOOB, de suas Pessoas controladoras, de sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes

coligadas ou de outras sociedades sob controle comum, a plena titularidade dos Direitos Creditórios Elegíveis e de todos e quaisquer direitos, garantias e prerrogativas assegurados em razão de sua titularidade.

- XI. O BANCOOB e o Fundo poderão celebrar cessões parciais de Direitos Creditórios referentes ao mesmo Contrato de Financiamento.
- XII. Os Direitos Creditórios constantes do(s) Layout(s), que não sejam por qualquer motivo adquiridos pelo Fundo, poderão ser re-ofertados em data posterior, devendo, neste caso, ser objeto de novo procedimento de verificação de atendimento aos Critérios de Elegibilidade e de formalização da cessão, nos termos deste Contrato e do Regulamento.
- XIII. O BANCOOB, suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não respondem pela solvência dos Mutuários e/ou pela liquidação de suas obrigações pecuniárias nos termos dos respectivos Contratos de Financiamento, sendo apenas responsáveis pela existência e correta formalização dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo nos termos deste Contrato e do Regulamento.
- XIV. A Administradora, por conta e ordem do Fundo, enviará ao BANCOOB 1 (uma) via original do Termo de Cessão, devidamente assinada pelas Partes, no prazo de até 15 (quinze) dias contado da respectiva Data de Aquisição.
- XV. Observado o disposto no Contrato de Custódia Física, o BANCOOB obriga-se a:
- a) atender, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da solicitação, sem qualquer custo adicional, todo e qualquer pedido de informação referente aos Documentos Comprobatórios sob sua responsabilidade feito pelo Custodiante ou pela Administradora;
 - b) entregar, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contado da data da solicitação, os Documentos Comprobatórios, mediante o recebimento do formulário oficial de retirada ou devolução de Documentos Comprobatórios e de caixas preparado pelo

Fundo; e

- c) permitir à Administradora ou às pessoas por esta devidamente autorizadas livre acesso, no menor prazo possível e sem atrasos injustificados, a todos os Documentos Comprobatórios custodiados.

XVI. Até a amortização ou resgate integral das Quotas Sênior em Circulação, e observado o disposto no Contrato de Custódia Física, em especial a responsabilidade assumida pela respectiva Cooperativa Singular Habilitada, o BANCOOB, neste ato, aceita sua nomeação, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do artigo 627 e seguintes do Código Civil brasileiro, na figura de seus representantes legais que assinam o presente Contrato, como fiel depositário:

- a) dos Documentos Comprobatórios sob sua custódia física referentes aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo nos termos deste Contrato, até sua efetiva entrega ao Custodiante, nos termos do inciso XV desta Cláusula; e
- b) de quaisquer valores por este acolhidos nos termos do Convênio de Cobrança referentes aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, até sua efetiva transferência para a Conta Corrente do Fundo.

XVII. As verbas recebidas pelo BANCOOB, nos termos da alínea "b" do inciso XVI acima, deverão ser transferidas para a Conta Corrente do Fundo, no prazo máximo de até 3 (três) dias úteis, contado do recebimento dos respectivos valores, observados os procedimentos de remessa de valores definidos no Convênio de Cobrança.

XVIII. O Custodiante deverá proceder à conciliação das verbas transferidas para a Conta Corrente do Fundo com o fluxo de caixa esperado do Fundo e as informações passadas pelo BANCOOB.

XIX. O BANCOOB poderá adquirir do Fundo Direitos Creditórios relativos a Contratos de Financiamento Inadimplentes, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, desde que, considerada, *pro-forma*, a cessão pretendida, o Fundo atenda à Razão de Garantia, ao Índice de Liquidez e à Alocação de Investimento Mínima e não estejam sendo implementados os procedimentos resultantes da ocorrência de um Evento de

1113680 15-07-08

Amortização Antecipada. Caso o BANCOOB exerça a opção de compra a que se refere este inciso, o mesmo deverá comunicar sua intenção à Administradora, por meio eletrônico, identificar quais Direitos Creditórios Inadimplentes deseja adquirir e indicar o nome e a qualificação do cessionário dos respectivos créditos. O preço de aquisição dos Direitos Creditórios Inadimplentes, para efeito do exercício da opção de compra acima referida, será equivalente ao valor de mercado, se houver, ao valor contábil dos respectivos Direitos Creditórios, sendo que, em nenhuma hipótese este poderá ser inferior a 0 (zero).

XX. Sem prejuízo da opção de compra referida no inciso XIX acima, o BANCOOB terá o direito de primeira recusa, caso a Administradora deseje alienar quaisquer dos Direitos Creditórios relativos a Contratos de Financiamento Inadimplentes de titularidade do Fundo para qualquer terceiro. Neste caso, o preço de aquisição dos respectivos ativos pelo BANCOOB deverá ser igual ou superior ao preço de compra oferecido à Administradora, o qual, em nenhuma hipótese, poderá ser vil.

XXI. Nas hipóteses definidas nos incisos XIX e XX acima, a cessão dos Direitos Creditórios relativos a Contratos de Financiamento Inadimplentes de titularidade do Fundo somente poderá ser realizada desde que sejam observados, no que forem aplicáveis, os termos e as condições definidos na alínea "b" do inciso III do Capítulo Sete do Regulamento.

CLÁUSULA SETE – DO PREÇO DE AQUISIÇÃO

I. Pela aquisição de cada Direito Creditório Elegível, será pago pelo Fundo ao BANCOOB, em moeda corrente nacional e/ou em contrapartida à integralização de Quotas Subordinadas, conforme indicado em cada Termo de Cessão (o "Preço de Aquisição"), o valor apurado de acordo com a seguinte expressão:

a. Para contratos originalmente calculados com juros compostos:



1113680 15-07-08

$$PADC = \frac{VDC}{\left[(1 + TD_c)^{\frac{N}{252}} \right]}$$

onde:

PADC = Preço de Aquisição de cada Direito Creditório (para cada parcela).

VDC = valor nominal de cada Direito Creditório (para cada parcela).

TD_c = Taxa de Desconto Composta, expressa na forma decimal ao ano.
(Exemplo: para uma taxa de 20% ao ano, TD = 0,20).

N = número de dias úteis entre a data de vencimento do Direito Creditório e a Data de Aquisição, incluindo-se na contagem o 1º dia e excluindo-se o último dia do respectivo período.

b. Para contratos originalmente calculados com juros simples:

$$PADC = \frac{VDC}{\left(1 + TD_s \times \left(\frac{N}{252} \right) \right)}$$

onde:

PADC = Preço de Aquisição de cada Direito Creditório (para cada parcela).

VDC = valor nominal de cada Direito Creditório (para cada parcela).

TD_s = Taxa de Desconto Simples, expressa na forma decimal ao ano.
(Exemplo: para uma taxa de 20% ao ano, TD = 0,20).

N = número de dias úteis entre a data de vencimento do Direito Creditório e a Data de Aquisição, incluindo-se na contagem o 1º dia

GERÊNCIA JURÍDICA

19

JURÍDICO
VISTO

e excluindo-se o último dia do respectivo período.

- II. O valor apurado no inciso I poderá ser acrescido de eventual ágio ou deságio, de acordo com a Política de Aquisição de Direitos Creditórios do Bancoob, respeitada a Taxa Mínima de Desconto definida no Regulamento.
- III. Após o recebimento do Termo de Cessão, nos termos do inciso V da Cláusula Seis deste Contrato, o Custodiante, por conta e ordem do Fundo, na Data de Aquisição, efetuará o pagamento do Preço de Aquisição, em moeda corrente nacional, exclusivamente por meio de crédito das verbas devidas na Conta Corrente do BANCOOB, e/ou lançará o respectivo número de Quotas Subordinadas na conta de depósito de titularidade do BANCOOB.

CLÁUSULA OITO – DA INTEGRALIZAÇÃO DE QUOTAS SUBORDINADAS

- I. Quando da cessão pelo BANCOOB de Direitos Creditórios Elegíveis para fins de integralização de Quotas Subordinadas, o Custodiante, conforme instrução passada pela Administradora, colocará à disposição do BANCOOB a relação dos Direitos Creditórios Elegíveis, constantes do respectivo Layout, que poderão ser utilizados na integralização de Quotas Subordinadas.
- II. Quando da subscrição e integralização pelo BANCOOB de Quotas Subordinadas, por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, as Partes e o Custodiante devem observar, no que forem cabíveis, todos os procedimentos de verificação dos Critérios de Elegibilidade definidos no Regulamento e as demais rotinas definidas na Cláusula Seis deste Contrato.
- III. A cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis realizada como contrapartida pela subscrição e integralização de Quotas Subordinadas será considerada perfeita e acabada quando do recebimento pelo Custodiante das vias dos Termos de Cessão e do lançamento, pela Administradora, das respectivas Quotas Subordinadas na conta de depósito de titularidade do BANCOOB.
- IV. Quaisquer pagamentos em moeda corrente nacional realizados pelo BANCOOB a

título de subscrição e integralização de Quotas Subordinadas deverão ser efetuados com a estrita observância ao disposto no Capítulo Onze do Regulamento.

- V. A subscrição e integralização de Quotas Subordinadas pelo BANCOOB, em moeda corrente nacional ou por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, nos termos deste Contrato, será realizada sempre se considerando o valor das Quotas Subordinadas, apurado nos termos da alínea "c" do inciso IX do Capítulo Onze do Regulamento, para o mesmo dia útil da data de integralização das respectivas Quotas.

CLÁUSULA NOVE – DA RESOLUÇÃO DA CESSÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

- I. Considerar-se-á resolvida a cessão de todos os Direitos Creditórios referentes a cada Contrato de Financiamento, inclusive na hipótese de a respectiva cessão ter sido realizada em contrapartida à subscrição e integralização de Quotas Subordinadas, operada de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação ao BANCOOB e sem qualquer ônus ou custo para o Fundo, nas seguintes hipóteses (as "Condições Resolutivas da Cessão"):
- a) caso o pagamento de qualquer Direito Creditório seja recusado pelo respectivo Mutuário por alegação de vícios, defeitos ou inexistência de lastro; ou
 - b) caso qualquer Direito Creditório seja reclamado por terceiros comprovadamente titulares de ônus, gravames ou encargos constituídos previamente à aquisição dos mesmos pelo Fundo; ou
 - c) caso seja verificado, a qualquer tempo, pelo BANCOOB, pela Administradora e/ou pelo Custodiante a existência de vícios, defeitos ou inexistência de lastro em Direitos Creditórios, originados em data anterior à respectiva Data de Aquisição

- II. Sem prejuízo da resolução da cessão, o BANCOOB deverá notificar o Custodiante, por meio eletrônico, a ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas contado da data em que este tomar conhecimento do evento.
- III. O BANCOOB estará obrigado a restituir ao Fundo, exclusivamente em moeda corrente nacional, no 3º dia útil imediatamente posterior à ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão, o preço de aquisição dos Direitos Creditórios cuja cessão tiver sido resolvida, nos termos deste Contrato, apurado na forma do inciso I da Cláusula Sete, atualizado *pro-rata temporis* desde a respectiva Data de Aquisição até a data de restituição dos valores devidos, considerando-se a Taxa de Desconto utilizada na determinação do Preço de Aquisição. Neste caso, os valores pagos ao Fundo em razão da resolução da cessão não poderão ser superiores ao valor nominal de todos os Direitos Creditórios referentes ao Contrato de Financiamento correspondente, vencidos e não pagos ou vincendos.
- IV. Os Documentos Comprobatórios relativos aos Direitos Creditórios que tenham sua cessão resolvida nos termos desta Cláusula permanecerão sob a guarda e custódia do Custodiante ou de seu Agente, devendo ser devolvidos ao BANCOOB ou a quem este vier a indicar no prazo de até 7 (sete) dias úteis contado da efetivação do pagamento das verbas devidas ao Fundo e do envio de comunicação solicitando a entrega dos mesmos.

CLÁUSULA DEZ – DA FORMA DE PAGAMENTO

- I. Todos os pagamentos em moeda corrente nacional a serem efetuados pelo BANCOOB ou por qualquer outra Pessoa ao Fundo e por este ao BANCOOB, em razão das obrigações previstas neste Contrato e no Regulamento, deverão ser efetuados única e exclusivamente da seguinte forma:

- a) quando devidos ao Fundo, mediante a transferência para a Conta Corrente de Créditos a Conciliar, valendo o comprovante de crédito/depósito como prova de pagamento e recibo de quitação; e

- b) quando devidos ao BANCOOB, mediante crédito na Conta Corrente do BANCOOB, valendo o comprovante de crédito/depósito como prova de pagamento e recibo de quitação.
- II. Os pagamentos efetuados em contas correntes outras que aquelas indicadas no inciso I acima serão considerados ineficazes em relação ao respectivo beneficiário, estando o devedor sujeito à repetição do pagamento na competente conta corrente.
- III. Existindo créditos recíprocos entre o BANCOOB e o Fundo, fica expressamente autorizada a compensação somente pelo Fundo, até o limite dos valores devidos ao BANCOOB.

CLÁUSULA ONZE – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DO BANCOOB E DA ADMINISTRADORA

- I. Enquanto existirem Quotas Sênior em Circulação e sem prejuízo das demais obrigações assumidas neste Contrato, o BANCOOB expressamente obriga-se a:
- a) dar ciência, por escrito, dos termos e condições deste Contrato e dos demais Documentos da Securitização a seus executivos e prepostos e fazer com que estes cumpram e façam cumprir todos os seus termos e suas condições;
- b) diligenciar e tomar todas as medidas necessárias para que seus diretores, funcionários e outros Agentes cumpram a Política de Concessão de Crédito;
- c) diligenciar e tomar todas as medidas necessárias para que somente sejam oferecidos ao Fundo Direitos Creditórios constituídos com estrita observância às declarações prestadas nas alíneas “g” a “n” do inciso I da Cláusula Quatro deste Contrato;
- d) permitir à Administradora ou a quem for por essa indicado, por escrito, em dias úteis e no horário normal de trabalho, sem qualquer custo adicional para o Fundo,

no prazo improrrogável de até 10 (dez) dias úteis, contado da data da solicitação, acesso a todos os dados, às informações e aos documentos relativos aos Direitos Creditórios cedidos ou necessários à verificação, pela Administradora, da consistência dos procedimentos e atribuições de responsabilidade do BANCOOB definidos nos Documentos da Securitização, incluindo as obrigações referidas nas alíneas "b" e "c" acima;

- e) enviar às Entidades todas as informações que sejam de sua responsabilidade, nos termos dos respectivos Convênios, incluindo aquelas necessárias à consignação (desconto em folha de pagamento) dos valores devidos pelos respectivos Mutuários, encaminhando cópia à Administradora de todas as informações que possam afetar a boa liquidação dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo que sejam porventura solicitadas pela Administradora;
- f) solicitar à Cooperativa Singular Habilitada o débito em conta-corrente dos Mutuários mantida junto à respectiva Cooperativa Singular Habilitada, dos valores referentes aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, nas respectivas datas de vencimento, observado o disposto na Política de Cobrança, no caso de Operações de Financiamento;
- g) informar trimestralmente à Administradora, por meio eletrônico, os valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado definidos pelas normas do Bacen e do Conselho Monetário Nacional – CMN;
- h) informar à Administradora a existência de quaisquer títulos devidos pelo BANCOOB (por este emitidos ou contra este sacados), que não tenham sido pagos nas respectivas datas de vencimento e/ou que foram apresentados para protesto ou protestados, cujo valor unitário seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);
- i) encaminhar à Administradora, no prazo de até 15 (quinze) dias imediatamente anterior à apresentação para deliberação pelos órgãos de administração do BANCOOB, qualquer negócio jurídico ou medida que possa afetar o cumprimento de qualquer de suas obrigações assumidas nos Documentos da Securitização,

inclusive qualquer Negócio Restrito;

- j) entregar à Administradora, caso solicitado, na data de assinatura deste Contrato, cópias do último balancete trimestral do BANCOOB e de suas últimas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, devidamente auditadas;
- k) entregar à Administradora, caso solicitado, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contado da data de encerramento do trimestre correspondente, cópias dos balancetes trimestrais do BANCOOB e, no prazo de 120 (cento e vinte) dias após o encerramento do exercício, cópia de suas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, devidamente auditadas;
- l) comunicar à Administradora a rescisão de qualquer dos Convênios, no dia útil imediatamente subsequente à data em que o BANCOOB tomar conhecimento do fato;
- m) enviar ao Custodiante, por meio eletrônico, por meio de protocolos e procedimentos previamente acordados, relatório diário contendo as seguintes informações referentes aos recursos acolhidos pelo BANCOOB ou por seus Agentes, nos termos do Convênio de Cobrança: (a) valor original, data de vencimento e de efetivo pagamento de cada Direito Creditório, (b) valor das verbas efetivamente pagas, (c) identificação do Contrato de Financiamento e (d) número de inscrição do respectivo Mutuário no CPF/MF (Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda);
- n) informar à Administradora, diretamente e/ou por meio de relatórios diários emitidos pelo Custodiante, qualquer atraso no repasse pelas Entidades e/ou pelos órgãos ou entidades da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo da União a qual os respectivos Mutuários encontrem-se vinculados, das verbas relativas aos Contratos de Financiamento celebrados pelo BANCOOB, cujos Direitos Creditórios sejam de titularidade do Fundo e/ou do BANCOOB;
- o) informar à Administradora o fechamento ou cancelamento, a qualquer título, das Contas Correntes de Coleta;

1113680 15-07-08

- p) entregar à Administradora, na data da assinatura deste Contrato e em cada data de aniversário da 1ª Data de Emissão de cada Série de Quotas Sênior, declaração firmada por 2 (dois) Diretores do BANCOOB, preparada na forma do Anexo VII, deste Contrato;
- q) efetuar os respectivos lançamentos contábeis necessários à caracterização da cessão definitiva, irrevogável e irretroatável dos Direitos Creditórios ao Fundo, de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade do Brasil e com os normativos das demais autoridades competentes, bem como incluir nota explicativa em suas demonstrações financeiras descrevendo a operação realizada e os procedimentos contábeis adotados;
- r) enviar à Administradora, caso solicitado, as informações necessárias à elaboração dos arquivos e/ou relatórios a serem por esta encaminhados à Central de Risco de Crédito do Bacen, nos termos previstos pela legislação aplicável, acerca dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo do BANCOOB;
- s) enviar a Notificação a cada Entidade, com cópia para a Administradora, mediante protocolo de entrega, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contado da 1ª cessão do BANCOOB ao Fundo de Direitos Creditórios relativos ao respectivo Convênio, inclusive na hipótese de inclusão de Novos Convênios;
- t) notificar o Mutuário da cessão dos respectivos Direitos Creditórios de titularidade ao Fundo, caso os procedimentos de consignação em folha de pagamento (desconto em folha) de 2 (duas) parcelas consecutivas referentes aos Contratos de Financiamento de titularidade do Fundo celebrados com o respectivo Mutuário sejam suspensos, interrompidos ou cancelados, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contado da verificação de qualquer dos eventos acima referidos; e
- u) comunicar imediatamente à Administradora a ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão ou Eventos de Resilição previstos na Cláusula Doze.

II. No 2º dia útil imediatamente anterior à data prevista para a realização da 1ª

GERÊNCIA JURÍDICA
BANCOOB

26

JURID
VISTO

integralização de Quotas Sênior, o BANCOOB deverá entregar à Administradora, com cópia para o Custodiante, declaração confirmando que não ocorreram quaisquer alterações adversas relevantes (i) em sua condição econômico-financeira e operacional desde a data base dos últimos demonstrativos financeiros entregues à Administradora, nos termos da alínea "i" do inciso I acima e (ii) no Relatório de Revisão Especial, preparado pela Empresa de Auditoria, que possam modificar de maneira adversa as informações ali contidas.

- III. Enquanto existirem Quotas Sênior em Circulação, o BANCOOB obriga-se a não realizar qualquer ato que acarrete ou possa resultar na concessão de abatimento, de desconto, de alteração de data de vencimento e dos termos, condições e procedimentos de pagamento relativos aos Contratos de Financiamento cujos Direitos Creditórios sejam de titularidade do Fundo, sem a prévia e expressa autorização da Administradora.
- IV. Enquanto existirem Quotas em Circulação e sem prejuízo das demais obrigações assumidas neste Contrato, a Administradora expressamente obriga-se a:
- a) entregar ao BANCOOB, caso solicitado, na data de assinatura deste Contrato, cópias de seu último balancete trimestral e de suas últimas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, devidamente auditadas;
 - b) entregar ao BANCOOB, caso solicitado, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contado da data de encerramento do trimestre correspondente, cópias de seus balancetes trimestrais e, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício, cópia de suas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, devidamente auditadas;
 - c) informar ao BANCOOB o ajuizamento contra a Administradora, suas Pessoas controladoras e/ou controladas de qualquer ação ou conjunto de ações de execução para pagamento de quantia certa, incluindo as execuções fiscais, cujo valor seja igual ou superior a R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);



- d) informar ao BANCOOB a efetivação de arresto ou de penhora de bens da Administradora, de suas Pessoas controladoras ou controladas, cujo valor de referidos bens seja igual ou superior a R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), considerados individualmente ou em conjunto;
- e) notificar os Mutuários da cessão dos respectivos Direitos Creditórios de titularidade ao Fundo, sempre que necessário para preservar os direitos do Fundo com relação aos Direitos Creditórios a ele cedidos, no caso de rescisão do Convênio de Cobrança ou do presente Contrato de Cessão ou na ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada das Quotas do Fundo, na forma do Regulamento.

CLÁUSULA DOZE – DOS EVENTOS DE REVISÃO E DOS EVENTOS DE RESILIÇÃO

- I. São considerados eventos de revisão (os “Eventos de Revisão”) quaisquer das seguintes ocorrências:
 - a) qualquer evento que implique em modificação do Controle do BANCOOB, em relação ao que prevalecia à época da celebração deste Contrato;
 - b) caso qualquer dos Convênios ou das autorizações específicas permitindo a consignação em pagamento sejam, por qualquer motivo, rescindidos ou suspensos e tal fator possa comprometer negativamente a boa ordem financeira, legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Quotas Sênior;
 - c) caso se verifique a inobservância por qualquer das Cooperativas Singulares Habilitadas de quaisquer obrigações por elas assumidas nos respectivos Contrato de Cessão de Direitos Creditórios ao BANCOOB;
 - d) caso se verifique falha, erro ou incorreção em quaisquer das declarações prestadas pelo BANCOOB no inciso I da Cláusula Quatro deste Contrato, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e

operacional do Programa de Securitização e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Quotas Sênior;

- e) existência de evidências de que o BANCOOB tenha oferecido ao Fundo Direitos Creditórios em desacordo com os disposto nas alíneas "g" a "m" do inciso I da Cláusula Quatro deste Contrato;
- f) criação de novos impostos, taxas ou contribuições, elevação das alíquotas já existentes ou modificação de suas bases de cálculo, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Programa de Securitização e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Quotas Sênior;
- g) existência de indícios de que o BANCOOB, qualquer de suas Pessoas controladas e/ou controladoras diretas se encontre inadimplente no cumprimento de qualquer operação de natureza financeira em que qualquer das Pessoas acima referidas seja parte e/ou tenha sido declarado o vencimento antecipado de qualquer dos negócios acima referidos, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ou o equivalente em outras moedas, excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;
- h) existência de indícios de que tenham sido apresentados para protesto ou que tenham sido protestados títulos emitidos pelo BANCOOB ou sacados contra o BANCOOB, suas Pessoas controladas e/ou controladoras diretas, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ou o equivalente em outras moedas, excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;
- i) caso seja ajuizada contra o BANCOOB, suas Pessoas controladoras diretas ou controladas qualquer ação ou conjunto de ações de execução para pagamento de quantia certa, incluindo as execuções fiscais, cujo valor seja superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais);

GERÊNCIA JURÍDICA
Bancoob

JURIDICA
VISTO

- j) caso ocorra a concessão de qualquer Medida Cautelar, incluindo a Medida Cautelar Fiscal de que trata a Lei Federal nº 8.397/92, que imponha restrição à alienação de ativos de titularidade do BANCOOB;
 - k) caso o BANCOOB deixe de cumprir as disposições referentes aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado definidos pelas normas do Bacen e do Conselho Monetário Nacional – CMN; ou
 - l) descumprimento pelo BANCOOB de qualquer de suas obrigações estabelecidas neste Contrato e nos demais Documentos da Securitização, que não seja um Evento de Revisão ou um Evento de Resilição, desde que tal descumprimento não seja devidamente regularizado ou justificado dentro do prazo de 4 (quatro) dias úteis contado do envio, pela Administradora, de notificação, por escrito, informando da ocorrência do respectivo evento.
- II. Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão, o Fundo adotará os procedimentos definidos no inciso I do Capítulo Quatorze do Regulamento.
- III. São considerados eventos de resilição (os “Eventos de Resilição”), quaisquer das seguintes ocorrências:
- a) decretação de intervenção, liquidação extrajudicial ou regime especial de administração temporário do BANCOOB;
 - b) protocolo de pedido de falência do BANCOOB ou liquidação de qualquer de suas sociedades controladoras diretas ou de sua autofalência;
 - c) realização de qualquer Negócio Restrito sem a expressa autorização prévia, por escrito, da Administradora; ou
 - d) caso o BANCOOB venha a resilir este Contrato nos termos do inciso II da Cláusula Treze.

- IV. Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Resilição, deverão ser observados os procedimentos definidos nos incisos V e seguintes do Capítulo Quatorze do Regulamento.

CLÁUSULA TREZE – DA RESILIÇÃO

- I. Este Contrato poderá ser resilido de pleno direito pela Administradora, a seu exclusivo critério, sem qualquer ônus, penalidade ou necessidade de justificar sua decisão, exclusivamente nas seguintes hipóteses: (a) ocorrência de qualquer Evento de Resilição ou Evento de Amortização Antecipada, (b) caso os titulares das Quotas Sênior, nos termos do inciso II do Capítulo Quatorze do Regulamento, decidam que qualquer Evento de Avaliação constitui um Evento de Amortização Antecipada ou (c) caso não existam mais Quotas Sênior em Circulação, sendo expressamente vedada a resilição imotivada deste Contrato pela Administradora.

CLÁUSULA QUATORZE – DAS PENALIDADES

- II. Desde que o BANCOOB encontre-se adimplente no cumprimento de todas as suas obrigações, nos termos deste Contrato e dos demais Documentos da Securitização, o mesmo poderá, a qualquer tempo, resilir este Contrato, sem qualquer ônus ou penalidade, por meio de comunicação enviada à Administradora e ao Custodiante, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis.
- III. Na hipótese de resilição deste Contrato, todas as obrigações de dar, fazer ou não fazer assumidas pelo BANCOOB, relacionadas aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos deste Contrato, permanecerão existentes, válidas e eficazes, em todos os seus termos, até a amortização integral das Quotas Sênior.

CLÁUSULA QUATORZE – DAS PENALIDADES

- I. O inadimplemento, por qualquer das Partes, de qualquer das obrigações de pagamento previstas neste Contrato caracterizará, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação, a mora da Parte inadimplente, sujeitando-a ao pagamento dos seguintes encargos pelo atraso: (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e

GERÊNCIA JURÍDICA
Bancoob

JURÍDICO
VISTO

correção monetária com base na variação do IGP-M – Índice Geral de Preços ao Mercado ou, na sua falta, do IGP-DI – Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna, ambos divulgados pela Fundação Getúlio Vargas ou, na sua falta, do IPC – Índice de Preços ao Consumidor divulgado pela Fipe – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, calculados *pro rata temporis* desde a data em que o pagamento era devido até o seu integral recebimento pela Parte credora e (ii) multa convencional, não compensatória, de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor devido, sem prejuízo da cobrança de eventuais perdas e danos.

CLÁUSULA QUINZE – DA CONFIDENCIALIDADE

- I. Cada uma das Partes e o Custodiante (as “Partes Obrigadas”) obrigam-se a manter em sigilo e respeitar a confidencialidade dos dados e das informações confidenciais, verbais ou escritas, relativos às operações e aos negócios das outras Partes Obrigadas (incluindo, sem limitação, todos os segredos e/ou informações financeiras, operacionais, econômicas, técnicas e jurídicas), dos contratos, pareceres e outros documentos, bem como, de quaisquer cópias ou registros dos mesmos, contidos em qualquer meio físico a que a referida Parte Obrigada tiver acesso em virtude do presente Contrato e do Regulamento (as “Informações Confidenciais”). Fica desde já estabelecido que (i) as Informações Confidenciais somente poderão ser divulgadas a quaisquer terceiros, pessoas físicas ou jurídicas, que precisem ter acesso às Informações Confidenciais em virtude do cumprimento das obrigações estabelecidas neste Contrato e no Regulamento (os “Representantes”) e (ii) que a divulgação a terceiros, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, de quaisquer Informações Confidenciais dependerá de prévia autorização, por escrito, das demais Partes Obrigadas.
- II. As Partes Obrigadas comprometem-se a não utilizar qualquer das Informações Confidenciais em proveito próprio ou de quaisquer terceiros e responsabilizam-se pela violação das obrigações previstas nesta Cláusula por quaisquer de seus Representantes.
- III. Caso qualquer das Partes Obrigadas ou de seus Representantes sejam obrigados, em virtude de lei, de decisão judicial ou por determinação de qualquer

autoridade governamental, a divulgar quaisquer das Informações Confidenciais, tal Parte Obrigada deverá comunicar às outras Partes Obrigadas a respeito dessa obrigação, de modo que as Partes Obrigadas, se possível, em mútua cooperação, possam realizar as medidas cabíveis para preservar as Informações Confidenciais. Caso as medidas tomadas para preservar as Informações Confidenciais não tenham êxito, deverá ser divulgada somente a parcela das Informações Confidenciais necessária à satisfação do dever legal.

- IV. Excluem-se do compromisso de confidencialidade aqui previsto as informações:
- (i) disponíveis para o público de outra forma que não pela divulgação das mesmas por qualquer das Partes Obrigadas ou por qualquer de seus Representantes e (ii) que comprovadamente já eram do conhecimento de uma ou de todas as Partes Obrigadas ou de qualquer de seus Representantes antes de a referida Parte Obrigada ou seus Representantes terem acesso às Informações Confidenciais em função deste Contrato.

CLÁUSULA DEZESSEIS – DAS COMUNICAÇÕES

- I. Todos os documentos e as comunicações, sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das Partes e pelo Custodiante, nos termos deste Contrato, deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

a) para o **BANCOOB**:

BANCOOB - BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S/A

SCS Quadra 6, Bloco A, nº 50, Ed. Sofia, 2º andar

CEP: 51020-350

At.: Sr. Wander José Soares Pereira

Tel. XX – 61- 3217-5203

Fac-símile: XX –61–3217-5295

e-mail: wander@bancoob.com.br

b) para a **ADMINISTRADORA/FUNDO**:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

GERÊNCIA JURÍDICA
Bancoob

JURIM
VISTO

1113680 15-07-08

S/A

Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown

CEP 22640-100 – Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. José Alexandre Freitas

Fac-símile: XX-21-2943-4746

e-mail: fundos@oliveiratrust.com.br

c) para o **CUSTODIANTE**:

BANCO DO BRASIL S/A

Rua Lélio Gama nº 105, 38º andar

CEP: 20031-080 – Rio de Janeiro– Rio de Janeiro

At.: Sr. Jorge Luis Guedes

Fac-símile: (21) 3808-3466

E-mail: cqualificada@bb.com.br

d) para a **EMPRESA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO**:

AUSTIN RATING

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Junior

São Paulo, SP – CEP 04542-000

At.: Sr. Luis Miguel Santacreu

Fac-símile: XX-11- 3709-1500

e-mail: santacreu@austin.com.br

II. Os documentos e as comunicações serão considerados recebidos quando entregues sob protocolo ou mediante “Aviso de Recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos nos endereços acima ou quando da confirmação do recebimento da transmissão via fac-símile (“answer back”) e via e-mail. Salvo se a entrega da via original do respectivo documento seja expressamente exigida nos termos deste Contrato, será considerada válida a confirmação do recebimento via fac-símile e/ou e-mail, ainda que emitida pela Parte que tenha transmitido a mensagem, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da

GERÊNCIA JURÍDICA
Bancoob

34

JURÍDICO
VISTO

comunicação.

1113680 15-07-08

CLÁUSULA DEZESSETE – DOS NEGÓCIOS RESTRITOS

- I. Tomando-se em consideração as razões aduzidas no “Considerando (D)” deste Contrato, o BANCOOB obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, até a amortização e/ou o resgate integral das Quotas Sênior, na figura de seus representantes legais que comparecem neste Contrato, a não (a) rescindir quaisquer dos Convênios ou Contratos de Cessão de Direitos Creditórios ao BANCOOB sob os quais tenham sido contratados ou adquiridos os Direitos Creditórios cedidos pelo BANCOOB ao Fundo e/ou solicitar o cancelamento ou suspensão do certificado de entidade consignatária, conforme o caso, (b) realizar qualquer ato ou procedimento que implique no crédito por qualquer das Entidades das verbas relativas aos Contratos de Financiamento cujos respectivos Direitos Creditórios tenham sido cedidos ao Fundo, em contas correntes outras que não as respectivas Contas Correntes de Coleta, incluindo o fechamento ou obstrução, a qualquer título, das referidas contas correntes, (c) pedir ou autorizar o cancelamento da consignação em pagamento (desconto em folha de pagamento) relativa aos Contratos de Financiamento cujos respectivos Direitos Creditórios sejam de titularidade do Fundo (d) alterar os termos dos Contratos de Financiamento e/ou dos Termos de Adesão, direta ou indiretamente, sem a expressa autorização prévia, por escrito, da Administradora; e (e) distratar ou descumprir qualquer dos Contratos de Cessão de Direitos Creditórios ao BANCOOB celebrados com as Cooperativas Singulares Habilitadas (os “Negócios Restritos”).

CLÁUSULA DEZOITO – DA TUTELA ESPECÍFICA

- I. As obrigações de fazer do BANCOOB decorrentes do presente Contrato deverão ser satisfeitas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, salvo se outro prazo não estiver estipulado neste Contrato, contado da data do recebimento da notificação escrita que será enviada pelo Fundo, sob pena de execução judicial, na forma dos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

GERÊNCIA JURÍDICA
BANCOOB

JURÍDICO
VISTO

1113680 15-07-08

- II. Na eventual ação de execução de obrigação de fazer proposta pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, poderá ser concedida liminarmente a tutela específica cabível, na forma do art. 461, §3º, do Código de Processo Civil, sem prejuízo da aplicação de multa diária pelo atraso, na forma da lei.
- III. As obrigações de não fazer do BANCOOB decorrentes do presente Contrato deverão ser integralmente observadas, sob pena de execução judicial, na forma dos artigos 461, 642 e seguintes do Código de Processo Civil, sendo nulos quaisquer atos praticados em desacordo com o estabelecido no presente Contrato.
- IV. Na hipótese de eventual descumprimento de qualquer obrigação de fazer e/ou de não fazer prevista neste Contrato, a Parte inadimplente deverá sanar o inadimplemento, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contado o recebimento de notificação enviada pela outra Parte informando da ocorrência do evento, salvo se prazo diverso para o saneamento da obrigação descumprida não seja expressamente previsto neste Contrato, sob pena de aplicação de multa diária no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), sem prejuízo da concomitante propositura de ação de indenização por perdas e danos e da utilização de qualquer outra prerrogativa legal ou contratual.
- V. As Partes desde já expressamente reconhecem que o comprovante de recebimento da notificação mencionada nesta Cláusula, acompanhado dos documentos que a tenham fundamentado, será bastante para instruir o pedido de tutela específica da obrigação.

CLÁUSULA DEZENOVE – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- I. Observado o disposto nos incisos I e II da Cláusula Treze, o presente Contrato vigorará até 01 de abril de 2026.
- II. Os Anexos a que se referem este Contrato são parte integrante e inseparável deste. Termos definidos utilizados nos Anexos terão o mesmo significado que

lhes é atribuído no corpo deste Contrato.

111568015-07-08

- III. O BANCOOB declara ter recebido, na data de assinatura deste Contrato, uma cópia autenticada do Regulamento e dos demais Documentos da Securitização, conhecendo e não tendo nenhuma oposição ao teor destes.
- IV. Toda e qualquer modificação, alteração ou aditamento ao presente Contrato somente será válido e eficaz se feito por instrumento escrito, assinado por todas as Partes e pelo Custodiante e levada a registro, nos termos do inciso I da Cláusula Dois deste Contrato.
- V. As Partes celebram este Contrato, obrigando-se ao seu fiel, pontual e integral cumprimento por si e por seus sucessores e cessionários, a qualquer título, podendo este ser resilido somente nas hipóteses aqui expressamente previstas.
- VI. A tolerância e as concessões recíprocas por quaisquer das Partes terão caráter eventual e transitório e não configurarão, em qualquer hipótese, novação, renúncia ou modificação de qualquer direito.
- VII. Salvo disposição em contrário prevista neste Contrato, é vedada a cessão total ou parcial dos direitos e das obrigações decorrentes deste Contrato, sem prévio consentimento das outras Partes, sendo permitida a cessão pelo Fundo dos Direitos Creditórios por este adquiridos.
- VIII. Todas as disposições contidas neste Contrato e no Regulamento implicando qualquer tipo de obrigação ou procedimento operacional a ser realizado pelo Fundo deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de única e exclusiva responsabilidade da Administradora.
- IX. Os valores em reais referidos neste Contrato serão atualizados, na menor periodicidade admitida em lei, desde a data da assinatura deste Contrato, pela variação acumulada do IGP-M - Índice Geral de Preços ao Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.
- X. Para efeitos do disposto neste Contrato, entende-se por "dia útil" segunda a sexta-feira, exceto feriados de âmbito nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro nas

GERÊNCIA JURÍDICA

JURÍDICO
VISTO

ciudades de Brasília e do Rio de Janeiro.

1113680 15-07-08

- XI. As obrigações de qualquer das Partes previstas neste Contrato, para as quais não tenha sido estabelecido prazo específico, serão exigíveis no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contado do recebimento, por uma das Partes, de notificação enviada pela outra Parte, exigindo o cumprimento da obrigação respectiva.
- XII. Toda e qualquer obrigação pecuniária prevista neste Contrato poderá ser cobrada via processo de execução, visto que as Partes desde já reconhecem tratar-se de quantia líquida e certa, atribuindo ao presente a qualidade de título executivo extrajudicial nos termos e para os efeitos do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA VINTE - DO FORO

- I. Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Contrato, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito, obrigando-se por si, por seus sucessores ou cessionários a qualquer título, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 2007.

BANCOOB

BANCO COOPERATIVO DO BRASIL
S/A - BANCOOB

Nome:

Cargo: **Wander José Soares Pereira**
Diretor de Controle

BANCO COOPERATIVO DO BRASIL
S/A - BANCOOB


Nome:

Cargo: **Oduvaldo Firetti**
Diretor Administrativo e Operacional

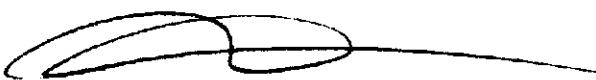


FUNDO/ADMINISTRADORA

1113680 15-07-08


Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e
Valores Mobiliários S/A., na qualidade de
administradora do BANCOOB FUNDO
DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS FINANCEIROS

Nome: **José Alexandre C. de Freitas**
Cargo: **DIRETOR**


Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e
Valores Mobiliários S/A., na qualidade de
administradora do BANCOOB FUNDO
DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS FINANCEIROS

Nome: **Alexandre Lodi de Oliveira**
Cargo: **Presessor**

Cómo interveniente: BANCO DO BRASIL S/A


BANCO DO BRASIL S/A

Nome: **Jorge Luis Guedes**
CPF: 814.257.407-15
Cargo:



BANCO DO BRASIL S/A

Nome: **Sileila Magda de Oliveira**
Cargo: **Gerente de Divisão**

Testemunhas:



Nome: **Rodrigo Espinola de Vasconcelos**
RG: **023.957.657-83**
CPF/MF: **66669s136 MTPSRJ**


Nome: **Aline de Araujo Hamond**
RG: **116.576.577-28**
CPF/MF: **11.122.043-0 DETRAN/RJ**

Folha de Assinaturas do "Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças", celebrado em 31 de outubro de 2007, entre o BANCOOB Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Financeiros e o Banco Cooperativo do Brasil S/A - BANCOOB, com a interveniência do Banco do Brasil S/A.

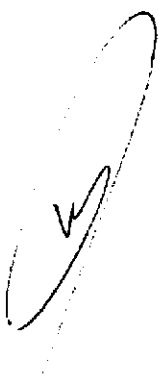


Anexo I
Layout

1113680 15-07-08

**Fundos de Direitos Creditórios
Intercâmbio Eletrônico de Arquivos**

Layout de Arquivos



40



1113680 15-07-08

Arquivo de Remessa Bancoob

Header do Arquivo

Header do Arquivo				
Descrição	Conteúdo	Posição		Tamanho
Identificação do registro	0	1	1	9(001)
Identificação do arquivo de remessa	1	2	2	9(001)
Literal remessa	REMESSA	3	9	X(007)
código do serviço	01	10	11	9(002)
Literal serviço	COBRANCA	12	26	X(015)
cod cedente		27	46	9(020)
Nome do cedente		47	76	X(030)
num do banco		77	79	9(003)
Nome do banco		80	94	X(015)
Data de gravação		95	100	X(006)
Branco		101	108	X(008)
Identificação do sistema	MX	109	110	X(002)
Num seq do arquivo		111	117	9(007)
Branco		118	394	X(277)
num seq do registro	1	395	400	9(006)

Detalhe do Arquivo

Detalhe do Arquivo			
Descrição	Conteúdo	Posição	Tamanho



Identificação do registro	1	1	1	9(001)
Branco		2	20	X(019)
Identificação do cedente	0	21	21	9(001)
Identificação do cedente		22	24	9(003)
Identificação do cedente		25	29	9(005)
Identificação do cedente		30	37	X(008)
controle do participante - Contrato		38	49	X(012)
controle do participante		50	50	X(001)
controle do participante		51	52	9(002)
controle do participante		53	53	X(001)
controle do participante - total parcela		54	55	9(002)
controle do participante		56	56	X(001)
controle do participante - cod_produto		57	61	9(005)
controle do participante		62	62	X(001)
num do banco		63	65	9(003)
Zeros		66	70	9(005)
Nosso num		71	81	9(011)
Dig do nosso num		82	82	X(001)
Valor pag		83	92	9(010)
Cond emissão de papeleta cobrança		93	93	X(001)
ident limite papeleta debito automático		94	94	X(001)
dt liquidação		95	100	X(006)
Branco		101	104	X(004)
Indicador rateio credito		105	105	X(001)
Endereçamento aviso do deb auto em c/c		106	106	9(001)
Branco		107	108	X(002)
Identificação ocorrência		109	110	9(002)
num doc		111	120	X(010)
Dt vencimento		121	126	X(006)
valor do titulo		127	139	9(013)
num banco		140	142	9(003)



agencia depositaria	143 147	9(005)
Espécie de título	148 149	9(002)
Identificação	150 150	X(001)
dt emissão	151 156	X(006)
1ª instrução (protesto)	157 158	9(002)
2ª instrução (protesto)	159 160	9(002)
valor por dia de atraso	161 173	9(013)
Dt limite concessão de desconto	174 179	X(006)
Valor desconto	180 192	9(013)
Valor IOF	193 205	9(013)
Valor do abatimento	206 218	9(013)
Identificação do sacado	219 220	9(002)
Num insc sacado	221 234	9(014)
Nome sacado	235 274	X(040)
Endereço completo	275 312	X(038)
Cidade do sacado	305 312	X(000)
UF do sacado	313 314	X(002)
1ª mensagem	315 326	X(012)
CEP	327 334	9(008)
Sacado / Avalista	335 380	X(046)
sacador / avalista	381 394	X(014)
Num seq do registro	395 400	9(006)

Trailer do Arquivo

Trailer do Arquivo			
Identificação registro	9	1 1	9(001)
Brancos		2 394	X(393)
Num seq de registro		395 400	9(006)



1113680 15-07-08

Anexo II
Notificação
[Papel Timbrado do BANCOOB.]

Brasília, [•] de [•] de 2006

À

[nome da Entidade]

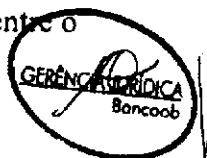
At. [identificar responsável] _____

Ref.: Aviso de cessão de direitos creditórios vinculados [ao Convênio [•]] [código de entidade consignatária nº [•]] (o "Convênio").

Prezados Senhores,

Fazemos referência ao [Convênio [•]] celebrado em [•] entre o BANCOOB COOPERATIVO DO BRASIL S.A. ("BANCOOB") e [•] ("Entidade") [código de entidade consignatária nº [•] em favor do BANCOOB S.A. (o "BANCOOB")], para notificá-lo que o BANCOOB celebrou com o **BANCOOB FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS**, condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.165.234/0001-09, administrado por OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91 (o "Fundo"), o "Instrumento de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças", através do qual poderão ser cedidos ao Fundo direitos creditórios de titularidade do BANCOOB decorrentes de Contratos de Financiamento (financiamento) firmados, no âmbito do Convênio, entre o BANCOOB e mutuários vinculados à esta Entidade.

Ressaltamos, outrossim, que permanecem inalterados os procedimentos de repasse de valores por esta Entidade em favor do BANCOOB., decorrente dos pagamentos efetuados por mutuários vinculados à esta Entidade através do procedimento de

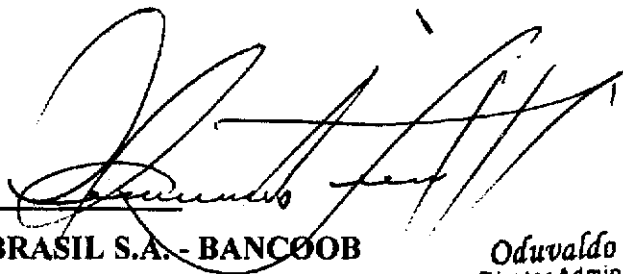


1113680 15-07-08

consignação em folha, bem como quaisquer direitos e prerrogativas dos mutuários.

Quaisquer dúvidas podem ser esclarecidas com [•] através do telefone [•].

Atenciosamente,

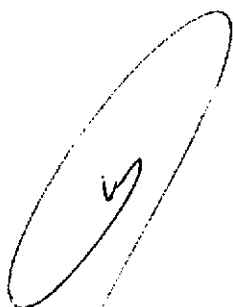


BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S.A. - BANCOOB

Oduvaldo Firetti
Diretor Administrativo e
Operacional

Nome: [•]

Cargo: [•]



Anexo III

Política de Aquisição de Direitos Creditórios

1. Para que o Bancoob adquira direitos creditórios de cooperativas singulares, devem ser observadas as seguintes condições:

1.1. Das Cooperativas Singulares:

- 1.1.1. Estar classificada no modelo do Bancoob nos níveis "AA", "A", "B";
- 1.1.2. Fazer parte do Fundo Garantidor do Sicoob;
- 1.1.3. Ter sua carteira de empréstimos analisada, que deverá apresentar inadimplência de no máximo 5% no período referenciado no item 1.1.4.;
- 1.1.4. A inadimplência será calculada pela seguinte fórmula:

$$IIn = TPA/TPV$$

em que:

IIn = Índice de Inadimplência;

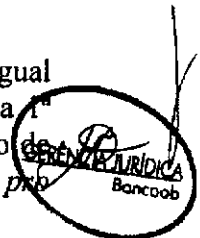
TPA = total de parcelas em aberto, com mais de 30 dias de atraso, dentre as cobradas nos últimos 72 meses, inclusive considerando as que foram baixadas para prejuízo;

TPV = total de parcelas cobradas nos últimos 72 meses.

- 1.1.5. A observância dos critérios acima, verificada pela Sucor/Geris, tornará as cooperativas habilitadas à cessão de direitos creditórios ao Bancoob. Casos excepcionais serão objeto de avaliação do Comac e deliberação do Coled.

1.2. Dos Direitos Creditórios:

- 1.2.1. os contratos cedidos devem apresentar taxa de juros prefixada não inferior a 140% do CDI na data da cessão;
- 1.2.2. o prazo de vencimento do Direito Creditório é superior a 10 (dez) dias e é igual ou inferior a 72 (setenta e dois) meses contado da data de vencimento da 1ª parcela do respectivo contrato, que deverá vencer sempre no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias da Data de Aquisição, desde que, considerada *pro forma* a cessão pretendida, o Fundo atenda ao Índice de Liquidez;
- 1.2.3. o somatório dos direitos creditórios adquiridos pelo Bancoob, por tomador, não



poderá exceder a 5% (Cinco por cento) do Patrimônio de Referência do Banco;

- 1.2.4. em novas cessões, os respectivos mutuários, na data da cessão, não poderão apresentar parcelas inadimplentes, ou em atraso, relativas aos contratos já cedidos.

1.3. Do Limite por Cooperativa Singular:

- 1.3.1. O limite de venda de direitos creditórios por Cooperativa Singular será atribuído, conforme tabela abaixo:

Classificação de risco de Crédito	Índice de Alavancagem sobre o PR _B
AA	1,5
A	1,0
B	0,5

- 1.3.2. A fórmula de cálculo para o estabelecimento do limite é dada por:

$$LR = PR_B * IA$$

em que:

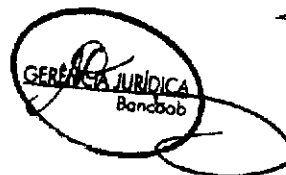
LR – Limite para Adquirir Recebíveis

PR_B – Patrimônio de Referência das singulares deduzidos os ajustes contábeis informados nas súmulas de auditorias repassadas pelo Sicoob Brasil

IA – Índice de Alavancagem sobre o PR_B

1.4. Da Extrapolação do Limite:

- 1.4.1 Caso o limite descrito acima seja excedido, o Banco deverá interromper a compra de novos direitos creditórios, enquanto a Cooperativa Singular não se enquadrar no limite concedido.



1.5. Do Tratamento da Inadimplência:

- 1.5.1. Será admitido percentual de inadimplência máximo de 3% da carteira cedida ao Banco;
- 1.5.2. Os contratos que apresentarem inadimplência serão objeto de análise do Bancoob (Supac/Geaco) para verificação dos motivos para eventual resolução da cessão, conforme estabelecido no Contrato de Cessão, firmado entre a cooperativa e o Banco.
- 1.5.3. Caso a inadimplência da carteira cedida ultrapasse o percentual máximo de 3%, além da suspensão de novas aquisições, o Bancoob poderá adotar, mediante deliberação do Coleg, as seguintes penalidades:
 - 1.5.3.1. Suspensão do limite de crédito para qualquer operação junto ao Bancoob;
 - 1.5.3.2. Suspensão dos serviços de Compensação.

1.6. Da Precificação:

- 1.6.1. O ágio pago pelo Bancoob em relação ao valor presente da carteira de recebíveis adquirida será definido em função do índice de inadimplência, da taxa de juros originalmente contratada na operação, e do prazo dos contratos cedidos.
 - 1.6.1.1. Para efeito de cálculo da precificação da cessão, o índice de inadimplência será considerado:
 - 1.6.1.1.1. Nos primeiros 360 dias: histórico da carteira total de empréstimos da cooperativa, conforme disposto no item 1.1.4., ou a inadimplência da carteira cedida, o que for maior;
 - 1.6.1.1.2. A partir de 360 dias, índice de inadimplência da carteira total cedida ao Banco;
 - 1.6.1.2. A inadimplência da carteira cedida será calculada pela razão entre o total de parcelas em aberto, com mais de 30 dias de atraso, e o total de parcelas cobradas, observado o período de 72 meses;
 - 1.6.1.3. Caso alguma parcela apresente atraso superior a 60 dias, as demais parcelas do contrato respectivo, ainda que vindas, deverão ser consideradas "em atraso" para efeito do cálculo da inadimplência.
 - 1.6.1.4. Caberá à Sufic/Gecop, área responsável pela gestão comercial do processo de aquisição de Direitos Creditórios, a definição das alíquotas de ágio que incidirão na precificação dos contratos adquiridos, de forma a manter nível adequado de remuneração ao Banco, sem prescindir da atratividade para as cooperativas cedentes.

1113680 15-07-08

1.7. Reclassificação do Risco:

- 1.7.1. As cooperativas serão reavaliadas de acordo com o Capítulo 8, Seção 5 – Revisão das Classificações, Item 1 do MACRE. As cooperativas que obtiverem classificação de risco abaixo dos níveis “AA”, “A”, “B”, em virtude da reavaliação, terão seus limites suspensos.

49

2

49

49

GERÊNCIA JURÍDICA
Bancoob

2

JURÍDICO
VISTO

Anexo IV

Procuração Irrevogável



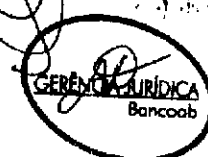




PROCURAÇÃO PÚBLICA BASTANTE QUE FAZ: BANCOOB - BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S/A

S A I B A M quantos este público instrumento de procuração bastante virem que, no dia [•] do mês de [•] do ano de dois mil e seis (2006), nesta Cidade e Capital do Estado do Rio de Janeiro, República Federativa do Brasil, no [•]º Tabelionato de Notas, perante mim, Escrevente Autorizada, compareceu, como OUTORGANTE, BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S.A. - BANCOOB, instituição financeira com sede em Brasília, Distrito Federal, SCS Quadra 6, Bloco A, nº 50, Ed. Sofia, 4º andar, inscrito no CNPJ sob o n.º 02.038.232/0001-64 (o "OUTORGANTE") à vista dos documentos de representação e identificação a mim, Escrevente Autorizado, exibidos, em seus originais, do que dou fé. ENTÃO, PELA REFERIDO OUTORGANTE, me foi dito que por este instrumento e nos melhores termos de direito, nomeia e constitui sua bastante procuradora, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do art. 684 do Código Civil brasileiro, OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A., sociedade por ações, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91 (a "OUTORGADA"), enquanto estiver na qualidade de administradora do BANCOOB FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS, condomínio fechado, cujo regulamento foi devidamente registrado no 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, sob o nº 1054950, em 13 de julho de 2006, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.165.234/0001-09 (o "Fundo"), com poderes especiais para, observados os termos e condições do "Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças", firmado em 18 de outubro de 2006 e registrado (a) em [•] de [•] de 2006 no [•]º cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sob o nº [•] e (b) em [•] de [•] de 2006 no [•]º de cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de xxxxxx, Estado de xxxxxxxx, sob o nº [•] (o "Contrato de Cessão"), firmar, por conta e ordem do OUTORGANTE, os termos

de cessão consolidados formalizando, perante terceiros, a cessão de direitos creditórios do OUTORGANTE para o Fundo, nos termos do Contrato de Cessão, podendo tal documento ser celebrados por meio de instrumento público ou particular, podendo, *inter alia*, efetuar registros, lavrar escrituras e firmar, por conta e ordem do OUTORGANTE, todo e qualquer tipo de documento, contrato, termo e formulário, perante qualquer pessoa, de direito público ou privado, e realizar todo e qualquer ato ou procedimento necessário à celebração e formalização dos instrumentos jurídicos acima referidos. A outorga de poderes especiais pela OUTORGANTE à OUTORGADA, nos termos desta procuração irrevogável, é condição dos negócios avençados no Contrato de Cessão. A presente procuração é passada pelo prazo de 20 (vinte) anos contados da presente data. E DE COMO ASSIM O DISSE DOU FÉ. Pediu-me e lhe lavrei o presente instrumento, o qual feito e lido e por achá-lo em tudo conforme sua vontade, outorgou, aceitou e assina. Custas e Emolumentos: Ao Tabelião: R\$[•]; ao Estado: R\$[•]; ao IPESP: R\$[•]; ao Registro Civil: R\$[•]; ao Tribunal de Justiça: R\$[•]; à Santa Casa: R\$[•]; Total: R\$[•]. NADA MAIS, dou fé. Eu, [•], Escrevente Autorizada, a lavrei. Eu, [•], Substituto do Tabelião, a subscrevi. (a.a.) // // // // // _____. (Devidamente Selada). Trasladada na mesma data. Eu, [•], Escrevente Autorizada, a digitei. Eu, [•], Substituto do Tabelião, infra-assinado, porto por fé que a presente é cópia original do Livro nº [•] – Páginas [•].

Em testemunho da verdade.

[•]

   51    

Anexo V

Termo de Cessão Consolidado

Termo de Cessão Consolidado nº [•]

1. Os Direitos Creditórios relacionados sinteticamente nos anexos demonstrativos datados de [[•] de [•] de [•] e [•] de [•] de [•]] foram, em caráter irrevogável e irretratável, cedidos ao **BANCOOB FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.165.234/0001-09 (o "Fundo"), neste ato representado por sua instituição administradora, sem qualquer direito de regresso ou coobrigação do **BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S.A. – BANCOOB**, instituição financeira com sede em Brasília, Distrito Federal, SCS Quadra 6, Bloco A, nº 50, Ed. Sofia, 4º andar, inscrito no CNPJ sob o nº 02.038.232/0001-64, neste ato representado na forma de seus atos constitutivos (o "BANCOOB"), na forma estipulada no "Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças", firmado em 25 de setembro de 2006 e registrado (a) em [•] de [•] de 2006 no [•]º cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sob o nº [•] e (b) em [•] de [•] de 2006 no [•]º de cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de Xxxxx, Estado de Xxxxx, sob o nº [•], do qual este termo e os anexos demonstrativos são partes integrantes. O BANCOOB, neste ato, declara que os Preços de Aquisição referentes aos Direitos Creditórios constantes dos anexos demonstrativos, foram devidamente pagos e recebidos pelo BANCOOB, na forma indicada no quadro abaixo, tendo o BANCOOB passado ao Fundo a mais ampla, rasa e geral quitação.

2. Preço de Aquisição pago ao BANCOOB pelo Fundo por meio das seguintes contraprestações:

- a) Moeda Corrente Nacional: R\$ [•]; e
b) [•] (número por extenso) Quotas Subordinadas, subscritas e integralizadas pelo BANCOOB, no valor consolidado de R\$[•].

1113680 15-07-08

Rio de Janeiro, [•] de [•] de [•].

**BANCO COOPERATIVO DO
BRASIL S.A. - BANCOOB**

Nome:

Cargo:

**BANCO COOPERATIVO DO
BRASIL S.A. - BANCOOB**

Nome:

Cargo:

FUNDO/ADMINISTRADORA

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e
Valores Mobiliários S/A., na qualidade
de administradora do BANCOOB
FUNDO DE INVESTIMENTO EM
DIREITOS CREDITÓRIOS
FINANCEIROS

Nome:

Cargo:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e
Valores Mobiliários S/A., na qualidade de
administradora do BANCOOB FUNDO
DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS FINANCEIROS

Nome:

Cargo:

Testemunhas:

Nome:

RG:

CPF/MF:

Nome:

RG:

CPF/MF:



Anexo VI
Termo de Cessão

1113680 15-07-08

Termo de Cessão nº [•]

1. Os direitos creditórios identificados sinteticamente (i) no termo eletrônico enviado pelo Custodiante ao BANCOOB (abaixo qualificado) em [•] de [•] de [•], nos termos do inciso II da Cláusula Seis do Contrato de Cessão (abaixo definido) ou (ii) nos anexos demonstrativos (os "Direitos Creditórios") são, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, cedidos pelo **BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S.A. – BANCOOB**, instituição financeira com sede em Brasília, Distrito Federal, SCS Quadra 6, Bloco A, nº 50, Ed. Sofia, 4º andar, inscrito no CNPJ sob o nº 02.038.232/0001-64, neste ato representado na forma de seus atos constitutivos ("BANCOOB"), ao **BANCOOB FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.165.234/0001-09 (o "FUNDO"), neste ato representado por sua instituição administradora, sem qualquer tipo de direito de regresso ou coobrigação do BANCOOB, na forma estipulada no "Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças" (o "Contrato de Cessão"), firmado em 25 de setembro de 2006 e registrado (a) em [•] de [•] de 2006, sob o nº [•], no [•]º cartório de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro e (b) em [•] de [•] de 2006, sob o nº [•], no [•]º cartório de Títulos e Documentos da Cidade do Xxxxx, Estado de Xxxxx, do qual este termo e anexos demonstrativos são partes integrantes. O Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios será pago ao BANCOOB pelo Custodiante, por conta e ordem do Fundo, por meio das contraprestações indicadas no item "3" abaixo, observados os procedimentos específicos definidos no Contrato de Cessão e no Regulamento.
2. Para efeito do disposto no art. 291 e no Parágrafo único do art 1.267 do Código Civil brasileiro, o BANCOOB, neste ato, cede ao Fundo, em caráter irrevogável e irretratável, o direito à restituição dos Documentos Comprobatórios que se encontram nas mãos de terceiros.



54



3. Preço de Aquisição: R\$[•] ([•] milhões de reais), a ser pago pelo Fundo por meio das seguintes contraprestações:

- | |
|--|
| <p>a) Moeda Corrente Nacional: R\$ [•]; e</p> <p>b) Potencial de Cessão Aplicável na Data de Aquisição: R\$[•].</p> <p>a) [•] (número por extenso) Quotas Subordinadas, subscritas e integralizadas pelo preço unitário de R\$[•], apurado na forma da alínea "c" do inciso IX do Capítulo Dez do Regulamento.</p> |
|--|

4. Os Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios ora cedidos, encontram-se, nesta data, em poder do BANCOOB ou de seus Agentes, na qualidade de fiel depositário dos mesmos. O BANCOOB obriga-se a entregar os respectivos Documentos Comprobatórios, observado o disposto no inciso XV da Cláusula Seis do Contrato de Cessão.
5. Caso o Preço de Aquisição seja pago, total ou parcialmente, por meio da subscrição e integralização de Quotas Subordinadas, os pagamentos decorrentes de sua amortização e/ou resgate deverão ser realizados na conta corrente nº [•], na agência [•] do (instituição financeira). Termos definidos no Contrato de Cessão e no Regulamento do Fundo terão o mesmo significado ali atribuído quando utilizados neste Termo de Cessão.

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente Termo de Cessão em 3 (três) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito, obrigando-se por si, por seus sucessores ou cessionários a qualquer título, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, [•] de [•] de [•].

BANCOOB

GERÊNCIA JURÍDICA
BANCOOB

**BANCO COOPERATIVO DO
BRASIL S.A. – BANCOOB**

Nome:
Cargo:


**BANCO COOPERATIVO DO
BRASIL S.A. – BANCOOB**

Nome:
Cargo:

1113680 15-07- 8

FUNDO/Administradora

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e
Valores Mobiliários S/A., na qualidade
de administradora **BANCOOB FUNDO
DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS FINANCEIROS**

Nome:
Cargo:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e
Valores Mobiliários S/A., na qualidade de
administradora do **BANCOOB FUNDO
DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS FINANCEIROS**

Nome:
Cargo:

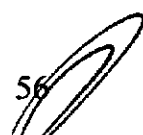
Testemunhas:

Nome:
RG:
CPF/MF:

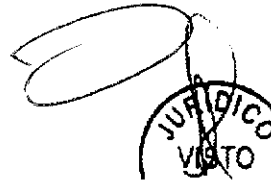
Nome:
RG:
CPF/MF:





56 





Anexo I ao Termo de Cessão nº: [•]

1113680 15-07-08

Data: [•] de [•] de [•]

Nome do Mutuário	CPF/MF do Mutuário	Data de Celebração do Contrato de Financiamento	Data de Vencimento do Direito Creditório	Valor Nominal (RS)	Preço de Aquisição (RS)
TOTAL:					

Pág. [•]/[•]



57



Anexo VII

111368015-07-08

Declaração

[PAPEL TIMBRADO DO BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S.A. – BANCOOB]

Xxxxx, [•] de [•] de [•]

À

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A.

Avenida das Américas, 500, Bloco 13, Grupo 205.

Rio de Janeiro – RJ

Ref: Emissão e Distribuição Pública de Quotas Sênior do BANCOOB FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS (o "Fundo") inscrito no CNPJ/MF sob o nº xxxxxxxxxx, administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A.

Prezados Senhores,

Na qualidade de Diretores do **BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S.A. – BANCOOB** (o "BANCOOB"), fomos solicitados pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A., administradora do Fundo (a "Administradora"), nos termos da alínea "p" do inciso I da Cláusula Onze do "Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças" celebrado em 18 de outubro de 2006, e alterado pelo Instrumento Particular de 1º Aditamento, celebrado em 07 de fevereiro de 2007 e pelo "Instrumento Particular de 2º Aditamento, celebrado em 31 de outubro de 2007 (o "Contrato de Cessão"), a apresentar declaração prestada em favor da Administradora versando sobre certos aspectos relativos ao BANCOOB.

Desta forma, declaramos na presente data que:

- a) a situação econômica, financeira e patrimonial do BANCOOB não sofreu



qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência, desde a data de celebração do Contrato de Cessão;

- b) não há quaisquer títulos de emissão do BANCOOB ou sacados contra este que tenham sido protestados, cujo valor unitário ou agregado seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;
- c) seus sistemas internos de gestão e controle do processo de concessão de crédito do BANCOOB, que deram e darão origem aos Direitos Creditórios, não permitem e dispõem de controles que não permitem ou permitirão a oferta ao Fundo de Direitos Creditórios sem lastro, em duplicidade ou vinculados a qualquer outro negócio jurídico;
- d) os Direitos Creditórios oferecidos à cessão ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão, são de sua legítima e exclusiva titularidade, estando livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, que possam obstar a cessão prometida e o pleno gozo e uso, pelo Fundo, de todos os direitos, garantias e prerrogativas relacionados aos Direitos Creditórios a este cedidos, nos termos deste Contrato, e foram contratados com estrita observância aos termos e às condições da Política de Concessão de Crédito, tendo sido gerados pelos sistemas referidos na alínea "c" acima;
- e) os Mutuários, devedores dos Direitos Creditórios oferecidos à cessão ao Fundo, não se encontravam, na respectiva Data de Oferta, inadimplentes no cumprimento de qualquer obrigação pecuniária com o BANCOOB por prazo superior a 30 (trinta) dias, bem como suas respectivas Pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas;
- f) à exceção dos Contratos de Financiamento cuja consignação (desconto em folha de pagamento) seja realizada pela fonte pagadora por meio de Averbação Eletrônica, somente foram oferecidos à cessão ao Fundo Direitos Creditórios cujo respectivo Mutuário já tenha efetuado o pagamento ao BANCOOB ou à

Cooperativa Singular Habilitada de, no mínimo, 1 (uma) prestação relativa ao respectivo Contrato de Financiamento;

- g) não é de conhecimento do BANCOOB que os Direitos Creditórios oferecidos à cessão ao Fundo tenham sido objeto, na respectiva Data de Oferta (i) de qualquer contestação judicial, extrajudicial ou administrativa, por parte dos respectivos Mutuários e/ou das Pessoas responsáveis pela consignação (desconto em folha de pagamento) dos valores de titularidade do Fundo, independentemente da alegação ou mérito que possa, direta ou indiretamente, comprometer sua liquidez e certeza, incluindo qualquer questionamento referente à legitimidade dos procedimentos de consignação (desconto em folha) ou (ii) de qualquer tipo de renegociação, acordo ou transação;
- h) os Contratos de Financiamento, os respectivos Convênios, quando se tratar de Operações de Crédito Consignado, e os demais documentos que autorizam a concessão dos financiamentos aos Mutuários não contêm qualquer avença que impeça, proíba ou condicione, a qualquer título, a cessão dos Direitos Creditórios do BANCOOB ao Fundo ou do Fundo para qualquer Pessoa;
- i) o BANCOOB encontra-se adimplente no cumprimento de todas as suas obrigações avençadas nos Convênios cujos respectivos Direitos Creditórios tenham sido cedidos ao Fundo;
- j) o BANCOOB efetuou os respectivos lançamentos contábeis necessários à caracterização da cessão definitiva, irrevogável e irretratável dos Direitos Creditórios ao Fundo, de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade do Brasil e com os normativos das demais autoridades competentes;
- k) todos os alvarás, licenças, autorizações ou aprovações exigíveis ao funcionamento do BANCOOB e à celebração dos Contratos de Financiamento foram regularmente obtidos e encontram-se atualizados e seus livros contábeis e societários estão regularmente abertos e registrados no competente órgão do registro de comércio, estando, também, devidamente atualizados;

- l) não ter ocorrido qualquer Evento de Revisão ou Evento de Resilição, que não tenha sido sanado, com referência ao BANCOOB, à data em que esta declaração é prestada; e
- m) qualquer Evento de Revisão com referência ao BANCOOB, ocorrido anteriormente à data em que esta declaração é prestada, encontra-se devidamente sanado.

II. A presente declaração é endereçada à Administradora, na qualidade de administradora do Fundo, e não deve ser transmitida a nenhuma outra pessoa, não devendo nenhuma outra pessoa nela se fiar, sendo também vedada a referência a essa declaração em qualquer outro documento, assim como seu registro ou apresentação a terceiros, sem nosso prévio e expresso consentimento, ressalvada a possibilidade de utilização desta declaração em qualquer procedimento judicial ou extrajudicial em que a Administradora figure como parte ou terceiro, incluindo suas respectivas pessoas controladoras, sociedades por estas direta ou indiretamente controladas, a estas coligadas ou outras sociedades sob controle comum. Termos definidos utilizados neste documento terão o mesmo significado que lhes é atribuído no Contrato de Cessão. Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Nome: [•]

Título: Diretor do BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S.A. - BANCOOB

Nome: [•]

Título: Diretor do BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S.A. - BANCOOB



Anexo XV

Definições de órgãos constantes do Anexo V deste Regulamento

COLED – COLEGIADO DA DIRETORIA**1- COMPOSIÇÃO**

- 1.1- A Administração do Banco será de competência da Diretoria, no seu formato de Colegiado da Diretoria, composta no máximo por 6 (seis) Diretores, sendo um deles o Diretor-Presidente e os demais sem designação específica, cabendo ao Colegiado, se entender conveniente, conferir-lhes denominação especial, todos eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de três anos, podendo ser reeleitos.
- 1.2- O Colegiado da Diretoria será formado pelo Diretor-Presidente, necessariamente, e pelos demais Diretores.
- 1.3- A Diretoria, no seu formato de Colegiado, reunir-se á sempre que necessário, mediante convocação do Diretor-Presidente ou da maioria de seus membros e, em ambos os casos, instalar-se-á com a presença obrigatória da maioria de seus integrantes.
- 1.4- As deliberações do Colegiado da Diretoria serão tomadas, no mínimo, pela maioria de sua composição, incluído necessariamente o Diretor-Presidente, que terá o voto de qualidade.

2- ATRIBUIÇÕES

- 2.1- Praticar os atos necessários para que a instituição possa alcançar os seus objetivos sociais, cumprindo, além das atribuições que constam do Estatuto Social, as funções operacionais relacionadas neste capítulo.
- 2.2- Instituir e aprovar a criação de Comitês, Comissões e Grupos de Trabalho, no âmbito de suas atribuições, designando os seus membros e seu coordenador, com fins específicos de estudar e dar pareceres sobre assuntos de interesse do Bancoob, para subsidiarem decisões superiores.
- 2.3- Definir o plano estratégico, a orientação de negócios e o orçamento geral da Sociedade.
- 2.4- Analisar a validade e a necessidade de se efetuar alterações no Regimento Interno do Bancoob.
- 2.5- Implantar e programar efetiva estrutura de controles internos, mediante a definição de atividades de controle para todos os níveis da instituição que estabeleçam objetivos e procedimentos e verificando a sua sistemática de adoção e de cumprimento.
- 2.6- Opinar sobre a emissão de ações e apresentar, ao Conselho de Administração, proposta de aumento de capital.
- 2.7- Distribuir e aplicar os lucros apurados, na forma da deliberação da Assembléia Geral dos Acionistas ou do Conselho de Administração, nos termos da lei vigente.
- 2.8- Definir as linhas gerais de análise, mensuração e mitigação dos vários riscos que afetam ou podem vir a afetar a instituição.



- 2.9- Definir o quadro de pessoal e aprovar a Política de Recursos Humanos.
- 2.10- Definir as políticas que o Banco deve elaborar e aprová-las.
- 2.11- Estipular normas internas, definindo as atribuições, organizações e competências dos diferentes setores da empresa.
- 2.12- Conceder licença a seus próprios membros, bem como designar o Diretor que deve substituir, cumulativamente, outro integrante do colegiado, inclusive o Diretor-Presidente.
- 2.13- Estabelecer as normas gerais reguladoras dos convênios, contratos e outros instrumentos a serem firmados com as cooperativas centrais e singulares de crédito e com as demais instituições privadas ou públicas.
- 2.14- Analisar e decidir sobre os critérios e taxas de captação e aplicação de recursos do Bancoob.
- 2.15- Analisar e decidir pela concessão ou não de limites de crédito e de recursos para as cooperativas, quando necessário.
- 2.16- Decidir, em casos extraordinários e urgentes, *ad referendum* do Conselho de Administração.
- 2.17- Coordenar e fiscalizar a escrituração dos livros societários e as transferências de ações.
- 2.18- Analisar detidamente os relatórios do Conselho Fiscal, do Banco Central e das auditorias interna e externa, tomando todas as providências para que as falhas porventura apontadas sejam, o mais rápido possível, solucionadas.
- 2.19- Analisar e autorizar a concessão de patrocínios a instituições, empresas ou eventos, donativos a entidades beneficentes, doações etc.
- 2.20- Avaliar e aprovar alterações no Manual da Organização do Bancoob.
- 2.21- Zelar pelo cumprimento das decisões da Assembléia Geral, do Conselho de Administração e das disposições da legislação pertinente, do Estatuto Social, do Regimento Interno e do Manual da Organização do Bancoob.
- 2.22- Outras funções não expressamente conferidas por lei à Assembléia Geral e ao Conselho de Administração.

COMAC – COMITÊ DE ADMINISTRAÇÃO DO CRÉDITO

1- OBJETIVOS

O Comitê de Administração do Crédito (Comac) tem os seguintes objetivos:

- 1.1- Analisar a política de crédito, bem como todas as propostas de aprimoramentos e melhorias nos processos de crédito, inclusive na própria política. As propostas deverão ser previamente analisadas pela área responsável pela concessão e fiscalização de crédito, que as encaminhará à apreciação do Comac, e poderão abranger, dentre outros, os seguintes aspectos: (I) revisão dos critérios de estabelecimento de limites de alocação de recurso e limites de crédito; (II) revisão dos limites de crédito concedidos a qualquer tempo ou sempre que fatores conjunturais justificarem tal procedimento.



- 1.2- Propor ao Colegiado da Diretoria (Coled), com base em estudos elaborados, os limites de alocação de recursos próprios e de terceiros.
- 1.3- Propor ao Coled restrições aos limites de crédito, de forma temporária ou definitiva, devidamente justificadas, a pessoas, grupos econômicos ou setores da economia que apresentarem nível de risco elevado.
- 1.4- Analisar, deferir e indeferir limites de crédito no âmbito de sua alçada.
- 1.5- Analisar e referendar os testes de aderência dos principais aspectos da política de crédito, sobretudo o modelo de classificação de riscos.
- 1.6- Propor ao Coled, com base em análises elaboradas, limites operacionais para as cooperativas singulares e parceiros comerciais quando a linha de crédito exigir uma aprovação prévia para sua contratação, como empréstimo sob forma de consignação em folha de pagamento, financiamento de cotas partes, desconto de recebíveis, cartão de crédito, entre outras, respeitados os limites de alocação de recursos por carteira.
- 1.7- Os limites para pessoas físicas serão definidos em função das regras da política de crédito, propostas pelo Comac, e das limitações estabelecidas nos manuais de cada linha de crédito.

2- COMPOSIÇÃO

- 2.1- Superintendente de Controladoria (Coordenador).
- 2.2- Superintendente de Controles e Riscos.
- 2.3- Superintendente de Cartões.
- 2.4- Superintendente de Crédito.
- 2.5- Superintendente Financeiro.
- 2.6- Superintendente Comercial.

3- REUNIÕES

- 3.1- As reuniões serão convocadas pelo coordenador do Comitê sempre que necessário e deverão contar com a presença de, pelo menos, três de seus integrantes. As decisões serão por maioria simples.
- 3.2- O Coordenador poderá convocar reuniões, em caráter excepcional, sempre que julgar necessário.

SUCRE – SUPERINTENDÊNCIA DE CRÉDITO

1- SUBORDINAÇÃO

- 1.1- A Superintendência de Crédito (Sucre) é subordinada à Diretoria Administrativa e Operacional (Diope).



2- ATRIBUIÇÕES FUNCIONAIS

- 2.1- Administrar os processos inerentes à concessão, controle, acompanhamento, cobrança e liquidação das operações de crédito, exceto as operações de cartão de crédito e operações realizadas por intermédio da Agese, com fundamento na Política de Crédito do Banco e normas correlatas.
- 2.2- Coordenar e supervisionar as atividades da:
 - 2.2.1-Gerência de Administração e Cobrança de Crédito (Geaco);
 - 2.2.2-Gerência de Concessão de Crédito (Gecre).
- 2.3- Propor à área de desenvolvimento de produtos, estudos relativos à criação e aperfeiçoamento de produtos e serviços, relacionados com sua área de atuação.

GEACO – GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E COBRANÇA DE CRÉDITO**1- SUBORDINAÇÃO**

A Gerência de Administração e Cobrança de Crédito (Geaco) é subordinada à Superintendência de Crédito (Sucre).

2- ATRIBUIÇÕES FUNCIONAIS

- 2.1- Gerir as atividades inerentes ao controle, acompanhamento, liberação, cobrança ordinária e de inadimplentes e renegociação das operações de crédito concedidas.
- 2.2- Gerir o sistema consolidado de informações gerenciais atinente à carteira de crédito total do Banco, inclusive das operações lançadas a prejuízo, atendendo as demandas, tanto dos entes internos, como dos órgãos fiscalizadores, governamentais e repassadores de recursos.
- 2.3- Coordenar a execução de todas as atividades sob a responsabilidade das supervisões subordinadas.
- 2.4- Coordenar o processo de concessão, controle, acompanhamento e cobrança ordinária das operações de crédito consignado.
- 2.5- Coordenar o processo de renegociação e recuperação de créditos inadimplentes.
- 2.6- Estabelecer, em conjunto com a área de controles internos e riscos, e com as demais áreas da Superintendência, procedimentos de controle do processo de crédito do Banco, em todas as etapas da atividade processo, agindo pro ativamente, buscando a adoção de ferramentas quem mitiguem riscos.
- 2.7- Coordenar todos os projetos de automação da Superintendência de Crédito, promovendo a integração de processos e informações das diversas áreas da superintendência.
- 2.8- Participar da elaboração do orçamento da Sucre.

SUCOR - SUPERINTENDÊNCIA CONTROLES E RISCOS**1- SUBORDINAÇÃO**

A Superintendência de Controles e Riscos (Sucor) é subordinada à Diretoria de Controle (Dicon).

2- ATRIBUIÇÕES FUNCIONAIS

- 2.1- Coordenar e supervisionar as atividades da:
 - 2.1.1- Gerência de Controles Internos (Gecin) e
 - 2.1.2- Gerência de Riscos (Geris).
- 2.2- Acompanhar a conjuntura econômica, fornecendo subsídios para que o Banco possa aproveitar as oportunidades e proteger-se contra eventuais riscos.
- 2.3- Acompanhar os relatórios e controles gerenciais mantidos pelo Bancoob, zelando pela sua integridade e fidelidade.
- 2.4- Administrar o Sistema de Informações Gerenciais do Bancoob, priorizando demonstrativos de controle de riscos que subsidiem definições de políticas institucionais.
- 2.5- Coordenar o processo de controles internos propondo políticas e ações que objetivem minimizar os riscos do Banco e coligadas.
- 2.6- Coordenar o processo de gerenciamento do Sistema de Pagamentos Brasileiro – SPB, assegurando a sua viabilidade operacional.
- 2.7- Coordenar os processos de atendimento às demandas das auditorias interna e externa do Banco, inclusive as do Banco Central do Brasil.
- 2.8- Cuidar para que sejam implementados programas que visem à formação de uma cultura de controles internos.
- 2.9- Fornecer, dentro dos limites legais, dados e informações que estejam sob sua gestão, requeridos pelo Banco Central do Brasil, outros órgãos públicos e empresas, voltados à análise do segmento bancário.
- 2.10- Transmitir tempestivamente dados e informações do Bancoob ao Banco Central do Brasil, em atendimento aos normativos legais em vigor.
- 2.11- Verificar a conformidade das atividades do Banco e coligadas em relação às normas e regulamentos vigentes emitidos por órgãos reguladores e fiscalizadores, além das políticas e procedimentos da própria organização.
- 2.12- Zelar para que o gerenciamento de risco seja fundamentado em métodos e técnicas adequadas, eficazes e atualizadas em referência ao mercado financeiro.
- 2.13- Desenvolver, aprimorar e acompanhar modelos de classificação de risco.



GERIS - GERÊNCIA DE RISCOS**1- SUBORDINAÇÃO**

A Gerência de Riscos (Geris) é subordinada à Superintendência Controles e Riscos (Sucor).

2- ATRIBUIÇÕES FUNCIONAIS

- 2.1- Supervisiona as atividades das Supervisões de Risco de Mercado e de Risco de Crédito.
- 2.2- Assessorar as áreas do Banco no diagnóstico dos riscos e das avaliações de controle, agindo proativamente com cada uma delas na busca de soluções para situações-problema encontradas.
- 2.3- Efetuar a gestão sistêmica dos riscos de mercado, liquidez, crédito por tomador e operacional.
- 2.4- Elaborar o fluxo de caixa, inclusive de acordo com a Resolução nº. 2.804.
- 2.5- Analisar e propor modelos de avaliação do risco operacional.
- 2.6- Subsidiar o Subcomitê de Riscos com informações de assuntos relacionados a risco operacional.
- 2.7- Analisar as medidas da política econômica do Governo e os seus impactos diretos e indiretos sobre o Banco.
- 2.8- Elaborar o Manual de Política de Crédito do Bancoob, responsabilizando-se por sua manutenção de acordo com as diretrizes institucionais, normatizações externas vigentes e condições operacionais de mercado.
- 2.9- Validar o modelo de “escoragem de crédito” utilizado para os portadores de cartões de crédito e dos clientes de operações de varejo, verificando sua aplicabilidade pelo acompanhamento da evolução da carteira.
- 2.10- Desenvolver e aprimorar modelos de classificação de risco de crédito.

MACRE – O MANUAL DE POLÍTICA DE CRÉDITO DO BANCOOB DEFINE OS SEGUINTE CRITÉRIOS:

- Condições gerais da política de crédito;
- Origem dos recursos para concessão de crédito;
- Política de alocação de recursos;
- Limites de crédito para clientes;
- Comitês de crédito;
- Critérios para concessão de crédito;



- Tratamento de operações especiais;
- Política de aquisição de direitos creditórios;
- Modelo de classificação de risco de crédito de clientes e operações;
- Critérios de provisionamento de operações de crédito;
- Cobrança de operações de crédito;
- Responsabilidades no processo de realização de operações de crédito rural;
- Processo de validação da política de crédito;
- Modelos e matrizes utilizadas para avaliação de risco de crédito de clientes e operações.

1113680 15-07-08

SISTEMA DE INFORMÁTICA DO SICOOB – SISBR

1- DEFINIÇÃO

O Sistema de Informática do SICOOB é, por definição, o sistema de automação e controle financeiro, contábil e operacional do Banco e das Cooperativas de Crédito. Composto de produtos e serviços que facilitam o dia a dia dos usuários e propiciam, aos associados do Sicoob, todos os benefícios decorrentes da automação bancária.

2- CARACTERÍSTICAS

A estratégia definida pelo Bancoob no desenvolvimento do SISBR foi um modelo de processamento centralizado das informações, obedecendo às premissas:

- ✓ Padronizar e integrar as cooperativas de crédito;
- ✓ Reduzir os custos e investimentos em TI nas cooperativas;
- ✓ Garantir segurança e integridade das informações.

Os aplicativos e as bases de dados das cooperativas estão centralizados no BANCOOB e são acessados pelos usuários via link de comunicação. A adoção dessa solução trouxe grandes vantagens para as cooperativas tais como:

- ✓ Atualização de versões de programas e banco de dados em um único local;
- ✓ Rotinas de Backup realizadas pelo Bancoob;
- ✓ Unificação do cadastro de modalidades de Captação, Crédito e Cobrança;
- ✓ Cadastro único de índices financeiros, cotações e feriados nacionais;
- ✓ Padronização do plano contábil, dos históricos de lançamentos, eventos e lançamentos financeiros e contábeis;
- ✓ Armazenamento dos relatórios gerados no fechamento em um servidor, onde possam ser impressos posteriormente pelas cooperativas.
- ✓ Rapidez e segurança no processo de devolução, solicitação de cheques e bloqu岸tos, envio de movimentos de nossa e sua remessa;
- ✓ Alta disponibilidade de utilização diária do sistema, pois os processos de fechamento e compensação são realizados de madrugada no Bancoob;
- ✓ Independência de terceiros.

Início do projeto: janeiro/1999.

Implantação cooperativa piloto: setembro/2001.



3- ORGANOGRAMA DE MÓDULOS E SERVIÇOS SISBR



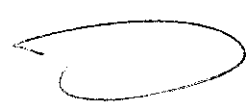
4- COMPOSIÇÃO

O SISBR é composto atualmente de 29 módulos de controle administrativo e financeiro e 7 módulos de apoio gerencial, logístico e operacional. **Todos os módulos sofrem constante manutenção adaptativa e evolutiva, atendem tempestivamente todas as demandas legais e geram informações para órgãos competentes (Receita Federal, Bacen, Bndes, Tribunais Regionais etc).**

Módulos de Controle Administrativo e Financeiro

NOME	DESCRIÇÃO
Segurança	Gerencia o acesso dos usuários aos diversos formulários e controles do sistema, interagindo com os grupos de usuários do sistema operacional. Permite o cadastro de módulos, formulários, controles, grupos de acesso, permissões etc.
Administrativo	Módulo de apoio ao funcionamento das rotinas cadastrais e operacionais do SISBR, sendo de uso exclusivo do BANCOOB. Esse módulo administra os cadastros: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Tipos de bens, dívidas, impedimentos e atividade econômica dos associados; ✓ Feriados nacionais, parâmetros globais, listas de itens e relatórios utilizados pelo SISBR; ✓ Cadastro único de cooperativas, PACs, mecanismos de cálculo, tarifas e perfis tarifários; ✓ Cadastro índices financeiros e cotações, dentre eles: TR, TBF, CDI, TJLP, INPC, IPCA, URTLJP etc. ✓ Fabricantes, tipos e modelos de equipamentos, situação, funções e operações disponíveis dos terminais de caixa, terminais de consulta e auto atendimento.

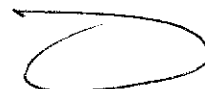
	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Modalidades de Operações de Crédito, Cobrança, Captação Remunerada e tabela regressiva de IOF; ✓ Tipos de contas correntes, motivos de devolução e restrição de cheques, históricos de lançamentos; ✓ Eventos do Controles Gerais; ✓ Plano contábil, históricos e contas de fechamento semestral; ✓ Empreendimentos e municípios IBGE e RECOR.
Corporativo	<p>Módulo de apoio ao processamento das cooperativas, sendo de uso exclusivo das mesmas. Engloba funcionalidades utilizadas pelo SISBR:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Cadastro de feriados, parâmetros, listas de itens e cartórios locais; ✓ Fechamento do sistema na cooperativa; ✓ Manutenção de valores de tarifa por perfil do associado; ✓ Efetua testes de correção e emissão de relatório das cotações dos indexadores financeiros; <p>Emissão de relatórios do mecanismo contábil, fechamentos, cooperativas cadastradas, maiores devedores e depositantes.</p>
Clientes	<p>Disponibiliza para as cooperativas funções que permitem o cadastro e gerenciamento de todos os dados dos clientes, tais como: dados cadastrais, avaliação financeira e patrimonial, perfil tarifário, tributação, risco. Controla também as pessoas que de alguma maneira se relacionam com a cooperativa (avalistas, sacados etc). Emite relatórios de vencimento do cadastro, ficha cadastral de pessoas físicas e jurídicas.</p>
Conta Capital	<p>Permite o cadastro de todos os clientes cooperados, controlando suas subscrições, integralizações, juros pagos ao capital, desligamento etc. Integrado com os módulos de Caixa e Conta Correntes, além de importar movimentos de empresas via leiaute padrão. Emite recibo e extrato de movimentação, autorização de débito em C/C, ficha de matrícula, Livro Diário Auxiliar etc.</p>
Contas Correntes	<p>Módulo onde são controladas todas as contas correntes dos clientes que operam com a cooperativa, permitindo suportar todas as suas movimentações financeiras e serviços de compensação, limites de crédito (cheque especial e conta garantida), custódia de cheques etc. Emite avisos de lançamentos, relatório de saldo médio, Livro Diário Auxiliar etc. Permite importar movimentos de empresas via leiaute padrão, além de exportar extratos de movimentos nos formatos HTML e TXT.</p>
Captação Remunerada	<p>Cadastro e controle das aplicações financeiras dos clientes, nas diversas modalidades pré e posfixadas, disponíveis nas carteiras de depósitos a prazo fixo e depósito sem vencimento. Realiza aplicações programadas, resgates com aviso prévio, reaplicação automática etc. Emite recibos de movimentação, extratos da carteira e das aplicações do associado, maiores investidores etc. Permite importar aplicações de via leiaute padrão.</p>
Poupança Cooperada	<p>Módulo permite que cooperativas de crédito rural e de livre admissão captem recursos de poupança para o BANCOOB. 65,00 % dos recursos captados em poupança são destinados ao financiamento de Crédito Rural</p>



	(Exigibilidade).
Cobrança – Cooperativa	Serviço que controla os títulos de crédito pertencentes aos clientes das cooperativas, controle este que abrange o registro, alterações, prorrogações, baixas, protestos etc. Trabalha com carteiras simples, vinculada e caucionada. Permite a troca de informações com bancos correspondentes e clientes via leiaute padrão CNAB / FEBRABAN. Controla excesso ou insuficiência de garantias, risco de sacado, agendamentos etc. Emite bloquetes, extratos, avisos de lançamentos, Carta Remessa, ocorrências etc.
Cobrança – Cedente	Aplicativo cedido pela cooperativa para que o próprio cedente controle seus títulos colocados em cobrança. Emite bloquetes padronizados no próprio cliente, relatórios de acompanhamento administrativo e gerencial da carteira de cobrança. Permite troca eletrônica de informações com a cooperativa via leiaute padrão CNAB / FEBRABAN.
Terminal de Caixa	Módulo responsável pelos recebimentos e pagamentos aos clientes e terceiros, lançamentos em conta corrente, integralização e devolução de capital etc. Uma vantagem adicional é o Painel de Controle, onde o tesoureiro verifica toda a movimentação dos caixas na sede e PACs, podendo inclusive autorizar estornos remotamente. Emite relatórios de operações, cheques e resumo de transações por caixa. Permite o controle e conciliação de valores da tesouraria.
Terminal de Consulta	Disponível ao cliente para que este possa visualizar sua movimentação por meio de consultas de saldos e extratos sem ter que se dirigir aos terminais de caixa.
Auto Atendimento	Disponível ao cliente para que este possa efetuar saques e visualizar sua movimentação por meio de consultas de saldos e extratos sem ter que se dirigir aos terminais de caixa.
Sicoob Net Pessoal	O Internet Banking (pessoa física) do Sicoob está disponível ao cliente para que este possa efetuar consultas e transações financeiras por meio da internet.
Sicoob Net Empresarial	O Internet Banking (pessoa jurídica) do Sicoob está disponível ao cliente para que este possa efetuar consultas e transações financeiras por meio da internet.
Sicoob Net Celular	O Internet Banking (pessoa jurídica) do Sicoob está disponível ao cliente para que este possa efetuar consultas e transações financeiras por meio de aparelho celular.
Títulos Descontados	Cadastro e controle dos limites, contratos e das operações de desconto de títulos (desconto de cheques, títulos e notas promissórias). Trabalha com métodos de cálculo utilizando juros exponencial e linear. Permite alterações cadastrais, prorrogações, renegociação, baixas e protestos. Implementa a modalidade de REPES Recebíveis e emite instrumentos de crédito, Notas promissórias, extratos, bloquetes de cobrança padrão FEBRABAN.



Empréstimos	Cadastro e controle dos limites, contratos e das operações de empréstimos. Permite alterações cadastrais, prorrogações, renegociação, baixas e protestos. Trabalha com métodos de cálculo de juros exponencial e linear, disponibilizando os seguintes mecanismos de cálculo: Tabela Price, SAC Crescente e Decrescente, SAM, NP pagamento único e parcelado, Crédito Parcelado Crescente e Decrescente, Rotativo e Percentual Informado. Emite instrumentos de crédito, Notas promissórias, extratos etc. Controla as garantias vinculadas. Uma vantagem adicional desse módulo é permitir que a cooperativa defina o plano de pagamento da operação, podendo escolher se os vencimentos das parcelas ocorrerão de 30 em 30 dias, dia fixo ou dia útil, data informada etc.
Financiamento Rural	Cadastro e controle dos limites, contratos e das operações de crédito rural da cooperativa, tais como BNDES automático, FINAME agrícola, recursos próprios etc. Trabalha com os mesmos métodos e mecanismo de cálculo, disponíveis no módulo de Empréstimos. Emite proposta para análise do proponente, possibilita simulação de financiamento, controla curso anormal.
Convênios	Cadastro de convênios (nacionais ou locais) para recebimento e débitos automáticos de títulos de empresas concessionárias de serviços públicos e outras.
Pagamento de benefícios INSS	Produto responsável pelo pagamento de benefícios da Previdência Social e arrecadação de GPS.
Centralizador Débito Automático e Convênios	Interface entre empresas e cooperativas instalado no BANCOOB. Controla o cadastro de optantes por débito automático e valores para débito.
Contabilidade	Consolida dados de todos os outros módulos do SISBR, gerando informações (balancetes, consultas e relatórios) necessários para controle contábil e financeiro da cooperativa. Efetua crítica automática do arquivo BACEN COS 4010, emite fichas de lançamentos, relatórios de saldos médios das rubricas contábeis, LALUR, PLA, PLE, PIS e COFINS etc.
Controles Gerais	Módulo planejado pelo Comitê Contábil para que as cooperativas possam controlar analiticamente suas operações administrativas e financeiras, que atualmente são controladas de forma sintética na Contabilidade. A vantagem na utilização desse módulo é que a cooperativa pode controlar suas receitas e despesas separadamente por setores ou PAC's, pois no cadastro de lançamentos é identificado o centro de custo que originou mesmos. Esse módulo é integrado com a Contabilidade e seus lançamentos refletem imediatamente nos saldos contábeis. São emitidos relatórios e balancetes para conciliação de saldos com o módulo de Contabilidade.
Rateio de Valores	Neste módulo a cooperativa efetua distribuição de sobras ou prejuízo entre seus cooperados, utilizando informações anuais da sua movimentação. Possibilita criação de métodos, fórmulas de cálculos e




	distribuição, em cumprimento às decisões da AGO – Assembléia Geral Ordinária. Na cooperativa central, pode ser utilizado para distribuição de rendas da centralização financeira. Emite recibos de destinação e relatórios de rateio calculado, destinado etc.
Produtos BANCOOB	Permite o cadastro e acompanhamento de clientes e operações de crédito das Cooperativas de Crédito, que utilizam as linhas de crédito junto a GECRE - Gerência de Crédito do Bancoob.
MGC	Módulo de Gestão de Cartões. Permite cadastrar e realizar diversos serviços referentes aos cartões de débito e crédito, tais como: solicitação, cancelamento etc.
MDB	Módulo de Domicílio Bancário RedeCard. Possibilita às cooperativas tornarem domicílio bancário da RedeCard, da mesma forma que ocorre com o bancos.
Serviços Bancoob	Disponibilizar acesso aos usuários internos do Bancoob para cadastramento de limites, exportação e importação das operações de ProcapCred. Cadastros do Banco Correspondente além de geração e recepção de arquivos. Efetuar consolidação de registros de operações inadimplentes gerando carga para o Sysreq e receber as liquidações ocorridas.
FIDC	Permitir a cessão de direitos creditórios pelas cooperativas junto ao Bancoob. Responsável pela geração e recebimentos de arquivos entre o Sisbr e o Sistema SFR.

Módulos de Apoio Logístico, Gerencial e Operacional

NOME	DESCRIÇÃO
SAS	Sistema de Avaliação de Satisfação do SISBR. Aplicativo disponível na Intranet no qual os usuários avaliam diariamente o nível de satisfação na utilização do SISBR. O resultado dessas avaliações é utilizado no processo de tomada de decisões da equipe técnica da Ditec.
LEVIM	Sistema de Levantamento de Informações para Migração. Aplicativo disponível na Intranet no qual as cooperativas cadastram informações necessárias à migração dos sistemas legados para o SISBR.
MONLINK	Sistema de monitoramento dos Links de Comunicação. Aplicativo de utilização interna onde os técnicos do Bancoob verificam o nível de utilização dos links de comunicação das cooperativas com o banco. De acordo com as medidas auferidas, são tomadas ações pró-ativas para evitar que ocorra utilização total do link, fato este que compromete a performance de utilização do SISBR.
SIG	Sistema de Informações Gerenciais. Sistema de apoio à decisão

	desenvolvido com o objetivo de atender primariamente a demanda do Bacen, para autorização de abertura de novas cooperativas. No segundo momento, deverá contemplar outras informações gerenciais definidas pela Confederação Sicoob Brasil.
Serviços Confederação	Serviço que permite a padronização dos instrumentos de crédito do Sicoob, por meio da centralização destes instrumentos na Confederação.
e-GeCart	Gerenciador Integrado de Demandas de TI. Aplicativo para cadastrar e acompanhar todas as demandas de TI do Sicoob. As cooperativas centrais, o Bancoob e a Confederação registram as demandas. O Comitê de Prioridades do Sicoob prioriza e o Bancoob implementa e controla toda a execução da demanda. As cooperativas singulares têm acesso para consultar todas as funcionalidades.
Gerenciador de Incidentes	Gerenciador de Requisições e Incidentes (GRI). Ferramenta utilizada para registrar chamados e solicitações operacionais dos serviços de TI. Os chamados são priorizados de acordo com acordos de níveis de serviço (SLA), possibilitando às cooperativas acompanhar o andamento das solicitações. Possui base de conhecimento das regras de negócios do Sisbr e realiza pesquisa de satisfação do atendimento.



Anexo II – Suplemento da 2ª Série de Quotas Sênior

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEGUNDO ADITAMENTO AO
SUPLEMENTO DA 2ª SÉRIE DE QUOTAS SÊNIOR DO
BANCOOB FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS**

Por este instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, instituição com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, na qualidade de Administradora (doravante denominada “Administradora”) do **BANCOOB FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS**, constituído em 13 de julho de 2006, sob o nº 1054950 e alterado pelos Instrumentos Particulares de Primeira, Segunda, Terceira, Quarta, Quinta, Sexta, Sétima e Oitava Alterações, registrados sob os nºs 1055211, 1064200, 1068701, 1072891, 1080126, 1085373, 1097450 e 1103905 respectivamente, todos perante o 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, (doravante denominado “Fundo”);

CONSIDERANDO QUE houve atraso na distribuição da oferta pública de distribuição da 2ª Série de Quotas Sênior do Fundo, perante a COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS.

6ºRTD-RJ - 1112210
Emol 87,58/Distrib 10,75/Lei 111/06 4,91
Mútua/ACOTERJ 8,15 / FETJ: 19,67
Lei 4.664/05 4,91 / Tot Emol 135,97
PARAM Vias 2 / Nome(s) 1 / Págs 5
Proc Estr N / Averb S / Dilig.

RESOLVE a Administradora aditar o Suplemento, conforme abaixo:



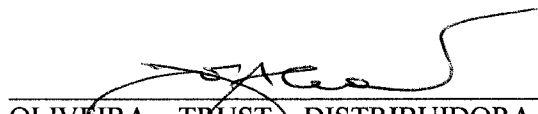
(i) Alterar o item 1 do Suplemento, o qual passa a vigorar com a seguinte redação, conforme alteração sublinhada:

“1. Suplemento nº 2 (o “Suplemento”) referente à 2ª Série de Quotas Sênior (a “2ª Série”), composta por até 4.000 (quatro mil) Quotas Sênior da 2ª Série, emitida nos termos do regulamento do “**BANCOOB FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS**”, registrado sob o nº 1054950 e com sua Primeira, Segunda, Terceira, Quarta, Quinta, Sexta, Sétima, Oitava, Nona, Décima e Décima Primeira Alterações, registrados sob os nºs 1055211, 1064200, 1068701, 1072891, 1080126, 1085373, 1097450, 1103905, 1106045, 1111615 e 1111780, respectivamente, todos perante o 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, do qual este Suplemento é parte integrante (o “Regulamento”), inscrito no CNPJ sob o nº 08.165.234/0001-09 e administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a “Administradora”). Os documentos necessários ao registro da oferta pública de distribuição da 2ª Série de Quotas Sênior do Fundo, definidas na Instrução CVM, foram devidamente protocolados pela Administradora na CVM em 27 de novembro de 2007 e complementados em 24 de janeiro de 2008, 18 de fevereiro de 2008 e 25 de fevereiro de 2008.”

- (ii) Alterar as datas das Amortizações Programadas previstas no item 2.1 do Suplemento, em virtude do atraso na distribuição da oferta pública de distribuição da 2ª Série de Quotas Sênior do Fundo.
- (iii) Consolidar o Suplemento da 2ª Série, conforme documento em anexo.


Rio de Janeiro, 23 de junho de 2008.

FUNDO/ADMINISTRADORA:


OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., na
qualidade de administradora do BANCOOB
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS FINANCEIROS

Nome:

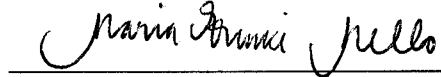
Cargo: **José Alexandre C. de Freitas**
DIRETOR


OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., na
qualidade de administradora do BANCOOB
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS FINANCEIROS

Nome:

Cargo: **Cesar Reinaldo Leal Pinto**
Diretor

Testemunhas:



MARIA EUNICE MOTTA M. DE F. MELLO
CPF: 088.887.377-82
IFP: 12.857.135-3



Paula Perazzi A. Ferreira
RG: 11812920-4 IFP/RJ
CPF: 095.449.027-40

6º RTD Rua Buenos Aires, 56 - 4º Andar - Centro - RJ
Tels.: (21) 2233-7878 / www.6rtd-rj.com.br
REGISTRADO EM MICROFILME SOB O Nº E DATA DECLARADOS
A MARGEM, O QUE CERTIFICO

☐ Sônia Maria Andrade dos Santos - Oficiala

☐ Paulo César Andrade dos Santos - 1º Substituto
CTPS nº 25.122/024 - RJ

☐ Marco André de A.S. Santos - 2º Substituto
CTPS nº 25276/015 - RN

☐ Cleia de Araujo Barreto - 3ª Substituta
CTPS nº 7324128-001 - RJ



AVERBADO ao registro n.º Mo4342 do
livro protocolo feito neste 6.º Ofício de Registro
de Títulos e Documentos - RJ
Dou fé.

RJ, 23/06/08

Oficial [Signature]

**SUPLEMENTO DA 2ª SÉRIE DE QUOTAS SÊNIOR DO
BANCOOB FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS**

1. Suplemento nº 2 (o “Suplemento”) referente à 2ª Série de Quotas Sênior (a “2ª Série”), composta por até 4.000 (quatro mil) Quotas Sênior da 2ª Série, emitida nos termos do regulamento do **“BANCOOB FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS”**, registrado sob o nº 1054950 e com sua Primeira, Segunda, Terceira, Quarta, Quinta, Sexta, Sétima, Oitava, Nona, Décima e Décima Primeira alterações, registradas sob os nºs 1055211, 1064200, 1068701, 1072891, 1080126, 1085373, 1097450, 1103905, 1106045, 1111615 e 1111780, respectivamente, todos perante o 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, do qual este Suplemento é parte integrante (o “Regulamento”), inscrito no CNPJ sob o nº 08.165.234/0001-09 e administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a “Administradora”). Os documentos necessários ao registro da oferta pública de distribuição da 2ª Série de Quotas Sênior do Fundo, definidas na Instrução CVM, foram devidamente protocolados pela Administradora na CVM em 27 de novembro de 2007 e complementados em 24 de janeiro de 2008, 18 de fevereiro de 2008 e 25 de fevereiro de 2008.
2. O valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate de cada Quota Sênior da 2ª Série, será calculado observado critério de atualização definido na alínea “b” do inciso III do Capítulo Onze do Regulamento, observado o disposto na seguinte Tabela:

<i>Sobretaxa_n</i>	108%
------------------------------	------

- 2.1. Desde que o Patrimônio Líquido assim o permita e o Fundo conte com recursos, em moeda corrente nacional, suficientes na ocasião, será promovida mensalmente no dia 1º de cada mês (a “Data de Amortização”), a partir de 01 de agosto de 2009, inclusive, a amortização de parcela do valor de cada Quotas Sênior da 2ª Série (a “Amortização Programada”), a qual será equivalente ao valor apurado de acordo com fórmula abaixo. A última Amortização Programada deverá ocorrer no dia 01 de julho de 2011, quando o Fundo deverá promover a amortização integral da respectiva Quota:



$$VAPn = VQSnT - VAEn + (PA \times VQSan),$$

onde:

VAPn valor da Amortização Programada referente a cada Quota Sênior da 2ª Série na Data de Amortização “n”.

VQSnT valor unitário de cada Quota Sênior da 2ª Série, para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, de cada Quota Sênior da 2ª Série, calculado de acordo com o critério de atualização definido na alínea “b” do inciso III do Capítulo Onze do Regulamento, na data de apuração de *VAPn*.

VQSan valor unitário de cada Quota Sênior da 2ª Série, para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, de cada Quota Sênior da 2ª Série, calculado de acordo com o critério de atualização definido na alínea “b” do inciso III do Capítulo Onze do Regulamento, em 01 de julho de 2009.

VAEn somatório dos valores efetivamente pagos a título de amortização de cada Quota Sênior da 2ª Série, anteriormente à Data de Amortização “n” apurado pela aplicação da seguinte fórmula:

$$VAE = VQSan \times (1 - SPA)$$

Sendo que:

SPA é o somatório dos percentuais de amortização (*PA*) das Quotas Senior da 1ª Série efetivamente ocorridas até o dia útil anterior à data de apuração de *VAPn*.

PA percentual de amortização do preço unitário de cada Quota Sênior da 2ª Série, se houver, apurado nas respectivas datas das Amortizações Programadas, conforme a seguinte tabela:

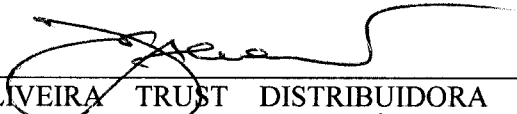
DATA DE AMORTIZAÇÃO	PA
1-ago-09	4,17%
1-set-09	4,17%
1-out-09	4,17%
1-nov-09	4,17%
1-dez-09	4,17%
1-jan-10	4,17%

1-fev-10	4,17%
1-mar-10	4,17%
1-abr-10	4,17%
1-mai-10	4,17%
1-jun-10	4,17%
1-jul-10	4,17%
1-ago-10	4,17%
1-set-10	4,17%
1-out-10	4,17%
1-nov-10	4,17%
1-dez-10	4,17%
1-jan-11	4,17%
1-fev-11	4,17%
1-mar-11	4,17%
1-abr-11	4,17%
1-mai-11	4,17%
1-jun-11	4,17%
1-jul-11	4,09%


3. Termos e condições definidos no Regulamento terão o mesmo significado ali atribuído quando utilizados neste Suplemento.
4. O presente Suplemento deverá ser registrado observado o disposto no inciso I do Capítulo Três do Regulamento.

Rio de Janeiro, 23 de junho de 2008.

FUNDO/ADMINISTRADORA:


OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., na
qualidade de administradora do BANCOOB
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS FINANCEIROS

Nome: **José Alexandre C. de Freitas**
Cargo: **DIRETOR**

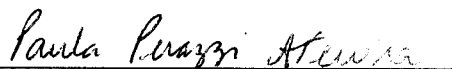

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A, na
qualidade de administradora do BANCOOB
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS FINANCEIROS

Nome: **Cesar Reinaldo Leal Pinto**
Cargo: **Diretor**

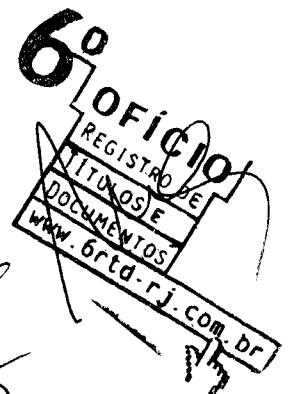
Testemunhas:



MARIA EUNICE MOTTAM. DEF. MELLO
CPF: 088.887.377-82
IFP: 12.857.135-3



Paula Perazzi A. Ferreira
RG: 11812920-4 IFP/RJ
CPF: 095.449.027-40



Anexo III - Súmula da Agência de Classificação de Risco

Data de Publicação: 23 de junho de 2008

Relatório de Rating Preliminar

BANCOOB Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros - 2ª Série

Analistas de Crédito: Jean-Pierre Cote Gil, São Paulo (55) 11 3039-9743, jp_gil@standardandpoors.com; Leandro de Albuquerque, São Paulo (55) 11 3039-9729, leandro_albuquerque@standardandpoors.com

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

Este relatório baseia-se em informações obtidas até 23 de junho de 2008 e incorpora as mudanças realizadas na estrutura da operação desde a atribuição do rating preliminar no dia 26 de março de 2008. Os ratings atribuídos são preliminares. Este relatório não constitui uma recomendação para compra, venda ou retenção de quaisquer títulos. O rating final será atribuído após o anúncio de encerramento do período de distribuição da transação.

Rating Preliminar em 23 de junho de 2008

Instrumento	Rating Preliminar*	Montante Preliminar (em R\$ milhões)	Vencimento Final Legal**
Cotas Seniores - 1ª Série	Não Classificadas	R\$ 13,7	Outubro de 2009
Cotas Seniores - 2ª Série	'brAf'***	Até R\$ 100	Julho de 2011
Cotas Subordinadas Juniores	Não classificadas	R\$ 30 (mínimo de 23%)	Abril de 2026

* O rating atribuído é preliminar e está sujeito a mudanças a qualquer momento

** Como o veículo é um fundo, não há promessa de resgate de cotas no período de tempo especificado.

*** Em virtude de mudanças realizadas na estrutura da operação, o rating inicial 'brBBf', atribuído no dia 26 de março de 2008, foi elevado para 'brAf'.

Perfil

Data de início do Fundo: Novembro de 2006

Direitos creditórios: Empréstimos Pessoais, empréstimos consignados, financiamento de veículos e empréstimos para capital de giro originados pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A. (BANCOOB) para associados de Cooperativas Singulares Habilitadas ou seus clientes; ou originados por Cooperativas Singulares Habilitadas para seus associados.

Administrador: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A

Originador dos direitos creditórios: BANCOOB e Cooperativas Singulares Habilitadas

Gestor: BANCOOB Administrador e Gestor de Recursos Ltda.

Custodiante: Banco do Brasil S.A.

Estruturador: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A

Reforço de qualidade de crédito: Proporcionada pela subordinação de cotas (mínimo de 23%) e pelo *spread* excedente (inicialmente igual a 6,96% a.a.).

Fundamentos

A Standard & Poor's Ratings Services elevou o rating preliminar atribuído à segunda série de cotas seniores a ser emitida pelo BANCOOB Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros

(BANCOOB FIDC Financeiros) para 'brAf' de 'brBBf, em sua Escala Nacional Brasil, em função de alterações na estrutura da transação. Os ativos subjacentes do BANCOOB FIDC Financeiros são: empréstimos pessoais, empréstimos consignados, financiamento de veículos e empréstimos de capital de giro direcionados a clientes e associados do Banco Cooperativo do Brasil S.A. (BANCOOB) e de Cooperativas Singulares Habilitadas, no âmbito do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB), além de caixa e outros investimentos específicos. A Standard & Poor's não atribuiu rating à primeira série de cotas seniores.

O rating preliminar baseia-se em informações obtidas até 23 de junho de 2008. Quaisquer informações posteriores poderão resultar em ratings finais diferentes dos preliminares.

Entre as principais mudanças realizadas, destacam-se:

- Aumento do nível de subordinação mínima de 20% para 23%;
- Limitação da carteira de empréstimos para capital de giro a 30% do patrimônio líquido ajustado do Fundo, com prazo médio máximo estabelecido em 18 meses para esses direitos creditórios.
- Limitação da carteira de empréstimos para capital de giro com garantias a 80% do patrimônio líquido ajustado do Fundo, sendo que o total de garantias deve representar no mínimo 130% do total de cada empréstimo;
- Aumento do multiplicador que define a relação mínima entre o somatório dos direitos creditórios adimplentes que compõe a carteira do Fundo e que tenham vencimento até o quinto dia anterior à data da respectiva amortização, e o somatório do montante das amortizações programadas, de 1,1x para 1,2x.

O BANCOOB FIDC Financeiros será um condomínio fechado, com prazo de duração até abril de 2026. No entanto, a segunda série de cotas seniores vencerá em julho de 2011. O administrador do Fundo poderá incluir direitos de crédito e outros títulos de renda fixa em sua carteira, com base em critérios de elegibilidade definidos na documentação do Fundo.

Os principais fatores observados na análise de crédito da estrutura são:

- A proteção de crédito fornecida pela subordinação de cotas (23% para as cotas seniores) e spread excedente. No entanto, assumimos um nível de subordinação menor, uma vez que parte dos direitos creditórios que lastreiam o FIDC, inclusive as cotas subordinadas, pode ter vencimento posterior à data de vencimento da segunda série de cotas seniores;
- A qualidade de crédito da carteira dos originadores;
- A existência de uma reserva de caixa mínima equivalente a 0,5% do patrimônio líquido (PL) do Fundo;
- A sólida experiência do Banco do Brasil, como custodiante do Fundo;
- A estrutura legal da transação, que possui dispositivos adequados para resguardar os direitos dos cotistas;

A principal fragilidade observada na análise de risco de crédito da estrutura é a possibilidade de variação da qualidade de crédito do conjunto de ativos subjacentes durante a vida do Fundo em razão da natureza rotativa de sua estrutura.

O rating preliminar 'brAf' atribuído à segunda série de cotas seniores a ser emitida pelo BANCOOB FIDC Financeiros na Escala Nacional Brasil de classificação de fundos expressa a qualidade geral de crédito dessas cotas, com base no histórico de inadimplência e de transição de ratings da Standard & Poor's.

O rating preliminar 'brAf' atribuído à segunda série de cotas seniores do Fundo indica que a estrutura, os mecanismos de reforço de qualidade de crédito, bem como a qualidade dos ativos que servem de lastro a essas cotas fornecem uma proteção FORTE contra perdas advindas de inadimplência, baseado em diferentes cenários de estresse.

A Escala Nacional Brasil da Standard & Poor's é aplicada a emissores, seguradoras, contrapartes, intermediários e investidores que operam nos mercados financeiros brasileiros. Seus ratings de

crédito e de emissão podem ser atribuídos a um emissor ou a um instrumento de crédito específico, respectivamente. Os ratings de crédito da Escala Nacional Brasil utilizam os símbolos globais de rating da Standard & Poor's que, no entanto, são precedidos pelo prefixo 'br', indicando 'Brasil'. A Escala Nacional Brasil da Standard & Poor's apresenta uma estrutura exclusiva, desenvolvida para atender as necessidades dos mercados financeiros brasileiros e, portanto, não pode ser diretamente comparada com a escala global da Standard & Poor's ou com qualquer outra de suas escalas nacionais ou àquelas de suas coligadas. Além disso, a Standard & Poor's atribui ratings de qualidade de crédito e de volatilidade a fundos de renda fixa e a outros tipos de carteiras de ativos de renda fixa.

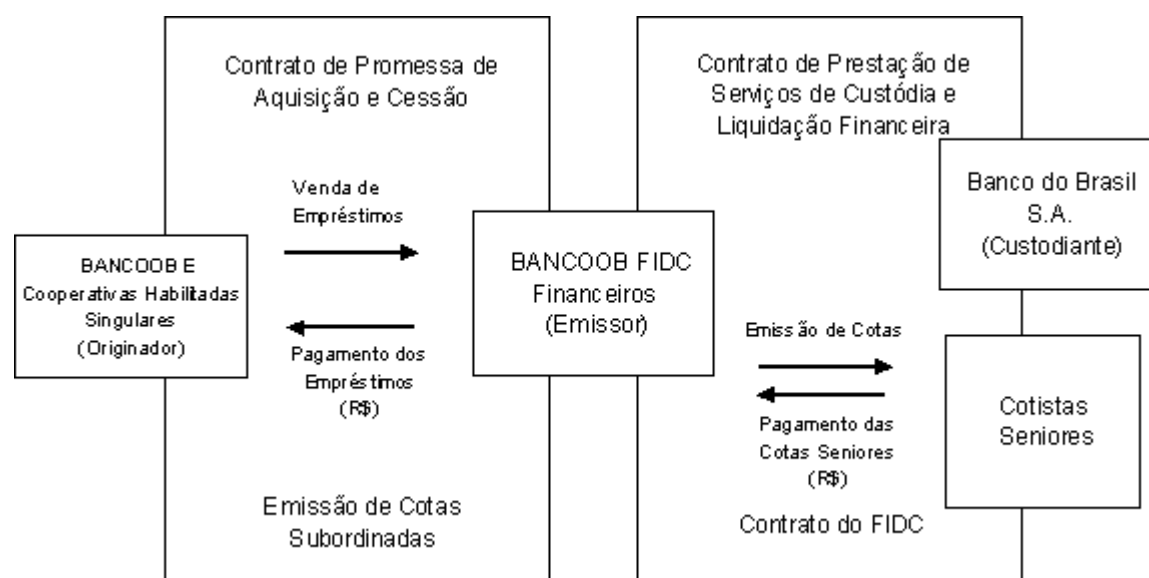
Descrição do BANCOOB FIDC Financeiros

Características Gerais

O BANCOOB FIDC Financeiros será um condomínio fechado, com prazo de duração até abril de 2026. No entanto, a segunda série de cotas seniores vencerá em julho de 2011. A emissão de cotas seniores pode ser vendida no Brasil para investidores qualificados, incluindo empresas e clientes de *private banking*, fundos de pensão, seguradoras e outros fundos de investimento.

Durante sua vida, o Fundo fará compras rotativas de direitos creditórios originados pelo BANCOOB e pelas Cooperativas Singulares Habilitadas por meio de diversos tipos de empréstimos direcionados aos seus associados e clientes. Segue abaixo uma descrição da estrutura do Fundo em sua data de emissão.

Figura 1 – Diagrama da Transação



Mecanismo de Pagamento das Cotas

O Fundo emitirá cotas seniores e subordinadas denominadas em reais. Essas cotas terão o direito de receber rendimentos decorrentes do pagamento de empréstimos denominados na mesma moeda destinados a associados, e/ou de outros instrumentos de renda fixa, investimentos financeiros de curto prazo e dinheiro integrantes da carteira do Fundo. O rendimento e o valor de face das cotas seniores serão pagos com o fluxo de caixa gerado por financiamentos e outros investimentos. O originador deterá as cotas subordinadas, que não são classificadas pela Standard & Poor's.

Componente do Rendimento

Contrariamente ao que acontece com instrumentos de dívida, um fundo não promete aos seus investidores (cotistas) o pagamento de principal ou de juros em nenhuma data específica. Assim, cada cotista espera somente receber uma remuneração alvo, que é apenas um objetivo e não uma promessa. Consequentemente, o Fundo buscará oferecer uma remuneração alvo equivalente a 108% da Taxa DI-over para os cotistas seniores. As cotas subordinadas não terão uma remuneração alvo específica.

Componente do Valor de Face

As cotas seniores serão amortizadas em 24 parcelas mensais após um período de carência de 12 meses contados a partir da data de emissão. As cotas subordinadas juniores serão amortizadas após as cotas seniores, caso o nível mínimo de subordinação permaneça acima de 23%.

Crítérios de Elegibilidade do BANCOOB FIDC Financeiros

O custodiante e o administrador, no âmbito de suas responsabilidades estabelecidas na documentação da transação serão responsáveis pela verificação e validação da aderência dos direitos creditórios aos critérios de elegibilidade e às condições de cessão do Fundo em cada operação de aquisição de direitos creditórios pelo Fundo. Os principais critérios de elegibilidade que os direitos creditórios precisam satisfazer são:

- O prazo de vencimento do direito creditório deve ser superior a 10 dias e é igual a 72 meses. Adicionalmente, o prazo de vencimento da primeira parcela não poderá ser superior a 45 dias desde a data de sua aquisição;
- O somatório dos direitos creditórios de capital de giro não poderá ser superior a 30% do patrimônio líquido ajustado do Fundo, com prazo médio máximo de 18 meses;
- O somatório dos direitos creditórios com garantia não poderá ser superior a 80% do patrimônio líquido ajustado do Fundo, sendo que a garantia deve representar no mínimo 130% do valor contratado;
- A concentração por mutuário em relação ao Patrimônio Líquido da operação não poderá ser superior a 1%, porém, até três mutuários poderão representar até 2%, e três mutuários poderão representar até 3%;
- O mutuário, devedor de direitos creditórios com garantias – penhor ou cessão fiduciária de outros direitos creditórios, cujo valor máximo não exceda a 0,5% (cinco décimos por cento) do patrimônio líquido ajustado do Fundo –, poderá representar até 5% do patrimônio líquido do Fundo, na ocasião dos cinco mutuários com maior volume financeiro cedido ao Fundo, e 4% do patrimônio líquido do Fundo para os demais;
- O devedor não deve estar inadimplente com nenhuma outra operação em relação ao Fundo;
- O direito creditório, caso seja uma Operação de Crédito Consignado, deve ser oriundo de um dos convênios listados na Lista de Convênio, definida no regulamento.

Análise de Risco de Crédito dos Ativos Subjacentes

A análise do BANCOOB FIDC Financeiros foi efetuada em diferentes etapas descritas a seguir.

- Análise do desempenho histórico da carteira de empréstimos elegível do BANCOOB e da primeira série de cotas seniores do FIDC;
- Análise e revisão da política de concessão de crédito do BANCOOB e das cooperativas;
- Utilização dos critérios de elegibilidade e de premissas colhidas da política de crédito aplicada pelo BANCOOB e pelas cooperativas como dados de entrada do modelo CDO Evaluator*, que forneceu a função distribuição de probabilidade da inadimplência esperada para a carteira teórica de empréstimos de capital de giro;
- Análise do histórico de performance das operações de empréstimos pessoais, crédito consignado e financiamento de veículos para a definição de um nível de perda esperado;
- A Standard & Poor's aplicou como premissa principal a maior perda ponderada observada entre os ativos elegíveis para os cenários de estresse utilizados, dados os limites de concentração por tipo de ativo. Nossa análise indicou que a carteira de empréstimos de capital de giro pode resultar em uma perda maior, seguida pelos empréstimos a pequenas e médias empresas com garantia. No pior cenário assumido pela Standard & Poor's, 30% dos recursos do Fundo estão alocados em empréstimos de capital de giro sem garantia, e o restante está aplicado em empréstimos de capital de giro com garantia;
- Utilização dos resultados do modelo CDO Evaluator, do histórico de performance, e das características da operação para modelagem financeira do Fundo e aplicação dos cenários apropriados de estresse para a classificação atribuída. Para tanto, foi utilizado um modelo de fluxo de caixa – modelo de análise de fluxo de caixa proprietário da Standard & Poor's –, que resultou em uma perda máxima tolerável, em função da estrutura de capital da

operação, do nível de spread excedente esperado, dos cenários de variação de taxa de juros e das despesas esperadas;

- Comparação entre os níveis esperados de inadimplência da carteira e de break-even da estrutura.

* Modelo de análise de propriedade da da Standard & Poor's, que utiliza a simulação estatística de Monte Carlo para avaliar a qualidade de crédito de uma carteira de ativos. O modelo leva em conta a avaliação de risco dos tomadores, o tamanho e o prazo de cada empréstimo, em conjunto com a correlação entre cada par de ativos.

Análise de Sensibilidade

Com relação às operações estruturadas, a Standard & Poor's realiza uma análise detalhada do grau de suficiência do fluxo de recursos para pagar os cotistas no prazo estipulado, durante toda a vida da transação. Para se determinar o rating 'brAf' da segunda série de cotas seniores, a Standard & Poor's submeteu os fluxos de caixa a vários cenários de estresse, considerando como caso base o nível de inadimplência máximo da carteira selecionada e estabelecendo-o como um *proxy* de inadimplência de crédito.

Os resultados derivados dos modelos *CDO Evaluator* e de fluxo de caixa estão demonstrados abaixo:

Tabela 2 – Resultados dos modelos CDO Evaluator e de Fluxo de Caixa

Rating	Cenário de Perda Esperada - <i>CDO Evaluator</i>	Força do Fluxo de Caixa – Perda Suportada
'brAf'	21,35%	21,35%

De acordo com o modelo de fluxo de caixa, a estrutura é capaz de suportar o pior nível de perda derivado dos cenários estimados pelo modelo de avaliação da carteira (*CDO Evaluator*), para um nível de rating 'brAf', e ainda assim efetuar os pagamentos das amortizações e resgates programados.

O reforço de qualidade de crédito incorporado na classe de cotas seniores, na forma de subordinação e *spread* excedente, foi dimensionado de maneira a fornecer uma proteção de crédito adequada para os ratings atribuídos, sob vários cenários de análise de estresse. Ainda assim, os ratings atribuídos poderão ser revistos, caso a qualidade de crédito do conjunto de ativos subjacentes se altere substancialmente durante a vida do Fundo, ou na eventual necessidade de revisão das premissas utilizadas pela Standard & Poor's na análise inicial da operação.

Recuperação de crédito

A recuperação de créditos problemáticos pode variar muito de acordo com as políticas de concessão de crédito da instituição financeira originadora, com as modalidades de empréstimo ofertadas, bem como com os tipos de garantias incluídas nos contratos. Com base nas características dos direitos creditórios elegíveis ao BANCOOB FIDC Financeiros e em premissas de mercado, utilizamos uma estimativa de recuperação dos empréstimos de 15%.

Risco Cambial

Não há risco cambial para os cotistas, uma vez que as cotas serão emitidas em reais e garantidas por recebíveis de crédito denominados em reais.

Risco de Fungibilidade

Como os recursos transitarão pelas contas do BANCOOB e das cooperativas de crédito antes de serem direcionados ao Fundo, há um risco de Fungibilidade. Para mitigar este risco, o Administrador instituirá uma reserva de caixa equivalente a 0,5% do patrimônio líquido do Fundo

Eventos de Avaliação do BANCOOB FIDC Financeiros

Qualquer um dos seguintes eventos será considerado um evento de avaliação, que, por sua vez, obrigará o Fundo a interromper a compra de direitos creditórios e a realizar uma Assembleia Geral de Cotistas para deliberar sobre os procedimentos a serem tomados.

Os Eventos de Avaliação mais relevantes são:

- Não cumprimento das obrigações relacionadas nos documentos da transação por parte do administrador e/ou do custodiante;
- Aquisição pelo Fundo de direitos creditórios em desacordo com os critérios de elegibilidade;
- Rebaixamento da classificação de risco inicial em mais de três níveis;
- Realização de qualquer procedimento, ato ou negócio em desacordo com os termos do Regulamento;
- Resilição do Contrato de Custódia;
- Caso a Taxa DI Over seja maior ou igual a 130% da Taxa do dia imediatamente anterior;
- Caso as cotas subordinadas sejam amortizadas em desacordo com os procedimentos definidos no Regulamento;
- Caso haja evidências de que quaisquer Direitos Creditórios tenham sido onerados, gravados, ou sujeitos a qualquer encargo, antes de sua aquisição pelo Fundo;

Eventos de Amortização Antecipada do BANCOOB FIDC Financeiros

Qualquer um dos seguintes eventos será considerado um evento de liquidação antecipada, que, por sua vez, obrigará o Fundo: (1) a informar os cotistas; (2) a interromper a compra de direitos creditórios; (3) a iniciar os procedimentos de liquidação do Fundo e (4) a convocar uma Assembléia Geral de Cotistas para que eles possam decidir se os procedimentos para liquidação antecipada devem ou não continuar.

Os eventos de amortização antecipada mais relevantes são:

- Caso o Fundo não mantenha o índice de liquidez, conforme previsto no Regulamento;
- Se o nível de subordinação, a alocação mínima de direitos creditórios e o índice de liquidez sejam menores que o nível mínimo definido na documentação por 15 dias seguidos, ou por 30 dias alternados, dentro de um período de 180 dias;
- Caso ocorra resilição do Contrato de Cessão;
- Caso seja deliberado em Assembléia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Amortização Antecipada.

Visão Geral do BANCOOB

Banco Cooperativo do Brasil S.A. (BANCOOB) é um banco comercial privado brasileiro, fundado em 1999, cujo controle é dividido entre 14 diferentes Cooperativas Centrais de Crédito. Os bancos brasileiros controlados por Cooperativas Centrais de crédito são regulados pelo Banco Central, e devem cumprir com as exigências regulatórias, que se aplicam a todos os bancos brasileiros, bem como com as regras específicas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN.

Os serviços mais relevantes oferecidos pelo BANCOOB à suas 14 cooperativas associadas incluem os acessos à conta “Reservas Bancárias” e ao Serviço de Compensação de Cheques e Outros Papéis. Contudo, as cooperativas associadas são entidades criadas por indivíduos, sob uma estrutura legal específica aplicada às cooperativas. Portanto, elas não podem ser consideradas filiais do BANCOOB, e um potencial problema financeiro em qualquer uma dessas cooperativas não resultaria imediatamente em uma situação de default do BANCOOB e de seus acionistas.

Todas as cooperativas habilitadas com o BANCOOB FIDC Financeiros devem observar os critérios estabelecidos pelo banco em sua Política de Aquisição de Direitos Creditórios, de modo a assegurar a consistência da política de originação.

O BANCOOB tem mantido uma política de crédito conservadora, inclusive na concessão de empréstimos em prazos mais longos. Os relativamente baixos índices de inadimplência e de perda históricos das cooperativas associadas ao BANCOOB refletem essa política.

438-7280. Copyright 2008 pela The McGraw-Hill Companies, Inc.

A reprodução total ou parcial deste documento é expressamente proibida exceto mediante autorização prévia. Todos os direitos reservados. Todas as informações foram obtidas pela Standard & Poor's de fontes que ela considera confiáveis. Entretanto, em função da possibilidade de erro humano ou mecânico por parte da Standard & Poor's ou de suas fontes ou de outros, a Standard & Poor's não garante a precisão, a adequação ou a completude de quaisquer informações e não se responsabiliza por quaisquer erros ou omissões ou por quaisquer resultados obtidos ao se utilizar tais informações. Os ratings representam uma opinião, não a declaração de fatos ou uma recomendação para comprar, vender ou manter qualquer título ou valor mobiliário.

Os serviços analíticos oferecidos pela Standard & Poor's Ratings Services ("Divisão de Ratings") resultam de atividades separadas destinadas a preservar a independência e objetividade das opiniões nas quais se baseiam os ratings. Os ratings são opiniões, não sendo, portanto, declarações de fatos, nem recomendações de compra, manutenção ou venda de nenhum título. Os ratings baseiam-se em informações recebidas pela Divisão de Ratings Services. Outras divisões da Standard & Poor's podem possuir informações não disponíveis à Divisão de Ratings Services. A Standard & Poor's estabeleceu políticas e procedimentos cujo objetivo é manter a confidencialidade de informações não públicas recebidas ao longo do processo de atribuição de ratings. A Divisão de Ratings Services é remunerada pela atribuição de ratings. Tal compensação é normalmente paga ou pelo emissor dos títulos avaliados ou por terceiros que participam da negociação de tais títulos. Embora a Standard & Poor's se reserve o direito de disseminar os ratings por ela atribuídos, esta não recebe remuneração por fazê-lo, exceto pelas assinaturas de suas publicações. Quaisquer informações adicionais sobre as tarifas cobradas pela atribuição de ratings por parte da Divisão de Ratings Services estão disponíveis em www.standardandpoors.com/usratingsfees.

The McGraw-Hill Companies

Anexo IV - Modelo de Formação do Preço de Aquisição de Direitos Creditórios para o Bancoob Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros

1. Premissas operacionais

O Bancoob, único cedente do FIDC Bancoob, realizará operações com cooperativas de crédito que, uma vez submetidas à Política de Crédito do Banco obtenham a nota AA, A ou B.

O originador, cooperativas de crédito, não poderá apresentar em suas carteiras de créditos um percentual de inadimplência histórica superior a 3%.

$$I = \frac{PA}{SD} \times 100$$

Onde:

I = Grau de inadimplência do originador

PA = Parcelas em atraso

SD = Saldo Devedor

O modelo parte do princípio que o fundo apenas realizará aquisições de direitos creditórios prefixados cuja **taxa de juros real**¹ apresente uma relação mínima com o **CDI Cetip**² de 140%. Para apuração da taxa de juros real será aplicado sobre a taxa contratada *anualizada* o **coeficiente de risco**³.

Posto isso, segue exemplo:

Dados:	
Originador	Cooperativa Alfa
Classificação de Risco	A
Inadimplência Histórica	-2,50%
Taxa CDI Cetip	17,5%
Relação Mínima TxJr x CDI	140%
Taxa Mínima p/ Aquisição	24,50%

Tabela 1 - Formação do Preço de Aquisição dos DC's

Saldo Devedor	Vr da Prest. Mensal	Taxa Juros ao Mês	Nr. Parc. Aberto	Valor Final	Taxa de Juros aa	Coeficiente de Risco	Tx Juros Real Ano	Tjr x CDI Cetip
1.000.000	350.137,17	2,50%	3	1.050.411,50	34,49%	0,9750	31,13%	177,87%
500.000	130.929,71	1,88%	4	523.718,83	25,05%	0,9750	21,92%	125,25%
200.000	36.919,50	3,00%	6	221.517,00	42,58%	0,9750	39,01%	222,92%

Fonte: Bancoob AGR / Gestor FIDC

¹ Taxa de juros real: Taxa de juros contratada descontada a inadimplência histórica do originador.

² CDI CETIP: Média apurada, pela Custódia Especial de Títulos Privados – CETIP, dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros negociados em um determinado dia.

³ Coeficiente de risco: grau de inadimplência em forma de coeficiente, ou seja, dividido por cem acrescido do número um.

Analisando a primeira linha de operação contratada da Tabela – 1:

a) A apuração do valor da prestação mensal (PMT) para um valor principal de R\$ 1.000.000, taxa contratada de 2,50% ao mês e prazo a decorrer de 3 meses:

$$PMT = \frac{VP \times [(1+i)^n] \times i}{[(1+i)^n] - 1}$$

Logo:

$$PMT = \frac{1.000.000 \times [(1,025)^3] \times 0,025}{[(1,025)^3] - 1} = \frac{26.922.26563}{0,076890625}$$

$$PMT = 350.137,17$$

b) O Valor Final, considerando um PMT igual a R\$ 350.137,17 e o prazo a decorrer de 3 meses:

$$VF = (PMT \times n) = 1.050.411,50$$

c) A taxa de juros contratada *anualizada* (TC) pode ser obtida da seguinte forma:

$$TC = (1+i)^n - 1 = (1,025)^{12} - 1 = 34,49\% a.a.$$

d) Chegaremos ao coeficiente de risco (CR) conforme:

$$CR = (IH + 1) \mapsto (-0,025 + 1) = 0,9750$$

Onde:

CR = Coeficiente de Risco

IH = Inadimplência Histórica

e) A taxa de juros real, sob a ótica do produto será:

$$Tjr = [(TC + 1) \times CR] - 1 \mapsto [(1,3449 \times 0,9750) - 1] = 31,13\% a.a.$$

f) A relação entre a taxa de juros real (Tjr) e o CDI Cetip será:

$$R_{Tjr \times CDI_{Cetip}} = \frac{Tjr}{CDI} = \frac{31,13\%}{17,50\%} = 177,87\%$$

Outras considerações e fórmulas:

Para efeito de comparação direta podemos observar a **taxa mínima de aquisição (TMA)**, baseada na taxa do CDI Cetip e o parâmetro preestabelecido de 140%. No caso:

$$TMA = TaxaCdiCetip \times RelMínAq$$

$$TMA = 0,1750 \times 1,40 = 24,50\% a.a.$$

A mesma taxa ao mês, considerando que os contratos de crédito seguem esse padrão, seria:

$$TMA = [(1 + i)^{\frac{21}{252}} - 1] = 1,2450^{0,083333} - 1 = 1,84\% a.m.$$

2. Modelo para formação do preço de aquisição de direitos creditórios

Depuração do Ágio:

Os direitos creditórios passíveis de cessão serão adquiridos por meio de um ágio ou deságio, aplicados sobre o saldo devedor da operação contratada. O sistema parte de uma tabela progressiva onde as carteiras com melhores rentabilidades (relação **taxa de juros real** x Cdi Cetip) serão bonificadas por ágios de maior porte.

Tabela 2 - Determinação do ágio

Intervalo	Ágio
>= 140% do CDI < 160% do CDI	0,500%
>= 160% do CDI < 180% do CDI	1,000%
>= 180% do CDI < 200% do CDI	1,500%
> 200% do CDI	2,000%

fonte: Bancoob AGR / Gestor FIDC

Com base nos resultados apurados e demonstrados na Tabela 1 - Formação do preço de aquisição dos DC's e na aplicação da Tabela 2 - Determinação do ágio teremos:

Tabela 3 - Apuração do Ágio/Deságio e Preço de Aquisição

Ágio ao Ano	Taxa de Aquisição	Taxa de Aq. x CDI Cetip	Tx Desconto ao Mês	Valor Presente Líquido	Ágio em R\$
1,000%	33,16%	189,47%	2,42%	1.001.646,32	1.646,32
-2,117%	27,75%	158,57%	2,06%	497.797,86	-2.202,14
2,000%	39,78%	227,32%	2,83%	201.130,69	1.130,69

fonte: Bancoob AGR / Gestor FIDC

Lembrando o caso abordado na Tabela 1, primeira linha, a taxa de juros real (Tjr) levantada foi 31,13% ao ano e sua relação com o CDI Cetip é de 177,87%. Seguindo as faixas de ágios apresentadas na Tabela – 2, o ágio é de 1%, a ser aplicado sobre a taxa contratada *anualizada* (TC). Logo a **taxa de aquisição (TA)** será:

$$TA = \frac{(1 + i_{TC})}{(1 + i_{\text{ÁGIO}})} - 1 = \frac{1,3449}{1,01} - 1 = 33,16\% \text{ a.a. ou } 2,42\% \text{ a.m.}$$

Podemos observar que a relação da taxa de aquisição e o CDI Cetip é de 189,48%.

$$R_{TA \times CDI} = \frac{TA}{CDI_{Cetip}} = \frac{33,16\%}{17,50\%} = 189,48\%$$

A taxa de desconto a ser utilizada na apuração do Valor Presente Líquido (VPL), valor a ser pago pela aquisição de direitos creditórios, é de 2,42% ao mês. Segue:

$$VPL = \left[\frac{Pmt}{(1+i)^1} + \frac{Pmt}{(1+i)^2} + \frac{Pmt}{(1+i)^3} + \dots + \frac{Pmt}{(1+i)^n} \right]$$

$$VPL = \frac{350.137,17}{(1,0242)^1} + \frac{350.137,17}{(1,0242)^2} + \frac{350.137,17}{(1,0242)^3} = 1.001.646,32$$

O valor financeiro do ágio, no caso 1%, é dado pelo seguinte fluxo:

$$\text{Ágio} = -VP + VPL = -1.000.000 + 1.001.646,32 = 1.646,32$$

Obs.: O valor resultante deverá representar um ganho contábil para a cooperativa singular.

Caso seja aplicada na fórmula do VPL a taxa contratada (2,50% ao mês) o VPL deverá ser igual a zero.

$$VPL = -1.000.000 + \left[\frac{350.137,17}{(1,025)^1} + \frac{350.137,17}{(1,025)^2} + \frac{350.137,17}{(1,025)^3} \right] = 0$$

Depurando o deságio:

Carteiras cuja rentabilidade seja inferior a 140% do Cdi Cetip e, no entanto, apresentarem um índice de inadimplência igual ou menor do que 3% ao ano, poderão ser adquiridas pelo Bancoob, desde que seja aplicada uma **taxa de deságio (TD)** sobre o saldo devedor da operação. A taxa de deságio será proporcionalmente igual à diferença entre a relação da **taxa de juros real (Tjr)** x CDI Cetip e a relação da taxa mínima para aquisição x CDI Cetip, no caso 140% do CDI Cetip. Segue exemplo:

Tabela 4 – Depuração do deságio								
Saldo Devedor	Vr da Prest. Mensal	Taxa Juros ao Mês	Nr. Parc. Aberto	Valor Final	Taxa de Juros aa	Coeficiente de Risco	Tx Juros Real Ano	Tjr x CDI Cetip
500.000	130.929,71	1,88%	4	523.718,83	25,05%	0,9750	21,92%	125,25%

Ágio ao Ano	Taxa de Aquisição	Taxa de Aq. x CDI Cetip	Tx Desconto ao Mês	Valor Presente Líquido	Ágio em R\$
-2,117%	27,75%	158,57%	2,06%	497.797,86	-2.202,14

fonte: Bancoob AGR / Gestor FIDC

A relação **taxa de juros real** (21,92% aa) versus a taxa do CDI Cetip (17,50% aa para o exemplo) é de 125,25% contra uma relação mínima preestabelecida de 140% ou 24,5% ao ano. Logo a diferença entre as taxas é:

$$TD = \left[\frac{(1+i_{TxMin})}{(1+i_{TxCont})} - 1 \right] \times (-1) = \left[\frac{(1,2450)}{(1,2192)} - 1 \right] \times (-1) = -2,117\%$$

A diferença entre as taxa deve ser aplicada sobre a **taxa contratada anualizada (TC)**, no caso, 25,05% ao ano. Então:

$$TA = \left[\frac{(1+i_{TC})}{(1+i_{TD})} \right] - 1 = \left[\frac{(1,2505)}{(0,97883)} \right] - 1 = 27,75\% a.a.$$

Obs.: A relação da taxa de aquisição e a taxa do CDI Cetip é de 158,57%.

Considerações:

Nos casos onde a taxa interna de retorno ou taxa contratada for desconhecida então utilizaremos a seguinte metodologia:

$$VP = P \left[\frac{1}{(1+i)^1} + \frac{1}{(1+i)^2} + \frac{1}{(1+i)^3} + \dots + \frac{1}{(1+i)^n} \right]$$

$$\lambda = \left[\frac{1}{(1+i)^1} + \frac{1}{(1+i)^2} + \frac{1}{(1+i)^3} + \dots + \frac{1}{(1+i)^n} \right]$$

Seguindo temos:

$$VP = P \lambda$$

A partir desse momento poderemos aplicar a metodologia de interpolação de taxas onde por aproximação poderemos encontrar a TIR (Taxa Interna de Retorno).

$$i_0 = \frac{1}{\lambda} - \frac{\lambda}{n^2}$$

Anexo V - Demonstrações Financeiras do BANCOOB – 31 de dezembro de 2007



CNPJ: 02.038.232/0001-64
SCS - QD 6 - BLOCO A - Nº 50
ED. SOFIA - 4º ANDAR - BRÁSILIA - DF

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Os indicadores conjunturais atestam o crescimento econômico brasileiro no ano de 2007, tendo sido mantida a continuidade da redução da taxa de juros, influenciando positivamente a expansão da atividade creditícia. A partir de meados do ano, a crise na economia norte-americana refletiu no aumento da volatilidade dos mercados internos, sem, contudo, afetar substancialmente o Bancoob devido a sua postura de reduzida exposição a riscos.

O Banco no exercício continuou a sua trajetória de crescimento econômico-financeiro, conjugado com significativos avanços em termos de governança corporativa.

A definição do grupo de controle societário, a adequação do estatuto social à nova realidade de governança e, em especial, a eleição do primeiro Conselho de Administração do Bancoob, ocorrida em agosto, representam avanços significativos no modelo de gestão, de forma a compatibilizá-lo com a visão dos acionistas e às melhores práticas de mercado.

Foi neste ambiente fortalecido pelo novo contexto de governança que o Banco deu continuidade à implantação de ações que redundariam em um desempenho alinhado a sua missão de contribuir para o desenvolvimento das cooperativas de crédito do Sicoob (Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil). Investiu, principalmente, em desenvolvimento dos processos tecnológicos, lançou novos produtos e serviços, além de ter reduzido tarifas de serviços, proporcionando melhores condições de competitividade às cooperativas.

Eleita como principal prioridade pela administração, a tecnologia da informação continuou a receber significativos investimentos, garantindo a execução de projetos essenciais do planejamento tecnológico, a exemplo da reestruturação da rede de comunicação, implantação da nova arquitetura tecnológica e disponibilização de novas funcionalidades nos canais de atendimento. Fato de elevada relevância foi a conclusão das obras de infra-estrutura física do novo CPD, que entrará em operação no primeiro semestre de 2008.

No exercício, foram disponibilizados novos produtos e serviços – Cartão de Crédito Mastercard, Domicílio Bancoob Mastercard, Cartão Cabal Vale, novos convênios de arrecadação, Fundo de Investimentos em Ações, e Plano de Previdência Multinstituidor. Fato relevante foi o credenciamento do Bancoob como agente repassador de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, antiga reintegração do Sicoob, devendo as primeiras operações ser estruturadas no primeiro semestre de 2008. A construção do edifício sede do Banco deverá ser concluída no primeiro semestre de 2008. Será estruturada operação de Certificado de Recebíveis Imobiliários – CRI, como forma de desmobilizar o investimento, atendendo aos objetivos de contribuir para melhor adequação de seus indicadores patrimoniais, e disponibilizar interessante instrumento de aplicação financeira para as cooperativas e associados do Sicoob.

O processo de gestão do Bancoob encontra-se focado no atendimento às necessidades de negócios e operacionais das cooperativas integrantes do Sicoob, tendo como importante elemento o constante desenvolvimento da administração de riscos.

Neste contexto, as políticas de tesouraria e crédito priorizam a adoção de posições de reduzida exposição a riscos. O gerenciamento do risco de mercado é realizado por área específica, obedecendo aos princípios de segregação de função das atividades da mesa de operações e relatoria. Essa estrutura, com as adequações necessárias, será a responsável em atender a Resolução CMN 3.464/07.

No decorrer do exercício, foi implantada a estrutura de gerenciamento de risco operacional que, calada na política estabelecida, visa principalmente contribuir para uma constante melhoria dos processos, consequentemente mitigando riscos. A metodologia adotada pelo Banco para dar tratamento ao risco operacional encontra-se em processo de implantação, tendo sido constante o desenvolvimento de ações no sentido de disseminação da política e envolvimento dos gestores no processo. Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/06, art. 4º §2º, encontra-se disponível em www.bancoob.com.br relatório evidenciando a estrutura de gerenciamento do risco operacional.

O Bancoob implantou Ouvidoria, estando a sua estrutura atuando de acordo com as disposições da Resolução CMN 3.477/07. A Ouvidoria é entendida como importante elemento no processo de comunicação, inclusive, ao possibilitar a padronização e tempestividade dos demais canais de atendimento aos clientes.

No montante de R\$ 4.803.833 mil, o ativo total do Banco apresentou evolução de 33,96% em relação ao mesmo período do ano anterior. As operações de crédito que totalizaram R\$ 1.418.827 mil, cresceram 33,39% no mesmo período. Na composição da carteira, merece destaque a significativa participação de operações de crédito rural e repasses do BNDES e Fincatex.

A carteira de títulos, que conta com expressiva participação de papéis de emissão do governo federal, atingiu o valor de R\$ 3.175.643 mil, aumentando 32,85% em comparação ao período anterior. Os títulos classificados como "mantidos até o vencimento" totalizaram R\$ 80.598 mil, estando amparados por estudos de capacidade financeira.

Os depósitos totais, no valor de R\$ 1.857.747 mil, apresentaram a significativa evolução de 22,21% em relação ao mesmo período anterior.

Contando com uma estrutura de sete Centros de Processamento de Serviços (CPS), o Bancoob adotou a opção estratégica de disponibilizar a prestação de serviços bancários a outros agentes do mercado financeiro. Com isso, consolida a importância da atividade de prestação de serviços, que sempre foi a principal fonte de resultados do Banco.

Os fundos de investimentos administrados pela Bancoob AGR continuaram a sua trajetória de crescimento e reconhecimento destaque no mercado financeiro através de sucessivas premiações, evoluindo de importância na composição do resultado do Banco. No segmento de cartões de crédito importantes fatos ocorreram, merecendo destaque além do lançamento de novos cartões a homologiação da Cabal Brasil como processadora da Bandeira Mastercard.

O resultado do Banco, no valor de R\$ 13.921 mil, apesar de inferior ao mesmo período do ano anterior, é considerado pela administração como satisfatório, pelo fato de refletir um processo de redução de tarifas que beneficiou as cooperativas integrantes do Sicoob. A rentabilidade do patrimônio anualizada de 14,70%, tendo como base dezembro de 2006, é superior à taxa do CDI de 11,82%, em conformidade com o planejamento do Banco.

Os nossos agradecimentos aos acionistas e clientes pela confiança e constante apoio, bem como aos funcionários pela dedicação e compromisso.

A DIRETORIA

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (EM R\$ MIL)

ATIVO	2007	2008	PASSIVO	2007	2008
CIRCULANTE	3.579.636	2.645.118	CIRCULANTE	3.916.145	2.780.882
DISPONIBILIDADE	7.553	984	DEPÓSITOS	1.777.720	1.440.838
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 4)	1.385.967	937.100	Depósitos à vista	34.844	8.069
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.026.737	673.351	Depósitos de poupança	298.491	132.320
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	359.230	283.749	Depósitos interfinanceiros	1.316.196	584.103
Carteira própria (Nota 5a)	961.601	803.615	Depósitos a prazo	156.790	704.670
Vinculados a compromissos de recompra (Nota 5a)	183.452	189.476	Outros depósitos	1.399	854
Vinculados à prestação de garantias (Nota 5a)	465.993	185.620	OBRAÇÕES POR OPERAÇÕES COMPROMISSADAS (Nota 11)	1.504.681	810.620
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5b)	6.122	92	Carteira própria	911.405	463.216
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	72.046	428.427	Carteira de terceiros	593.276	1.440
Pagamentos e recebimentos a liquidar	889	523	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	8.546	2.030
RELAÇÕES COM CORRESPONDENTES	71.133	40.383	Recursos em trânsito de terceiros	8.546	2.030
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 6)	1.108.360	836.580	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	547.218	438.743
Relações com Correspondentes	1.111.084	840.297	Recebimentos e pagamentos a liquidar	259	259
(*) Provisão para operações de crédito	(2.724)	(3.747)	OBRAÇÕES POR REPASES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 12)	947.218	438.743
OUTROS CRÉDITOS	43.722	26.592	BNDES	49.549	43.093
Rendas a receber	180	315	F IN A M E	10.999	9.540
OUTROS VALORES E BENS	43.542	25.277	Outras instituições	496.411	386.851
Diversos (Nota 17a)	487	371	OUTRAS OBRIGAÇÕES	77.880	96.013
Despesas antecipadas	487	371	Cobrança e arrecadação de inrutos e assemelhados	15	14
NÃO CIRCULANTE	1.147.004	887.082	Fiscais e previdenciárias (Nota 17b)	9.982	12.829

REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ		
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 4)	2.846	1.121
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (Nota 5a)		
Carteira própria	2.846	1.121
Vinculados a compromissos de recompra	825.329	648.542
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 6)		
Operações de crédito - Setor privado	3.1705	15.888
(-) Provisão para operações de crédito	793.495	628.733
OUTROS CRÉDITOS		
Diversos (Nota 17a)	126	3.921
(-) Provisão para outros créditos	306.067	223.345
PERMANENTE		
INVESTIMENTOS		
Participações em coligadas e controladas (Nota 8)	13.772	14.074
Outros investimentos	13.772	15.221
IMOBILIZADO (Nota 9)		
Imóvel de uso	77.194	63.943
Outras imobilizações de uso	4.943	3.211
(-) Depreciações acumuladas	4.477	2.789
DIFERIDO (Nota 10)		
Gastos de organização e expansão	58.324	40.690
(-) Amortizações acumuladas	39.376	17.656
Total do Ativo	47.321	43.894
	(20.860)	(20.860)
	13.927	10.042
	23.865	18.523
	(9.939)	(6.481)
	4.803.833	3.586.143

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM R\$ MIL)

	2º Semestre 2007	Exercícios 2007	2006
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA			
Renditas de Operações de Crédito	221.072	418.490	372.771
Renditas de Aplicações Interfinanceiras	66.260	105.075	83.755
Rendita com Títulos e Valores Mobiliários	66.032	121.693	104.703
	98.780	188.722	184.313
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA			
Despesas de Captação	(193.449)	(362.826)	(323.159)
Operações de Empréstimos e Repasses	(167.126)	(321.046)	(289.079)
Provisão para Créditos Liquidados Duvidosa (Nota 6d)	(23.952)	(38.623)	(31.983)
	(2.371)	(3.157)	(2.097)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	27.623	62.664	49.612
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Receitas da Prestação de Serviços (Nota 17d)	(18.315)	(31.189)	(24.426)
Despesas de Pessoal	46.146	92.306	89.029
Despesas Administrativas	(21.963)	(41.142)	(32.556)
Despesas Tributárias	(36.198)	(98.488)	(57.364)
Resultado de Participações em Controladas	(5.172)	(10.282)	(10.142)
Outras Receitas Operacionais (Nota 17e)	816	1.678	1.488
Outras Despesas Operacionais (Nota 17f)	10.886	20.037	14.530
	(12.832)	(25.300)	(29.411)
RESULTADO OPERACIONAL	8.308	21.476	26.186
RESULTADO NÃO OPERACIONAL			
	(23)	(72)	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO NO LUCRO	9.285	21.403	26.186
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Provisão para imposto de Renda (Nota 7)	(2.139)	(6.171)	(7.993)
Provisão para Contribuição Social (Nota 7)	(1.687)	(4.615)	(6.300)
Crédito Fiscal Diferido	(667)	(1.725)	(2.349)
	215	169	1.056
PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO LUCRO (Nota 19d)	(531)	(1.311)	(1.089)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE E DOS EXERCÍCIOS	6.615	13.921	16.504
NÚMERO DE AÇÕES:	61.000.000	61.000.000	61.000.000

Negociação e intermediação de valores	488	53.779
Instrumento híbrido de capital e dívida (Nota 15)	-	-
Diversas (Nota 17c)	65.439	28.646
NÃO CIRCULANTE	761.313	700.708
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
DEPÓSITOS		
Depósitos interfinanceiros	80.027	79.272
Depósitos a prazo	47.150	1.070
OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES COMPROMISSADAS (Nota 11)	32.877	78.202
Carteira própria	344.761	346.940
OBRIGAÇÕES POR REPASES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 12)	344.751	346.940
Tesouro Nacional	266.103	184.417
B.N.D.E.S.	2.170	2.428
F.I.N.A.M.E.	207.030	99.901
Outras instituições	15.950	15.950
OUTRAS OBRIGAÇÕES	14.484	66.140
Fiscais e previdenciárias (Nota 17b)	32.419	90.079
Instrumento híbrido de capital e dívida (Nota 15)	190.432	8.124
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	8.809	81.955
Renditas antecipadas	91.623	183
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 14)	61	183
Capital social - De domiciliados no País	106.314	94.670
Reserva de capital	61.000	61.000
Reserva de lucros	974	974
Ajuste ao valor de mercado - TVM	3.483	2.787
Lucros acumulados	(1.202)	4.225
Ações em tesouraria	41.203	28.262
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	4.803.833	3.586.143

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS DOS EXERCÍCIOS E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM R\$ MIL)

	2º Semestre 2007	Exercícios 2007	2006
Origens dos recursos			
Lucro líquido ajustado	6.615	16.113	27.884
Lucro líquido do semestre / exercício	6.615	13.921	16.504
Depreciações e amortizações	5.747	11.297	9.808
Resultado de participações em controladas	(816)	(1.678)	(1.488)
Ajuste a valor de mercado da carteira de títulos e valores mobiliários	(5.818)	(5.427)	3.000
Recursos de acionistas	3.947	4.125	220
Atualização de títulos patrimoniais	54	54	-
Bens recebidos em doação	-	124	-
Reversão de dividendos provisionados	412	412	220
Alienação de ações em tesouraria	3.535	3.536	-
Recursos de terceiros originários de:	1.007.393	1.215.096	978.296
Alienação de imóvelizado de uso	1.200	1.248	1.466
Aumento nos subgrupos do passivo	69.736	337.639	706.534
Depósitos	802.189	691.972	111.043
Obrigações por operações compromissadas	-	5.076	-
Relações interfinanceiras e interdependência	237.221	179.161	103.562
Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais	-	-	53.691
Outras obrigações	-	-	-
Diminuição nos subgrupos do ativo	97.045	-	-
Relações interfinanceiras e interdependência	-	-	-
Aplicações de recursos	1.014.627	1.230.765	1.003.472
Dividendos propostos	331	696	826
Variação nos resultados de exercícios futuros	40	17	732
Aquisição de ações de própria emissão	53	155	-
Reversão de reserva de capital	124	124	-
Inversões em:	-	54	-
Investimentos	14.957	26.722	19.590
Imobilizado	4.470	7.342	4.836
Aplicações no diferido	-	-	-
Aumento nos subgrupos do ativo	509.152	450.592	260.695
Aplicações interfinanceiras de liquidez	102.129	334.673	365.114
Títulos e valores mobiliários	-	-	-

Lucro líquido do semestre e dos exercícios por lote de 1.000 ações em R\$

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

108,44 228,21 270,56

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM R\$ MIL)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE LUCROS	AJUSTE AO VALOR DE MERCADO	LUCROS ACUMULADOS	ÇÕES EM TESOURARIA	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	61.000	238	1.962	1.195	13.188	(1.126)	76.457
Avaliação de títulos patrimoniais	-	16	-	-	-	-	16
Aquisição de ações próprias	-	720	-	-	-	(1.452)	(732)
Reversão de dividendos	-	-	-	3.030	220	-	3.250
Ajuste a valor de mercado	-	-	-	-	18.504	-	18.504
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	-	-
DESTINAÇÕES PROPOSTAS:	-	-	825	-	(825)	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	(825)	-	(825)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	61.000	974	2.787	4.225	28.282	(2.578)	94.870
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	-	736	825	3.030	16.074	(1.462)	18.213
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	61.000	974	2.787	4.225	28.282	(2.578)	94.870
Avaliação de títulos patrimoniais	-	54	-	-	-	-	54
Reversão de dividendos	-	124	-	-	-	-	124
Reversão de reserva de capital	-	(124)	-	-	-	(155)	(279)
Aquisição de ações próprias	-	-	-	-	-	(155)	(155)
Ajuste a valor de mercado	-	-	880	-	-	2.655	3.535
Reversão de dividendos	-	-	-	(5.427)	412	-	(5.015)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	-	-
DESTINAÇÕES PROPOSTAS:	-	-	-	-	13.921	-	13.921
Reserva legal	-	-	696	-	(696)	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	61.000	1.908	3.483	(1.202)	41.203	(78)	108.314
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	-	834	696	(5.427)	12.941	2.500	11.534
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2007	61.000	1.152	3.152	4.616	34.838	(2.680)	102.078
Reversão de reserva de capital	-	(124)	-	-	-	(53)	(177)
Aquisição de ações próprias	-	-	-	-	-	(53)	(53)
Alienação de ações em tesouraria	-	880	-	-	-	2.555	3.435
Ajuste a valor de mercado	-	-	-	(5.816)	412	-	(5.404)
Reversão de dividendos	-	-	-	-	8.815	-	8.815
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	-	-	-	-	-
DESTINAÇÕES PROPOSTAS:	-	-	331	-	-	-	331
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	61.000	1.908	3.483	(1.202)	41.203	(78)	108.314
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	-	756	331	(5.816)	6.365	2.602	4.236

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Relações interfinanceiras e interdependência
Operações de crédito
Outros créditos
Outros valores e bens
Diminuição nos subgrupos do passivo
Relações interfinanceiras e interdependência
Outras obrigações

31.139 15.134
214.230 330.388
14.826 17.828
236 116
135.989 7.680
18.110
2.441 6.569 898

Aumento das disponibilidades
Modificação na posição financeira
Disponibilidades
No início do semestre / exercício
No final do semestre / exercício

5.112 994 85
7.553 7.553 984

Aumento das disponibilidades

2.441 6.569 898

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006 (EM R\$ MIL)

1 - Contexto operacional
O Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob é um banco comercial constituído de acordo com a Resolução nº 2.193, de 31 de agosto de 1995, do Conselho Monetário Nacional (CMN). Seu funcionamento foi autorizado pelo Banco Central do Brasil (Banco Central) em 21 de junho de 1997, e suas atividades foram iniciadas em 1º de setembro de 1997.
O Bancoob foi criado para prestar serviços financeiros, técnicos e operacionais às cooperativas. É controlado por cooperativas centrais, que, em conjunto com as cooperativas singulares, formam o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicob).
Entre os serviços prestados pelo Bancoob destacam-se a disponibilização da conta reservas bancárias e a atividade de compensação de cheques e outros papéis, pois a legislação não possibilita o acesso direto das cooperativas e cooperativas singulares a esses serviços.
Nesse contexto os serviços prestados às cooperativas centrais e cooperativas singulares podem ser realizados a preços inferiores aos praticados no sistema financeiro, atendendo, assim, aos objetivos estratégicos do Sistema Cooperativo.

2 - Apresentação das demonstrações contábeis
As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e a observância às normas e instruções do Banco Central.
A Diretoria, por meio de reunião realizada em 31 de janeiro, autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, as quais contemplam a avaliação dos eventos subsequentes ocorridos até a data da autorização.

3 - Principais práticas contábeis
a. A elaboração de demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use o julgamento na determinação e no registro das estimativas contábeis, quando aplicável. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, a provisão para operações de crédito, o imposto de renda diferido ativo e passivo, a provisão para contingências e a valorização de títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em decorrência de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Bancoob revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.
b. O resultado é apurado pelo regime de competência.
c. A classificação entre circulante e não circulante, dos ativos e passivos, obedece aos arts. 179 e 180 da Lei nº 6.404/1976.
d. Títulos e valores mobiliários - em atendimento à Circular nº 3.069/01 do Banco Central, os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive correções e emolumentos, e classificados em função da intenção da administração do Bancoob, em três categorias distintas:
Títulos para negociação - Refere-se a títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativa e frequentemente. Esses títulos são ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Seus valorizações ou desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período.
Títulos disponíveis para venda - Refere-se a títulos que, embora não sejam ativos e frequentemente negociados, poderão a qualquer tempo ser objeto de



negociação. Esses títulos são ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações ou desvalorizações são registradas em conta destacada do patrimônio líquido, líquidas dos efeitos tributários.

Títulos mantidos até o vencimento. Refere-se a títulos que o Banco tem intenção e capacidade financeira de manter até o vencimento. A capacidade financeira está embasada em projeção de fluxo de caixa que demonstra a possibilidade de venda desses títulos. Esses títulos não são passíveis de ajustes pelo valor de mercado.

A metodologia de marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, em modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados *pro rata* com observância do regime de competência pelo método exponencial ou linear, com base nas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

Quando da alienação dos títulos disponíveis para venda, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucros ou prejuízos com títulos e valores mobiliários.

e. Instrumentos financeiros derivativos - em atendimento à Circular nº 3.082/01 do Banco Central, os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado no mínimo, por ocasião dos balanços e balanços mensais. As valorizações ou desvalorizações são registradas diretamente em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros derivativos.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, em modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização de acordo com as características do derivativo.

f. Os direitos são demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias incorridos deduzidos das correspondentes rendas a apropriar e provisão para perdas.

g. A provisão para operações de crédito é determinada de acordo com o julgamento da administração quanto ao nível de risco, considerando-se a análise e classificação do cedente e da operação e observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.562/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "A" a de menor risco e "H" a de maior risco.

h. O imobilizado e o diferido estão registrados no custo de aquisição ou formação deduzido das depreciações e amortizações, que são calculadas pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: Equipamentos de uso - 10%; Veículos de melhorias em imóveis de terceiros, sistema de processamento de dados e gastos com aquisição e desenvolvimento logísticos - 20%.

i. Os recursos provenientes de depósitos estão demonstrados pelo valor captado, incluindo as atualizações incorridas, *pro rata temporis*.

k. As obrigações são demonstradas por valores contábeis e calculáveis, que incluem encargos e variações monetárias incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar, quando aplicável.

l. O plano de previdência instituído pelo Banco possui a característica de contribuição definida e as contribuições mensais são reconhecidas como despesa.

m. A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, e a contribuição social, à alíquota de 9%, tendo por base de cálculo o lucro real, na forma dos dispositivos legais vigentes.

n. Os créditos tributários foram calculados com base nas mesmas alíquotas descritas acima e são reconhecidos considerando-se a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros em um prazo de até dez anos, conforme a Resolução CMN nº 3.355/06. A aferida expectativa de geração de lucros tributáveis futuros está fundamentada em estudo técnico elaborado pela Administração.

o. As provisões são reconhecidas no balanço atendendo a uma obrigação legal do Banco ou são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

p. Ativos e passivos contingentes - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências, ativos e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CFC nº 1.056/05.

q. Ativos contingentes - Não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

r. Passivos contingentes - São reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, com base no opinião de especialistas jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída de recursos para a liquidação das ações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, as ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em notas explicativas.

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	0 - 30	31 - 180	181 - 360	Acima de 360	2007	2006
Aplicações em operações compromissadas	923.340	-	103.397	-	1.026.737	67.335
Recebíveis a liquidar - posição bancada	329.320	-	103.397	-	433.317	326.233
Recebíveis a liquidar - posição financeira	583.420	-	-	-	593.420	3.47.118
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	400.690	202.216	56.124	2.846	382.076	264.870
Total	1.024.330	202.216	169.621	2.846	1.398.813	918.241

5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a) Títulos e valores mobiliários. Estão classificados como "Disponíveis para venda" e "Mantidos até o vencimento". A apuração do valor de mercado foi realizada considerando-se os seguintes parâmetros:

d) Movimentação da provisão para operações créditos:

	2007	2006
Saldo inicial	4.894	4.027
Constituição de provisão para operações de crédito	3.157	2.097
Quaques de crédito baixados para prejuízo	(1.493)	(1.230)
Créditos baixados para prejuízo originalmente classificados na rubrica outros créditos	(1.147)	(1.230)
Saldo Final	5.411	4.894
Provisão para operações de crédito	3.747	3.747
Provisão para outros créditos	5.411	1.147

Os créditos renegotiados no exercício totalizaram R\$ 62.465 (R\$ 51.840 em 2006) e decorrem, principalmente, das prorrogações de vencimentos das operações com recursos do BNDES, conforme Resolução CMN nº 3.500/07.

A recuperação de créditos baixados como prejuízo no exercício de 2007 totalizaram R\$ 450 (R\$ 275 em 2006).

7 - Créditos tributários, imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido

Créditos tributários. Em 31 de dezembro de 2007, o Banco possui créditos tributários registrados em outros créditos, no montante de R\$ 8.700 (R\$ 7.227 em 2006). (Nota 17a), que são originados de diferenças intertemporais entre os resultados contábil e fiscal.

a) Composição

Natureza e Origem	2007	2006
Diferenças temporárias		
Provisão para Contingência - COFINS	6.972	6.971
Provisão para Contingência - COFINS	10.288	10.149
Provisão/Perdas para operações de crédito	2.384	3.532
Provisão/Perdas para outros créditos	903	311
Provisão para contingência - PIS	676	-
Provisão para contingência - PIS	151	-
Provisão para contingência - PIS	3.719	-
Provisão para contingência - PIS	595	-
Alíquota a valor de mercado (TVA)	25.598	25.598
Outras provisões	25.598	25.598
Montante das Diferenças Temporárias	6.397	6.314
Créditos Tributários Constituídos	6.397	2.303

b) Movimentação

	2007	2006
Saldo em 31 de dezembro	5.314	1.973
Créditos tributários constituídos	2.713	977
Créditos tributários baixados	(1.630)	(72)
Saldo em 31 de dezembro	6.397	2.303

c) Expectativa de realização dos créditos tributários ativados

Com base em estudo efetuado pela Administração, considerando-se a expectativa de geração de resultados tributáveis, a realização do crédito tributário se dará em até cinco anos, assim distribuídos:

	Valor Nominal	Valor Presente
2008	3.200	2.879
2009	841	686
2010	1.212	1.012
2011	148	120
2012	2.881	1.808
Total de créditos tributários	8.700	6.687

O valor presente do crédito tributário foi apurado considerando-se a taxa Selic praticada para os anos de realização.

No exercício de 2007, foram realizados R\$ 2.217 em créditos tributários, 64% do valor previsto para o ano de 2007, quando do encerramento das demonstrações contábeis do 31 de dezembro de 2006.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. Conciliação da despesa calculada pela aplicação dos alíquotas combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social, devida em resultado.

	2007	2006
Resultado antes da tributação e da participação no lucro	21.403	21.403
Resultado de participação em controladas	(1.678)	(1.488)
Resultado de participação nos lucros	(1.311)	(1.089)
Base de cálculo	18.414	18.826
Alíquota de tributação	25%	25%
Imposto de renda	4.604	4.706
Imposto de renda e contribuição social	4.604	4.706
Provisão para despesas tributárias	(78)	(26)
Provisão para despesas tributárias	(78)	(26)

i. Para os títulos públicos federais (LFTN, LFT, NTN), é usada a taxa indicativa publicada pela Andima
ii. Para os títulos privados (CPR e CDB), o valor de mercado é calculado mediante a adoção de valor presente do fluxo de caixa descontado utilizando-se o CDI divulgado pela BM&F
iii. Fundos de investimento (FIDC) - utiliza-se o valor da cota do último dia do balanço
O custo atualizado (recurso dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estavam distribuídos da seguinte forma

	Valor de Custo			Total de 2007			Total de 2008		
	Sem vencimento	0 - 30	31 - 180	181 - 360	de 360	Valor de Custo	Valor de Mercado	Ganho (Perda) não realizado	Ganho (Perda) realizado
1 - TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA									
CARTÉIRA PRÓPRIA	21.832	62.663	278.432	301.604	737.384	1.392.120	1.390.298	(1.822)	866.280
LFT	-	-	12.408	15.664	16.330	44.474	44.474	71	4.831
LTN	-	-	8.196	612	3.985	13.793	13.701	(92)	61.956
CDB	-	52.433	19.025	51.039	11.340	11.340	11.340	139	1.726
FUNDOS	21.522	-	-	-	-	122.497	122.497	104.368	104.368
CPR	-	235	933	416	-	21.522	3.945	3.945	18.300
TOTAL	21.622	62.663	41.433	67.731	31.665	216.008	216.167	148	191.822
CARTÉIRA VINICULADA A RECOMPRA									
LFT	-	-	182.061	116.415	286.117	567.613	566.402	769	497.681
LTN	-	-	-	89.007	89.007	89.007	89.903	896	30.475
NTN	-	-	-	89.398	327.898	514.474	510.787	(3.672)	243.982
TOTAL	-	-	-	231.462	703.023	1.171.094	1.168.102	(1.992)	770.538
CARTÉIRA VINICULADA A RECOMPRA									
LFT	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LTN	-	530	142	120	-	798	798	1	2.570
NTN	-	5.022	187	-	-	5.219	6.240	21	1.326
TOTAL	-	5.552	329	-	-	6.017	6.038	22	3.890
II - TÍTULOS DE INVESTIMENTO									
MAQUINARIAS E EQUIPAMENTOS	209	-	-	-	90.389	90.598	88.838	(2.073)	61.078
VEÍCULOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	209	-	-	-	90.389	90.598	88.838	(2.073)	61.078
III - TÍTULOS DE INVESTIMENTO									
MAQUINARIAS E EQUIPAMENTOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VEÍCULOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IV - TÍTULOS DE INVESTIMENTO									
MAQUINARIAS E EQUIPAMENTOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VEÍCULOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-

RECOMPRA																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																					
----------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

A estrutura dessas operações, tem como característica estabelecer um rendimento prefixado para os recursos aplicados e tais rendimentos são apropriados *pro rata* ao resultado. Nas situações em que a contraparte liquidar a operação antes do vencimento, o valor que seria apropriado *pro rata* será integralmente reconhecido como receita no dia da liquidação.

c) Gestão de Riscos Financeiros

O processo de gerenciamento de riscos financeiros é realizado de forma colegiada, por meio da estrutura de comitês. No entanto, a mensuração, o monitoramento e o controle dos riscos são realizados por área independente, segregada das atividades das negociações e comercialização de produtos, visando a subsidiar a tomada de decisões pelos referidos comitês, observadas suas respectivas áreas de atuação e alcances.

O processo de gerenciamento de risco financeiro abrange os seguintes tipos de risco:

Risco de mercado - É dado pela possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições ativas e passivas. A mensuração do risco é realizada a partir da aplicação de técnicas amplamente difundidas, como *Value at Risk* (VaR), Testes de Stress, Análise de Sensibilidade e de Gap (descaasamentos). Sua gestão é baseada na aplicação de limites e na adoção de medidas mitigadoras que visem a adequação da exposição ao risco aos objetivos estratégicos do Banco.

Risco de liquidez - Está associado à possível insuficiência de disponibilidades e reservas para fazer face aos compromissos da instituição. Para minimizar tal risco, a gestão da liquidez baseia-se na realização constante de projeções de fluxo de caixa, considerando aspectos sazonais e de mercado, sendo adicionalmente definidos limites de liquidez, que são constantemente monitorados.

Risco de crédito - Decorre da probabilidade de uma contraparte não honrar seus compromissos. Para mitigar o risco de crédito, o Banco dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos baseados em dados quantitativos e qualitativos, e tem de subsidiar o processo de atribuição de limites de crédito, visando a manter a boa qualidade de sua carteira de crédito.

6 - Operações de crédito

a) Composição da carteira de operações de crédito:

Empréstimos e títulos descontados	2007	2006
Financiamentos rurais e agroindustriais e BNDESV/mame	41.466	39.431
(c) Provisão para operações de crédito	1.377.363	1.024.211
Total	(5.411)	(3.747)
	1.415.417	1.059.895

b) Composição da carteira por setor de atividade e prazo de vencimento:

	Vencidas					A vencer	
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	2007 Total	2006 Total
Rural	298.598	773.041	128.873	26.400	13.033	11.238.135	1.000.983
Intermediários financeiros	5.946	13.812	56.804	32.603	18.741	148.905	968
Outros serviços	1.351	535	593	378	197	3.184	15.809
Passivos fiscais	996	12.327	6.590	919	1	28.623	45.862
Total	316.991	781.785	184.959	80.390	32.972	1.418.828	1.053.842

c) Composição da provisão para operações de crédito por níveis de risco:

	2007			2006		
	Saldo da carteira	% da Carteira	Valor da Provisão	Saldo da carteira	% da Carteira	Valor da Provisão
Risco AA	908.226	64,01	32,57	683.083	64,22	31,81
A	469.170	32,57	2,310	338.304	31,81	1.692
B	36.977	2,61	370	26.132	2,48	262
C	7.111	0,50	213	11.034	1,04	331
D	1.532	0,11	153	2.943	0,27	284
E	275	0,02	83	1.148	0,10	344
F	264	0,02	132	282	0,03	141
G	410	0,03	287	110	0,01	77
H	1.853	0,13	1.893	605	0,06	606
Total	1.418.828	100,00	5.411	1.053.842	100,00	3.747

Considerando a preponderância de operações de crédito realizadas com garantias das Cooperativas associadas a acordo de compensação de aplicações para amortização de saldos devedores, vinculação de aplicações financeiras para a concessão do crédito, e manutenção de conta convênio para rébo de parcelas em atraso, o risco de crédito está concentrado nos ratings "A" e "AA".

	Depósitos Judiciais	Provisões	Depósitos Judiciais	Provisões
Trabalhistas	8.079	8.809	7.105	7.828
Cíveis	58	120	24	
Total	8.137	8.929	7.129	7.828

Movimentação dos passivos contingentes:

	2007				2006	
	Fiscal	Trabalhistas	Cíveis	Total	Total	Total
Saldo inicial	7.025				6.700	1.129
Constituições no exercício	980	120	34	1.134		
Reversões no exercício			(3)	(3)		
Saldo final	8.005	120	31	8.156	6.700	1.129

Natureza das ações classificadas como "risco provável":

i. **Trabalhistas** - Referem-se, basicamente, a ações de pedido de horas extras e equiparação salarial.
ii. **Cíveis** - Referem-se, basicamente, a demandas relacionadas à reparação de danos morais.
iii. **Fiscais** - Referem-se, proporcionalmente, a questionamento da base de cálculo do COFINS, que requer nos termos da Lei nº 9.703/98 e do art. 17 da Instrução Normativa nº 421/04 da Secretaria de Receita Federal (SRF), e corresponde a devolução dos valores depositados em julho. Em 27 de março de 2007, a Fazenda Nacional protocolou pedido acompanhado de planilha de cálculos requerendo a conversão em renda da maior parte do montante depositado. Em 2 de maio de 2007, o Banco protocolou pedido demonstrando o descaso das alegações da Fazenda, requerendo o levantamento integral dos valores depositados. Atualmente, os autos encontram-se na 4ª Vara Federal para conclusão o posterior análise. O Banco protocolou pedido apresentando questões a serem respondidas pelo partido judicial. A Administração, com base nas recomendações dos seus assessores legais e da atual condição de indisponibilidade dos depósitos judiciais, decidiu manter a provisão correspondente aos valores sob questionamento até a data final da sentença.

b) Contingências classificadas como "risco possível":

Existem quatro processos de natureza cível, no montante de R\$ 16, cuja probabilidade de perda está definida como "possível". Referem-se basicamente a restituição de depósitos em conta corrente, devido indevido em conta corrente e danos morais.

14 - Patrimônio líquido

a) **Capital social**
O capital social é composto por 61.000.000 (61.000.000 em 2006) ações, sendo 30.507.850 ordinárias (30.507.850 em 2006) e 30.492.142 preferências (30.492.142 em 2006), todas sem valor nominal.
b) **Reserva de capital**
O saldo de R\$ 1.908 (R\$ 904 em 2006) refere-se à atualização de cotas patrimoniais da CETIP no valor de R\$ 271 (R\$ 217 em 2006) ao ganho na alienação de ações em tesouraria no valor de R\$ 1.622 (R\$ 742 em 2006) e a opções por incentivos fiscais no valor de R\$ 15 (R\$ 15 em 2006).

c) Dividendos

O estatuto do Banco assegura aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios, equivalentes a 5% do lucro líquido ajustado do exercício.

d) Ajuste a valor de mercado

Estão representados pelos ajustes decorrentes dos efeitos da marcação a mercado dos títulos disponíveis para venda conforme requerido pela Circular nº 0.060/01 do Banco Central.

e) Ações em tesouraria

Em dezembro de 2007, foram alienadas 2.065.128 ações em tesouraria pelo valor patrimonial de R\$ 3.536. Em 31 de dezembro de 2007 existiam 60.000 ações preferências em tesouraria.

15 - Instrumento híbrido de capital e dívida

Em conformidade com a Resolução CMV nº 3.444/07, de 28 de fevereiro de 2007, o Banco mantém captação de recursos com as suas cooperativas de crédito, através de "Títulos Híbridos de Capital e Dívida", cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2007 corresponde a R\$ 91.623 (R\$ 81.955 em 2006).

Estes títulos são remunerados pela variação do CDI, emitidos sem vencimento, e estão registrados em "Outras Obrigações - Instrumento Híbrido de Capital e Dívida", e as despesas por sua atualização em "Despesas de Intermediação Financeira - Operações de Captação no Mercado". As despesas de aplicação das instituições em 2007 somaram R\$ 9.866 (R\$ 10.120 em 2006). Conforme estabelecido na referida resolução, os recursos captados poderão ser usados para absorção de possíveis prejuízos futuros do Banco.

16 - Limites operacionais - Acordo de "Basileia"
O patrimônio líquido do Banco acrescenta-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos.

	2007	2006
Patrimônio líquido de nível I	105.251	54.670
Patrimônio líquido de nível II	98.483	1.955
Patrimônio de referência (1)	191.934	1.78.625
Ativo ponderado	1.416.481	1.343.240
Exigência sobre ativo ponderado (11%)	155.813	147.756
Destaque de risco de mercado	10.543	5.014
Patrimônio líquido exposto (2)	166.356	152.770
Margem (1 - 2)	25.578	23.855
Índice de Basileia	12,69%	12,72%

17 - Outros desdobramentos das demonstrações contábeis

a) Composição de outros créditos - diversos	2007	2006
Depósitos judiciais (*)	8.271	7.979
Créditos tributários (Nota 7)	8.700	7.227
Valores a receber de cooperativas (**)	7.399	6.694
Impostos a compensar	5.989	7.128
Valores a receber de cartões	16.486	5.134
Títulos e créditos a receber	1.232	2.000
Adiantamentos e antecipações salariais	1.129	332
Adiantamentos por conta de mobilizações	963	61
Pagamentos a ressaltar	2.307	1.105
Outros	4.896	2.838
Total	57.324	40.483

(*) O Banco mantém depósito judicial registrado em Outros Créditos - Diversos no realizável a longo prazo, no valor de R\$ 7.105 (R\$ 7.105 em 2006), relativo a diferença apurada entre os recolhimentos efetuados para a COTINS, em decorrência de limitar concedida e o exigido nos termos do art. 3º da Lei nº 9.718/98 (vide Nota 13).

(**) Referem-se a serviços bancários realizados pelo Banco às cooperativas participantes do sistema de compensação e que são liquidados no mês subsequente à prestação do serviço.

b) Fiscais e previdenciárias

	2007	2006
Provisão para imposto de renda	4.615	7.300
Provisão para contribuição social	1.725	2.349
Impostos a recolher sobre serviços de terceiros	396	187
Impostos e contribuições sobre salários	1.604	989
Impostos e contribuições diferidos (Ajuste a mercado)	584	2.177
Provisão para riscos fiscais (Nota 15)	8.809	8.124
Outros impostos a recolher	589	847
Total	18.791	20.553

c) Composição de outras obrigações - diversas

	2007	2006
Provisão para pagamento de despesas administrativas	11.688	8.658
Tarfas interbancárias a repassar	7.433	4.110
Obrigações de cartão de crédito	16.637	6.849
Provisão de referência (*)	5.825	7.981
Obrigações com convênios oficiais - INSS (**)	27.700	226
Outras (***)	1.158	922
Total	65.438	28.546

(*) Referem-se a pagamento às cooperativas pela liquidação de parcelas de operações do BINDES e Funcafé no valor de 50% do spread recebido pelo Banco dos órgãos oficiais.

(**) A variação apresentada no saldo em 2007 refere-se à antecipação de recursos pelo INSS durante o mês de dezembro para pagamento de benefícios em janeiro de 2008.

(***) Em 31 de dezembro de 2007, inclui provisão para passivos contingentes no montante de R\$ 151.

19 - Outras informações

a) Acordos de compensação entre ativos e passivos com mesma instituição financeira
Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 3.283/05, o Banco possui aplicações em instituições financeiras em que se permite a compensação com depósitos de mesma titularidade. Os valores a receber e a pagar estão demonstrados no balanço patrimonial nas respectivas rubricas relacionadas aos produtos, no ativo e no passivo. Os montantes sujeitos a compensação estão resumidos a seguir:

Descrição	2007	2006
Depósito a prazo / CDI	Valor a receber 484.573	Valor a pagar 618.981
Depósito a prazo / CDI	Valor a receber 315.374	Valor a pagar 414.239
Depósito a prazo / CDI	Valor a receber	Valor a pagar

b) Seguros

O Banco adota a política de contrair cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, devida a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria ou demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

c) Garantias prestadas

As garantias concedidas às cooperativas integrantes do Sicob, mediante empenhos financeiros relativos a avalis e fianças montavam, em 31 de dezembro de 2007, a R\$ 17.819 (R\$ 43.862 em 2006).

d) Benefícios a empregados

O Banco é patrocinador da Fundação Sicob de Previdência Privada - Sicob Previdência, constituída em novembro de 2006, que proporcionalmente aos seus participantes e dependentes beneficiários de previdência complementar aos da Previdência Oficial Básica na modalidade de contribuição definida.

Em 31 de dezembro de 2007, a Sicob Previdência contava com 264 participantes ativos (185 em 2006).

Participação nos lucros

O Banco oferece a seus empregados participação nos lucros (PLR), calculada conforme Acordo Coletivo de Trabalho. No exercício de 2007, foi provisionado R\$ 1.311 (R\$ 1.039 em 2006).

20 - Eventos subsequentes

a) Modificação na Lei das Sociedades por Ações

A Lei nº 11.639, publicada no Diário Oficial da União em 28 de dezembro de 2007, alterou diversos dispositivos da Lei nº 6.404 (Sociedades por Ações). Essas alterações entram em vigor em 1º de janeiro de 2008.

A Administração do Banco avaliará os efeitos que as alterações acima mencionadas irão produzir em seu patrimônio líquido e resultado da operação de 2008, e serão levados em consideração as circunstâncias e definições a serem emitidas pelos órgãos reguladores. Neste momento, a Administração entende não ser possível determinar os efeitos dessas alterações no resultado e no patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

b) Nova alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL

Em 3 de janeiro de 2008, foi editada a Medida Provisória nº 413, que, entre outras medidas, altera a alíquota de Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) de 9% para 15% das pessoas jurídicas de seguros privados, de capitalização e os residentes nos incisos I e II do art. 1º da Lei Complementar nº 105/01. Essa alteração entrará em vigor de acordo com a Medida Provisória, a partir de maio de 2008. As alterações introduzidas pela Medida Provisória só se tornarão efetivas após sua aprovação pelo Poder Legislativo, o que ainda não ocorreu. Assim, os ativos e passivos fiscais diferidos foram registrados no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2007, de acordo com a taxa definida na legislação vigente nessa data. O impacto da elevação da alíquota prevista na Medida Provisória, caso transformada em lei, ainda não pode ser quantificado.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco Cooperativo do Brasil S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após examinar o Balanço Patrimonial, as Demonstrações Contábeis, o Relatório do Conselho de Administração, relativos ao exercício do ano de 2007, declara, pelo voto unânime dos seus membros, que os atos da administração representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em vista das demonstrações contábeis examinadas, a posição patrimonial e financeira do Banco - Banco Cooperativo do Brasil S.A. Com base no parecer dos auditores independentes - KPMG Auditores Independentes - o parecer do Conselho Fiscal é favorável e recomenda que os citados documentos sejam aprovados pelos senhores acionistas em Assembleia Geral.

d) Receitas de prestação de serviços			
Convenho Sicob (*)	2007	2006	
Receitas de serviços bancários	35.721	35.832	
Receitas de administração do fundo	17.065	22.879	
Receitas de serviços com cartão de crédito (**)	11.342	7.146	
Receitas de recebimento de concessões (***)	18.167	11.244	
Outras receitas diversas	7.523	8.225	
Total	92.308	89.029	

(*) Referência à receita obtida com serviço de compensação de documentos bancários.

(**) Referência aos serviços de intercâmbio, saques, cheque eletrônico, anuidade etc. de cartões e serviços de administração do cartão de crédito BC Card.

(***) Referência às tarifas sobre serviços de arrecadação das concessões públicas.

e) Composição de outras receitas operacionais

Recuperação de arquivos e despesas	2007	2006	
Receitas de cartões de crédito	1.573	2.045	
Atualização de crédito com INSS (*)	3.905	3.730	
Receitas de créditos vinculados ao Banco Central	5.171	4.525	
Receitas de serviços de compensação de documentos	2.874	771	
Licença de uso do sistema operacional (SISBR)	3.916	1.672	
Outras	860	854	
Total	20.037	14.530	

(*) Referência à atualização de recursos próprios do Banco utilizados para pagamento de benefícios ainda não liquidados pelo INSS, atualizado pelo taxa Selic.

f) Composição de outras despesas operacionais

Despesas com administração de cartões de crédito	2007	2006	
Atualização de créditos do INSS (*)	8.072	7.235	
Despesas com tarifas de arrecadação	6.108	6.108	
Comissão sobre operações de crédito	5.850	4.787	
Outras	3.314	10.536	
Total	26.300	29.411	

(*) Referência à atualização de recursos disponíveis do INSS enquanto o benefício ainda não foi pago ao beneficiário, sendo atualizado pela taxa Selic.

18 - Transações com empresas controladas e coligadas

Demonstramos a seguir as operações realizadas com as empresas controladas, que foram realizadas em condições e prazos similares aos praticados no mercado

	2007	2006	
Passivo	Bancoob AGR Ltda.	Cabai Brasil Ltda.	Bancoob AGR Ltda.
Depósito à vista	2.616	6.630	1.631
Depósito a prazo	32	2.342	433
Valores a pagar	2.584	2.665	1.170
Despesas	219	6.268	28
Despesas de captação	212	101	179
Cartão Cabai	7	5.812	
Despesas administrativas	292		

Brasília - DF, 22 de Fevereiro de 2008.

Joaquim Rocha Dourado
Conselheiro Coordenador

Pedro Ivo Santana Gomes
Conselheiro Secretário

Ramon Silva Filho
Conselheiro Efetivo

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas do Banco Cooperativo do Brasil S.A.

- Examinamos o balanço patrimonial do Banco Cooperativo do Brasil S.A. levantado em 31 de dezembro de 2007 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
- Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreender: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos dados, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Banco; (b) a constatação, com base em testes das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração do Banco, bem como da apresentação das demonstrações contábeis fornecidas em conjunto.
- Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Cooperativo do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2007, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo parecer, datado de 5 de fevereiro de 2007, foi emitido sem ressalvas.

Brasília, 7 de fevereiro de 2008

KPMG Auditores Independentes,
CRC 2SP014428/O-6-F-DF

Francisco Luiz G. Calvo
Contador CRC 1SP175348/O-5-S-DF

KPMG
Auditores Independentes

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Cirio José Buidrini Filogonio – Presidente do Conselho
Antonio de Azevedo Bomfim – Conselheiro
Antonio Carlos Girelli Gomez – Conselheiro
José Vicente da Silva – Conselheiro
Luz César Loureiro de Azevedo – Conselheiro
Luz Paulo Lima e Silva – Conselheiro
Wanderley Pimenta Borges – Conselheiro
José Zelenko Pedrozo – Conselheiro
Edgar de Souza Mendes – Conselheiro

DIRETORIA

Antonio de Azevedo Bomfim – Diretor Presidente
Marcus Guilherme Andrade de Freitas – Diretor Financeiro e Comercial
Oduvaldo Fretti – Diretor Administrativo e Operacional
Ricardo Antonio de Souza Batista – Diretor de Tecnologia da Informação
Wander José Soares Pereira – Diretor de Controle

CONTADOR

André Giovanni Canavarro Alves
CRC-DF 015498/O-9

Anexo VI - Demonstrações Financeiras do Fundo, informações periódicas e relatório da Administradora

BANCOOB Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros

**(Administrado pela Oliveira Trust –
Distribuidora de Títulos e Valores
Mobiliários S.A.)**

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2007 e 2006 e
parecer dos auditores independentes**

Parecer dos auditores independentes

Aos Administradores e cotistas

BANCOOB Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros

(Administrado pela Oliveira Trust – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

- 1 Examinamos a demonstração da composição e diversificação das aplicações do BANCOOB Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros em 31 de dezembro de 2007 e as demonstrações da evolução do patrimônio líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2007 e do período de 10 de novembro a 31 de dezembro de 2006, elaboradas sob a responsabilidade da administradora. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.
- 2 Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Fundo, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do Fundo, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
- 3 Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BANCOOB Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros em 31 de dezembro de 2007, e o resultado das operações e a evolução do patrimônio líquido do exercício findo nessa data e do período de 10 de novembro a 31 de dezembro de 2006, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Brasília, 25 de fevereiro de 2008

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" DF

Paulo Sergio Miron
Contador CRC 1SP173647/O-5 "S" DF

BANCOOB Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros
(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Demonstração da composição e diversificação das aplicações

Em 31 de dezembro de 2007

Em milhares de reais

Aplicações	Valor	%
Disponibilidades	31	0,16
Operações compromissadas – Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.956	14,91
Direitos Creditórios	16.833	84,93
Total do ativo	19.820	100,00
Valores a pagar	7	0,04
Patrimônio líquido	19.813	99,96
Total do passivo	19.820	100,00

As notas explicativas da administradora são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCOOB Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros
(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Demonstrações da evolução do patrimônio líquido
Em milhares de reais, exceto os valores das cotas

		Exercício findo em 31 de dezembro de 2007	Período de 10 de novembro a 31 de dezembro de 2006
Patrimônio líquido no início do exercício/período			
Cotas seniores	132,000 cotas a R\$ 25.390,477954	3.351	
Cotas subordinadas	166,000 cotas a R\$ 23.764,890602	3.945	
Cotas seniores	40,000 cotas a R\$ 25.000,00		1.000
Cotas subordinadas	44,000 cotas a R\$ 25.000,00		1.100
Cotas emitidas:			
Cotas seniores	455,000 cotas	12.047	
Cotas seniores	92,000 cotas		2.322
Cotas subordinadas	122,000 cotas		2.895
Amortização de cotas		(1.670)	
Patrimônio líquido antes do resultado do exercício/período		17.673	7.317
Demonstração do Resultado			
Receitas		2.552	71
Rendas com direitos creditórios		1.937	56
Rendas de aplicações interfinanceira de liquidez		615	15
Despesas		(412)	(92)
Taxa de administração		(295)	(38)
Despesas administrativas		(117)	(54)
Resultado do exercício/período		2.140	(21)
Patrimônio líquido no final do exercício/ período		19.813	7.296
Cotas seniores	587,000 cotas a R\$ 25.765,012129	15.124	
Cotas subordinadas	166,000 cotas a R\$ 28.248,806084	4.689	
Cotas seniores	132,000 cotas a R\$ 25.390,477954		3.351
Cotas subordinadas	166,000 cotas a R\$ 23.764,890602		3.945

As notas explicativas da administradora são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo determinado de duração e iniciou suas atividades em 10 de novembro de 2006, com prazo de vigência regular até 01 de abril de 2026 ou até 90 (noventa) dias após a data de vencimento do direito creditório de titularidade do Fundo que tenha a data de vencimento mais longa, o que ocorrer antes (o "Período de Vigência").

O objetivo do Fundo é atuar no sentido de propiciar aos Quotistas a valorização de suas Quotas, por meio da aplicação de recursos em carteira composta por Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade e, conforme o caso, por Outros Ativos. Observados os termos e as condições do Contrato de Cessão e do Regulamento, o Fundo adquirirá do BANCOOB, em moeda corrente nacional e/ou por meio da subscrição e integralização de Quotas Subordinadas pelo BANCOOB, em caráter definitivo, sem direito de regresso ou qualquer tipo de coobrigação, Direitos Creditórios Elegíveis e todos e quaisquer direitos, garantias e prerrogativas assegurados em razão de sua titularidade.

O Fundo busca atingir rentabilidade (benchmark) para suas cotas seniores, correspondente a 108% do CDI ao ano, calculada e divulgada pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP).

As aplicações realizadas no fundo não contam com garantia das Cedentes, do Administrador, do Custodiante ou de suas partes relacionadas, nem do Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Não obstante a diligência do Administrador no gerenciamento dos recursos do Fundo, a política de investimento coloca em risco o patrimônio deste, pelas características dos papéis que o compõem, os quais sujeitam-no às oscilações do mercado e aos riscos de crédito inerentes a tais investimentos, podendo, inclusive, ocorrer perda do capital investido.

2 Elaboração das demonstrações financeiras

Foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, complementadas pelas normas previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais orientações emanadas do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores dos ativos integrantes da carteira do Fundo. Desta forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão vir a ser diferente dos estimados.

3 Descrição das principais práticas contábeis

(a) Operações compromissadas

São operações de curtíssimo prazo, valorizadas diariamente conforme a taxa de mercado da negociação da operação.

BANCOOB Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros
(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e 2006**
Em milhares de reais, exceto os valores das cotas

(b) Direitos creditórios

São avaliados pelo seu valor de aquisição e acrescidos de juros calculados com base na taxa interna de retorno dos contratos, pelo critério pro rata temporis e ajustados a mercado. A taxa interna de retorno foi calculada com base no valor de aquisição, valor de vencimento e prazo de recebimento dos direitos creditórios.

4 Rating

A agência classificadora de risco do fundo é a Austin Rating Serviços Financeiros, que é responsável pela elaboração e atribuição de classificação de risco do fundo. Esta avaliação é feita a cada trimestre, sendo a classificação atual AA-(bra).

5 Critérios de elegibilidade

Os Direitos Creditórios elegíveis para fins de cessão ao Fundo são originados (i) de operações de empréstimo ou financiamento realizadas por uma das Cooperativas singulares habilitadas com seus respectivos associados ("Operações de Financiamento") ou (ii) de operações de mútuo com pagamento na modalidade de consignação em folha de pagamento, realizadas pelo BANCOOB com Mutuário vinculado a uma Entidade perfilada na Lista de Convênios ("Operações de Crédito Consignado") e (iii) são exclusivamente de titularidade do BANCOOB na data de sua aquisição pelo Fundo.

(a) Direitos creditórios – parcelas a vencer

Período em dias	2007		
	Valor de Face	Valor contábil	Quantidade de títulos
De 0 a 90	1.335	1.307	48
De 91 a 180	1.740	1.643	64
De 181 a 270	1.734	1.567	63
De 271 a 360	1.732	1.497	63
Acima de 361	16.099	10.810	651
	22.640	16.824	889

BANCOOB Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros
(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e 2006**
Em milhares de reais, exceto os valores das cotas

6 Emissões, amortizações e resgate das cotas

O Fundo possui classes de cotas sênior e subordinada, as quais foram emitidas em série única, possuem forma escritural e são mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares.

(a) Emissão

Na primeira emissão de cotas do fundo foram emitidas cotas com valor de R\$ 25.000,00 cada, independentemente da classe. Ficou a critério da Administradora a quantidade de cotas da primeira emissão, desde que observado o limite máximo de 4.000 (quatro mil) de Cotas Seniores.

As cotas serão escriturais e mantidas em conta de depósitos em nome de seus respectivos titulares. Somente poderão adquirir as cotas do Fundo os Investidores Qualificados.

(b) Resgates

As cotas do fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio e não serão resgatáveis, exceto por ocasião da liquidação do fundo, sendo admitida sua amortização ou por decisão da assembléia geral de cotistas.

(c) Amortização

A primeira série de Cotas Seniores será amortizada em 24 parcelas mensais sucessivas, sendo que a primeira foi em 01 de novembro de 2007. As amortizações ocorrerão no primeiro dia útil de cada mês.

Desde que atendida a Razão de Garantia, o Fundo deverá efetuar no 5º (quinto) dia útil após cada data de amortização de Cotas Seniores, a amortização mensal das Cotas Subordinadas.

Tais amortizações compreenderão a amortização de parte do capital investido acrescida do respectivo rendimento para cada cota.

(c.1) Quadro de amortizações dos valores financeiros correspondentes às cotas seniores

<u>Data das amortizações</u>	<u>Valor Amortizado</u>
01/11/2007	846
03/12/2007	824
	<u>1.670</u>

BANCOOB Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros
(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e 2006**
Em milhares de reais, exceto os valores das cotas

7 Custódia

Os títulos públicos foram registrados e custodiados, em conta própria do fundo, no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) do Banco Central do Brasil.

Os títulos representativos dos direitos creditórios, em conformidade com contrato celebrado com o custodiante, ficará sob a responsabilidade da cedente, que foi nomeado fiel depositário, responsável pela guarda da documentação relativa aos direitos creditórios.

8 Encargos do Fundo

Taxa de administração - A Administradora cobra Taxa de Administração mensal correspondente ao maior valor entre (i) R\$ 13.800,00 (treze mil e oitocentos reais) atualizados monetariamente a cada 12 (doze) meses contado de 01 de junho de 2006 ou, na menor periodicidade admitida em lei, pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo ou, (ii) o valor correspondente a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo até o montante de R\$ 50 milhões acrescido do valor correspondente a 0,17% (dezessete centésimos por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo que exceder ao montante de R\$ 50 milhões até o montante de R\$ 100 milhões, acrescido de 0,15% (quinze centésimos por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo que exceder ao montante de R\$ 100 milhões, apurado mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos), incidente sobre o Patrimônio Líquido apurado no último dia útil de cada mês. As 12 (doze) primeiras Taxas de Administração tiveram, excepcionalmente, um valor fixo equivalente a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) por mês. A partir da 13ª (décima terceira) Taxa de Administração, inclusive, o valor da Taxa de Administração passou a ser apurado na forma dos itens (i) e (ii) acima.

O valor da taxa de administração apurado da forma acima é ainda acrescido de uma taxa mensal equivalente a 1/12 (um doze avos) da taxa anual de 0,5% (cinco décimos por cento) incidente sobre o valor do Patrimônio Líquido, a ser destinada ao Gestor (em conjunto "Taxa de Administração").

Essa remuneração é calculada e provisionada diariamente com base no patrimônio líquido do dia útil imediatamente anterior, e paga mensalmente no último dia útil de cada mês. A despesa no montante de R\$ 295 foi registrado na rubrica "Despesas Administrativas".

(a) Contrato de prestação de serviço de controladoria e custódia

A administradora contratou o Banco do Brasil S.A. para prestar serviços de tesouraria, escrituração de cotas e controle de ativos e passivos relativos a este Fundo, de acordo com as normas legais e regulamentares. A despesa correspondente no montante de R\$ 60 foi registrada na rubrica "Despesas Administrativas".

BANCOOB Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros
(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e 2006**
Em milhares de reais, exceto os valores das cotas

9 Evolução do valor da cota e rentabilidade

<u>Data</u>	<u>Valor da cota sênior</u>	<u>Rentabilidade %</u>	<u>Valor da cota subordinada</u>	<u>Rentabilidade %</u>
31/12/2006	25.390,477954	1,56	23.764,890602	(4,94)
31/12/2007	25.765,012129	1,48 (*)	28.248,806084	18,87

(*) A rentabilidade apresentada acima inclui o efeito das amortizações descritas na Nota Explicativa 6.c.1, não representando o resultado auferido pelos cotistas, que corresponderam a 107,74% da variação do CDI (exercício findo em 31/12/2007).

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

10 Gerenciamento riscos

O Fundo está sujeito as flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e negociação aplicáveis aos direitos creditórios, ativos financeiros e demais modalidades operacionais integrantes da carteira do Fundo.

11 Divulgação de informações

Salvo quando outro meio de comunicação com os cotistas seja expressamente previsto no Regulamento, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos cotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por meio (i) de anúncio publicado, sob a forma de aviso, no jornal Valor Econômico e (ii) de *e-mail* enviado ao representante do cotista.

12 Legislação tributária

(a) Imposto de renda

Os rendimentos auferidos são tributados pelas regras abaixo:

- Seguindo a expectativa da Administradora e do Gestor de manter a carteira do Fundo com prazo médio superior a trezentos e sessenta e cinco dias, calculado conforme metodologia, regulamentada pela Secretaria da Receita Federal, os rendimentos auferidos estarão sujeitos ao imposto de renda retido na fonte às seguintes alíquotas:

BANCOOB Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros
(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e 2006**
Em milhares de reais, exceto os valores das cotas

- I. 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- II. 20% em aplicações com prazo de 181 a 360 dias;
- III. 17,5% em aplicações com prazo de 361 a 720 dias;
- IV. 15% em aplicações com prazo superior a 720 dias.

A regra tributária acima descrita não se aplica aos cotistas sujeitos as regras de tributação específicas, na forma da legislação em vigor.

(b) IOF

Não há incidência.

(c) CPMF

Incidente sobre o valor da subscrição inicial, até 31 de dezembro de 2007.

13 Demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos dos cotistas, quer desses contra a administração do Fundo.

14 Alterações Estatutárias

Em Assembléia Geral de Cotistas, realizada em 16 de abril de 2007, foi deliberada a alteração do critério de elegibilidade constante no regulamento do Fundo, de maneira que seja alterado o percentual de direitos creditórios devidos por um mesmo mutuário em relação ao Patrimônio Líquido do Fundo.

Em Assembléia Geral de Cotistas, realizada em 20 de abril de 2007, foi deliberada a aprovação das contas e das Demonstrações Financeiras do Fundo e do Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006.

Em Assembléia Geral de Cotistas, realizada em 26 de setembro de 2007, foram deliberadas: (i) a alteração do prazo máximo de vencimento dos direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo; (ii) a modificação do percentual de direitos creditórios devidos por um mesmo mutuário, a serem cedidos ao Fundo; (iii) a aprovação da possibilidade de cessão ao Fundo, de direitos creditórios oriundos de operações de crédito consignado realizadas por cooperativas singulares habilitadas; e a alteração da definição de "Patrimônio Líquido Ajustado", de forma a ser acrescido ao seu valor, o valor das cotas seniores que estejam em processo de distribuição privada no momento de sua apuração.

BANCOOB Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros
(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2007 e 2006**
Em milhares de reais, exceto os valores das cotas

15 Outros serviços prestados pelos auditores independentes

Em atendimento à Instrução n° 381/03 da Comissão de Valores Mobiliários, registre-se que o Administrador, no período, não contratou nem teve serviços prestados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes relacionados aos fundos de investimento por ele administrados que não aos serviços de auditoria externa em patamares superiores a 5% do total dos custos de auditoria externa referentes a estes fundos. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

Mauro Sérgio de Oliveira
Diretor Responsável
Oliveira Trust DTVM S.A.

Nádja Maria Santana da Silva Torres
Contadora
CRC RJ-075.503/O
Banco do Brasil S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Cotistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras do Fundo relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, complementadas pelas normas previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais orientações emanadas do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Recomendamos a leitura das Demonstrações Financeiras acompanhadas do Parecer dos Auditores para melhor acompanhamento de seu investimento.

INTRODUÇÃO

O Fundo foi constituído e registrado em 13/07/2006, sob o nº 1054950 perante o 6º Ofício RJ, e registrado na CVM em 18/7/2006, ocorrendo a sua primeira subscrição e integralização de cotas em 17/11/2006.

O objetivo do Fundo é atuar no sentido de propiciar aos Quotistas a valorização de suas Quotas, por meio da aplicação de recursos em carteira composta por Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade e, conforme o caso, por Outros Ativos. Observados os termos e as condições do Contrato de Cessão e do Regulamento, o Fundo adquirirá do BANCOOB, em moeda corrente nacional e/ou por meio da subscrição e integralização de Quotas Subordinadas pelo BANCOOB, em caráter definitivo, sem direito de regresso ou qualquer tipo de coobrigação, Direitos Creditórios Elegíveis e todos e quaisquer direitos, garantias e prerrogativas assegurados em razão de sua titularidade.

CARACTERÍSTICAS DAS COTAS

Subordinada

Primeira Subscrição	10/11/2006
Resgate	até 01/04/2026 (*)
Benchmark	N/A
Rating	N/A
Valor da cota (1ª subscrição)	R\$ 25.000,0000000
Valor da cota (31/12/2007)	R\$ 28.248,8060840

(*) ou até 90 (noventa) dias após a data de vencimento do Direito Creditório de titularidade do Fundo que tenha a data de vencimento mais longa, o que ocorrer antes.

Sênior 1ª série

Primeira Subscrição	17/11/2006
Resgate	01/10/2009
Benchmark	108% do CDI
Rating	Austin AA- (19/02/2008)
Valor da cota (1ª subscrição)	R\$ 25.000,00000000
Valor da cota (31/12/2007)	R\$ 25.765,01212900

DESEMPENHO**Cotas**

Segue abaixo quadro com o demonstrativo da rentabilidade das cotas do Fundo durante o ano de 2007:

Ano-Mês	Cota	Rentabilidade
1/2007	Bancoob Subordinada	1,56%
2/2007	Bancoob Subordinada	1,02%
3/2007	Bancoob Subordinada	1,19%
4/2007	Bancoob Subordinada	1,43%
5/2007	Bancoob Subordinada	1,21%
6/2007	Bancoob Subordinada	1,53%
7/2007	Bancoob Subordinada	1,85%
8/2007	Bancoob Subordinada	1,47%
9/2007	Bancoob Subordinada	1,98%
10/2007	Bancoob Subordinada	1,67%
11/2007	Bancoob Subordinada	1,74%
12/2007	Bancoob Subordinada	0,77%

Ano-Mês	Cota	Rentabilidade
1/2007	Bancoob Senior	1,17%
2/2007	Bancoob Senior	0,94%
3/2007	Bancoob Senior	1,13%
4/2007	Bancoob Senior	1,02%
5/2007	Bancoob Senior	1,10%
6/2007	Bancoob Senior	0,98%
7/2007	Bancoob Senior	1,05%
8/2007	Bancoob Senior	1,07%
9/2007	Bancoob Senior	0,87%
10/2007	Bancoob Senior	1,00%
11/2007	Bancoob Senior	0,91%
12/2007	Bancoob Senior	0,91%

Amortização de Cotas**Subordinada**

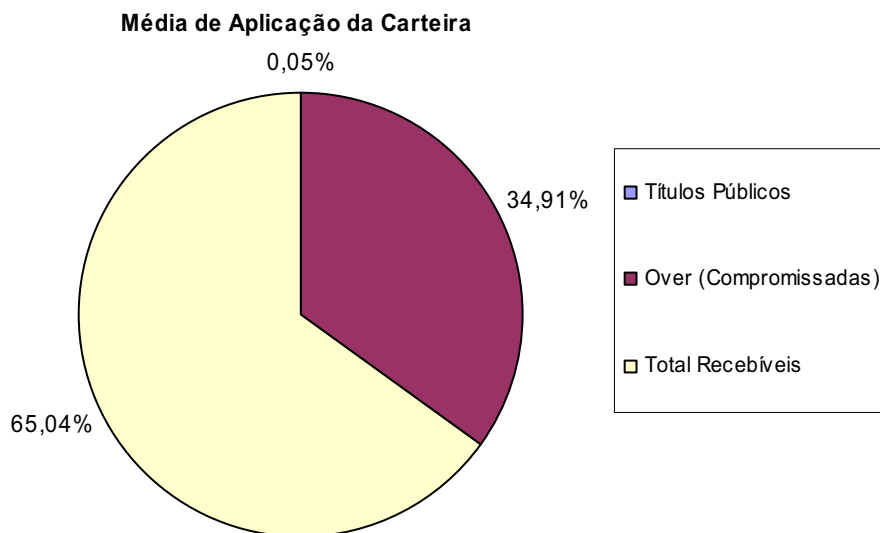
Não foi efetuado nenhum pagamento de amortização durante o exercício de 2007.

Sênior 1ª Série

DATA	VALOR DA COTA ANTES DO PAGAMENTO	VALOR DA AMORTIZAÇÃO PAGA POR COTA	VALOR DA COTA APÓS PAGAMENTO
1/11/2007	28.147,53	1.440,38	26.707,14
3/12/2007	26.949,46	1.404,47	25.544,99

Carteira

Segue abaixo gráfico contendo a média de aplicação da carteira durante o exercício de 2006:



Todas as operações do Fundo foram praticadas em consonância com a Política de Investimento prevista no Regulamento do Fundo e com os limites de composição e diversificação a ele aplicáveis.

RATING

A agência classificadora de risco do fundo é a Austin Rating Serviços Financeiros, que é responsável pela elaboração e atribuição de classificação de risco do fundo. Esta avaliação é feita a cada trimestre, sendo a classificação atual AA-(bra).

ASSEMBLÉIAS / FATOS RELEVANTES

Em Assembléia Geral de Cotistas, realizada em 16 de abril de 2007, foi deliberada a alteração do critério de elegibilidade constante no regulamento do Fundo, de maneira que seja alterado o percentual de direitos creditórios devidos por um mesmo mutuário em relação ao Patrimônio Líquido do Fundo.

Em Assembléia Geral de Cotistas, realizada em 20 de abril de 2007, foi deliberada a aprovação das contas e das Demonstrações Financeiras do Fundo e do Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006.

Em Assembléia Geral de Cotistas, realizada em 26 de setembro de 2007, foram deliberadas: (i) a alteração do prazo máximo de vencimento dos direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo; (ii) a modificação do percentual de direitos creditórios devidos por um mesmo mutuário, a serem cedidos ao Fundo; (iii) a aprovação da possibilidade de cessão ao Fundo, de direitos creditórios oriundos de operações de crédito consignado realizadas por cooperativas singulares habilitadas; e a alteração da definição de "Patrimônio Líquido Ajustado", de forma a ser

acrescido ao seu valor, o valor das cotas seniores que estejam em processo de distribuição privada no momento de sua apuração.

DECLARAÇÃO

A Oliveira Trust reafirma seu compromisso de continuar prestando o serviço de Administrador do Fundo dentro do mais alto padrão de qualidade, resguardando todos direitos dos cotistas, e obedecendo rigorosamente as premissas estipuladas no regulamento do Fundo.

Rio de Janeiro, 18 de abril de 2008.

À
COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
Gerência de Registros III
A/c Flávia Mouta Fernandes

Ref.: BANCOOB FIDCs FINANCEIROS– DEMONSTRATIVOS TRIMESTRAIS

Prezados Senhores,

Na qualidade de diretor designado pela instituição administradora para o Fundo em referência, apresento o demonstrativo trimestral referente ao **4º trimestre de 2007**, evidenciando que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a política de investimento prevista em seu regulamento e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis, bem como que as negociações foram realizadas a taxas de mercado, conforme demonstrado abaixo:

COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA EM 31/12/2007

	R\$	Base	% Ref.	Referência	
				Mín	Máx
Outros Ativos	2.986.793,30	PL	15,07	-	-
Caixa/Bancos	30.922,73	PL	0,16	-	-
Títulos Privados	0,00	PL	0,00	-	-
Títulos Públicos Over	0,00	PL	0,00	-	-
(Compromissadas)	2.955.870,57	PL	14,92	-	-
Swap	0,00	PL	0,00	-	-
Total Recebíveis	16.833.581,62	PL	84,96	-	-
V.P. Recebíveis a vencer	16.833.581,62	PL	84,96	-	-
Recebíveis em atraso	0,00	PL	0,00	-	-
[x] 01 até 30 dias	0,00	PL	0,00	-	-
[x] 31 até 60 dias	0,00	PL	0,00	-	-
[x] 61 até 90 dias	0,00	PL	0,00	-	-
[x] mais de 90 dias	0,00	PL	0,00	-	-
PDD	0,00	PL	0,00	-	-
Contas a pagar/receber	(7.010,99)	PL	(0,04)	-	-
PL Total	19.813.363,93	PL	100	-	-

OLIVEIRA TRUST DTVM S/A.
OLIVEIRA TRUST SERVICER S/A.
OLIVEIRA TRUST PARTICIPAÇÕES S/A.

Rio de Janeiro
Av. das Américas, 500 • Bl. 13 • Gr. 205
Cond. Downtown • Barra da Tijuca
CEP 22640-100
Tel.: (21) 2493-7003 • Fax: 2493-4746
Celular: (21) 8158-8522

São Paulo
Rua Joaquim Floriano, 1052 • 13º andar
Sala 132 • Edifício Bertolucci • Itaim Bibi
Cep 04534-004
Tel.: (11) 3881-2493 • Fax: 3881-2494

www.oliveiratrust.com.br
agente@oliveiratrust.com.br
fundos@oliveiratrust.com.br

CESSÕES DE DIREITOS CREDITÓRIOS – VALORES E TAXAS
01/10/2007 A 31/12/2007

DATA DA CESSÃO	VALOR FACE	VALOR COMPRA	TAXA ANUAL(%)
05/12/2007	120.085,68	101.517,27	18,67%
18/12/2007	1.465.765,16	972.412,95	16,08%
19/12/2007	1.488.441,87	972.010,37	16,08%
28/12/2007	9.857.578,77	6.804.882,95	16,08%

Informamos que as taxas de desconto aplicadas nas aquisições dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo varia de crédito para crédito, inviabilizando tornar disponível o valor da taxa aplicada.

MÉDIA DA CARTEIRA
01/10/2007 A 31/12/2007

ATIVO	VALOR MÉDIO	% MÉDIO
Over (Compromissadas)	8.098.789,26	39,97%
Total Recebíveis	12.162.456,37	60,03%

RENTABILIDADE DAS QUOTAS
01/10/2007 A 31/12/2007

QUOTAS SUBORDINADAS		
Data	Valor das Quotas	Rentabilidade (a.m.)
31/10/2007	27.553,59042200	1,669354%
30/11/2007	28.033,03801200	1,740055%
31/12/2007	28.248,80608400	0,769692%

1ª SÉRIE SÊNIOR		
Data	Valor das Quotas	Rentabilidade (a.m.)
31/10/2007	28.134,84209500	0,998463%
30/11/2007	26.937,28562100	0,907193%
31/12/2007	25.765,01212900	0,906881%

OLIVEIRA TRUST DTVM S/A.
OLIVEIRA TRUST SERVICER S/A.
OLIVEIRA TRUST PARTICIPAÇÕES S/A.

Rio de Janeiro
Av. das Américas, 500 • Bl. 13 • Gr. 205
Cond. Downtown • Barra da Tijuca
CEP 22640-100
Tel.: (21) 2493-7003 • Fax: 2493-4746
Celular: (21) 8158-8522

São Paulo
Rua Joaquim Floriano, 1052 • 13º andar
Sala 132 • Edifício Bertolucci • Itaim Bibi
Cep 04534-004
Tel.: (11) 3881-2493 • Fax: 3881-2494

www.oliveiratrust.com.br
agente@oliveiratrust.com.br
fundos@oliveiratrust.com.br

VERIFICAÇÃO DO LASTRO DOS RECEBÍVEIS

01/10/2007 A 31/12/2007

A Horwath Bendoraytes Aizenman & Cia. Auditores Independentes ("Bendoraytes") foi contratada para realização da auditoria de verificação do lastro dos direitos creditórios de titularidade do Fundo.

A Bendoraytes analisou a totalidade dos direitos creditórios do Fundo na data base de 31/12/2007, conforme arquivo disponibilizado pelo Custodiante e contratos fornecidos pela Instituição Administradora. Foi confrontado o valor atualizado dos direitos creditórios, disponibilizados pela Área de Custódia do Banco do Brasil, com a carteira contábil do Fundo, na data-base de 31/12/2007, para fins de conciliação dos valores informados no arquivo do Custodiante, não tendo sido apurada qualquer diferença de valores.

Foram verificados os contratos que formalizaram os direitos creditórios adquiridos pelo Fundo e conciliados com as informações constantes do arquivo do Custodiante, não tendo sido verificado pela empresa de auditoria qualquer desvio de informações.

Não foi identificada a existência de direitos creditórios vencidos e não-pagos na data-base utilizada.

Por fim, foram verificados os procedimentos de habilitação de Cooperativas Singulares que originam os Direitos Creditórios. Foi identificada a ausência no arquivo da Instituição Administradora de determinados documentos necessários à habilitação, mas que serão por ela encaminhados oportunamente.

Não foram verificadas, dentro dos limites do escopo de nosso trabalho, inconsistências quanto ao lastro dos direitos creditórios.

DECLARAÇÃO DO DIRETOR DESIGNADO

(§3º do Art. 8º da Instrução CVM nº 356/01)

Período de 01/10/2007 A 31/12/2007

Declaro que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a política de investimento prevista em seu regulamento e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis, bem como que as negociações foram realizadas a taxa de mercado.

Atenciosamente,



**Mauro Sergio de Oliveira - Diretor designado do BANCOOB FIDCs
FINANCEIROS**

OLIVEIRA TRUST DTVM S/A.
OLIVEIRA TRUST SERVICER S/A.
OLIVEIRA TRUST PARTICIPAÇÕES S/A.

Rio de Janeiro
Av. das Américas, 500 • Bl. 13 • Gr. 205
Cond. Downtown • Barra da Tijuca
CEP 22640-100
Tel.: (21) 2493-7003 • Fax: 2493-4746
Celular: (21) 8158-8522

São Paulo
Rua Joaquim Floriano, 1052 • 13º andar
Sala 132 • Edifício Bertolucci • Itaim Bibi
Cep 04534-004
Tel.: (11) 3881-2493 • Fax: 3881-2494

www.oliveiratrust.com.br
agente@oliveiratrust.com.br
fundos@oliveiratrust.com.br

Consulta de Informe Mensal FIDC

Atenção: Estas informações tem por base os documentos enviados à CVM pelas Instituições Administradoras dos Fundos de Investimento e são de exclusiva responsabilidade destas. Sua divulgação pela CVM não implica na garantia da veracidade das informações prestadas ou do julgamento sobre a qualidade do fundo.

Nome Fundo:	BANCOOB FIDC FINANCEIROS		
CNPJ Fundo:	08.165.234/0001-09		
Administrador:	OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.		
CNPJ Administrador:	36.113.876/0001-91		
Situação do Fundo:	EM FUNCIONAMENTO NORMAL		
Data de Envio:	07/03/2008		
Competência:	02/2008 <div></div>		
I - Saldo das Aplicações (R\$)		R\$ 18.461.014,75	
a) Direitos Creditórios (DC) (R\$)		R\$ 13.891.511,88	
c) Títulos de Emissão do Tesouro Nacional (R\$)		R\$ 4.569.502,87	
II - Patrimônio Líquido			
a) Valor do Patrimônio Líquido (R\$)		R\$ 18.493.533,43	
b) Valor do Patrimônio Líquido Médio (R\$) (art. 50, inc. IV da Instrução CVM nº 356)		R\$ 18.415.419,19	
III - Rentabilidade apurada no período (art. 47 da Instrução CVM nº 356)		-3,77 %	
IV - Informações de Cotas		Ver Anexo I	
V - Comportamento da carteira de direitos creditórios			
a) Total dos Direitos Creditórios (DC) (R\$)		R\$ 13.891.511,88	
Comentários sobre o desempenho esperado e o realizado		"O Fundo manteve-se durante o mês de FEVEREIRO acima do limite mínimo previsto no artigo 40 da Instrução CVM 356. Informamos ainda que todas as operações do fundo foram realizadas a taxa de mercado e em consonância com o Regulamento e legislação pertinente. Sendo assim, o desempenho realizado ficou dentro do esperado."	
VI - Posições mantidas em mercados de derivativos			
g) O regulamento dispõe diversamente do limite previsto no art. 40, § 9º, inc. I da Instrução CVM nº 356			
Limite utilizado		100,00 %	
h) O regulamento dispõe diversamente do limite previsto no art. 40, § 9º, inc. II da Instrução CVM nº 356			
Limite utilizado		50,00 %	
VII - Número de cotistas.			
a) Com cotas seniores		2	
b) Com cotas subordinadas		1	
VIII - Tipo de Condomínio		Fechado	

Anexo I

Informações de Cotas Seniores

Descrição	Quantidade de Cotas	Valor da Cota (R\$)	Captações no Mês (R\$)	Resgates no Mês (R\$)
SENIOR	587	23409,59	0	0

Informações de Cotas Subordinadas

Descrição	Quantidade de Cotas	Valor da Cota (R\$)	Captações no Mês (R\$)	Resgates no Mês (R\$)
SUBORDINADA	166	28627,13	0	0

Fundo

BANCOOB Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros

CNPJ/MF nº 08.165.234/0001-09

Cedente

BANCOOB - Banco Cooperativo do Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 02.038.232/0001-64

CS Quadra 6, Bloco A, nº 50, Ed. Sofia, 4º andar

Brasília – DF

Distribuidora e Administradora

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A.

CNPJ/MF nº 36.113.876/0001-91

Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, sala 205 Rio de Janeiro – RJ

Gestor de Ativos

BANCOOB ADMINISTRAÇÃO E

GESTÃO DE RECURSOS LTDA.

CNPJ/MF nº 07.397.614/0001-06

SCS Quadra 06 Bloco A nº. 50 Sala 208 parte

A – Ed. Sofia - Brasília – DF

Agência de Classificação de Risco

Standard & Poor's

Avenida Eng. Luis Carlos Berrini, nº 1253,

10º andar / Cep: 04571-000

São Paulo - SP

Custodiante

Banco do Brasil S.A.

CNPJ/MF sob nº 00.000.000/0001-91

SBS, quadra 1, bloco G, Edifício sede III, Brasília,

Distrito Federal

Auditoria do Fundo

PRICEWATERHOUSECOOPERS

SCS-Quadra 6 – Edifício Bandeirantes 4º andar,

CEP 70300-968, Brasília - DF